

MARIA LIGIA DE OLIVEIRA BARBOSA

RECONSTRUINDO AS MINAS E PLANEJANDO AS GERAIS: OS ENGENHEIROS E

A CONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS SOCIAIS

Tese de Doutorado
apresentada ao
Departamento de
Ciências Sociais do
Instituto de
Filosofia e Ciências
Humanas da
Universidade Estadual
de Campinas.

Este exemplar corresponde à
redação final da tese defen-
dida e aprovada pela Comis-
são Julgadora em 06/5/1993.

Barbosa

maio/1993



BANCA EXAMINADORA

Para Marco Aurélio

AGRADECIMENTOS

Para realizar este trabalho contei com bolsa de estudos dada pela CAPES-PICD que também me concedeu uma bolsa "sanduíche" para passar um período de tres meses em Paris, em 1989-1990. Pude então fazer um estágio no Centre de Sociologie des Organisations e freqüentar seminários no Institute des études Politiques. Nas duas instituições, contei com a contribuição de vários pesquisadores entre os quais gostaria de destacar Werner Ackerman, Erhard Friedberg, Francis Pavé e Michel Crozier, diretor do C.S.O..

O Professor Vilmar Faria proporcionou-me, com a solidez dos seus conhecimentos, uma orientação instigante e proficua que me deu segurança para experimentar caminhos próprios.

Sou grata aos professores e alunos do curso de Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp que discutiram o projeto e versões preliminares deste trabalho. Gostaria de citar os colegas Bia Bilac, Roberto Grün e Oswaldo Truzzi e os professores André Villalobos, Plínio Dentzien, Roberto Cardoso de Oliveira e Tom Dwyer. Através de Maria de Lourdes Malta Serra agradeço a gentileza e a eficiência de todos os funcionários da Secretaria de Pós-Graduação do IFCH-Unicamp.

Gostaria de agradecer também aos meus colegas do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG que colaboraram com a concessão do afastamento e fazendo indicações, críticas e sugestões úteis na elaboração da tese. Tenho um débito especial para com Tania Quintaneiro que me proporcionou o grande benefício da leitura detalhada do texto. Ainda na UFMG, agradeço aos professores Ciro Bandeira de Melo,

José Renato Campos do Amaral e Tania Fantini. Não posso deixar de me referir aos meus alunos do curso de Ciências Sociais e do Mestrado em Sociologia que carregaram o ônus de ser a primeira banca deste trabalho. Foram muitos os amigos que me ajudaram nesta jornada. Agradeço a todos e aproveito para isentar todas as pessoas mencionadas de qualquer responsabilidade nos desacertos cometidos.

Na impossibilidade de agradecer individualmente a cada um dos profissionais que me auxiliaram, dirijo ao Dr. José Penha Cysne e as diretorias do Sindicato dos Engenheiros de Minas Gerais e do CREA-MG o meu reconhecimento.

Rachel e Gustavo foram auxiliares de primeira qualidade.

Agradecer adequadamente à minha família ocuparia um espaço imenso pela intensidade e qualidade do que recebi deles. Por isso, vou citar apenas minha mãe, através de quem expresso minha gratidão pelo apoio logístico e afetivo que me foi dado por todos.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I: A GÊNESE DO ESPAÇO PROFISSIONAL.....	29
Durkheim e a Divisão do Trabalho Social.....	30
O Funcionalismo.....	31
Poder, Saber, Mercado e Monopólio.....	37
Larson e a Constituição do Mercado.....	38
Os Engenheiros e a Escola de Minas.....	44
O Século XIX.....	46
Os Engenheiros e as Estratégias de Reconversão da Elite Mineira.....	50
A Escola de Minas.....	52
O Ensino em Ouro Preto.....	55
O Trabalho dos Engenheiros e as Trajetórias Típicas.....	57
O Projeto.....	62
A Alternativa Estatal.....	65
Projeto e Dominação.....	66
CAPÍTULO II: A MODERNIZAÇÃO DOS ENGENHEIROS.....	78
A Fascinação Escolar pelo Modelo Americano..	78
O Papel Social da Convivência Escolar.....	81
Modernização como Instrumento na Luta por Poder Social.....	83
Estado, Empresários, e Capital Estrangeiro..	85
A Estrutura Interna da Empresa.....	89
A Utilização de Tecnologia.....	93
Gestão Empresarial e o Novo Lugar do Trabalho Profissional.....	98
A Política da Conciliação e a Mineiridade dos Engenheiros.....	102
O Trabalho de Engenharia Institucional.....	104
A Concorrência ao Projeto.....	108
CAPÍTULO III: MUDANÇAS DE RUMO E A NOVA CONFIGURAÇÃO DO MERCADO.....	112
A Diversificação da Estrutura Ocupacional e os Concorrentes dos Engenheiros.....	115
As Transformações na Economia Mineira.....	119
A Luta pelo Controle sobre Aparato Estatal..	122
Novas Formas de Gestão da Vida Econômica..	126
Empresa e Ocupação.....	129
O Lugar dos Engenheiros nas Empresas.....	131
O Significado do Trabalho Profissional.....	133
Trabalho de Instituição e Demarcação.....	138
Conflitos Demarcatórios.....	141
A Concepção do Trabalho do Engenheiro.....	148
A Generalização desta Concepção.....	150

CAPÍTULO IV: TRAJETÓRIAS E DIFERENÇAS: AS CARREIRAS.....	157
Histórias.....	158
Público e Privado: Empregos Diferentes.....	165
Especialista X Generalista.....	168
Trabalho Feminino, Profissão Masculina.....	170
Idade e Experiência.....	177
As Carreiras e a Representação do Corpo Profissional.....	170
 CAPÍTULO V: A PRODUÇÃO DOS PROFISSIONAIS: ESCOLA, CONHECIMENTO E HIERARQUIAS SOCIAIS.....	 183
Os Diferentes Papéis do Saber.....	185
Escola e Hierarquia Social.....	188
A Escola como Classificador Classificado...190	
A Classificação de Cada Escola segundo o seu Público.....	194
Vocação e Aptidão.....	203
Públicos de Cada Curso.....	207
Expectativas de Trabalho.....	212
Escola e Elite.....	216
Escola e Emprego: Relação Problemática.....	222
A Hierarquia dos Saberes.....	225
O Saber como Autoridade Cultural.....	229
 CAPÍTULO VI: OS FUNDAMENTOS DA UNIDADE E A REPRESENTAÇÃO DO GRUPO.....	 234
O Caráter das Diferenças Internas.....	235
Para uma Teoria da Formação dos Grupos Sociais.....	241
A Sociedade Mineira de Engenheiros.....	247
O Sindicato dos Engenheiros.....	249
Profissão e Identidade.....	251
A Especificidade das Profissões como Grupos Sociais.....	253
Identidade e Desprofissionalização.....	256
Novos Discursos.....	260
Corporativismo e Coesão.....	264
Coesão e Estrutura Social.....	268
O Profissionalismo como Projeto de Mobilidade.....	270
Profissionalização como Fundamento de Unidade.....	275
 CONCLUSÕES.....	 281
 BIBLIOGRAFIA.....	 287

Para evitar que se seja iludido pelos efeitos do trabalho de naturalização que todo grupo tende a produzir em vista de se legitimar, de justificar plenamente a sua existência, é preciso pois reconstituir em cada caso o trabalho histórico de que são produto as divisões sociais e a visão social dessas divisões.

Pierre Bourdieu

INTRODUÇÃO

Um dos problemas que sempre me pareceu atraente na Sociologia é o da instabilidade dos grupos profissionais que num dado instante ocupam o ápice das escalas de prestígio e no momento seguinte são substituídos ou deslocados por novos grupos. Dos advogados aos economistas, passando pelos engenheiros, eles dão a ilusão de ser, em cada período da nossa história, naturalmente talhados para exercer posições de mando na sociedade: os advogados quando se instituem novas regras de convivência social e legal (no início da República e hoje, no período pós-constituente); os engenheiros numa sociedade que se industrializava ou pretendia isto; e, finalmente, os economistas numa fase em que é necessário planejar e coordenar a escassez de recursos. Em todas as épocas, parecem ser estas necessidades substantivas, tecnicamente delimitadas segundo o saber de cada uma dessas profissões, o que define as posições especiais de cada um desses grupos. Os médicos seriam perfeitos como modelo do profissional voltado para a resolução de problemas vitais pelo quê receberiam recompensas correspondentes. Tudo isto parece muito natural e dispensaria maiores explicações... não fosse o fato de os sociólogos (um exemplo entre tantas outras ocupações) permanecerem estáveis num ponto não muito elevado desta escala de prestígio mundano e, pelo menos alguns deles, com sérias dúvidas quanto à sua necessidade. A situação crítica vivida atualmente por vários grupos profissionais é outro fator de complicação nesta área.

Para confirmar estas impressões e tentar perceber em que direção e por que razões e mecanismos acontecem as

mudanças nas posições dos grupos profissionais, seria interessante examinar mais detidamente as mudanças na estrutura ocupacional e os processos mais amplos de mobilidade social. O aumento ou a diminuição do número de pessoas que exercem uma determinada profissão pode fornecer bons indícios da trajetória deste grupo.

Como principal instituição produtora de estatísticas no país, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) fornece dados gerais sobre a vida nacional, inclusive sobre as ocupações, que informam a ação de outras instâncias - empresas, sindicatos, meios de comunicação, legislativo, judiciário, executivo, etc. Nos Censos Demográficos brasileiros, a maioria das ocupações que chamamos "Profissão" está incluída na categoria OCUPAÇÕES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS, ARTÍSTICAS E ASSEMELHADAS. O Quadro 1, a seguir, mostra o que ocorreu com essas ocupações no período de 1950 a 1980.

	1950	1960	1970	1980
TOTAL MG	43946	82323	161874	300747
ENGENHEIROS	1055	2385	3525	11285
ARQUITETOS	50	164	273	998
CARTÓGRAFOS E ASSEM.	40	2000	4301	585
OCUPAÇÕES AUXILIARES	-	-	-	15866
QUÍMICOS, FARMACEUTICOS	-	.	786	1267
FÍSICOS E ASSEMELHADOS	-	4515	-	-
OCUPAÇÕES AUXILIARES	3485	.	-	3431
AGRONOMOS, BIOLOGISTAS				
VETERINÁRIOS E ASSEM.	776	725	886	2570
NATURALISTAS, MÉDICOS,				
DENTISTAS E ASSEM.	5806	8223	.	17606
OCUPAÇÕES AUXILIARES	3966	7481	26397	33610
MATEMÁTICOS, ESTATÍSTICOS				
E ANALISTAS DE SISTEMA	-	.	.	833
CIENTISTAS SOCIAIS	-	.	.	3095
ECONOMISTAS, CONTADORES				
E TÉCNICOS DE ADMINISTR.	-	.	.	15845
OCUPAÇÕES AUXILIARES	-	43635	.	6819
PROFESSORES	24172	.	107616	139707
OCUPAÇÕES AUXILIARES DO				
ENSINO	-	.	.	12717
ADVOGADOS MAGISTRADOS				
E ASSEMELHADOS	1705	6210	8525	8821
OCUPAÇÕES AUXILIARES	-	-	-	6595
RELIGIOSOS E ASSIST. SOCIAIS		4921	3717	*3379
ESCRITORES E JORNALISTAS	303	557	667	1836
ARTISTAS, AFINS E AUXIL.	2534	1507	5181	11877
OUTROS	-	-	-	2400

OBSERVAÇÕES:

-: Refere-se à ausência daquelas categorias no censo daquele ano.

.: Números somados na categoria imediatamente abaixo ou acima.

*: Neste ano estão excluídos os assistentes sociais.

A leitura deste quadro coloca alguns problemas relevantes de distribuição, nomeação e agregação das categorias profissionais em grupos e subgrupos ocupacionais, anunciando desde já um dos temas a ser enfrentado pela análise sociológica: por que e como aparecem algumas categorias (por exemplo, os Técnicos de Administração, que são profissionais com formação secundária) e não outras (como as Enfermeiras com formação superior que formavam um grupo separado no Censo de 1960)? Que critério foi usado para incluir uma categoria com menos de 1000 pessoas em Minas Gerais em 1980 (os Matemáticos, Estatísticos e Analistas de Sistema, sem assemelhados) e excluir os Assistentes Sociais (agrupados neste ano com os Religiosos) que no Censo anterior contavam 3717 profissionais no estado? Até o Censo de 1950 os Contadores, Administradores e assemelhados eram parte das ocupações de administração e direção mas, a partir de 1960, foram transferidos para a categoria de ocupações técnico-científicas e assemelhados. Por quê critérios? A diversidade de profissões artísticas nomeadas no Censo de 1950, desaparecidas, ou quase, nos Censos posteriores, faz pensar nas trajetórias desses grupos e das formas de lazer assim como nos efeitos que tiveram sobre eles as mudanças na estrutura econômica e dos sistemas de comunicação de massa.

Os critérios de agrupamento são a ponta mais visível de um conjunto enorme de problemas na produção de dados oficiais, começando pela elaboração teórico-metodológica dos questionários, as formas de aplicação e codificação, que pode ter efeitos decisivos sobre a existência mesmo de um grupo profissional. O aprofundamento nesta direção leva-nos a enfrentar questões sobre o papel das estatísticas, oficiais ou não, na formação dos grupos sociais e também sobre as atividades de representação dos mesmos e sua eficácia relativa, medida pela oficialização estatística de sua existência. Os

critérios de agrupamento constituem-se numa dimensão analítica do problema das profissões que deverá permear parte do estudo apresentado a seguir.

Todo este questionamento não deixa de considerar, no entanto, que, mesmo precariamente, os Censos têm a possibilidade de expressar uma parte das transformações ocorridas na sociedade brasileira e estes dados apontam de maneira clara para o processo de diferenciação e complexificação da estrutura ocupacional. Sua magnitude e significado poderiam ser mais adequadamente analisados caso se trabalhasse com dados menos agregados e que permitissem entender, através do estudo centrado numa profissão específica, as mudanças na natureza das ocupações e da qualificação da mão-de-obra. Tais mudanças dizem respeito às tarefas exercidas por uma profissão ao longo do tempo - alterações, redução ou ampliação no seu campo de atuação - mas se considerarmos que a natureza de uma profissão é algo mais do que o conjunto das tarefas que ela realiza, entramos num vasto universo de questões sobre o funcionamento e organização dos princípios de constituição e hierarquização dos grupos na sociedade. A variação das tarefas de uma ocupação corresponde uma série de alterações na sua posição social, no seu lugar no imaginário social, nos níveis de poder e autoridade que os seus membros detêm, nos rendimentos que eles obtêm, enfim, nos modos de recrutamento, socialização e qualificação profissional.

Alguns estudos clássicos sobre profissões (CARR-SAUNDERS & WILSON, 1933; ELLIOTT, 1975; FREIDSON, 1973; LARSON, 1977; MARSHALL, 1939; READER, 1966.) mostram, cada um a seu modo, que acompanhando o processo de complexificação da estrutura ocupacional há uma tendência a que sejam alterados os fundamentos da posição dos diversos grupos na hierarquia

social, tornando-se a profissão um princípio essencial para definição de posições sociais. Por outro lado, Norbert ELIAS, em La Société de cour e no verbete "Profissões" do Dicionário de Ciências Sociais enfatiza outro aspecto do desenvolvimento da vida profissional que é o da transformação das estratégias dos agentes pela configuração de um padrão original de socialização das pessoas e de uma nova correlação de forças sociais. Como DURKHEIM, ELIAS percebe a profissão como espaço onde as formas mais recentes de coerção social se exercem sobre o indivíduo de modo a viabilizar a sociedade moderna. No Brasil, pouco ou nada se falou sobre isto e mesmo os estudos sobre corporativismo, que, de alguma forma, poderiam tratar do tema, estão voltados para outros ângulos do problema.

Cabe perguntar então pela existência de um processo de profissionalização de grande envergadura e a sua tradução numa ideologia do profissionalismo. Ou seja: investigar em que medida a complexificação da estrutura ocupacional foi acompanhada de uma mudança nos princípios de hierarquização social, no sentido de dar maior significado à profissão. Se isto ocorreu de forma bem clara nos Estados Unidos, na Europa a profissionalização foi bem menos significativa. Conforme a hipótese de LARSON, pode-se dizer que nesta última os princípios de estruturação das hierarquias de caráter profissional enfrentaram concorrentes bastante sólidos - toda a história europeia transparece nos seus critérios patrimonialistas-nobiliárquicos de posicionamento social - ao contrário do que aconteceu entre os americanos. O caso brasileiro parece aproximar-se mais do ocorrido nos países europeus, com algumas diferenças sutis mas importantes. A fraqueza do projeto profissionalizante no Brasil poderia ser atribuída à força dos princípios classificatórios tradicionais - fortes não tanto pela sua longevidade mas sobretudo pela intensidade das desigualdades sociais no nosso país - a qual

conseguiu barrar por um bom tempo a instalação de uma outra estrutura de desigualdade abrangente, fundada na profissão. Estas diferenças internas profundas fazem com que o jogo de poder das profissões só possa ser jogado por atores provenientes da elite, das classes dirigentes.

Esta marca distintiva das profissões brasileiras influencia as trajetórias dos grupos mas também cria certas dificuldades para uma sociologia das profissões no Brasil a qual raramente consegue sair do plano mais geral da oposição entre classe dominante e classe dominada para perceber a especificidade das formas de existência dos grupos profissionais e o seu papel na configuração de determinado padrão de convivência social. Fica-se apenas na utilização do saber como fundamento da reprodução das relações sociais sem que se atente para os processos de reconversão em curso nas lutas entre os diversos setores da elite, cuja importância já foi demonstrada, entre outros, por Simon SCHWARTZMAN (1987) e Luciano MARTINS (1987).

Está aí a dimensão mais substantiva do problema: trata-se de saber se e como PROFISSÃO é fundamento de posição social, no sentido mais amplo do termo, e como isto se traduz em condições ou recursos para uma profissão específica. O quadro complexo das profissões no Brasil e suas relações internas e com as outras esferas da sociedade pode ser decodificado a partir da trajetória de uma dessas profissões, estrategicamente escolhida de forma a mostrar a configuração de forças que incansavelmente vai redesenhando a topografia do espaço social.

Um trabalho que procure analisar a trajetória de uma profissão terá como primeiro desafio a delimitação deste grupo, em termos da abrangência de suas tarefas e de quem são os seus membros. No caso dos engenheiros - e esta é uma das razões que fazem deste um grupo estratégico - o que torna o problema complicado é justamente a amplitude das tarefas que lhes são atribuídas e a diversidade das posições sociais ocupadas por estes profissionais.

Sob o nome de "Engenharia" abrigam-se atividades tão diversas quanto construção civil, pesquisa genética, estudos de ergonomia, controle de circulação urbana, pesquisa e produção agrícolas, exploração mineral, política sanitária, organização dos processos de produção industrial e planejamento da ação estatal. Deste ponto de vista, a Engenharia mostra-se como um objeto muito rico porque permite um questionamento das abordagens naturalizantes e substancialistas que tendem a ver na divisão do trabalho entre as ocupações uma simples distribuição de tarefas técnica e naturalmente delimitadas: a enorme diferença entre as atividades dos engenheiros faz pensar no porquê de a Engenharia ser um nome tão atraente para tantos profissionais e no modo pelo qual se constituiu o lugar atribuído à profissão no espaço social.

Sendo a Engenharia uma profissão legalmente reconhecida, cujo exercício é controlado por conselhos regionais e para o qual se exige um diploma de nível superior, a distribuição dos engenheiros pelas diversas especialidades pode ser vista de forma menos impressionista nos dados do Quadro II sobre o registro profissional no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA-MG)

ENGENHEIROS MG - ESPECIALIDADE/SEXO/ANO DE FORMATURA

ANO	AGRICENSOR		CIVIL		ELETRICISTA		METALÚRGICO	
	AGRÔNOMO		M	F	M	F	M	F
	M	F	M	F	M	F	M	F
1950	15	-	95	-	2	-	-	-
1951	18	-	93	1	6	-	4	-
1952	20	-	72	1	11	-	1	-
1953	22	1	72	3	7	-	1	-
1954	42	1	95	3	12	-	-	-
1955	37	1	92	-	7	-	3	-
1956	38	1	102	-	27	-	2	-
1957	30	-	138	1	3	-	1	-
1958	29	-	111	3	17	-	-	-
1959	26	-	101	-	20	-	3	-
1960	23	-	175	5	22	-	13	-
1961	36	-	148	4	21	-	8	-
1962	38	-	103	-	28	1	-	-
1963	81	-	96	1	50	2	6	-
1964	72	-	113	-	53	1	2	-
1965	73	2	100	4	39	-	15	-
1966	48	-	168	4	83	-	23	-
1967	70	2	137	11	76	-	30	1
1968	81	2	184	16	173	1	33	-
1969	100	-	185	12	183	2	42	-
1970	148	1	252	17	177	3	32	1
1971	143	5	265	11	219	2	31	-
1972	158	4	395	10	175	2	23	-
1973	179	9	436	27	216	1	40	-
1974	322	12	574	27	221	8	9	-
1975	267	20	731	47	315	7	55	1
1976	219	22	642	58	453	20	158	8
1977	238	22	754	107	485	19	119	7
1978	239	28	813	135	423	14	65	3
1979	308	32	994	190	434	36	104	12
1980	250	10	1056	251	400	32	115	4
1981	308	31	1146	236	469	33	111	-
1982	248	26	1047	245	371	25	88	5
1983	317	25	1088	319	472	44	90	4
1984	279	23	991	234	554	44	78	3
1985	318	30	973	280	593	27	67	3
1986	346	34	875	243	450	45	80	3
1987	173	17	558	148	290	32	22	1
1988	73	9	249	78	115	12	19	2
1989	9	2	18	5	12	1	-	-

ANO	MECÂNICO		MINAS		QUÍMICO		OUTRAS ESPECIALIDADES (*)	
	M	F	M	F	M	F	M	F
1950	-	-	7	-	1	-	-	-
1951	-	-	18	-	2	-	-	-
1952	1	-	6	-	4	-	-	-
1953	1	-	10	-	3	-	-	-
1954	-	-	8	-	1	1	-	-
1955	1	-	16	-	1	1	-	-
1956	1	-	9	-	2	-	-	-
1957	5	-	10	1	-	-	4	-
1958	1	-	14	-	1	1	3	-
1959	6	-	9	-	2	-	1	-
1960	29	-	16	-	4	1	-	-
1961	16	-	14	-	1	-	-	-
1962	35	-	15	-	2	-	-	-
1963	44	1	36	-	4	-	3	-
1964	71	-	33	-	8	1	10	1
1965	60	-	35	-	3	1	8	-
1966	156	-	48	-	13	2	5	1
1967	92	-	36	-	7	-	7	-
1968	208	1	37	-	15	3	6	-
1969	186	-	15	-	7	-	15	-
1970	194	1	23	-	11	2	33	-
1971	172	2	30	-	18	1	37	-
1972	111	1	22	-	10	1	33	-
1973	128	-	11	-	5	-	76	-
1974	160	3	7	-	6	4	36	-
1975	261	6	30	-	3	6	51	2
1976	333	8	30	1	15	12	41	1
1977	376	15	26	1	16	5	41	5
1978	317	16	35	1	10	7	77	6
1979	297	5	57	4	12	7	86	8
1980	288	8	79	5	17	8	109	8
1981	419	14	69	3	15	10	102	8
1982	357	5	66	3	16	10	57	4
1983	492	22	47	1	8	5	41	6
1984	453	16	49	1	6	9	78	9
1985	495	21	45	1	13	9	48	3
1986	470	12	69	2	22	5	67	6
1987	199	7	29	2	5	3	25	5
1988	91	2	45	-	5	-	16	-
1989	-	-	1	-	-	-	5	-

(*) inclui: Florestal, Pesca, Eletrônico, Telecomunicações, Siderúrgico, Naval, Aeronáutico.

Uma primeira observação que se impõe é que a diversidade vem sendo construída ao longo do tempo. Nestes quarenta anos surgem especialidades novas (Engenharia Florestal, Aeronáutica e Eletrônica), outras vão se tornando mais relevantes, como se pode ver pelo crescimento do número de profissionais nas áreas de Engenharia Química, Mecânica e Metalúrgica. As Engenharias Civil e Elétrica mantêm um padrão estável de crescimento, ao lado da Agronomia e no caso da Engenharia de Minas nota-se uma tendência ao declínio, pelo menos relativo.

Estamos entrando aqui num segundo patamar de questões: o da diferenciação interna da profissão. Inicialmente, ela se apresenta como distinção entre especialidades, o que poderia indicar a existência de uma diversidade técnica, pouco relevante socialmente. Mas algumas poucas conversas exploratórias com o pessoal da área mostram que não apenas estamos diante de uma variação das tarefas mas também nas formas sociais de sua definição e realização. A diversidade das situações de mercado demonstra diferenças entre posições na ocupação (empregado e empregador), gêneros, faixas etárias, profissionais de distintas origens escolares e graus de qualificação, em relação à remuneração, prestígio, poder e organização das carreiras.

Diante deste quadro de distinções tão marcadas, coloca-se uma questão de cunho mais substantivo, relativa à delimitação e à coesão do grupo: o que define a Engenharia como profissão? Qual é o limite entre quem é e quem não é membro da profissão? Que tipo de grupo é uma profissão ou esta profissão em particular? Qual é o fundamento da coesão do grupo? Diante da diferenciação das condições de exercício, quais são, na prática, as propriedades da unidade do grupo profissional? Ou ainda, se podemos considerar as profissões em geral como grupos

sociais, o que nos permite fazer isto, quando podemos tratá-las como tal?

Há estudos sobre a estrutura social brasileira que partem de categorias analíticas globais, como "classe" ou "elite", fundantes dessa estrutura. Pode-se citar aqui os trabalhos de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Leôncio Martins Rodrigues ou Juarez Rubens Brandão Lopes. Outra vertente procura dar ênfase ao jogo político cujas relações seriam formas mais ou menos refinadas de dominação e aí podemos incluir as análises de Wanderley Guilherme dos Santos, Raymundo Faoro e Luciano Martins. Os diversos grupos profissionais, a composição setorial do emprego e a formação dos perfis ocupacionais são destacados como dimensões relevantes na constituição da estrutura social por José Pastore, Vilmar Faria e Nelson Vale Silva. Não cabe aqui fazer uma análise mais elaborada desses trabalhos mas alertar para o fato de que se pretende neste estudo avançar na compreensão mais adequada de certos processos mais finos que permitem fazer a mediação entre a dimensão estrutural e os padrões de sociabilidade em seu nível micro, de decisões, de implementação de políticas, de exercício da autoridade, de formação de hierarquias e organizações. Para isso é necessário incorporar um elemento crucial: o sujeito. Este é um tema central nos debates teóricos atuais, tanto na historiografia inglesa, com Edward Thompson e Christopher Hill, quanto na sociologia de Pierre Bourdieu e Alain Touraine. Os argumentos envolvidos encaminham-se no sentido de ressaltar a dimensão simbólica como espaço fundamental de constituição de atores coletivos e atuação dos agentes. Sendo assim é importante propor uma leitura das relações sociais no Brasil em que ganhem relevo os atores e as condições de sua formação e na qual se procure tomar uma lupa para compreender a trama mais fina que dá consistência e inteligibilidade às tabelas dos grandes números (com a

permissão do Prof. Fábio Wanderley Reis). Combinando a idéia de um agente com o plano coletivo-estrutural de ação, esta perspectiva permite compreender o papel civilizador que se propuseram ter certas camadas intelectuais (GOULDNER, 1985) com seus projetos para a sociedade e também a organização de ações que se valem do saber como base possível de reivindicações, estabelecendo um certo tipo de corporativismo, uma nova forma de classificação fundada nessa modalidade de propriedade moderna que é o conhecimento. (ALMEIDA, 1989, LARSON, 1977, GIANNOTTI, 1990).

Este conjunto de questões coloca-nos diante da necessidade de formular um quadro conceitual adequado - no caso, repensar o próprio conceito tradicional de profissão e a relação que se estabelece entre título e posto, saber e poder, educação e trabalho. Para isto é necessário compreender a gênese e a história do conceito e de sua apropriação pelos sociólogos.

Todos estes problemas são desdobramentos da questão sobre os profissionais e seu lugar na sociedade. O texto a seguir se propõe a transformar em sociologia essas curiosidades iniciais. Para fazer isto foi necessário consultar um vasto material empírico. As principais fontes de informação histórica foram livros sobre a Escola de Minas de Ouro Preto e biografias dos seus ex-alunos, anuários da Escola de Engenharia da UFMG e da PUC-MG, discursos e entrevistas. Entre estas deve-se destacar uma série publicada pela USIMINAS na qual foram entrevistados seus fundadores, a partir de um projeto organizado por Bernardo Matta-Machado, que também me permitiu o acesso à entrevista não-publicada com Lucas Lopes. Outra série de depoimentos importantes (de empresários mineiros) foi gentilmente cedida pela professora Ligia Pereira. Eu mesma

entrevistei 25 engenheiros em posições diferenciadas segundo o setor da economia, o tamanho da empresa, a especialidade, o tempo de carreira e as posições institucionais nas entidades de classe.

O presidente do CREA-MG, Eng. Onofre Resende, forneceu os dados sobre a origem, especialidade e ano de formação dos engenheiros mineiros. No Instituto Euvaldo Lodi - ligado à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) - obtive os dados sobre estágios e no Sindicato dos Engenheiros de Minas Gerais (SENGE-MG) aqueles sobre salários, rescisões de contratos profissionais, consultorias e pautas reivindicativas nos diversos setores empresariais. Os estudos da Comissão para o Vestibular da UFMG foram a fonte dos dados sobre os alunos dos diversos cursos nesta instituição.

Na FIBGE obtive dados mais gerais sobre a população profissional, principalmente sobre o contingente em cada grupo e sobre remuneração. O grau de agregação das informações censitárias dificulta o tipo de análise que pretendi realizar e os outros tipos de dados disponíveis (PNAD ou Censos Econômicos) não estão organizados num formato adequado para o estudo das profissões. Para completar e refinar estas informações recorri aos trabalhos de Solange SIMÕES, Tania FANTINI e a uma pesquisa recente feita pela Vox Populi sob encomenda do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Finalmente, fiz um pequeno survey (450 questionários) entre os estudantes de nível superior em Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais (várias áreas), na Universidade Católica de Minas Gerais (engenharias),

nas escolas da FUMEC e KENNEDY (engenharias), para o qual contei com a colaboração de vários professores, entre os quais devo destacar Tania Fantini e Jucy Normand (EEUFMG), Jorge Perelló (PUC) e Paulo Roberto Henrique (FUMEC).

A escolha de Minas Gerais como limite geográfico para o estudo dos engenheiros deve-se à história desses profissionais mais que às dificuldades impostas pela ausência de dados abrangentes. Criando estatais, agências de planejamento, empresas modernas, os engenheiros mineiros abriram caminhos para a sua profissão inclusive no nível nacional e foram agentes fundamentais na produção de uma nova forma de hierarquização dos grupos sociais. A impossibilidade de perceber os contrastes, as variadas dimensões das relações profissionais em todos os estados brasileiros seria o principal limite deste tipo de enfoque que se propõe a compreender a profissão não como corpo estático mas como autor de sua própria trajetória no espaço social.

Para organizar o material empírico e responder as questões colocadas antes, procurei definir, a partir dos temas tratados na sociologia das profissões, os problemas principais a serem analisados. A pergunta sobre a existência de um projeto de profissionalização no Brasil leva ao tema da constituição das profissões, da delimitação do espaço profissional e é este o objeto dos capítulos I, II e III. Na tentativa de evitar o tradicional "capítulo teórico" das teses e procurando aproveitar de forma mais produtiva os dados disponíveis acabei dando um formato ao meu trabalho que integra os planos teórico e empírico. Deste modo - e sempre ressaltando o caráter de tentativa - as diferentes teorias sobre as profissões lançam luzes sobre a imensa diversidade do real mas os dados também são usados como fonte de compreensão e avaliação dessas

teorias. Assim o capítulo I inicia-se com uma reflexão sobre a sociologia das profissões enfatizando dois eixos principais: a especificidade das formas sociais de sua existência e o processo de formação do espaço profissional. Mas mais que fazer uma apreciação abstrata das diferentes hipóteses sugeridas pelos autores procurei analisá-las à luz da trajetória dos engenheiros mineiros. Desta maneira, o destaque dado por DURKHEIM ou PARSONS e os funcionalistas em geral para a especificidade das formas de ordenação e estratificação social é retomado na história dos engenheiros e de sua tentativa de reorganizar as relações sociais em Minas e depois no Brasil. Esta história oferece, no entanto, outros elementos que reforçam a abordagem weberiana onde se destacam os conceitos de poder, dominação, monopólio, sempre vinculando o processo de diferenciação do espaço profissional ao de instituição de uma nova estrutura de desigualdade social. Os dados sobre a Escola de Minas de Ouro Preto, o caráter da formação profissional e o estilo de atuação dos engenheiros compõem o que denominei (a partir de LARSON) Projeto Profissional. Na sua composição entram os elementos que esta autora define como pertencentes à esfera da mobilidade social e também outros tantos que o caracterizariam como sendo um projeto de dominação. Novamente o empírico instiga a busca de outros caminhos teóricos e a análise bourdieusiana da estruturação dos grupos a partir da posse de tipos diferenciados de capital permite compreender a natureza do jogo travado em torno dos princípios de organização da vida social. A concorrência que aí se estabelece mostra que a busca de imposição da autoridade cultural, que segundo STARR fundamenta o trabalho das profissões, é um processo mais abrangente e que a luta entre os bacharéis e engenheiros não se dá apenas em torno da probabilidade de se obter obediência a mandatos relativos à área de competência profissional estrita mas de definir uma certa configuração para o espaço social.

O capítulo II, ainda tratando da criação e organização do campo profissional, contém a análise de um segundo momento da trajetória dos engenheiros no qual toma forma o seu projeto. Destaca-se aqui a criação das empresas estatais - CEMIG e USIMINAS - que se transformaram em núcleos irradiadores dos princípios de organização, hierarquização e racionalização do mundo que os engenheiros pretendiam instituir. A relação entre os planos estadual e nacional aparece como política de conciliação em Minas Gerais e como expansão do projeto profissional para o nível do país. Como aparece no capítulo anterior, a formação escolar desempenha um papel importante na definição do padrão de atuação profissional mas também na criação de um capital de relações sociais que influencia na demarcação de um nicho de mercado fortemente protegido e monopolizado.

O terceiro capítulo trata do período recente da trajetória dos engenheiros. Para compreender a situação atual desses profissionais foi feita uma separação entre os diversos itens que compõem a pauta de problemas da sociologia das profissões. A configuração do mercado é o assunto deste capítulo, finalizando as discussões sobre a formação do espaço profissional. A primeira característica do mercado nesta fase é a intensificação da concorrência produzida pela diversificação da estrutura ocupacional. Se pode parecer estranho que se considere a diferenciação das ocupações como responsável pelo crescimento do número de concorrentes aos engenheiros, é importante retomar as questões teóricas para insistir no caráter social da divisão do trabalho, isto é, no fato de que a atribuição de tarefas é fenômeno afeito à esfera social e não técnica. Ganha relevo, a partir daí, a dimensão organizacional como palco principal do trabalho instituído realizado pelas diversas profissões. Paralelamente ao processo macro de diversificação da estrutura ocupacional, ocorre no nível micro

uma intensa luta pela modelagem dos diversos trabalhos dentro das empresas. O foco da atenção é dirigido então para as características das atividades profissionais nesta instância, dando-se ênfase especial aos conflitos pela demarcação da esfera de atuação dos engenheiros. O conceito de "jurisdição", criado por ABBOTT para analisar o laço de uma profissão com suas atividades é o ponto de partida para a explicação desse item mas a ele devem ser acrescentados elementos que permitam captar a dinâmica da concorrência entre os diversos grupos pela definição dos princípios de demarcação e hierarquização, agora no plano organizacional. É novamente a sociologia de Pierre BOURDIEU que se pode recorrer para explicar este jogo de produção de classificações objetivas que transforma os profissionais em agentes responsáveis pela construção dos lugares de classe que eles ocupam.

No capítulo IV inicia-se a análise do segundo eixo temático, o das formas específicas de coesão das profissões enquanto grupos sociais. De acordo com as condições estruturais do mercado, analisadas no capítulo anterior, configuram-se possibilidades diferentes de organização das trajetórias individuais e a profissão se traduz para cada um de seus membros em carreiras. Segundo Magali LARSON elas seriam um dos elementos fundadores da unidade da profissão. Desta ótica se supõe a existência de um modelo único, uma só trajetória típica para a profissão, que não é o que ocorre com os engenheiros mineiros. Estes se distinguem segundo as relações de emprego, setor da economia, gênero, idade. Formam-se várias trajetórias modais e permanece o problema da unidade do grupo.

Desde DURKHEIM a sociologia vem destacando o caráter comunitário da vida profissional fundado no processo de socialização comum a que seus membros são submetidos. O

conhecimento do qual se vale cada profissão seria então o fundamento da coesão do grupo. Na medida em que os autores weberianos introduzem o conceito de poder torna-se possível captar uma outra dimensão desses saberes: sua possibilidade de fundar o poder das profissões. Com isto, a formação dos profissionais não é vista apenas como socialização numa determinada comunidade mas também como mecanismo de exclusão que, a partir da instituição de um sistema de credenciamento, define quem é ou não passível de ser considerado membro do grupo e de usufruir das garantias e regalias que o mercado reserva a cada profissão. LARSON enfatiza o papel da escola como formador de uma mercadoria unificada - a prestação de um serviço segundo um padrão comum - e FREIDSON chama a atenção para a sinalização que o sistema de credenciamento fornece ao mercado com a hierarquização entre as diversas instituições. Para unificar esses dois elementos de modo que se possa também compreender o funcionamento da escola como criadora de um certo "habitus" profissional e de hierarquias entre os membros do grupo recorri à teoria bourdieusiana sobre o campo escolar. Diferenças sociais anteriores à escola, que podem ser vistas na desigualdade do público de cada uma delas, são reforçadas e transformadas em diplomas com valores diferentes diante do mercado, apesar de formalmente idênticos. Para reconstruir a lógica das trajetórias percorridas pelos estudantes começo pela análise da distribuição social das vocações, vistas não como chamado individual mas como capacidade de percepção das condições da própria posição e do campo profissional como um todo. As trajetórias se completam com as diferentes possibilidades que os formandos terão para se colocar no mercado, segundo sua origem escolar. Travestidas de desigualdades entre os diversos tipos de conhecimento as trajetórias distintas justificam-se aos olhos dos indivíduos. Mas neste ponto, retoma-se a questão das diferenças entre os saberes. Segundo LARSON, cada profissão tem suas chances de sucesso definidas pelo que ela chama de "marketability" do

conhecimento que o grupo detém. Mas é em Paul STARR que se pode perceber que a hierarquia dos saberes se funda no trabalho de instituição que permite a cada grupo impor suas posições no quadro das necessidades sociais.

A construção da unidade profissional é retomada no sexto capítulo a partir da problematização feita pelos autores marxistas que, dando maior relêvo aos cortes de classe, dividem cada profissão em grupos irreconciliáveis. Se o assalariamento (ou proletarização, como querem alguns) coloca problemas para a análise das profissões, e o mesmo se pode dizer dos processos de burocratização, nota-se que o que está em jogo é a definição mesmo do que seja uma profissão. Concebê-la como classe estruturada em torno da posse de um tipo específico de capital, o cultural, dá maleabilidade à análise para que se possa dar conta, sem perder o rigor, dos processos de construção e esgarçamento da unidade pelos quais o grupo passa ao longo de sua trajetória. Desta perspectiva, a coesão se funda no partilhar uma certa representação do mundo social e natural mas também no enfrentamento efetivo de outros grupos na luta pela imposição dos princípios de organização da vida social. A profissionalização funda a unidade do grupo na medida em que, mesmo sendo objeto de lutas internas pela definição do seu formato, unifica o sentido da ação de cada profissional e da profissão em seu conjunto.

CAPITULO I

A GENESE DO ESPAÇO PROFISSIONAL

As questões inventariadas na introdução conduzem ao estudo dos grupos profissionais pelo ângulo de sua trajetória histórica que começa pela delimitação de fronteiras, num processo de instituição de formas específicas de ordenação da vida social. Já nos autores clássicos as profissões se destacam como elemento central na vida das sociedades modernas e neste capítulo será discutido o sentido atribuído pelos diversos cientistas sociais ao tipo de estruturação das relações sociais que tem por base a profissão. Se no projeto durkheimiano de pesquisa as profissões aparecem como solução para a crise moral do seu tempo, as análises de PARSONS e dos funcionalistas retomam a idéia da centralidade dos grupos profissionais nas sociedades contemporâneas que seria resultado da sua qualificação e de outros atributos como neutralidade afetiva e orientação para a comunidade, para o chamado "ideal de serviço". A crítica weberiana a estas teorias introduz o conceito de poder e de monopólio ao mesmo tempo em que dá maior relevo aos processos históricos de formação do espaço profissional: a especificidade das formas sociais de existência das profissões passa a se vincular aos modos de ordenação do mundo social, tomados como expressão do domínio de um determinado grupo. A constituição do campo profissional dos engenheiros é vista neste capítulo em seus momentos iniciais e analisada a partir das teorias que destacam a profissionalização como projeto de mobilidade social mas também como luta pela estruturação da sociedade. Assim, o desenvolvimento da profissão se dá a partir da diferenciação de um setor da classe dirigente e em concorrência direta com os bacharéis na busca de se instituir novos princípios de visão e

divisão do mundo. Com isto não apenas se alteram as escalas de prestígio mas cria-se também uma nova forma de dominação.

DURKHEIM E A DIVISÃO DO TRABALHO SOCIAL

Numa França marcada por um século de conflitos potencialmente disruptivos da ordem social, surge a temática das profissões como um dos principais elementos fundadores da Sociologia de Durkheim. Este autor elegeu a integração social como principal problema de investigação sociológica (PARSONS, T., 1977) e concedeu aos grupos profissionais um papel essencial na organização integrada das sociedades modernas. As crises pelas quais passava a sociedade francesa poderiam ser atribuídas ao rápido desenvolvimento econômico dos últimos dois séculos sem que tivesse havido um desenvolvimento paralelo, das normas morais que pudessem regulamentar o novo estado das relações sociais. Mas "uma regulamentação moral ou jurídica exprime essencialmente necessidades sociais que apenas a sociedade pode conhecer; assenta num estado de opinião e toda a opinião é coisa coletiva, produto de uma elaboração coletiva. Para que a anomia cesse, é preciso assim que exista, ou se forme, um grupo onde se possa constituir o sistema de normas que atualmente falta."

"Nem a sociedade política no seu conjunto, nem o Estado, podem evidentemente cumprir esta função; a vida econômica, porque é muito especial e se especializa cada dia mais, escapa à sua competência e à sua ação. A atividade de uma profissão não pode ser regulamentada eficazmente senão por um grupo bastante próximo desta mesma profissão para lhe conhecer bem o funcionamento, para lhe sentir todas as necessidades e poder seguir todas as suas variações. O único que responde a estas condições é aquele que todos os agentes de uma mesma indústria reunidos e organizados num mesmo corpo formariam. é o que se chama a corporação ou grupo profissional." (DURKHEIM, E., 1984:12)

Definindo sua existência a partir de uma divisão do trabalho de caráter mais técnico ou econômico, os grupos profissionais ganham importância para a vida social pelas suas qualidades morais, pelas possibilidades que encerram de assegurar a unidade social, pelas funções integrativas que possam desempenhar. Este tipo de enfoque privilegia a função em detrimento da delimitação dos grupos, deixada de lado pelo caráter mais técnico que lhe é atribuído. Mas, se não se pode negar a grandeza da obra de DURKHEIM, é impossível não reconhecer os traços do reformador social detrás do sociólogo, característica que ele partilhava com outros autores do período: "preocupados com a moralização da vida profissional, eles enfatizavam a integração ética que produzia (ou deveria produzir) um ou outro tipo de institucionalização da divisão do trabalho, de forma a limitar ou fazer desaparecer os conflitos de classe." (CHAPOULIE, J.M., 1973:91)

D FUNCIONALISMO

Essa primeira abordagem da vida profissional gerou frutos mais alentados a partir dos estudos norte-americanos sobre o funcionamento e a história das associações profissionais elaborados desde o início do século XX. Mas é com PARSONS, MERTON e seus discípulos que se constitui a tentativa mais completa nessa área: procurou-se "construir os princípios de coerência do conjunto de características das profissões, isto é, uma teoria do funcionamento, senão da gênese, dos grupos profissionais." (CHAPOULIE, idem, ibidem.)

Para PARSONS, as "profissões são sistemas de solidariedade cuja identidade se baseia na competência técnica de seus membros, adquiridas nas instituições educacionais e científicas." (PAIXÃO, A.L., 1988:4). Com o desenvolvimento das sociedades modernas, as profissões passaram a ocupar um lugar central no sistema ocupacional e dominaram os diversos tipos de

discussão pública desde o final do século XIX. Não sendo nem capitalistas nem trabalhadores, nem administradores governamentais típicos ou burocratas, os profissionais formam grupos de fronteiras fluidas mas poderiam ser distinguidos por alguns critérios: eles são portadores de treinamento técnico formal com validação institucional da adequação deste treinamento e da competência do indivíduo treinado e são indivíduos que possuem um domínio sobre a racionalidade cognitiva, tomada em sentido mais amplo, quase uma "cultura geral", aplicável a um campo específico. Aliada ao domínio de uma certa tradição cultural, eles desenvolvem uma habilidade especial. Outro critério distintivo relevante, segundo PARSONS, seria o controle da profissão sobre o uso socialmente responsável dessas qualificações.

O ponto de partida para o entendimento da situação das profissões é sua localização no sistema cultural: historicamente, a possibilidade da profissão institucionalizar-se significativamente, constituindo vínculos mais estreitos no interior do sistema social, foi dada pela ancoragem no sistema cultural, em expansão constante e firme nas sociedades modernas. (PARSONS, T.: IESS, pag. 543, verbete "Professions"). O conhecimento adquire maior centralidade e as universidades e instituições de pesquisa, mais desenvolvidas pela expansão do sistema cultural, tornam-se o centro da estrutura institucional das profissões, de onde se irradia em duas direções principais, gerando dois tipos de profissionais: dentro do próprio sistema cultural, com a institucionalização das disciplinas intelectuais; e na criação de formas de aplicação prática dessas disciplinas no sistema social.

A centralidade dada por PARSONS ao conhecimento tem duas consequências principais: a primeira delas é dar uma importância desproporcional, talvez, ao ramo acadêmico das profissões. A própria divisão entre ramos - acadêmico e prático -

, englobando neste último uma série imensa de tipos de trabalho diferenciados é sintoma da desproporcionalidade. Esta questão, no entanto, exige uma quantidade maior de dados empíricos para ser discutida. A segunda consequência diz respeito à lógica interna de evolução dos complexos profissionais. Pelo fato de se originarem de um processo de diferenciação produzido a partir de uma matriz religiosa primária, as disciplinas profissionais enfrentariam dois desafios. No plano acadêmico, a necessidade de diferenciar-se e, ao mesmo tempo, manter prestígio e autoridade autônomas em relação ao campo religioso. No plano prático, a dificuldade de penetrar em áreas anteriormente resolvidas pelo senso comum, sem intervenção de "personagens especiais".

Tendo chegado a este ponto, que me parece crucial para uma análise estrutural das profissões, PARSONS faz "uma ampliação significativa do 'lado weberiano' (e, portanto, voluntarista) da teoria geral, às expensas da fidelidade ao coletivismo durkheimiano - diminui o peso explicativo de dimensões como "valores comuns" sobre a integração sistêmica, ao mesmo tempo em que se amplia o espaço teórico da escolha racional de alternativas comportamentais." (PAIXÃO, A.L., 1988:5). Esta inflexão na sua trajetória teórica faz com que, mesmo mantendo a sua preocupação com a profissão como elemento estrutural importante na sociedade moderna, PARSONS detenha-se no enfrentamento do "dilema representado pela oposição entre "racionalidade" privada e "interesse público" como motivações para a ação individual." (PAIXÃO, A.L., 1988:4) Novamente, os grupos profissionais são importantes, agora por um outro motivo. Pela sua distância das organizações burocráticas, a prática profissional tende a ser mais próxima do sistema de guildas e portadora de um maior status. Sendo assim, os profissionais tenderiam a apresentar dois tipos de orientação nas suas ações: um ideal de serviço que os distinguiria dos negócios orientados para o mercado e um padrão associativo diferente do existente nas organizações burocráticas e daquele mais orientado para o

mercado. (PARSONS, T., IESS) Com isto, a ação profissional passa a ser interessante como objeto na medida em que supera a oposição entre os dois pólos orientadores mencionados acima.

A problemática das profissões passa a girar em torno das orientações dos atores e, nesse caso, a relação médico-paciente pode ser considerada um modelo do tipo de análise que vai se tornando comum entre os funcionalistas: médico e paciente têm seus papéis normativamente definidos e seus atributos podem ser expressos em termos de variáveis-padrão.

Mas ainda que o 'lado weberiano' seja privilegiado - "Boa parte da análise da relação médico-paciente aponta para a escolha racional de meios por indivíduos particulares para obter objetivos escolhidos deliberadamente" - RHDADS (1991) chama a atenção para o fato de que "doença e psicoterapia tornam-se mecanismos de controle que limitam o desvio e reintegram o desviante. Elas são portanto, de acordo com Parsons, processos que contribuem para a função integrativa da sociedade mantendo as pessoas em seus papéis. Nesse contexto, Parsons fala do "equilíbrio motivacional do sistema social. Para além da análise da perspectiva dos atores, Parsons identifica aspectos não-planejados da relação." (RHDADS, J.K., 1991:100). Segundo RHDADS, poderíamos identificar motivações existentes mas não-reconhecidas que permitiriam atribuir à psicoterapia funções latentes para o controle social. A admissão de funções latentes pressuporia assumir a sociedade como ator coletivo, diferente dos seus membros, que realizariam funções integrativas no interesse da coletividade.

Controvérsias à parte, podemos dizer que, reduzidas às suas características essenciais, a teorização parsoniana atribui às profissões uma posição intersticial na estrutura social, razão do tipo de orientação coletivista dos profissionais. Mas além disto, os profissionais realizam a

mediação entre as necessidades individuais e as necessidades funcionais, contribuindo assim para a regulação e o controle que permitiriam o melhor funcionamento possível do sistema. Como mostra CHAPOULIE (op. cit.), este tipo de abordagem leva ao estudo dos grupos profissionais neles mesmos, sem qualquer referência à sua posição na estrutura social e às suas relações com outros grupos. Parece-me, entretanto, que PARSONS chega bem perto de uma análise que incorpora essa questão quando coloca os problemas enfrentados pelas diversas profissões devido à origem disciplinar comum (filosofia religiosa). Resta saber por que não foi além.

Não há dúvidas do ponto de vista do funcionalismo, quanto às possibilidades de que a profissão seja princípio definidor e hierarquizador dos grupos sociais. Na realidade, é o grande princípio fundador de todas as diferenças, eixo organizador das sociedades modernas. Mas, além de PARSONS, outros teóricos merecem ser analisados, especialmente DAVIS e MOORE, na medida em que o seu pensamento corresponde a um certo senso comum. O texto desses autores, "Alguns princípios de estratificação social", é um dos mais conhecidos no Brasil. Os grupos profissionais diferenciam-se pelas funções que exercem e hierarquizam-se pelo grau de necessidade que o sistema tem deles. Na tentativa de tornar mais acessível o modelo parsoniano, DAVIS e MOORE introduziram um complicador, o conceito de necessidade num sentido mais substantivo. Para o caso das profissões caberia perguntar sobre o modo como se define esta necessidade, teórica e metodologicamente, mas também social e historicamente (como faz Melvin TUMIM).

A linha mais puramente parsoniana de análise das profissões foi recuperada recentemente no trabalho de Andrew ABBOTT, de 1988, The System of Professions. Neste estudo, o autor retoma as idéias centrais de PARSONS, formulando uma definição de profissão (grupos ocupacionais exclusivos que aplicam

conhecimentos mais ou menos abstratos a casos particulares). e de suas interrelações nos mesmos moldes. Como na formulação parsoniana o conhecimento ocupa um lugar central:

"Minhas questões de fundo dizem respeito à evolução e às interrelações entre as profissões, e, mais generalizadamente, às formas pelas quais os grupos ocupacionais controlam o saber e a qualificação. A evolução das profissões resulta das suas interrelações, que são determinadas pelo modo como esses grupos controlam saber e qualificação. "
(ABBOTT, A., 1988:8)

A principal característica distintiva das profissões seria o grau de abstração do conhecimento que elas controlam e é através da abstração que se pode diferenciar a competição interprofissional daquela que se realiza entre as ocupações em geral. O fator que habilitaria uma profissão a sobreviver no sistema seria o grau de abstração dos conhecimentos que ela monopoliza mas este grau é variável no tempo e no espaço. "O que importa é a abstração efetiva o suficiente para competir num contexto histórico e social particular." (idem, pag. 9)

Como em PARSONS, a evolução das disciplinas é o fundamento das mudanças no sistema profissional. ABBOTT, no entanto, introduz o conceito de "Jurisdição" que me parece representar um avanço substantivo. "Jurisdição" seria o laço que se estabelece entre o grupo profissional e a área de conhecimento sob seu controle. Cria-se assim um vínculo conceitual mais social que técnico dentro do sistema profissional e abrem-se possibilidades para a compreensão do processo conflituoso, de luta mesmo pela monopolização dos espaços profissionais. Mas dois limites devem ainda ser apontados nesta abordagem: a divisão entre as diversas jurisdições é feita a partir de critérios puramente técnicos (vinculados à lógica da evolução da disciplina correspondente), criando dificuldades para uma incorporação adequada e abrangente do próprio conceito. Além disto, há uma pressuposição tácita de que a divisão social do trabalho refere-

se a um conjunto de tarefas definidas que podem mudar de mãos mas não podem ser criadas e portanto o conjunto/sistema não se expande. Perde-se aqui um ponto importante que é o da criação de necessidades sociais a partir da própria atuação dos agentes.

O essencial parece ser o destaque dado pelos autores mencionados à especificidade das formas de ordenação e estratificação social que acompanham as profissões e, paralelamente, ao desenvolvimento de um modo diferenciado de conhecer e conceber o mundo, social e natural, que se estabelece no conjunto de instituições formadoras do sistema cultural parsoniano. Mas temos aqui um problema: a idéia de que o fundamento da formação do sistema profissional seja a evolução das formas de conhecimento "naturaliza" o processo, retornando à concepção durkheimiana de divisão/organização técnica do trabalho profissional. Com isso, são excluídos do processo a sua história propriamente social e, conseqüentemente, também ficam ausentes a idéia de atores responsáveis por isto e um dos elementos centrais nos processos de monopolização das áreas de saber e de utilização deste monopólio como recurso de negociação na sociedade que é o "poder"; conceito chave entre os teóricos de linha weberiana.

PODER E SABER, MERCADO E MONOPÓLIO

Nesta abordagem, que é muito ampla e, provavelmente, a mais conhecida e utilizada, a incorporação da divisão social do trabalho como fundamento da existência dos grupos profissionais é mediatizada pela categoria "poder". É difícil fazer generalizações sobre os estudos produzidos nesta perspectiva - mesmo porque o próprio conceito de poder é construído de forma distinta em cada autor - mas é evidente, entre eles, um maior grau de "historicidade" quando comparados aos funcionalistas. O núcleo das análises neste caso é a profissionalização, isto é, o processo pelo qual certas áreas de competência, delimitadas pela

divisão do trabalho, são monopolizadas por determinadas categorias de trabalhadores. A luta pelo monopólio, pela constituição de um mercado razoavelmente fechado e protegido, é a marca distintiva das profissões enquanto grupos sociais.

A abordagem weberiana acentua uma tendência da sociologia das profissões: a passagem do estudo do papel apropriado de cada profissão (marca do modelo funcionalista) à análise da profissionalização como fenômeno pertencente à dimensão da desigualdade social como relação de poder, para a qual o conceito de "status" é essencial. Em consequência, o processo de profissionalização é visto como luta/usurpação da honra, prestígio etc, e as guildas medievais tornam-se parâmetro, mesmo que de caráter negativo, para a caracterização dos grupos profissionais.

As categorias centrais nesta abordagem - poder, mercado, monopólio -, de inspiração nitidamente weberiana, definem um campo analítico em que se destacam dois pólos: num deles, temos uma ênfase na dimensão cognitiva, como é o caso de FREIDSON ou LARSON. No outro pólo, ela é posta na dimensão organizacional ou institucional do processo de profissionalização, como no trabalho de STARR. Esta polarização existe apenas como ênfase diferenciada pois os elementos da dimensão cognitiva ou institucional estão presentes em todos os autores.

LARSON E A CONSTITUIÇÃO DO MERCADO

Magali Sarfati LARSON e Eliot FREIDSON formam o núcleo do setor mais substancialista do modelo em questão. Para esses dois autores, o controle sobre uma determinada área do saber é o elemento essencial para a organização de um grupo profissional. Há uma grande proximidade entre os dois e o seu

enfoque tem sido a base para boa parte da sociologia das profissões produzida no Brasil.

LARSON (1977) analisa o processo histórico de ascensão do profissionalismo enquanto forma distinta de organização social: segundo esta autora, com o fortalecimento das profissões, inaugura-se uma nova forma de desigualdade estrutural. Tendo como referencial o livro de Karl POLANYI, A Grande Transformação, LARSON mostra as mudanças por que passou a sociedade moderna e que fizeram com que o mercado se tornasse a instância fundamental. Paralelamente a isto, há também uma alteração na forma de estruturação do conhecimento e de sua relação com as outras instâncias, transformando-se o saber, a posse de uma qualificação qualquer, num tipo de propriedade tipicamente moderno. A partir dessas duas definições mais gerais, vincula-se o estudo das profissões à compreensão dos mecanismos de funcionamento da sociedade e, em especial, à problemática dos intelectuais e sua posição na estrutura social.

"...quando consideramos sociedades de classe, o desenvolvimento de papéis e funções especializados é amplamente determinado pela estrutura de desigualdade da qual é inseparável: (sendo) dependente da distribuição desigual de riqueza, poder e conhecimento, a institucionalização das funções especializadas contribui, ela mesma, para a distribuição desigual de competências e recompensas."
(LARSON, 1977:2)

Nas sociedades de classe, todo conjunto de conhecimentos e práticas, bem como os frutos de sua aplicação, é potencialmente monopolizável pelos seus criadores-possuidores. Desde a época dos grandes impérios, na Antigüidade, há uma íntima associação entre as pequenas elites letradas e o consumo de serviços especializados. No caso dos serviços médicos, universalmente necessários, há uma nítida separação entre os "especialistas para a elite" e os "práticos", para clientela mais populares. Esta distinção torna-se clara com o surgimento

das universidades medievais: a associação com a Igreja ajudou a construir a aura de mistério em torno do conhecimento esotérico das profissões e o uso do Latim inscreve este ensino no círculo das elites. Do seu lado, os "práticos" aparecem organizados em guildas de ofício, fortalecendo suas organizações com o desenvolvimento dos centros urbanos e, diferentemente dos ramos mais elevados da sua especialidade, atuando primariamente para um mercado de serviços, com uma orientação fortemente comercial.

A rigidez das formas de estratificação vigentes nas sociedades pré-industriais não permitiu que se unificassem regiões da divisão social do trabalho que, sendo tecnicamente próximas, estavam socialmente muito distantes, como é o caso dos cirurgiões (da guilda dos barbeiros e açougueiros) e os clínicos (que, na Inglaterra, eram cavalheiros com certificado concedido pela autoridade real). Com o surgimento do capitalismo industrial e sua posterior evolução para a forma corporativa, as profissões foram compelidas a organizar-se em torno do princípio geral do capitalismo - o mercado. A dissolução das formas de legitimidade particularistas - como das profissões educadas do período anterior - obrigou a que se organizassem ou se reconstruíssem mercados profissionais competitivos: as profissões deveriam unificar as áreas correspondentes da divisão do trabalho em torno de princípios que só seriam homogêneos se fossem universais e autônomos, isto é, definidos por critérios profissionais e independentes da caução, externa e tradicional, do status. A credibilidade e a legitimidade das profissões fundam-se numa base monopolística diferente e mais extensa: a pretensão de controle exclusivo sobre uma expertise superior.

A partir deste quadro, LARSON define o Profissionalismo como um projeto coletivo de mobilidade social, articulado em torno de um determinado tipo de conhecimento, cujo monopólio permite controlar um mercado definido. Trata-se de um processo que busca um duplo monopólio: da expertise no mercado e

do status no sistema de estratificação. Este projeto pode ser entendido como "tentativa de traduzir uma ordem de recursos escassos - conhecimentos especiais e qualificação - em outra - recompensas econômicas e sociais." (LARSON, 1977:XVII)

Podemos agora passar para um plano mais histórico em que se procurará definir o modo como se institui um novo padrão de estratificação vinculado a grupos profissionais, o processo mesmo de constituição de um campo autônomo, significando um aprofundamento da divisão social do trabalho. Analisar diretamente a trajetória de um grupo profissional é uma estratégia que pode esclarecer os problemas levantados anteriormente, especialmente o de relacionar a profissão com a constituição das hierarquias sociais. Pelos motivos já citados e por outros que se tornarão óbvios no decorrer do texto, a profissão escolhida foi a Engenharia. Se os engenheiros não são o protótipo do profissional, porque dificilmente têm condições de exercer individualmente as suas tarefas, eles formam o grupo que conseguiu ir mais longe ou, pelo menos, de forma mais explícita e com um projeto mais definido, no sentido de assumir tarefas administrativas e até de querer gerir toda a sociedade. Pelas razões de ordem histórica discutidas à frente, os engenheiros mineiros têm especificidades na sua trajetória que os tornam muito interessantes do ponto de vista analítico.

Ao longo de sua história, a categoria ENGENHARIA viveu processos de mudança tanto na sua configuração interna quanto na sua posição na sociedade. A hipótese que acompanha e ilumina esta história é que, na luta pela divisão e hierarquização do espaço social, um setor da elite institui alguns princípios para categorizar e hierarquizar os grupos sociais e, conseguindo torná-los hegemônicos, faz com que se produza um certo modo de regulação das relações sociais que lhes dá uma posição privilegiada até que estes princípios sejam questionados.

O principal recurso do grupo profissional é um projeto de modernização da sociedade mineira, que pode ser entendido como o projeto coletivo de mobilidade social de que fala LARSON. Nesse sentido, é possível compreender a luta pela imposição de um certo tipo de autoridade cultural, característica dos períodos de nascimento das profissões, e também apreender, estruturalmente, o processo de modernização e da "sociogênese do Estado" (N. ELIAS), isto é, dos processos unificadores (simbólicos, legais, administrativos, educativos) que são levados a cabo por certos grupos sociais e que compoem uma base sociológica para explicação do Estado.

Deste ponto de vista, não importa tanto discutir o caráter da modernidade pretendida, mas perceber o projeto como uma tentativa de regular o mundo social segundo certos princípios que, dando destaque especial ao saber certificado como fundamento das hierarquias sociais, significam uma forma de unificar a ordem econômica e a educação, separadas no Brasil do século XIX (W.G.SANTOS, 1978). Atuando em três esferas institucionais - ordem cultural, mercado, Estado - os engenheiros lançam as bases para a efetivação do seu projeto, em certas condições histórico-sociais (Minas Gerais na virada do século XX). Do ponto de vista teórico, coloca-se a questão das relações entre ação e estrutura, e principalmente, dos limites estruturais que se impõem ao desempenho de um papel ativo por parte dos agentes sociais agrupados numa profissão.

Como se vê, minha hipótese agrega à visão larsoniana da profissionalização um outro ponto: a dimensão organizativa, o pólo mais social da vertente weberiana, tal como foi desenvolvido por Paul Starr. Mas a integração das duas dimensões exige um novo tratamento, mais unificado, dos grupos profissionais. Ao longo do texto, serão estabelecidos os elementos constitutivos desta visão mais globalizante.

A partir desta hipótese, pode-se fazer uma periodização que divide a história dos engenheiros mineiros em três etapas, de acordo com as fases pelas quais vai passando o seu projeto de profissionalização. Cada período corresponde a uma determinada configuração do campo profissional:

a) Do final do século XIX (com a criação da Escola de Minas de Ouro Preto em 1876) até 1931 - Nesse período, iniciam-se os processos que conduzem à profissionalização dos engenheiros: há um intenso trabalho político do grupo de ex-alunos da E.M.O.P. em vários campos: planejamento econômico e expansão das instituições de ensino de engenharia.

A Escola de Minas representou um elemento fundamental na luta inter-elites, o que acabou reforçando as características específicas dos engenheiros (em oposição aos bacharéis): preocupação com o "cientificismo" e uma perspectiva de modernização da sociedade. A Sociedade Mineira de Engenheiros, criada em 1931 e dominada pelos ex-alunos de Ouro Preto, refletiu estas características de forma clara e sua instituição marca o fim do período.

b) De 1931 até metade da década de 70 - é a fase em que os engenheiros se estabelecem como profissão, no sentido clássico e na qual frutificam os esforços políticos do período anterior. Criam-se as grandes usinas siderúrgicas, a CEMIG e as grandes empresas de construção civil constituindo-se um mercado vigoroso para esses profissionais. Os profissionais mineiros estendem sua área de atuação para o plano nacional (nos ministérios e órgãos de assessoramento do governo federal). A diversificação técnica do trabalho dos engenheiros vai se tornando mais evidente neste período.

Nessa fase, a Escola de Minas cede sua posição dominante no campo profissional à Escola de

Engenharia da UFMG, que estabelece vínculos estreitos com o poder estadual e setores empresariais organizados.

A entidade representativa da categoria (Sociedade Mineira de Engenheiros) fez-se presente em todas as decisões de peso da política econômica estadual.

c) Da segunda metade dos anos 70 até hoje temos um período marcado por crises diversas: crise econômica e problemas sérios de mercado de trabalho. No início desta década, começam a entrar no mercado em quantidades crescentes os novos profissionais formados na fase de expansão do ensino superior que teve lugar no Brasil do final dos anos 60. O aumento do número de escolas privadas cria uma outra fonte de diferenciamento e hierarquização entre os profissionais. Externamente, os engenheiros (especialmente aqueles vinculados a órgãos de planejamento e estatais) enfrentam a concorrência dos economistas, dos administradores, dos "informáticos" e até dos médicos.

Se a crise é uma das marcas desta fase, a diversificação é outra: tanto técnica quanto social e política. Ela aparece nas condições de exercício profissional, na diferenciação de posições sociais, na mudança das entidades representativas da categoria, configurando um novo quadro para a profissão no qual surgem diferentes princípios de legitimação da sua autoridade.

OS ENGENHEIROS DA ESCOLA DE MINAS: A CIÊNCIA RECONSTRÓI AS MINAS E PLANEJA AS GERAIS

O período que vai da fundação da Escola de Minas de Ouro Preto (1876) à criação da Sociedade Mineira de Engenheiros

(1931) caracteriza-se pela diferenciação da categoria profissional no interior da elite. Nesse processo evidenciam-se dois traços marcantes: a utilização do saber como arma de um grupo na luta pelo poder, no sentido mais amplo; e a maturação de um projeto de gestão da sociedade visando a sua modernização. A análise desta fase deverá compreender então as condições sociais que deram margem a esta diferenciação, o caráter dos conhecimentos em torno dos quais se articulou o grupo e o modo como se deu essa articulação. O projeto de sociedade dos engenheiros será visto como parte do processo no qual certos setores de uma classe dominante diversificada vão lutar pela imposição de um modo de regulação das relações sociais e de um arbitrário cultural que possa expressar legitimamente o seu domínio. A Profissão ou o saber profissional tem importância crucial nesta luta.

Se os engenheiros, como grupo social, constituíram-se no interior da elite, caberia perguntar a que se pode atribuir essa diferenciação e em que momento ela passa a ser significativa, a ponto de caracterizar um grupo distinto. Tanto as duas escolas de Direito (São Paulo e Recife) quanto as de Engenharia (no Rio de Janeiro e em Ouro Preto) preparavam membros da classe dirigente para suas funções de gestão da sociedade. Mas as diferenças entre os dois tipos de formação adquirem seu verdadeiro sentido quando referenciadas aos conflitos no interior da classe dirigente no processo de implantação de um novo modo de organização das relações de produção: os "conhecimentos modernos" são usados como arma no enfrentamento da antiga linhagem de bacharéis e eclesiásticos, combatidos em nome da ciência e da racionalidade (Simon SCHWARTZMAN, 1987) e os engenheiros tornam-se o paradigma de uma nova linhagem de intelectuais de elite. Isto acontece justamente porque, no novo arranjo das forças produtivas que começa a se instalar, sua posição é estratégica: esses profissionais são os agentes portadores dos conhecimentos mais adequados, mais próximos do núcleo fundador da legitimidade

do arbitrário cultural que vai se tornando dominante (a ciência e a técnica). E podem, por isso mesmo, assumir posições-chave no processo produtivo que eles próprios vão modelando segundo sua concepção de racionalidade.¹ Através de um dos seus mecanismos de reprodução - a Escola - as frações dominantes da classe dirigente acabaram por acentuar um processo interno de diferenciação que qualificou uma dessas frações a pretender - legitimamente, do ponto de vista da correlação de forças que se formava - a direção da sociedade. É nesse sentido que adquire relevância discutir o caráter dos conhecimentos produzidos/transmitidos na Escola de Minas: sua adequação/proximidade aos padrões produtivos que vão se tornando dominantes e o que possibilita sua utilização como arma, fazendo com que os conflitos entre as frações da classe dirigente se traduzam em conflitos entre saberes, profissões e práticas sociais e é o ponto que explicita a vocação/capacidade do grupo para dirigir um determinado tipo de sociedade.

O SÉCULO XIX

Minas Gerais assistiu, no século XIX, um processo de reconversão das atividades econômicas, produzido pelo refluxo da exploração aurífera mais superficial, que tem características muito peculiares e que sugere uma hipótese capaz de fundamentar adequadamente a diferenciação da classe dirigente no período. Douglas Cole LIBBY (1988) batizou esse processo de economia de acomodação, destacando como seu traço mais importante a diversidade de empreendimentos, especialmente no chamado setor "secundário": indústrias têxtil e siderúrgica e mineração em escala industrial. Evidentemente, essas atividades são realizadas

¹ Ai está a diferença em relação à posição de Schwartzman: esses profissionais não são simples portadores de um conhecimento moderno. Eles são agentes responsáveis pela produção de uma certa ordem que torna estes saberes mais essenciais que outros.

escala industrial. Evidentemente, essas atividades são realizadas em condições bastante precárias, do ponto de vista da nossa época, mas o essencial é a existência dessa diversidade, numa Minas Gerais que também era mais urbana que rural, comparada aos demais estados brasileiros (ver Francisco IGLESIAS, 1989) e que encontrou na acomodação da economia os meios para não submergir nas crises do século XIX.

Apesar das distorções e problemas para utilização dos dados dos Mapas de População (1831-1840) e do Recenseamento de 1872, LIBBY consegue mostrar a diversidade da estrutura ocupacional que acompanha esta economia de acomodação, como mostra o quadro seguinte.

Denominações de ocupações encontradas nos "Mapas de População de 1831-1840 segundo categorias e classificações adaptadas do Recenseamento de 1872

1. Profissionais liberais, proprietários e outros:
 - 1.1 Profissionais liberais: religioso, vigário, bispo, vive de suas ordens, fabricante, médico, cirurgião, enfermeira, parteira, farmacêutico, boticário, professor, homem de letras, artista, pintor, escultor, entalhador, músico, empregado público, funcionário, cobrador, advogado, juiz de paz;
 - 1.2 Militares: oficial, praça, vive de soldo;
 - 1.3 Marítimos: não foi encontrada nos "mappas";
 - 1.4 Pescadores: a mesma denominação;
 - 1.5 Capitalistas e proprietários: agência, vive de sua agência, agente, vive de sua renda, aluga escravos;
2. Indústria e comércio:

- 2.1 Manufatureiros e fabricantes: manufatura, dono de fábrica de ferro, dono de fábrica de chapéus;
 - 2.2 Comerciantes: negócio, negociante, venda, caixeiro, quitandeira, taverneiro, doceira, padeiro, tropeiro, arrieiro, carreiro, carreteiro;
3. Artesãos e operários de profissão declarada:
 - 3.1 Costureiros: costureira, bordadeira;
 - 3.2 Canteiros, mineiros, calceteiros, cavouqueiros: as mesmas denominações e valeiro, faiscador, feitor, foguista, minerador, vive de sua lavra;
 - 3.3 Trabalhadores em metais: ferreiro, ourives, caldeireiro, latoeiro, serralheiro, armeiro, fogueteiro, chaveiro, funileiro, folheiro, feitor;
 - 3.4 Trabalhadores em madeiras: carpinteiro, carapina, torneiro, gameleiro, lenheiro, carvoeiro, marceneiro;
 - 3.5 Trabalhadores em tecidos: fiandeira, tecedeira, teceloa, rendeira, fia e tece, descaroadora, cardador;
 - 3.6 Trabalhadores de edificações: pedreiro, oleiro, telheiro;
 - 3.7 Trabalhadores em couros e peles: seleiro, curtidor;
 - 3.8 Trabalhadores em tinturaria: tingidura;
 - 3.9 Trabalhadores de vestuário: alfaiate, capoteiro;
 - 3.10 Trabalhadores de chapéus: chapeleiro;
 - 3.11 Trabalhadores de calçados: sapateiro;
 4. Agricultura:
 - 4.1 Agricultores: a mesma denominação e lavrador, roceiro, vive de sua roça, plantador, horteleiro, criador, vaqueiro, senhor de engenho, engenheiro, campeiro, capineiro, feitor;
 5. Assalariados sem profissão declarada:
 - 5.1 Assalariados: jornaleiro, justo, trabalhador, ajustado, ganhador, empregado, sua agência;
 6. Serviços domésticos:
 - 6.1 Serviçais: lavadeira, pagem, cozinheira, engomadeira, governante;
 7. Outros: faz peneira, meretriz, loureira, peneiro, saboeiro, faz louça, rezadeira, lambição (?), paneleiro;
 8. Sem ocupação: nada consta, doente, aleijado, mendicante, vive de esmolas, doido, vagabundo, pobre, cego, incapacitado, de cama, demente, alienado, perdeu suas faculdades, estudante.

FONTE: LIBBY, D.C., Transformação e trabalho em uma economia escravista, 1988:37-8.

O declínio da comercialização dos produtos agrícolas e mesmo um certo estreitamento do "setor secundário", que se tornou mais artesanal, não impediram o surgimento de certos experimentos industriais na siderurgia, indústria têxtil e mineração. Sendo assim, "era a multiplicidade de interesses e profissões que mais marcava as camadas abastadas da sociedade mineira oitocentista. ... esse capital que ora se dirigia ao setor 'secundário' tinha sua origem nos setores 'primário' e 'terciário'. O resultado constituiu uma elite econômica cujos múltiplos interesses inviabilizavam uma definição setorializada" (LIBBY, Douglas C., 1988:242). Tudo isso converge com as análises tradicionais das elites mineiras. Em seu trabalho clássico sobre "Famílias Governamentais de Minas Gerais", Cid Rebelo HORTA defende a tese da continuidade do domínio político no estado, desde os tempos da colônia. As famílias que se estabeleceram como latifundiários (cultura do café ou criação de gado) ou como mineradores permanecem nos postos-chaves para controle do poder político até a atualidade. (É bom lembrar que esta análise data de 1958). Com base nos dados apresentados (a árvore genealógica das famílias em questão) há uma evidente permanência do grupo dominante: os deputados ou lideranças políticas locais, à época da pesquisa, eram descendentes dos primeiros proprietários de terras ou de minas, os "homens bons" da colônia. (Entre esses "homens bons" incluíam-se também os funcionários enviados pela coroa para controlar a atividade mineradora.) Mas deve-se observar que, se as condições econômicas e sociais favoreceram a unidade inicial desses grupos, a evolução posterior da sociedade mineira altera este quadro. E se as lideranças políticas são realmente "descendentes" dos grupos familiares primitivos, a estrutura de poder se alterou de tal forma que nem sempre o fato de se ocupar certos cargos significa exercer poder decisório real.

Um dos fatores de diferenciação na estrutura social que também merece atenção pois é significativo para o desenvolvimento posterior do grupo dos Engenheiros foi o estabelecimento de um vasto aparato burocrático, controlador da mineração, que deu às cidades mineiras, além do patrimônio artístico, uma característica que as distinguia das demais, ocupadas principalmente com atividades de comércio de produtos agropecuários (Tocary A. BASTOS e Thomas WALKER, 1971). No estado de Minas Gerais, a economia e as relações sociais em geral, adquirem com isso um caráter precocemente urbano, com a correspondente diferenciação de um setor da elite que mantém, no entanto, seus vínculos estreitos com a exploração da terra, via mineração e mesmo agricultura e pecuária. É este grupo que permanece atuando politicamente ao longo de toda a história do estado.

A ENGENHARIA E AS ESTRATÉGIAS DE RECONVERSÃO DA ELITE MINEIRA

Torna-se compreensível então, que setores dessa elite estivessem dispostos a investir num outro tipo de formação escolar, além da dos bacharéis. A necessidade de conhecimentos técnicos mais avançados na siderurgia e na mineração explica a opção pelo curso de engenharia, ainda que de certa forma, as razões apontadas para criação da Escola de Minas fossem mais políticas que propriamente econômicas ou técnicas. A precariedade e primitivismo dos métodos empregados na siderurgia e as dificuldades encontradas para instalação de uma indústria extrativa em escala compatível com o nome esboçam claramente essa necessidade: a siderurgia, caracterizada por LIBBY como manufatura rudimentar, expandia-se apenas de forma extensiva, como foi o caso do empreendimento de Monlevade. O caso da mineração é mais expressivo: a entrada das companhias estrangeiras criou, na mineração aurífera, uma dinâmica própria do sistema fabril. Fica evidente, com isso, a fraqueza dos

capitais provincianos, incapazes de um investimento desta envergadura, e a inexistência, a impossibilidade mesmo de se criar um quadro administrativo capaz de supervisionar racionalmente esse tipo de empreendimento. Se num primeiro momento as empresas estrangeiras resolveram estes problemas, a sobrevivência de apenas uma delas (Saint-John D'El Rey Mining Company) atesta a inconsistência dessas soluções.

A compreensão da dinâmica das relações econômicas e sociais torna evidente a necessidade de se introduzir os conhecimentos modernos que permitissem preparar os técnicos e dirigentes para os negócios da província e a possibilidade de se usar estes conhecimentos como instrumento nas lutas pelo poder. Isto não significa que os agentes tivessem uma percepção clara dessa necessidade. O quadro econômico serve aqui como um plano sobre o qual determinados agentes puderam dar um tipo específico de orientação para a sua ação. As condições que marcam o nascimento e afirmação da profissão serão pistas valiosas para compreender alguns traços do projeto social dos engenheiros, como é o caso do estatismo com uma certa coloração de nacionalismo desenvolvimentista.

O tipo de ação política e as próprias trajetórias profissionais dos engenheiros alinham-se de maneira bastante clara com os setores mais urbanos das elites mineiras, o que se confirma também pela origem geográfica dos alunos de Ouro Preto. Entre os professores mineiros, formados pela própria escola até 1940, 2 eram de origem rural e 53 urbana. Entre os alunos mineiros, formados até 1940, temos o seguinte quadro:

216 eram de origem urbana
3 nascidos em fazendas
49 sem referência: apenas indicação de Estado.

FONTES: A Escola de Minas. 1876-1966

Algumas observações devem ser feitas. Entre os professores, o número dos que nasceram em Duro Preto é bastante significativo. Além disso, várias famílias forneceram professores à escola por mais de uma geração ou, ainda, existiram vários casos de irmãos que lecionaram na escola, formando verdadeiras dinastias, como mostra José Murilo de CARVALHO (1976:81). Do mesmo modo, filhos e irmãos de ex-alunos passaram pelos bancos da instituição. Mas se, entre os professores, as famílias tradicionais são pouco representadas, o mesmo não ocorre entre os alunos, entre os quais temos vários representantes destas e de outras famílias que se "enobreceriam" posteriormente. Para estas últimas, a passagem do "patriarca" pela Escola de Minas foi alavanca fundamental na sua ascensão: em geral, esse patriarca nasceu em outros estados ou não tem vínculos com grupos familiares mineiros mais antigos. A ascensão dessas novas famílias tem um componente econômico forte, em oposição ao político, no sentido tradicional: elas se tornam "empresariais" ou, no caso de ocupar cargos no estado, estes não têm um caráter político mas de assessoria técnica.

As circunstâncias da criação bem como a evolução posterior da Escola de Minas de Duro Preto tornaram-se bem conhecidas a partir do estudo de José Murilo de CARVALHO. Mas interessa-nos retomar alguns pontos desta análise que permitam compreender duas questões essenciais: 1ª) o papel dessa escola como palco de uma socialização profissional que, dentro da elite da qual se originam seus alunos, diferencia um grupo específico; 2ª) os vínculos entre um certo tipo de formação escolar e o conjunto das atividades econômicas: num nível mais geral, a inserção da instituição na teia de relações sociais vigentes.

A ESCOLA DE MINAS

A Escola de Minas de Duro Preto foi a primeira instituição de ensino de nível superior em Minas Gerais e sua

criação em 1876 deveu-se à intervenção direta do Imperador, D. Pedro II, responsável pelas condições econômicas e políticas que garantiriam o seu brilho. Numa época em que a atividade do ouro refluía e Minas Gerais perdia o lugar de destaque na economia nacional, a criação de uma escola parecia, já há algum tempo, a solução para os problemas da província: seria a alavanca de um novo ciclo, permitiria explorar, por meios científicos, a riqueza disponível no solo. Ao lado destes argumentos que são parte do discurso político da época deve-se colocar a necessidade de quadros técnicos-administrativos que pudessem gerir esta exploração.

Na própria fundação da EMOP transparecem os vínculos sociais daqueles que, mais tarde, iriam compor os seus quadros: os grupos urbanos, instalados na burocracia pública responsável pelo controle do ouro na colônia e agora extremamente reduzidos em suas funções, viam na reativação da mineração o retorno de suas chances de poder. Evidentemente, o mesmo se passava entre os proprietários de terras "mineráveis". Na economia de acomodação à que já nos referimos, o recolhimento de impostos reduz-se drasticamente: as atividades agrícolas bem como as primeiras tentativas de criação de pequenas siderurgias ou indústrias têxteis não representavam alternativa real ao esgotamento da extração fácil do século anterior. A mudança nesta situação só poderia vir de uma exploração dos recursos minerais, mais tarde conjugada com propostas de instalação de uma indústria siderúrgica de grande porte.

Apesar desse tipo de visão, os primeiros anos do funcionamento da EMOP não foram fáceis, tendo sido combatida tanto pelos professores da Politécnica do Rio (que se constituía então na instituição dominante no campo acadêmico) quanto por setores da elite mineira mais vinculados à agricultura. Não fosse o patrocínio imperial, o forte respaldo econômico e político dado por D. Pedro II a Henrique Gorceix, é provável que a Escola não

tivesse sobrevivido. D Pedro II era conhecido por seu amor à ciência e às novas tecnologias, mas não se pode deixar de lado a importância que tinha para a Coroa a exploração aurífera. Além da diversidade de interesses em jogo, pode-se dizer também que isto acontecia porque, numa sociedade escravista, qualquer forma de aproximação com o trabalho manual, como parecia ser a atividade do engenheiro, era extremamente desvalorizada. E a engenharia como vocação de alguns filhos da classe dirigente só poderia aparecer no momento em que, além de suprir as necessidades do sistema produtivo, o trabalho do engenheiro assumisse uma posição simbólica comparável àquela desfrutada pelo bacharel. Fora do Brasil, a posição do engenheiro nos sistemas de representação já era bem diversa como se pode notar, por exemplo, nos livros de Julio Verne em que se destacam heróis desta profissão sempre emblemáticos da nova ordem industrial que a França queria e estava implantando.

É interessante notar que a necessidade dos saberes técnicos da engenharia foi percebida de maneira bem diluída pelos próprios empreendedores da época. Minas fazia parte da sociedade escravista, onde o trabalho era estigmatizante e por isso é difícil imaginar os membros da elite mineira procurando um curso que ministrasse conhecimentos eminentemente técnicos, muito próximos do trabalho manual. Além disso, no nível micro-econômico, em cada empreendimento, não há indícios de que se procurasse solucionar os problemas técnicos por essa via. Os políticos e burocratas tinham uma visão mais globalizante e algum acesso às empresas estrangeiras que eram maiores e mais modernas, e algumas das quais funcionavam como sistema fabril. Assim puderam perceber a importância da criação de um curso de engenharia na região mineradora. Mas a decisão política não foi capaz de mover imediatamente as vontades particulares e até 1893, 17 anos após a sua criação, a Escola de Minas de Ouro Preto tinha formado apenas 52 alunos, 25 dos quais eram nascidos em Minas. (CARVALHO, 1978).

O ENSINO EM OURO PRETO

Mas, de que forma a EMOP criou bases para uma diferenciação na elite e pode, também, preparar técnicos para empreendimentos mais avançados? O "espírito de Gorceix" é a resposta comumente dada a esta questão e, ao se analisar o seu significado, pode-se compreender a extensão das diferenças entre os bacharéis e os engenheiros. O engenheiro francês Henry Gorceix procurou implantar não apenas novos conteúdos mas, especialmente, novos métodos de ensino e aprendizagem. Seguindo o modelo de sua escola de origem, voltou-se contra as tendências à retórica vazia (características das escolas de Direito), procurando incentivar um tipo de ensino que combinasse a teoria e a prática: "as minas e os estabelecimentos metalúrgicos serão os melhores livros de nossa biblioteca. (GORCEIX, 1877 - citado em CARVALHO, op. cit.:73). Com os trabalhos práticos de laboratório, privilegiava-se também a compreensão, o desenvolvimento da criatividade e do espírito de investigação, em detrimento da simples memorização.

Se tomarmos o curso da Academia de Direito de São Paulo tal como foi mostrada no trabalho de Sérgio ADORNO, como modelo (melhor equipado) do ensino no século XIX, a novidade do espírito de Gorceix fica evidente: contando com uma estrutura curricular eclética e antiquada, a academia paulista era certamente muito pouco eficaz do ponto de vista pedagógico, conforme atestam os depoimentos de ex-alunos, transcritos por ADORNO (1988:103 e ss). "Muito contribuíram para esse padrão didático a prática de aulas lidas, cuja técnica consistia na eterna repetição de jurisprudências tradicionais, sem qualquer análise crítica, a par do hábito corrente de se empregar apostilas que reuniam excertos de obras distintas, desprovidas de sistematicidade e organicidade" (idem, p. 104).

Utilizando ainda o trabalho de Sérgio ADORNO e Murilo de CARVALHO, podemos comparar a atitude dos professores segundo depoimento de alunos de talento. Uma inexpressiva produção de conhecimentos e até mesmo desconhecimento dos assuntos abordados entre os mestres dos bacharéis contrastavam com a dedicação em tempo integral e uma produção respeitável na área, como mostram os currículos dos professores de Ouro Preto.

Enquanto os "aprendizes do poder" - expressão de ADORNO para designar os bacharéis - se esforçavam por aprender através de leituras individuais e sem qualquer orientação intelectual, os futuros engenheiros recebiam atenção redobrada, num sistema de ensino praticamente individualizado.

O altíssimo padrão de exigência - manifestado nas provas de seleção para ingresso na Escola de Minas e nos constantes exames ao longo do curso - reforçava o elitismo do ensino superior brasileiro na virada do século: os alunos eram obrigados a passar todo o dia na escola e nos fins de semana realizavam-se excursões para estudos práticos.

Se as exigências acadêmicas nos primeiros anos eram puramente técnicas - para os exames de admissão exigia-se um bom conhecimento de matemática (álgebra, geometria, trigonometria), física elementar, noções de química, botânica e zoologia, desenho linear e de imitação e uma língua (francês, inglês ou alemão) e os cursos ampliavam essas áreas e ainda incluíam geologia, topografia e outras disciplinas diretamente ligadas ao curso de Minas - com o tempo foram incluídas áreas de estudo que ampliavam o campo de ação dos profissionais, dentro da engenharia mesmo ou nas ciências humanas (economia, sociologia, administração). O exame vestibular passou a exigir conhecimentos em diversas áreas, um verdadeiro resumo do que deveria saber um homem culto da época.

Tudo isso contribuía para formar uma certa visão de mundo, marcado pelo cientificismo racionalizante: o iluminismo já velho na Europa, revivia no Brasil construindo-se em oposição ao espírito religioso, à "irracionalidade politiquêira" dos bacharéis e ao Positivismo.

A preocupação em se mostrar à sociedade como cientista, como portador da racionalidade, foi marca registrada do engenheiro desde o surgimento da profissão e caracterizou a ação do grupo nos setores principais onde atuou: mineração, siderurgia, produção de energia e planejamento econômico, que são exatamente os setores "de ponta", caminho para implantação de uma nova composição entre os diferentes ramos do capital, para o estabelecimento de novos princípios ordenadores da sociedade.

O TRABALHO DOS ENGENHEIROS E AS TRAJETÓRIAS TÍPICAS

A atuação dos engenheiros foi importante na área de mineração e siderurgia onde buscavam o aprimoramento técnico, racionalizando a exploração mineral e introduzindo novas tecnologias. Os diversos acidentes e os longos períodos em que as minerações ficavam interditadas por falta de condições adequadas tornavam cada vez mais prementes a introdução de processos técnico-administrativos mais racionais, que permitissem a lucratividade do empreendimento. Já nos primeiros anos de funcionamento da Escola de Minas, o seu diretor promovia excursões de trabalho com alunos e professores para avaliar e dar assistência técnica às minas e indústrias siderúrgicas da região de Duro Preto. Além disso, os engenheiros ali formados responsabilizaram-se também por várias iniciativas, constituindo empresas, no Estado e fora dele, voltadas para aplicação dos seus conhecimentos no setor siderúrgico. Entre estes empreendimentos, destaca-se a Companhia Siderúrgica Mineira, núcleo originário da atual Belgo Mineira. A contribuição dos engenheiros, seja como

técnicos seja como empresários, foi fundamental para o crescimento da siderurgia brasileira: a de gusa passou, de 1900 para 1940, de 2000 para 85000 toneladas, de um alto-forno para dezenove.

As iniciativas nesse setor constituíram-se no embrião de mudanças mais profundas na própria estrutura de produção do estado: nas duas primeiras décadas do século XX, o crescimento da participação relativa de Minas no valor da produção industrial brasileira fez-se com base na indústria alimentícia. Nas duas décadas seguintes este quadro se altera e a indústria siderúrgica assume o posto de setor mais dinâmico da economia mineira. (ver Clelio Campolina DINIZ, 1981 - cap. I).

Mas se a atuação dos empresários foi importante, no quadro que se segue sobre ocupação dos graduados percebe-se a importância do Estado como empregador, mesmo a partir do início desse século quando se expandem as oportunidades de colocação no setor privado. A inserção dos profissionais no Estado deu-se de duas formas principais: no início do período atuando em órgãos do tipo Departamento Nacional de Produção Mineral, Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, companhias geográficas, que eram prestadores de serviço e não tinham o caráter empresarial das estatais modernas: produziam informações para ou exerciam algum tipo de controle sobre a atividade econômica mas não se incumbiam dela diretamente. Nos últimos anos, os engenheiros definiram a segunda forma de inserção, ainda embrionária, nas companhias estatais, principalmente nos ramos da produção de energia, petróleo e siderurgia..

TIPO	PERÍODO 1894-1900		1901-1910		1911-1920		1921-1930		1931-1940	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
CARREIRA										
1-EST-SERVIÇOS	17	70,8	24	75,0	42	63,6	65	60,7	43	43,9
2- ESTATAIS									2	2,0
3- EMPRESÁRIOS			1	3,1	6	9,1	11	10,3	10*	10,3
4- EMPREGADO S. PRIVADO	1	4,2	1	3,1	6	9,1	8	7,5	15**	15,3
1 + 3	6	25,0	3	9,5	3	4,6	7	6,5	2	2,0
1 + 4					5	7,6	3	2,8		
1 ->2							3	2,8	11	11,3
1 ->3			1	3,1	2	3,0	4	3,7	1	1,0
1 ->4					1	1,5	2	1,9	3	3,1
1 ->2 ->4									2	2,0
3 ->2									1	1,0
4 ->1			1	3,1	1	1,5	2	1,9	5	5,1
4 ->2									3	3,0
4 ->3			1	3,1			2	1,9		
TOTAL	24	100	32	100	66	100	107	100	98	100

Fonte: A ESCOLA DE MINAS DE DURO PRETO, 1876/1966, EMOP, Ouro Preto, 1966.

* 2 se caracterizariam melhor como profissionais trabalhando por conta própria.

** 1 se inclui no caso acima.

O quadro resume os dados relativos às carreiras dos engenheiros de minas, metalurgistas e civis formados entre 1894 e 1940. Foram excluídos os profissionais que se dedicaram ao magistério na própria Escola de Minas.

Na primeira linha temos carreiras cumpridas no estado, em órgãos como o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, Estradas de Ferro, companhias geográficas, Departamento de Estradas de Rodagem, escolas e nas secretarias de governo. As chamadas estatais podem ser estaduais ou federais e passam a ter importância no final do período considerado: é quando começa a surgir um novo tipo de agência do Estado, embrião das atuais empresas estatais, que funciona segundo uma lógica diferente das agências então existentes e que acabou por se tornar o campo preferencial de atuação dos engenheiros. Mas este segmento da

profissão será objeto de análise mais detalhada no próximo capítulo.

As atividades dos empresários são desenvolvidas em vários ramos (existem até fazendeiros) mas pode-se destacar o setor de construção (inclusive de estradas de ferro), e de siderurgia.

O quadro sugere algumas tendências para as carreiras profissionais no período. A mais óbvia delas é a presença marcante do Estado como empregador e os engenheiros que aí fizeram suas carreiras normalmente cumpriram os mesmos estágios: uma fase inicial em que realizavam tarefas de caráter mais técnico, e uma fase posterior (iniciada entre o décimo e o vigésimo anos após a formatura) em que passavam a cargos cujas atribuições eram mais administrativas. Entre os cargos administrativos existiam algumas diferenças, de acordo com os níveis de poder do cargo ou com a extensão desse poder que, em geral, podiam ser medidos pela quantidade e pela qualificação dos empregados subordinados aos engenheiros.

A tendência a deixar os cargos mais puramente políticos para atuar (politicamente também, é claro!) na esfera que poderíamos denominar técnico-estatal já se desenha na década de 20, como se pode ver a seguir:

CARGOS OCUPADOS POR EX-ALUNOS DA EMOP

TURMAS	CARGOS OCUPADOS
1894-1910	Prefeituras: BH e Campina Verde
1911-1920	Prefeituras: Brasília, S.J.Evangelista, Itaperuna (RJ) Interventoria:MG Governo:MG Secretaria da Viação: MG Ministério da Viação Vice-Presidência CNP
1921-1930	Prefeituras: Campo Belo, Juiz de Fora, Araxá, Lafaiete, Oliveira, Belo Horizonte, Poços de Caldas, Tombos, Patrocínio, Manhuaçu, Paracatu, Itabira, S.Luiz(MA), Cataguases, Campos Gerais. Secretaria: Viação e Obras Públicas MG Presidência BNDE Presidência Mercedes Benz do Brasil SA
1931-1940	Prefeituras: Própria, Divinópolis, Mariana, Lafaiete Presidências: Petrobrás, Acesita, Usiminas Vice-Presidência: Acesita

FONTE: A Escola de Minas de Ouro Preto, 1876/1966. EMOP, 1966, Ouro Preto.

Na década de 20 há uma inflexão do padrão, como se os engenheiros vissem nas novas oportunidades oferecidas pela economia e nos novos órgãos que se criavam no Estado, a possibilidade de realização de sua verdadeira vocação política. A quarta coluna do quadro das carreiras corresponde à fase áurea da Escola de Minas e ao início do processo de diversificação da economia mineira, principalmente pela criação da indústria siderúrgica. Foi o período em que a maior porcentagem relativa dos egressos da EMOP tornou-se empresário (18,7%, se considerarmos os que vieram a ser empresários ao longo de suas carreiras ou que, juntamente com sua atividade empresarial,

exerciam a profissão como funcionários do Estado). Esses profissionais estabeleciam-se como empresários industriais, principalmente nos setores de siderurgia e de construção civil. Há alguns casos de investimentos na indústria têxtil e até dois casos de banqueiros. Em geral, o capital ou a própria empresa eram familiares. Nos casos em que isso não ocorria, a transformação do engenheiro em empresário acontecia por volta do décimo ano de carreira (funcionário que conjugava a atividade empresarial com o cargo público) e nas áreas em que o engenheiro trabalhava: os funcionários do D.E.R., por exemplo, eram proprietários/sócios de empresas de construção de estradas.

Essas duas carreiras (funcionário e empresário) são típicas mas de forma alguma estanques: vários funcionários fizeram pelo menos uma tentativa de se estabelecerem como empresários. E entre esses últimos, vários exerceram atividades no Estado (tanto em cargos de início de carreira quanto em funções políticas de relevo, como secretarias e até ministérios). A divisão do trabalho no campo profissional era muito incipiente e a diversificação das carreiras, já pressentida pelos dados da última fase só será confirmada nas décadas seguintes.

Outro tipo de carreira possível era como empregado do setor privado, mas as dificuldades aí eram imensas: o mercado era bastante estreito na virada do século e a maioria das grandes empresas era vinculada ao capital estrangeiro, preferindo "importar" também os seus engenheiros, como é o caso da Saint John D'El Rey Mining Company e da própria Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, fundada por ex-alunos de Ouro Preto que contratavam seus empregados entre os engenheiros americanos ou ingleses.

O PROJETO

A existência da Escola de Minas significou, como se vê pelas carreiras de seus alunos, uma inflexão importante nos mecanismos de reprodução da elite mineira. A sua fração urbana (de onde veio a maioria dos alunos) encontrou nesta instituição um meio de socializar seus filhos não só transmitindo-lhes os conhecimentos modernos mas, principalmente, incutindo-lhes um "espírito", um modo de ser característico que acabou por transformar os profissionais formados em Ouro Preto no pólo hegemônico no campo econômico, o núcleo de uma classe dirigente vinculada à indústria mais moderna e ao Estado planejador, posição que se consolida no período seguinte. Concorrendo com uma elite cuja base de poder era a propriedade da terra e cuja expressão profissional e política era o bacharel, os engenheiros eram portadores de um capital cultural e social que lhes permitiu criar um novo espaço de convivência política e de ação econômica profundamente marcado pelo seu modo de ver o mundo. Nesse espaço, seu capital cultural, suas relações sociais, convertem-se em posições hegemônicas nos campos econômico e político que se reorganizavam. Redefine-se a configuração das relações sociais para que se introduza um novo padrão de hierarquização.

As trajetórias de Américo Renné Giannetti (Presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros, Presidente e Fundador da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, Secretário da Agricultura do Estado e Prefeito de Belo Horizonte), de Demerval José Pimenta (Presidente da Cia. Vale do Rio Doce, Diretor do Departamento de Estudos Econômicos da FIEMG), de Amaro Lanari Júnior (Presidente da USIMINAS), confirmam isto. O crescimento da indústria siderúrgica e o princípio da diversificação da economia mineira foram a expressão desse processo de mudança no campo econômico.

No campo político, o espaço novo institucionalizou-se pela ação dos engenheiros na Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. De 1933 a 1942 a secretaria foi

dirigida por um ex-aluno de Ouro Preto, Israel Pinheiro da Silva, e reuniu o que veio a ser o embrião da futura tecnocracia mineira. Foi aí que se expressou, de forma clara, o padrão de trabalho característico dos engenheiros da época; uma "ideologia" desenvolvimentista, industrializante e, de certa forma, estatizante, com tendências nacionalistas. O princípio de hierarquização por mérito e capacidade e uma visão racionalizadora do mundo completam este padrão.

A ocupação de cargos na burocracia estatal ou a atuação na iniciativa privada, ambas marcadas por uma orientação característica (como se fosse uma rede, um "aparelho invisível de produção intelectual homogênea") desses profissionais empresta um sentido especial ao seu trabalho. O conhecimento técnico, o controle da informação legitimam a ação política, a posição social dos engenheiros e, principalmente, as suas aspirações de gerenciar a sociedade:

"Através do princípio censitário a aristocracia agrária ordenou o mundo rural. Através do princípio da capacidade, a nascente aristocracia do saber tenta organizar o mundo das relações urbanas." (Luciano MARTINS, 1976:87-8).

Está aí a especificidade do modo de reprodução dessa fração da classe dirigente: a gestão da sociedade deveria ser feita por uma elite portadora da modernidade, que se traduzia no racional, científico e também urbano e industrial. A formação profissional é a marca especial nesse mecanismo que impulsiona a atuação da elite num outro sentido. Os engenheiros tornam-se o núcleo que direciona o processo de modernização da economia mineira. Na luta com as outras frações da classe dirigente, os engenheiros levaram uma vantagem relativa na medida em que o conhecimento do qual são portadores é o mais adequado e o mais próximo das necessidades e do núcleo de legitimidade da nova forma de organização social que eles ajudaram a implantar.

Esse conhecimento, todo revestido da dimensão técnica, evidenciava-se como forma de dominação social adequada a essa nova ordem no enquadramento dos trabalhadores manuais na indústria siderúrgica. Em seu estudo sobre a Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, Cândido G. FERREIRA (1988) mostra como a implantação dessa empresa, exemplar para o seu setor, exigiu a criação de métodos de qualificação e gestão da mão-de-obra que introduziram modificações fundamentais no processo produtivo e geraram um novo padrão de relações de trabalho. Sob a direção dos engenheiros (nessa empresa e depois em outras) produziu-se uma forma (primitiva ainda, nesta época) de racionalização dos procedimentos de controle social.

A ALTERNATIVA ESTATAL

O intenso processo de diferenciação pelo qual passaria a economia mineira no século XIX exigia que o trabalho de dominação fosse realizado sob novas formas, instituindo-se um novo sistema de gestão da sociedade, conflitante com aqueles vigentes até então. Diferente da mentalidade burocrática tradicional, os engenheiros viram na mineração e na siderurgia não apenas uma fonte de receitas, mas um campo onde deveria ser investido dinheiro, um negócio produtivo, o caminho da retomada do lugar de Minas Gerais na Federação. Um certo distanciamento em relação às empresas estrangeiras de mineração - que não empregavam engenheiros brasileiros e, em geral, impunham os termos da exploração mineral - pode explicar, pelo menos em parte, o suave tom nacionalista das intervenções dos engenheiros: as riquezas minerais deveriam ser exploradas nas condições estabelecidas pelos brasileiros, pelo governo mineiro, especialmente. O papel atribuído ao Estado - responsabilizado pela direção da política mineral, por financiamentos dessa atividade, pela criação de uma infraestrutura e até pela atuação direta como empresário - é o traço mais marcante desse projeto e,

de certa forma, condiciona os demais. Se o Brasil sempre se caracterizou pela presença de um forte aparato burocrático-estatal, em Minas Gerais essa presença se intensifica pela vigilância exercida pela coroa portuguesa sobre as riquezas minerais da província. O Império e, depois, a República herdaram uma burocracia firmemente estabelecida e com sólidos laços econômicos, sociais e políticos na região das minas. Além disso, não existiam capitais e/ou interesses independentes e fortes o suficiente para configurar um pólo de oposição ao poder desta burocracia. Sendo assim, o Estado surge, no projeto dos engenheiros, como alternativa natural, como instrumento privilegiado na promoção do desenvolvimento econômico. Na realidade, os engenheiros do Ouro Preto sempre tiveram laços de dependência muito estreitos com o Estado: já na fundação da Escola, o governo imperial se comprometia a empregar os ex-alunos e os diversos órgãos da administração estatal sempre foram os maiores empregadores destes profissionais.

Configura-se aqui uma perspectiva diferente do liberalismo, na forma da tradição dos bacharéis: para estes, a questão era a constituição de uma burocracia moderna, separando o pessoal administrativo dos meios materiais de administração, dando fim a uma herança patrimonialista (ver Sergio ADORNO, 1988). São perspectivas diferentes mas não incompatíveis: para instrumentalizá-lo como agente do desenvolvimento, os engenheiros precisavam também modernizar o Estado.

PROJETO E DOMINAÇÃO

O traço essencial do projeto dos engenheiros é tentar mostrá-los como portadores do espírito científico que seria responsável pelo progresso do mundo. O desenvolvimento do país, mais especialmente de Minas Gerais, repousaria sobre a técnica que permitiria aos engenheiros construir um mundo novo. A esta

dimensão substantiva deve-se acrescentar o caráter das suas implicações sociais, que pode ser visto a partir da análise de Luc BOLTANSKI sobre os engenheiros franceses:

"Registro favorito, nos períodos de crescimento, dos agentes e grupos que têm, ou pensam ter, para eles o devir, o discurso prospectivo engloba, indissociavelmente, uma filosofia da história e uma representação voluntarista da ordem social: a descrição de um futuro no qual o porvir é apresentado como produto "inelutável" de um encadeamento fatal contido em germe no presente é, primeiro, um discurso performativo sobre o presente que é definido e, por isso, determinado em função do devir que ele contém" (1982:245)

Neste ponto, como em outros, é importante salientar que o projeto dos engenheiros não significou confronto com as formas tradicionais de exercício do poder em Minas Gerais apesar das diferenças. A sociedade mineira passava por mudanças fundamentais pelas quais os engenheiros foram responsáveis pelo menos numa parte substancial, e também, pode-se dizer, beneficiários. No novo arranjo social que se formava eles ocuparam uma posição particularmente privilegiada em termos da repartição de forças sociais. A sua formação profissional lhes garantia esta posição ao transmitir e legitimar o capital cultural que os habilitava, técnica e socialmente, a reivindicar a direção da sociedade.² Através da formação profissional controlava-se o acesso legítimo às posições que dominavam no novo arranjo que se construía no campo econômico, que gradativamente se tornava o campo mais forte para o exercício da dominação, sem

² Não se pode esquecer que "a fortuna garantida por uma origem rica ser a condição da independência econômica e mesmo do ethos ascético que são constituídos, de certo modo, pelos atributos estatutários de uma profissão consagrada ao serviço do Estado, contribui para explicar, com os efeitos próprios da formação profissional, que a neutralidade proclamada e a aversão altamente professada a respeito da política não excluem, pelo contrário, a adesão à ordem estabelecida." (BOURDIEU, P.: 1989b:242). O autor se refere aos magistrados franceses mas vale a analogia com os engenheiros mineiros.

abandonar as antigas lealdades aos senhores da terra - que, de qualquer forma, não seriam anuladas pois existiam laços familiares, políticos e sociais muito profundos entre os membros da elite mineira. A unidade dessa elite, sem dúvida diversificada, é mantida por uma série de arranjos políticos que dividem o poder nos diversos níveis da administração: o controle da vida local cabia ao fazendeiro-coronel; os agentes modernizantes são enviados ao nível federal (o que ocorreu significativamente entre os engenheiros). Esse arranjo só se rompe com os rumos tomados pela economia mineira depois de 1964. (Ver Otávio DULCI:1983).

O aprofundamento do processo geral de diferenciação da sociedade mineira, sem que o grau do seu desenvolvimento permitisse uma vitória inquestionável dos setores ligados ao capital industrial, conduz à instauração do que poderíamos chamar de divisão social do trabalho de dominação. Como mostra BOURDIEU (1987:35-7), o aprofundamento da divisão social do trabalho se faz acompanhar de um processo de diferenciação de esferas ou campos. Desse modo, nas sociedades complexas, onde os vários campos encontram-se em estado mais adiantado de diferenciação, o exercício da dominação assume forma diversificadas segundo a lógica específica de cada campo. Sendo assim, o trabalho social de dominação divide-se entre os diversos agentes e grupos, de acordo com seu posicionamento no campo específico e com o peso determinístico de cada um deles. Os efeitos das homologias estruturais unificam estas diferenças criando um fenômeno geral de dominação.

O processo de criação de uma profissão é, como se viu, o processo de diferenciação de um campo particular de atividades, de aprofundamento da divisão social do trabalho. Mas para que se possa ultrapassar os aspectos puramente técnicos do mesmo é essencial introduzir o conceito de poder para compreender que não estamos apenas diante de um novo modo de organizar o

trabalho mas, sim, de uma forma diferente de ordenar estes trabalhos e seus agentes. A criação dos espaços profissionais mostra-se assim, em toda a sua extensão como um momento da luta entre frações da classe dominante pela "hierarquia dos princípios de hierarquização"

A partir de Weber e sua teoria sobre a evolução da esfera religiosa desenvolve-se uma matriz explicativa para os processos de autonomização de campos específicos que acontecem com a complexificação das sociedades modernas. Bourdieu retoma estas idéias e o seu conceito de campo mostra-se particularmente importante para a sociologia das profissões em dois pontos: primeiro, a possibilidade de existência de espaços sociais onde vigorem princípios de estruturação razoavelmente autônomos, mesmo se vinculados aos processos mais gerais em andamento na sociedade. O segundo diz respeito ao lugar dos agentes.

A autonomia relativa do campo é uma noção que permite superar o economicismo das explicações marxistas sobre as profissões e o substancialismo ou realismo das análises durkheimianas: o social se explicaria pelo social e as hierarquias entre e dentro dos grupos bem como as fronteiras entre eles constituem-se a partir do trabalho de instituição realizado pelos agentes. Concebendo a sociedade como espaço estruturado a partir do princípio dominante da posse do capital econômico - princípio este que é menos determinístico dada a luta constante dos agentes pela imposição de suas próprias representações do mundo social - esta vertente analítica procura mostrar ainda que a autonomização dos campos é um processo de depuração pelo qual cada obra, cada produtor/agente e a sua própria lógica interna vão se orientando para aquilo que o distingue e define de modo exclusivo.

A depuração do campo profissional significou a preponderância do diploma universitário como fundamento de

distinção. Mas como não poderia deixar de ser, os campos ligam-se aos processos estruturais mais amplos e relativiza-se a sua autonomia pelo repique interno dos princípios dominantes na sociedade. É nesse sentido que se pode utilizar o conceito de modo de regulação - "conjunto das formas institucionais, redes e normas explícitas ou implícitas que asseguram a compatibilidade de comportamentos no quadro de um regime de acumulação, em conformidade ao estado das relações sociais, apesar das contradições e do caráter conflitual das relações entre os agentes e os grupos sociais"(LIPIETZ, A.:1984:6). Sempre conjugado com a noção de campo - que permite, entre outras coisas, superar a grande dificuldade dos regulacionistas que é a falta de agentes - o conceito de modo de regulação permite compreender o alcance do trabalho profissional que é a instituição de formas para as relações sociais diferenciadas, mesmo que existentes dentro do modo de produção capitalista. A importância do profissionalismo, das profissões, é dada exatamente por essa possibilidade de formatação de diferentes tipos de relações sociais, que fica evidente na comparação entre advogados e engenheiros. Duas profissões que lutaram por definir as regras de organização social e para ser o grupo dominante no capitalismo brasileiro.

Essa proximidade com os campos do poder econômico e do poder político dá uma inflexão especial às profissões brasileiras, como pretendo mostrar com a história dos engenheiros. Esta história mesma torna evidente que

"as lutas que têm lugar no campo intelectual têm o poder simbólico como coisa em jogo, quer dizer, o que nelas está em jogo é o poder sobre um uso particular de uma categoria particular de sinais e, deste modo, sobre a visão e o sentido do mundo natural e social".
(BOURDIEU, P.:1989c:72)

Tanto Weber quanto Bourdieu, ao analisarem a evolução do campo religioso, dão especial relevo à formação de um corpo

especial de agentes que se desenvolveria com a autonomização desta esfera. Os dois autores destacam o significado da atuação dos mesmos na própria configuração do campo, na sua trajetória. Usando o mesmo esquema, podemos agora nos voltar para as características específicas desses agentes. Por compartilhar com outros setores da classe dirigente esta vocação para gerir a sociedade, os engenheiros puderam realizar seu projeto de modernização sem se afastar dos limites do conservadorismo. No plano político, esse tipo de arranjo constitui-se num dos traços marcantes da "mineiridade" - a eterna capacidade de conciliação atribuída aos políticos do estado. Mas, no plano social, temos um processo lento de mudança em que uma certa renovação da elite reflete alterações nas posições dos indivíduos ou das frações dentro de uma classe sem que mudem as relações entre as classes. Esse modo de sucessão - em que se cede um pouco de espaço para não entregar o essencial - é típico dos processos de modernização conservadora (Luciano MARTINS, *op. cit.*) e a cunha que se introduz no interior dos setores dirigentes da classe dominante é a formação profissional: a existência do grupo de engenheiros diferencia um setor da elite e institui novos mecanismos para sua própria reprodução. A legitimidade da posição dominante começa a ser conferida pelo saber, pela profissão, pelo menos em parte, e este é o início da transformação das relações entre o sistema de ensino e a estrutura de classes. Mas, como não se estabeleceria ainda uma separação nítida do campo profissional (pela relativa indiferenciação da sociedade), este confunde-se quase que inteiramente com o polo dominante do campo de poder. Isso explica a facilidade com que se converte o capital cultural certificado pela EMOP em capital político ou econômico. A profissão desfrutou de um alto grau de prestígio, com status elevado e níveis de remuneração idem. O poder dos profissionais também era grande, tanto no nível das organizações quanto no nível estrutural. A formação profissional privilegiava um ensino de qualidade, preparando os futuros engenheiros para funções técnicas e de gestão. A seleção para ingresso na carreira era rigorosa (esta

seleção torna-se necessária a partir do momento em que a engenharia passa a ser uma vocação possível) e o exame para entrada na escola era extremamente difícil e chegou a exigir a criação de cursos preparatórios. Além disto, existiam grandes dificuldades econômicas para manter-se como estudante em Ouro Preto. Assim, eram selecionados entre aqueles economicamente aptos e com vocação definida, os estudantes que tivessem uma formação secundária mais aprimorada.

Feita esta seleção, o ingresso numa carreira no Estado era bem provável: foi este o caso de aproximadamente 70% dos alunos da EMOP. O nível de diferenciação interna era bem baixo: não se pode falar de polos ou hierarquias no interior do campo profissional. As carreiras no Estado eram bem semelhantes e, mesmo os empresários, muitas vezes passavam por cargos públicos. Essa homogeneidade que caracterizava a profissão pode ser atribuída à relativa indiferenciação social, à não autonomização do campo profissional. As carreiras dos engenheiros são ainda, as de membros da classe dirigente e não de profissionais. A separação entre profissão e elite começa a tornar-se evidente a partir da década de 30, quando se pode falar de carreiras profissionais num sentido mais estrito. É neste período que se faz necessária também a criação da Sociedade Mineira de Engenheiros (1931) e até a regulamentação da profissão (1933). A partir da década de 30 pode-se dizer que o campo profissional passa a adquirir sua autonomia relativa na estrutura social e os atores engenheiros passam a assumir, com as qualificações assinaladas anteriormente, a direção do novo modo de regulação das relações sociais. Essa forma de atuação profissional pode ser vista na criação das estatais mineiras, de um lado, e no trabalho dos engenheiros de Minas Gerais nas comissões técnicas e outros órgãos do governo federal, no segundo período de nossa história.

Ao considerar os grupos profissionais como produto de um trabalho social de instituição, como grupos construídos a partir de uma lógica definida, num quadro de luta social pela dominação, esta abordagem avança em relação às análises weberianas que, mesmo propondo a idéia de grupos construídos (especialmente em STARR), não dá coerência ou não percebe os fundamentos e as conseqüências da luta por sua construção em todas as instâncias da vida social, de forma sistemática (BOURDIEU, P.: 1989d:113). A partir daí caberia perguntar em que medida a luta pela constituição dos grupos profissionais e pela afirmação de sua posição define tendências estruturais na sociedade, ou ainda, formas de regulação da vida social, transferindo sua autoridade para fora da sua área estrita de ação. Formulando como questão a idéia de STARK(1990), o problema é de saber se e como "os profissionais de classe média tiveram papel ativo na criação e formulação de suas posições, através da elaboração de um projeto profissional que lhes abriu um novo espaço de classe".(pag.11). Esse papel criativo dos grupos profissionais no mundo social pode retraduzir para as relações sociais, para a ação dos grupos sociais, o papel regulador (ou as tentativas de regulação) atribuído à racionalidade científica. Este problema já surge em LARSON (1977:38) de forma mais restrita, na sua análise dos modos pelos quais a profissão muda a definição e a forma dos problemas experimentados e interpretados pelos leigos. Estamos diante da questão de saber como as profissões se organizam em torno de um certo conhecimento, constroem projetos e procuram reorganizar as relações sociais de maneira que lhes seja conveniente. Evidentemente, não está em jogo uma consciência e uma capacidade total e exclusiva de planejamento e realização... A discussão das necessidades atendidas pelos profissionais, vistas como produto do jogo de forças sociais e desta ação criativa dos grupos sociais também pode ter aí um bom princípio de explicação.

Introduzindo a idéia de que o capital cultural é também um princípio de estratificação concorrente com o capital econômico, a perspectiva bourdieusiana aponta o fundamento último das lutas pela constituição dos grupos profissionais, de sua representação, bem como permite reivindicar para esses uma lógica própria de existência. Dessa forma, pode-se perceber a especificidade da profissão como fundamento de distinção, na medida em que são incorporadas as características diferenciais de comportamento dos agentes e dos grupos, que não poderiam ser atribuídas simplesmente à classe social, no sentido marxista do termo. No caso, a idéia de divisão entre proprietários e não proprietários é utilizada como homologia, a partir da qual constroem-se núcleos de sentido como nos outros campos, mas que assumem em cada um deles formas e organização específicas, determinadas pelos princípios próprios de cada campo. O tipo exclusivo de atuação dos grupos profissionais, dado pela lógica da reprodução do capital cultural, mostra a profissionalização como uma forma de transformação na composição do capital das frações da classe dominante.

Ao estabelecer vínculos entre profissão e hierarquização social LARSON mostra como a ideologia do profissionalismo é estreitamente dependente de um projeto coletivo de mobilidade social, produzido e dirigido por uma elite profissional que visava ganhos pessoais na sua efetivação. Introduzem-se aqui duas questões cruciais para o estudo das profissões: 1ª. a existência de diferenças internas, de uma hierarquia entre os membros da comunidade profissional, que se mostraria então como espaço estruturado, e talvez não tão comunitário como sugerem as análises clássicas. A estrutura deste campo se expressaria nos mecanismos de distribuição do capital ou nos seus princípios de divisão; 2ª. a questão da representação do grupo, nos dois sentidos do termo: de delegação e de construção de uma imagem do grupo localizada socialmente. Aqui retoma-se a questão do ator que, do ponto de vista interno ao grupo,

significa luta pelo monopólio dos meios de representação social e política da categoria, luta na qual os diversos agentes procuram constituir-se como o mais / o melhor profissional dos profissionais. Do ponto de vista externo, a representação faz parte do domínio da política, do sindicalismo, expressando, através de organizações que se constituem em representante ou porta-voz, imagens individualizadas do grupo e de suas relações na estrutura social. São dois problemas estreitamente vinculados e que podem ser resumidos como o problema da identidade do grupo: o que faz com que, mesmo diante dessas e de outras diferenças, exista uma coesão que permita chamar uma determinada profissão de grupo social.

Aqui, ao contrário das perspectivas que consideram que o plano social das identidades é sempre o plano das características adscritas, ficando a ação, a racionalidade e a intencionalidade para a dimensão política (ver REIS, F.W.: 1988), trata-se globalmente a produção das identidades sociais: atores coletivos que vão se constituindo, lutando pelas representações, pelas suas formas de visão e divisão do mundo social. Nem só os partidos são capazes de agir socialmente na definição de identidades: ocupações, seitas, igrejas, grupos intelectuais ou artísticos fazem isto cotidianamente.

"Uma classe não pode jamais ser definida apenas por sua situação e por sua posição na estrutura social, isto é, pelas relações que mantém objetivamente com as outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe social provém do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos das outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-las em distinções significantes." (BOURDIEU, P.: 1987:14)

Aparece aqui o papel instituidor, criativo, que os agentes têm na constituição do campo profissional, seja para delimitá-lo ou para organizá-lo mas, principalmente, para produzir representações do próprio grupo e do mundo social. Na

natureza dessas representações e das formas organizacionais e de ação coletiva encontra-se a especificidade das identidades sociais.

Uma qualificação é necessária neste momento pois deve-se ter em mente que nem todas as classes têm condições sociais e/ou econômicas de transmutação simbólica das diferenças materiais. E aí já se pode notar que os diversos subcampos do campo profissional diferenciam-se entre si quanto a essas condições mas também é importante ressaltar que este institui-se junto ao polo dominante da sociedade, habilitando-se os seus agentes a praticar o jogo das distinções simbólicas dentro dos limites definidos pelas diversas formas de coerção econômica. Isto significa que o campo profissional é espaço de privilegiados, lugar de luta pela dominação, pelo menos virtualmente.

Se o campo profissional desenvolve-se como lugar da instituição de novos padrões de desigualdade social, a própria lógica da existência dos agentes nele situados faz com que eles procurem estender os princípios vigentes no seu espaço para o conjunto das relações sociais. É este propósito que LARSON analisa: a profissionalização extensa da sociedade como projeto coletivo de mobilidade social. A perspectiva que se adota aqui permite ir além no sentido de mostrar que não se trata apenas de mobilidade mas de um projeto-representação do mundo social. Mais que impor autoridade cultural (STARR), os grupos profissionais constroem representações específicas sobre o modo como a sociedade se estrutura (ou deve se estruturar) e do lugar de cada grupo aí dentro. Sendo assim, o papel instituidor do trabalho profissional assume dimensões bem mais amplas, podendo abarcar todo o conjunto das relações sociais, dependendo das condições materiais a que me referi anteriormente. A importância das profissões, pressentida por PARSONS e explicitada de alguma forma por LARSON e STARR, pode mostrar-se assim em toda sua extensão,

deixando as suas marcas na organização e representação da divisão social do trabalho, na criação de hierarquias entre esses trabalhos e entre os grupos que os realizam, na instituição de modelos de profissionalização, na definição de formas legítimas de ação coletiva, nas concepções de mundo. O capítulo seguinte pretende mostrar a ação dos engenheiros orientada segundo o seu projeto-representação do mundo social.

CAPITULO II

A MODERNIZAÇÃO DOS ENGENHEIROS

No capítulo anterior tratamos da preparação do terreno sobre o qual agiriam os engenheiros na sua tentativa de configuração de uma certa ordem social. Passamos agora ao segundo período da trajetória do grupo profissional quando os engenheiros assumem posição hegemônica e conseguem transformar em realidade - com as mudanças necessárias, impostas pela luta entre forças sociais diferenciadas - o seu projeto de gestão da sociedade. Este tem como eixo principal a modernização da sociedade mineira que resultaria do desenvolvimento econômico. Mas o que dá a tônica desta modernização pretendida pelos engenheiros é a instituição dos princípios hierarquizantes pelos quais é organizado e racionalizado o mundo social. Sua tradução mais perfeita pode ser encontrada nos modelos de gestão empresarial, copiados dos Estados Unidos e implantados nas estatais mineiras. Foi um trabalho intenso de criação institucional cujas obras mais notáveis são a CEMIG e a USIMINAS, mas que teve ramificações importantes também no plano do governo federal.

A influência americana, bastante efetiva na fundação das duas estatais mencionadas acima, começou a se fazer mais eficaz na própria formação profissional dos engenheiros, através da organização dos currículos e das viagens de estudos feitas por professores e alunos dos cursos de engenharia.

A FASCINAÇÃO ESCOLAR PELO MODELO AMERICANO

Refletindo mudanças mais amplas na sociedade mineira, o ensino de engenharia vai se transformando e adquirindo razoável grau de autonomia: o espírito empreendedor

dos engenheiros chega às suas escolas, ampliando o seu número e dos alunos, transformando os currículos, criando especializações.

Quando a Sociedade Mineira de Engenheiros foi criada, em 1931, marco inicial deste segundo período, já existia a Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais, fundada como escola livre em 1911, depois de várias tentativas desde o início do século. Mesmo com a proximidade da "gloriosa Escola de Minas de Ouro Preto", a intelectualidade da nova capital aspirava a criação de uma escola técnica na cidade. A iniciativa partiu da Sociedade Mineira de Agricultura, sob a direção de Fidélis Reis: entre os quinze fundadores da nova escola, nove eram engenheiros formados em Ouro Preto e um deles tinha sido professor naquela instituição. Os jornais e atas da assembléia dos deputados da época testemunham o grau elevado de prestígio da escola, intensificado pela presença dos professores originários da EMOP.

Fundados nos moldes do "ensino técnico profissional hodierno", os cursos foram organizados de forma a permitir que se formasse um "profissional fortemente aparelhado pela aprendizagem científica, pelos tesouros acumulados da existência." (Lourenço Baeta NEVES, 1956:33). A proposta inicial estabelecia programas para sete cursos, sendo que cinco deles (Engenharias Civil, Eletrotécnica, Industrial e Geográfica e Agronomia) tinham um currículo geral de dois anos, bastante semelhante para todos, e mais dois anos (ou três, para Engenharia Civil) de programa específico. Os cursos de Agrimensura (um ano) e para condutores (dois anos) eram menos exigentes. Já no primeiro ano de funcionamento, aumentaram as disciplinas principais, que passaram a ter a duração de seis anos. Os cursos gerais tratavam das ciências básicas na área de exatas e as disciplinas dos específicos eram mais práticas, voltadas para os problemas de cada área.

Os cursos vão se modificando ao longo dos anos, pelas sucessivas exigências da legislação sobre ensino superior e também pelas demandas colocadas pelo processo de industrialização em andamento. Em 1954 foi criado o curso de Engenharia Mecânica e Elétrica, mais tarde dividido em dois. Os de Engenharia Química e Engenharia Metalúrgica foram criados em 1956, quando também passam a ser oferecidas três habilitações aos engenheiros civis: Estruturas, Transportes e Hidráulica & Saneamento.

O que é mais interessante de se notar nesta história é que, como vinha acontecendo em Ouro Preto a partir da primeira década deste século, os currículos incluem disciplinas cada vez mais especializadas de Política Industrial ou Rural, de Economia, Contabilidade Pública e Industrial, Direito Administrativo, Legislação: vamos chegar aos anos setenta com Sociologia e Psicologia incluídas entre os conhecimentos considerados necessários à formação dos engenheiros.

Isso nos confirma a hipótese da expansão voluntária das áreas de atuação dos engenheiros para os campos de gestão empresarial. A gestão da sociedade é parte desta expansão, como se pode ver pelo nome das disciplinas acima. A influência americana é enorme, como atestam as inúmeras visitas às escolas dos Estados Unidos e as tentativas de copiar os modelos de ensino que fossem dominantes naquele país.

Nas diversas viagens feitas aos EUA no final dos anos quarenta e início da década de cinquenta, os professores da Escola de Engenharia da UFMG procuravam observar o ensino das diversas disciplinas da área nas universidades norte-americanas, dedicando especial atenção ao MIT (Massachusetts Institut of Technology), considerado modelo. Nas visitas procuravam conhecer métodos didáticos, organização

administrativa das escolas, composição dos currículos, e a qualificação dos professores, e uma lição ficou bastante evidente:

"Os engenheiros, nos Estados Unidos, estão ocupando cargos de tamanho vulto e importância, que eles têm necessidade de ser mais do que especialistas técnicos. Eles têm necessidade de ir além do curso profissional de quatro anos. A sociedade americana exige que o engenheiro seja mais ou menos douto em humanidades e ciências sociais. Exige que ele entenda como seu trabalho se relaciona com outros campos de esforço humano. Exige que, além dos seus conhecimentos técnicos, tenha conhecimentos de História, Sociologia, Política, Finanças, Economia, Literatura, etc." (Mário Werneck Alencar LIMA, 1954:142).

O mais novo campo da engenharia americana - a industrial - fascina o então diretor da Escola de Engenharia pois é através dela que se estabelece a ligação entre a "engenharia altamente técnica e a administração direta dos negócios". A função do engenheiro industrial seria a de montar uma usina ou fábrica, que pudesse fazer um determinado produto da forma mais eficiente possível. A eficiência exige então o conhecimento da técnica de fabricação, o cálculo do número de pessoas por nível e o controle da administração.

O PAPEL SOCIAL DA CONVIVÊNCIA ESCOLAR

Na formação estritamente técnica dos nossos engenheiros não há dúvidas quanto à importância do modelo americano: copiávamos laboratórios, currículos, programas disciplinares. Mas esta influência se faz sentir também no incentivo que os professores davam às formas associativas, com diversas finalidades, criadas pelos alunos. Novamente, o êncanto com a organização da vida escolar nos Estados Unidos, que nas Minas Gerais dos anos cinquenta e seguintes tem outros

dons: se a socialização comum em certos paradigmas técnicos forma uma base para a criação da rede de produção intelectual semelhante, padrão hegemônico de trabalho que partilha um certo tipo de racionalidade, as relações entre colegas, reforçadas por esse associativismo, criam outra rede, de contatos sociais e indicações profissionais. E aí encontramos uma baliza importante das carreiras dos engenheiros neste período, seja no Estado, seja na iniciativa privada. Passaram pela Escola de Engenharia da UFMG inúmeros personagens importantes da história recente do Brasil pelo menos em três setores: energia, siderurgia e transporte (sem contar o planejamento econômico, que se torna também o primeiro flanco aberto pelos engenheiros ao ataque dos economistas). Em torno de figuras-chaves cristalizam-se redes de relações que controlam o acesso a cargos estratégicos e que se movem de acordo com as tendências da política, fazendo, às vezes, o contraponto entre Minas Gerais e o governo federal. A citação de alguns desses nomes, como Maurício Campos, Eliseu Resende, Flávio Gutierrez e Gabriel Andrade, dispensa maiores comentários. As turmas formadas na década de quarenta ou início da década de cinquenta formaram uma geração de engenheiros que encontrou na CEMIG e nas estatais do aço o palco privilegiado para o seu trabalho. As carreiras fora do Estado não eram, entretanto, independentes dele: foi essencial para a criação das grandes empresas mineiras de construção civil ou construção pesada, o "empurrão" dado pelo Estado, quando Minas foi governada por Juscelino Kubsticheck (ver DINIZ, C.C.: op.cit.). Além disso, existia e existe também uma dependência mais estritamente econômica, pois as empresas do ramo têm nas obras governamentais o seu maior cliente.

As relações extra-classe dos estudantes e professores mantinham a escola numa posição cômoda: o governo estadual, que foi responsável pelos primeiros "auxílios" necessários ao seu funcionamento. Ao longo dos anos, esta

característica se mantém e mesmo quando passou a fazer parte da Universidade Federal, a Escola de Engenharia continuou a receber verbas de órgãos dos governos estaduais e federal: a construção do prédio onde funciona atualmente foi financiada com recursos obtidos independentemente da Universidade.

É importante frisar que mais do que uma simples imitação, o sucesso do modelo americano se deve a atitudes muito concretas de um certo grupo de engenheiros que veio a constituir-se na representação da profissão, o seu polo hegemônico. O sentido destas atitudes pode ser captado pela análise do projeto modernizante, especialmente transparente na criação da CEMIG e da USIMINAS. Ao definir o caráter dessa modernização, pode-se compreender a estratégia desenvolvida para sua implementação, os enfrentamentos com outros agentes, as formas de negociação.

Esta estratégia, vista como todo, expressa os interesses, as características sociais e mesmo os mecanismos de coordenação do grupo responsável pela sua criação, mostrando-se como instrumento analítico fundamental para a compreensão do ator coletivo que passa a representar a profissão no imaginário social.

MODERNIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE LUTA POR PODER SOCIAL

Desde o século passado, as preocupações com a decadência da economia mineira e, mais tarde, com a perda do espaço mineiro na economia nacional, definiram uma pauta de políticas que visavam a superação desta situação. As propostas foram bastante variadas, mas pode-se construir uma linha que liga o projeto de criação da Escola de Minas de Ouro Preto à implantação da Vale do Rio Doce (1942), da CEMIG (em 1951) e da

USIMINAS (em 1962)¹. Todas estas "idéias" viam no aproveitamento dos recursos minerais do estado as possibilidades mais eficientes de industrialização ou de superação do atraso econômico, como mostram os diversos "diagnósticos" produzidos pelos governos estaduais. A instalação da Escola de Minas proveria os conhecimentos técnicos necessários à exploração racional do solo - mesmo se os próprios empreendedores do ramo não tivessem esta preocupação. No início do século XX surgem as políticas pioneiras de planejamento estatal no governo João Pinheiro. No governo Valadares, da década de 30, realizam-se as primeiras intervenções na economia que culminam na construção da Cidade Industrial de Contagem, próxima a Belo Horizonte, em 1940-1941.

A medida em que os projetos vão tomando forma concreta, surgem problemas específicos, definem-se instrumentos e métodos e o projeto genérico de recuperação econômica de Minas Gerais assume a forma de modernização pela criação de um parque industrial baseado na indústria siderúrgica, com uma contribuição essencial do Estado: o fornecimento de condições infra-estruturais.

Como poderíamos traduzir isto em políticas específicas, produzidas por agentes identificáveis? As entrevistas dos responsáveis pelos projetos da CEMIG e da USIMINAS, engenheiros em sua grande maioria, fornecem pistas interessantes em quatro pontos: o primeiro diz respeito à perspectiva mais global do papel do Estado, das relações com o capital estrangeiro e o lugar do empresário. O segundo

¹ Apesar da importância inegável da Vale não existe material disponível que permita uma análise dessa empresa nos moldes das outras duas. Mas deve-se ressaltar que ela foi presidida por professores da EEUFMG (Demerval Pimenta e Paulo Vieira) e carrega algumas das marcas típicas do trabalho dos engenheiros mineiros, da mesma forma que a CEMIG e a USIMINAS.

relaciona-se a própria concepção de empresa e o modo de administrá-la. Um terceiro ponto é a utilização de tecnologia e, finalmente, o quarto ponto relaciona-se ao trabalho do engenheiro. No seu texto, já clássico, sobre os engenheiros americanos NOBLE (1979) estuda este profissional como um expert em ciência aplicada e em direção e gerenciamento das relações sociais. Sendo assim, a visão que os engenheiros tinham do mundo da tecnologia estava estreitamente relacionada ao desenvolvimento de uma forma de pensamento social nos Estados Unidos, o "management" moderno. Através dos quatro pontos mencionados anteriormente, examinaremos o parentesco entre a perspectiva dos engenheiros mineiros e a de seus colegas americanos, procurando mostrar como a organização social e o comportamento tornam-se foco de práticas e teorias da engenharia e, confirmando as mudanças já aludidas, como esta se expande para incluir variáveis psicológicas, sociais e econômicas.

ESTADO, EMPRESÁRIOS E CAPITAL ESTRANGEIRO

Para os nossos engenheiros, o Estado mostra-se como o grande instrumento para planejar o desenvolvimento da sociedade mineira. Com experiência acumulada durante alguns anos nesta área, os quadros técnicos das diversas secretarias possuíam o conhecimento dos problemas e um diagnóstico preciso de como agir, seja no plano técnico seja no econômico, sendo, portanto, capazes de decidir onde e como intervir de maneira racional e eficiente. Lucas LOPES não deixa qualquer margem a dúvidas quanto a esta capacidade quando fala dos procedimentos iniciais para a implantação da CEMIG:

..."E Minas não tinha nada disso. A Força e Luz de Minas Gerais comprou uma usina, um sistema muito pobre de uma usina pequena - a Usina de Freitas, no rio Arruda. Tinha uma usina, se não me engano, em início de

construção, a Usina de Rio das Pedras. Enfim, dentro da cidade de Belo Horizonte, junto a esquina do Parque Municipal, o que havia era uma usina de gás pobre, uma usina usando gás pobre que fazia um barulho enorme. Quando se ligava o gás pobre, toda a cidade sentia que estava ligado. Era uma máquina enorme e de capacidade mínima, poucas centenas de cavalos. Esse sistema tinha que ser substituído. Uma das razões fundamentais da intervenção do governo de Minas na indústria de eletricidade foi esta deficiência da capacidade empresarial e de recurso das empresas elétricas brasileiras."

Na continuação da fala pode-se perceber o modo de vincular o diagnóstico das deficiências técnicas com a intervenção econômica:

..."O plano de eletrificação de Minas teve a seguinte orientação: a primeira coisa a fazer é tentar definir onde Minas terá alguma possibilidade de industrialização. Quais são as regiões geográficas em que se caracterizam processos de possível industrialização. O plano de Minas é uma geografia econômica de Minas como primeira etapa para uma decisão de mercados, onde poderá realmente crescer a demanda de energia elétrica."

O Estado gestor e investidor, que algumas vezes chegava a substituir a empresa privada, não é, no entanto, incompatível com a atuação de empresas, nacionais ou estrangeiras. Como se pode ver nessas falas e em muitas outras, a direção do processo caberia inegavelmente ao Estado, mas de forma a inclinar a ação pública no sentido de permitir a afirmação dos interesses privados existentes ou a se formarem com o desenvolvimento que estava por vir. Para isto, o Estado poderia atuar como investidor único ou como sócio de outros investidores. O discurso do engenheiro Demerval PIMENTA, na formatura dos alunos da Escola de Minas, em 1952, explicita esta concepção:

"...a tendência do Estado evoluiu no sentido de apoderar-se dos instrumentos de produção e dos meios de transportes, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento econômico e industrial do país. O Governo teve, no entanto, o bom senso de participar da exploração industrial e de controlar as fontes de produção das matérias primas, não diretamente como Estado, mas através de sociedades organizadas nos moldes de empresas de caráter privado, nas quais tivesse o maior número de ações." (PIMENTA, D., 1952, pag. 7)

A orientação estatizante do projeto dos engenheiros não é contraditória com o funcionamento do mercado e da empresa privada, pois o governo se responsabilizaria por aqueles setores que não interessassem ou que não fossem compatíveis com a capacidade dos empresários e que fossem necessários ao desenvolvimento. Não se pode esquecer que, objetivamente, não existia capital disponível que permitisse o surgimento e desenvolvimento de uma sólida burguesia industrial em Minas. (Ver DINIZ, C.C., op. cit.)

"...nós nunca percebemos que sem o aço a gente não podia progredir, porque ficávamos naquele círculo vicioso: não tem aço porque não tem indústria; não tem indústria porque não tem pessoal competente ou habilitado; não tem pessoal habilitado porque não tem indústria; não tem indústria porque não tem aço. E nisso ficamos quase um século. Então era preciso quebrar esta círculo. E, em parte, o começo da CSN foi uma tentativa disso: de encher o mercado, de ter o excesso. Só mesmo o governo podia fazer isto porque os particulares não o podiam. Eu me lembro de ter ouvido o Dr. Enschedé, da Belgo Mineira, dizer: "Não, eu não quero ser o maior produtor. Eu não quero fazer tudo o que o Brasil precisa. Quero fazer só uma parte." Senão, há o risco de um dia ter uma sobra. Eu sempre achei que tendo o aço na frente, o país cresce... Além disso, ninguém iria montar uma indústria no Brasil, pra viver do aço importado." (Amaro LANARI, entrevista)

Apesar da extensão, o depoimento ainda merece uma complementação esclarecedora:

"...A não ser aqueles acionistas fundadores, nunca houve esforço (de vender ações para o setor privado). Porque a gente acreditava que aquilo... Eu mesmo tinha até certo escrúpulo, porque sabia que aquilo não ia dar dividendos tão cedo. Pelo menos tão cedo. Por que eu ia pedir dinheiro a particulares? Assim, eu nunca fiz questão disto. Depois, então, podia ser." (Amaro LANARI, entrevista)

Estamos pois, diante de duas idéias que definem o papel do Estado: seja como substituto da iniciativa privada, seja como ordenador dessa mesma iniciativa. No último caso, a proposta de constituir a CEMIG como "holding" explicita esse modelo de Estado ordenador, que foi tentado, novamente, anos mais tarde, para a Siderbrás, sem o mesmo sucesso: os próprios engenheiros tinham então visões diferenciadas sobre a atuação desta companhia e a conjuntura era outra, impossibilitando a implantação desta proposta:

"...Havia inicialmente um estudo meu, quando secretário da agricultura, sobre a idéia de criar companhias de economia mista, que se responsabilizasse pela construção, administração e operação das Usinas que estavam sendo construídas. Essas companhias (uma no Alto do Rio Doce, outra no Triângulo) teriam alguma participação do capital local e seriam coordenadas por uma "holding company".² (Lucas LOPES, entrevista)

Diante das formas tradicionais de se fazer política, essa mudança na maneira de encarar o papel do Estado, como investidor e agente econômico relevante, mola mestra do

² Esta era a idéia inicial para a constituição da CEMIG.

desenvolvimento, é um indicio de modernização. Da mesma forma, a abertura aos investidores estrangeiros, inclusive como parceiros do governo, indica uma diferença importante em relação a padrões anteriores. Na CEMIG, o contato intenso com consultores internacionais criou condições para um alto grau de permeabilidade às técnicas importadas e o estrangeiro aparece agora neste discurso como alguém com quem se pode aprender ou como o grande modelo a ser seguido; se o modelo é os Estados Unidos, influência marcante na formação mais moderna dos nossos engenheiros, os japoneses são professores da maior importância para os seus colegas brasileiros. Enquanto aporte de capital econômico, a contribuição dos estrangeiros não foi tão relevante, no caso de empreendimentos conjuntos com o Estado mineiro. A composição do capital da USIMINAS era 40% do Estado, 40% do BNDE, também estatal, 10% de capitais alemães e 10% de capitais japoneses.

Tudo isto explicita, pelo menos em parte, a concepção de mundo dos engenheiros. Mas ela se torna mais clara nas suas propostas para gestão das empresas, apresentadas a seguir.

A ESTRUTURA INTERNA DA EMPRESA

A estrutura interna proposta para o funcionamento da USIMINAS, os órgãos que foram criados, as formas de administração empregadas são também componentes importantes do projeto de modernização dos engenheiros. Para o gerenciamento desta empresa foi implantado um sistema americano que estabelecia o controle da produção através de custo-padrão. Este sistema implicava a definição de padrões para a usina como todo: de produção, de qualidade, de custo, de horas de trabalho.

"...Este sistema não é uma contabilidade de custo, é uma definição de padrão de toda produção. É mais ou menos o seguinte, só para exemplificar: se você vai usar minério no alto-forno, este minério corresponde a um padrão tal. Se você vai usar carvão, ele está dentro de um ou de vários padrões. Tudo isso está padronizado. Você pode usar padrões diferentes, mas sempre tem um. Então, estabelece-se o custo desse padrão, composto de tanto de mão-de-obra, tanto de matéria-prima, tanto disso, tanto daquilo. Esse custo serve de base, porque ele entra com a quantidade de trabalho, quantidade de material; o que custou, propriamente, não tem importância, mas sim o que você gastou. Por exemplo, o carvão encareceu, mas você continua gastando 550 quilos por tonelada. Esse é o padrão. O que se vai gastar em dinheiro é secundário, o que importa são as quantidades de materiais e de mão-de-obra, as despesas que você tem para fazer o gusa."
(Amaro LANARI, entrevista)

A introdução desse sistema, consideravelmente avançado para uma região conhecida pelo comportamento tradicional e autoritário do seu empresariado, implicava também um certo grau de participação dos empregados, em todos os níveis da hierarquia. Além de criar um "espírito" de competição interna, pelas melhores marcas, o método gerencial implantado definia critérios de promoção que levavam em conta o papel de liderança exercido pelo trabalhador. Parte do sentimento de pertencer à empresa era conseguido por este procedimento. Segundo o ex-presidente da USIMINAS, entre as razões para o entusiasmo verificado entre os funcionários estava esta política:

"...Quando nós tínhamos de fazer promoção, províamos a pessoa que todo mundo achava que era merecedora, quer dizer, não se fazia injustiça. Não fazíamos eleição, mas nós sabíamos que aquele camarada era líder, todo mundo respeitava e achava que era o melhor.

Quando você nomeava aquele indivíduo como chefe, todos aceitavam."

A composição das diretorias e as discussões em torno do tema, com os japoneses, mostram uma divisão do trabalho gerencial de caráter moderno, e que já aparecera em embrião na organização da diretoria da CEMIG.

"...Quando nós começamos, ficou estabelecido que a eles caberia a parte técnica, a Diretoria Técnica e a Diretoria Administrativa. Eram cinco diretorias. Aos brasileiros, além do presidente, caberiam o Diretor de Relações Industriais, o Diretor Comercial e o Diretor Financeiro." (Amaro LANARI, entrevista)

Mas essa modernidade pode parecer absurda aos olhos dos gerentes dos anos 80, pois significou um enfrentamento entre brasileiros e japoneses no que diz respeito aos métodos de gestão de mão-de-obra adequados às condições brasileiras.

"...A administração japonesa virou moda. Isso devido, a meu ver, à capacidade de trabalho e à preocupação com a perfeição. Eles trabalham em equipe. Aqui não se podia aplicar o mesmo sistema. Primeiro, porque não tínhamos gente o bastante; segundo, por estarmos encravados numa estrutura brasileira. Em nossa volta, tínhamos o transporte, a estrada de ferro, a energia, o governo, leis, tudo que era nosso. Tanto que começou a haver uma certa dificuldade, tendo eu de escrever um memorando dizendo que os processos japoneses não poderiam ser reproduzidos pelos brasileiros. Não falando tecnicamente, porque desta forma os brasileiros são capazes. Com relação aos processos de administração, tem muito mais da cultura de cada povo. Procurou-se, então, modificar a estrutura administrativa. Chegamos à conclusão de que isto deveria ser feito por um elemento estranho porque dentro da firma iria sofrer influências as mais variadas. Geralmente a melhor estrutura não é aquela feita pelos

próprios encarregados. Evidentemente que quem vier de fora terá que estudar a estrutura, as pessoas, a cultura, etc. Expus isto ao Dr. Lanari e foi aprovado. Procuramos uma pessoa no Brasil, ela não aceitou. Descobrimos, então, a Booz-Allen International. Foi feito um contrato, e a Booz-Allen realizou um trabalho específico para a USIMINAS de modelos de administração, principalmente administração de custos. Um modelo já usado pelos americanos e também sendo implantado em algumas usinas européias. Esse plano foi muito bom." (Luiz VERANO, Entrevista)

A idéia central que presidia o processo de implantação de métodos modernos de gerência era a de que a empresa deveria se voltar para o mercado (mesmo que ainda por ser criado) e, para isso, a condição essencial é que ela fosse competitiva. E, manifestação de espírito moderno, o sucesso é fruto desse trabalho de gestão:

"...Até hoje estão assim. Então, a USIMINAS tem sucesso em trazer seus custos sempre mais baixos, porque ela aprendeu a gerenciar. Tecnologia é, antes de tudo, gerência." (Amaro LANARI)

Para completar o seu trabalho de instituição de formas modernas de organização empresarial, foram criados dois órgãos na USIMINAS. O primeiro deles, um centro de pesquisas, será discutido à frente. O outro, uma assessoria de imprensa, que foi absolutamente inovador e importantíssimo para o projeto da empresa. A necessidade de lutar no espaço público por projetos discutidos por um pequeno grupo já havia aparecido na própria Federação das Indústrias, no seu Departamento de Estudos Econômicos e, mais tarde, institucionalizou-se a Assessoria de Imprensa na USIMINAS, com a finalidade de manter abertos os canais de comunicação que pudesse veicular as idéias, as políticas da empresa. No contexto de luta entre as

unidades da federação por verbas da União, o convencimento político ganha enorme relevância.

A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA

Tanto quanto no caso dos modelos administrativos, a tecnologia americana fascinava os engenheiros mineiros, mesmo quando não era a única a ser utilizada. O modelo americano de industrialização, de sociedade moderna, parecia aos nossos agentes o grande ideal a ser alcançado. Enquanto não era atingido, esforçavam-se para isto implantando aqui as características do modelo que lhes pareciam acessíveis ou necessárias. Isso tudo ganha maior importância com o peso que era dado à técnica como fundamento da solução de todos os problemas.

"...não adianta você ficar querendo inventar política aereamente. Ela tem que ser baseada na decisão econômica correta. Por isso que o político precisa do técnico para avaliar. A decisão dele não pode ser assim de inspiração. É uma decisão baseada em dados do problema econômico. Essa é uma verdade. Porque, cada político novo que entra acha que resolve os problemas por intuição, que o povo acredita nele e que ele resolve qualquer problema a coisa vem por inspiração divina, não é?" (Amaro LANARI, Entrevista)

A tecnologia, ou melhor, a técnica, é a mãe de todas as soluções racionais, contra a qual não há argumentos. A extensão das possibilidades de aplicação é imensa pois quanto mais racional é o mundo, maior o número de áreas sob o domínio da técnica. Se isto já era parte do estoque de conhecimentos, da visão racionalista dos engenheiros, o modo americano de racionalizar vem para Minas Gerais já nos anos cinquenta:

"...A engenharia mineira no meu tempo de estudante, no meu tempo de formação, era toda

ela baseada em literatura francesa. Nós estudávamos em francês e nossos livros de matemática todos eram em francês. Só durante a guerra que realmente desapareceram os livros franceses, então todo mundo foi obrigado a mudar para os ingleses. Mas nós nunca aprendemos a calcular concreto armado em inglês, porque ninguém usava trabalhar em tabelas com polegadas e libras e toneladas métricas. Eram livros em francês, italiano, tradução de alemão, mas toda a cultura nossa era muito francesa ou européia. Durante a guerra ela se tornou muito mais americana, porque o acesso que se tinha era praticamente aos livros americanos. E esta técnica de projetamento, de elaboração de planos, de formulação de programas foi uma influência americana enorme. Os europeus, durante a guerra e depois da guerra, estavam destruídos completamente. Nós ouviamos falar do Plano Monet, eu visitei o Plano Monet, mais tarde, quando fui presidente do BNDE. Mas não tínhamos acesso ao material de informação, material de estudos como o que vinha dos Estados Unidos na base de publicações, dos insumos de informação que resultaram do New Deal, da equipe de Roosevelt, fazendo os planos do Tennessee Valley Authority, os planos de irrigação. Toda a cultura técnica passou a ter uma fonte de informação muito grande vindo das equipes americanas de engenharia que evoluíram muito mais que os europeus nesta fase." (Lucas LOPES)

O modelo do Tennessee Valley Authority foi usado em várias áreas de políticas e aparece especialmente na formação da Comissão do Vale do São Francisco, que pretendia as mesmas atribuições de controle e planejamento das formas de utilização do rio e do seu potencial energético para que pudessem realizar em Minas (e depois em outras tantas bacias hidrográficas para as quais se criaram comissões semelhantes) a recuperação econômica que havia sido atingida na região do Tennessee. O que não pode ser deixado de lado é que a experiência da TVA foi produto da soma da experiência de planejamento francesa - cujas categorias teóricas, especialmente "espaço vital", visavam a

discussão do espaço econômico construído pelo homem - com os ideais do "New Deal" para reconstrução da nação naqueles setores em que haviam maiores problemas: pobres, marginais, negros, o sul dos Estados Unidos. É fundamental ter em mente esta perspectiva "construtivista" do modelo.

Mas além do contexto geral impregnado de uma cultura tecnicista americana, nos casos de soluções para problemas específicos também prevaleceu esta perspectiva. Preocupados com os custos, os diretores da USIMINAS acusaram a falta de referenciais para padronização de todas as fases da produção metalúrgica e decidiram investir na pesquisa como elemento essencial para o funcionamento da empresa nos moldes modernos. Para isso, criou-se um Centro de Pesquisas, outro pioneirismo nas Gerais.

"...Eu digo que hoje não se pode trabalhar sem pesquisa. Se temos empresas que trabalham mal é porque não sabem fazê-la. Não tem essa preocupação tecnológica, que não deve ser só relativa ao equipamento, que é moderno, pois pode sair uma boa porcaria com o melhor equipamento... Tecnologia não é só equipamento, é saber trabalhar."

"...Foram essas pesquisas que levaram a USIMINAS ao lugar que ela ocupa hoje. Cada ano tínhamos uns 80 a 100 trabalhos de pesquisa para resolver, pesquisa operacional para ajudar a produção. Em certa ocasião, as chapas (vendidas para a indústria automobilística) começaram a desfolhar, a descascar. Então, o Centro de Pesquisas começou a estudar para saber o motivo. Vieram os japoneses e eles também não sabiam. Nós, do Centro de Pesquisas da USIMINAS descobrimos, mais tarde, que o problema estava na relação entre manganês e silício. Quer dizer, uma coisa sutil, ainda desconhecida." (Amaro LANARI, Entrevista)

Em todas as áreas, como por exemplo, o transporte do minério ou do aço, os engenheiros vão propor as soluções que lhes parecem mais adequadas tecnicamente. Como se pode ver, no entanto, nas falas a seguir, a solução técnica está estreitamente vinculada aos objetivos colocados pela empresa e pelos seus fundadores, salientando-se a definição do transporte como uma arma no mercado e na luta contra outros Estados e também na luta por recursos públicos. Novamente, a sombra da política recobre a solução racional e explicita a luta entre os diversos traçados possíveis do espaço social.

"...O problema é, como eu disse, de a USIMINAS estar localizada naquele lugar para utilizar o minério da Vale do Rio Doce. A Vale do Rio Doce foi a grande beneficiária da localização da USIMINAS. O transporte do retorno é de carvão. O frete dela, de exportação de minério, é reduzido à metade. E o consumo de finos que ela possuía lá e que jogava fora? Quando nós instalamos a USIMINAS, aqueles finos eram jogados fora, só exportava o minério compactado. Hoje mudou o mercado, mas quando se instalou foi assim. Nós nunca tivemos - verdade seja dita - compreensão da Vale. A Vale não deixa que a gente compre minério de outro. Ela não transporta. Tem que ser dela. E a Vale não põe um terceiro trilho ali na linha para que a USIMINAS possa exportar para São Paulo, mandar vagão de bitola larga para São Paulo. Para que ela fique sempre subordinada à capacidade da Vale. Quando se fez aquele plano da estrada de minério, a Ferrovia do Aço - que eu sempre chamei de 'Ferrovia do Minério' porque era para levar minério e não aço - propus ao governo outro projeto, que era umas cinco vezes mais barato, pelo menos. O nosso plano era o seguinte: levar a Leopoldina até Ipatinga. São 70 km facilísimos de fazer. Falta pouco e topograficamente é muito fácil. Alargar a bitola de toda a Leopoldina, refazer alguns trechos que estão ruins, e levar essa linha até Cantagalo, que é a ponta de trilhos da Central do Brasil, em via dupla, até São Paulo. Muito mais barato e daria saída para o aço da USIMINAS. Não foi

aceito, não sei o porquê. Então, é isso o que o Verano diz: "é a solução que ia ajudar a USIMINAS, muito mais barata que essa "Ferrovia do Minério" que fizeram aí e cuja função é apenas liberar a linha do centro para que a MBR pudesse exportar minério." (Amaro LANARI, Entrevista)

Numa outra área importante sobressai uma característica da formação dos engenheiros que podemos atribuir ao positivismo de origem francesa, parte essencial do "espírito" da Escola de Minas: o planejamento urbano. A visão de que os intelectuais - principalmente aqueles de formação científica moderna, têm um lugar especial na sociedade, que devem geri-la para que alcance o máximo de racionalidade - leva os engenheiros a estender o seu plano de ação para fora da fábrica e desenhar um modelo de cidade. Fruto de um certo tipo de formação profissional, as formas de planejamento urbano foram variadas, tomando corpo em diversas experiências, e acabaram por se tornar elementos importantes na estratégia dos engenheiros. Como mostra Simon SCHWARTZMAN,

"...Os engenheiros também trataram de assumir uma posição mais direta de comando, através do controle do habitat humano - as cidades." (1987:52)

Pelo menos três experiências tiveram impacto definitivo no Brasil moderno: a construção de Belo Horizonte e de Brasília e a renovação do Rio de Janeiro. Nos três casos, existia

"...a noção de que havia um plano a ser seguido, linhas retas a serem transferidas para o mundo real, e que as pessoas deviam ser levadas - convencidas, educadas ou simplesmente obrigadas a aceitá-los." (idem)

Mas, mais do que retas e planos, era uma certa visão de cidade, de mundo, que se queria implantar. A reflexão sobre o planejamento de Ipatinga não deixa dúvidas, mesmo quando o projeto tem que ceder às exigências do real.

"...Nós tivemos de fazer a cidade. Encarregamos o Hargy de fazer o projeto. Ele arrumou um grupo de arquitetos e todos estavam de acordo que se devia dar um caráter de vida ao ar livre, o "country-life" inglês, ou seja, quanto mais separada da usina melhor, a fim de não se ver nada da usina, nem fumaça. A cidade foi feita mais ou menos dentro desta filosofia."

"...(o projeto original) previa dois ou três tipos de residências no mesmo bairro. Depois vimos que isso não era possível, era poesia, um pouco de romantismo da nossa parte. No clube, os operários não se sentiam bem junto aos chefes, aos engenheiros... O projeto foi sendo adaptado." (Amaro LANARI, Entrevista)

GESTAÕ EMPRESARIAL E O NOVO LUGAR DO TRABALHO PROFISSIONAL

Sem esquecer a importância do transporte e do planejamento urbano, não se pode, no entanto, deixar de reconhecer que a questão mais relevante para o projeto modernizante dos engenheiros era a gerência, a administração racional dos recursos econômicos e humanos. Isto já ficou claro quando se falou da implantação de um sistema americano de gestão e reforça-se em áreas específicas.

Nos estudos preliminares para a constituição da CEMIG (ou mesmo antes, no Plano de Eletrificação de Minas Gerais) desenvolveu-se uma cooperação estreita com os americanos que desemboca na criação da Comissão do Vale do São Francisco, nos moldes da Tennessee Valley Authority. Esta experiência significou para os engenheiros a incorporação do

cálculo econômico ao projeto de obras. Este é um elemento fundamental do salto qualitativo que permite integrar o trabalho profissional na esfera dos modernos arranjos empresariais, aproximando os brasileiros do seu modelo.

"...Eu tive a vantagem de aprender junto da comissão mista, e levar para a CEMIG um pouco desta experiência que era conhecida pelo Cotrim, pelo Mauro Thibau, vindos das Empresas Elétricas. Mas nós conseguimos levar para a CEMIG uma experiência bastante boa de projeto, de elaboração, de formulação de pedidos de financiamento. A elaboração de um pedido de financiamento pressupunha um projeto realmente bem definido em termos de engenharia, isto é, com uma engenharia mais elaborada, com sondagem, com análises de alternativas, com definição de volumes mais precisos, com um programa de obras definindo no tempo seria construído, com uma análise de custos, uma definição de custos em moeda estrangeira e nacional, um fluxo de caixa de moeda estrangeira e nacional, tudo isto era um trabalho que nunca se fazia no passado. Projetos de engenharia se concentravam muito numa obra. Então havia um grande engenheiro, projetava uma ponte, elaborava mil alternativas e fazia o cálculo de resistência dos materiais, mas nunca preocupava muito em saber como é que vinha o dinheiro para aquilo, qual era o ritmo de trabalho, qual era o ritmo de abastecimento; eram coisas muito mais de arte da engenharia do que da prática de negócios de construir. A CEMIG foi criada por gente que adquiriu um pouco esta experiência de projeto. E nós realmente elaboramos, trabalhamos muito bem, em formular esta política de projeto e chegamos a fazer projetos bastante bons e que eram aprovados com o maior entusiasmo pelos órgãos financiadores. Nós nunca tivemos maiores problemas em obter financiamentos externos para essas obras da CEMIG." (Lucas LOPES, Entrevista)

Ao lado do cálculo econômico, da preocupação com os custos do processo produtivo, surge um tipo de gerenciamento da

mão-de-obra que incorporava uma filosofia de racionalização do trabalho em que os diversos escalões se submetem à direção do engenheiro, legitimado por sua capacidade técnica. Com isso, o trabalho intelectual assume um peso maior do que até então tinha tido dentro da organização, que se torna cada vez mais especializada, tanto no nível da direção quanto da execução. Esse tipo de preocupação com uma racionalidade produtiva de tipo científico já aparece na criação do Centro de Pesquisa da USIMINAS (que tinha só pessoal de nível técnico e superior, trabalhando sob o comando de alguns Ph.D.'s) mas se explicita também na administração geral da usina.

"...Desde o início nós sabíamos que uma siderúrgica moderna como a que estávamos instalando era bem diferente das usinas antigas. Numa usina antiga, um contra-mestre chefiava 50 operários e um engenheiro, meia dúzia de contra-mestres. Lá na USIMINAS um contra-mestre chefiava dez operadores. Não eram operários porque precisavam saber ler, escrever e não apenas fazer força. Para cada dez operadores, precisava um contra-mestre. Para cada meia dúzia de contra-mestres havia um engenheiro. Então o número de engenheiros e técnicos aumentou tremendamente. Nós nos preocupamos em formar este pessoal." (Amaro LANARI, Entrevista)

O maior peso atribuído ao trabalho intelectual tem também suas exigências no plano de organização e a presença dos responsáveis pela direção junto aos executantes do trabalho manual acaba sendo traduzida como uma forma de forçar a especialização tão cara às empresas modernas.

"...Aprendemos muito dentro de uma teoria de orientação do trabalho. Quem mais conhece o serviço é quem mais de perto está no serviço. De modo que, em vez de nós ficarmos com aquela história de permanecer no escritório, tinha muita gente lá pertinho vendo como se fazia. Uma porção de engenheiros, tudo gente moça, interessada. Quanto mais perto, mais

ele fica sabendo, mais ele aprende. É a teoria da especialização mesmo. E japonês é extremamente especializado." (Luiz VERANO, Entrevista)

Devido ao próprio contexto no qual foi implantada a empresa, foi necessário desenvolver programas de formação de mão-de-obra que mostram um outro ângulo da modernidade dos engenheiros: a visão da empresa como mestra, empresa que é veículo de progresso e riqueza, agente civilizador, também através da educação dos seus trabalhadores.

"...para se fazer um encarregado ou mesmo um operador, é preciso ter, pelo menos, uma iniciação de curso secundário, não é necessário o curso técnico. Aliás, não haveria técnicos suficientes caso nós quiséssemos pegá-los na escola. Então criamos os nossos técnicos. Como? Fazendo uma propaganda no Brasil inteiro, procurando elementos que já tivessem curso secundário, mesmo incompleto, e que estivessem nas suas cidades do interior esperando um emprego qualquer de colarinho: vendedor, balconista, ou funcionário de banco, que era o sonho. Havia milhões de brasileiros com formação suficiente, para em seis meses você fazer deles um técnico, e que não tinham profissão. Foi isso que fizemos." (Amaro LANARI, Entrevista)

Todas as idéias que compõem o projeto modernizante dos engenheiros mineiros - a concepção de empresa, de Estado, de uso da técnica e de formas de gerir a mão-de-obra - mostram também como uma política classificatória do trabalho e dos seus agentes, inclusive os engenheiros, que estabelece uma hierarquia clara de autoridade e de poder. Esta política tem seus efeitos fora da fábrica, mas é também acompanhada de outras formas de ação que visavam expandir o domínio da "racionalidade" científica dos engenheiros a outras esferas da vida social: o planejamento urbano, a construção de estradas e,

sobretudo, a atuação dos profissionais mineiros nas várias instâncias de decisão do governo federal e no ensino de engenharia.

A POLÍTICA DA CONCILIAÇÃO E A MINEIRIDADE DOS ENGENHEIROS

A consolidação das diferenças no interior da classe dirigente em Minas Gerais, expressando uma divisão social do trabalho de dominação e um conflito entre diferentes modos de regular a vida social e de organizar a atividade econômica, transformou-se, na esfera política, num tipo de arranjo, característico da conciliação mineira.

Analisando a história da política em Minas e o modo como se construiu a força do estado na federação, Otavio DULCI ressalta a importância da conciliação entre os setores da elite para sustentação do seu poder.

"A oligarquia mineira, organizada no Partido Republicano (PRM), englobava correntes das elites das velhas regiões do ouro e das novas regiões agrícolas mas as últimas davam as cartas. ...Por seu turno, os políticos das regiões de formação urbana, do ciclo do ouro, eram, em certo sentido, herdeiros do velho liberalismo (Afonso Pena, Pandiá Calógeras, Afrânio de Mello Franco, Augusto de Lima). Esse setor da elite, bloqueado politicamente pela hegemonia conservadora dos "rurais", atuava preferencialmente no plano federal, conduzido ao congresso ou ao Ministério pela elite rural, inclusive para afastá-lo do cenário político estadual." (DULCI, O., 1983:13-4)

Esta forma de conciliar divergências, acomodando os setores da elite em torno dos seus interesses fundamentais prolonga-se por toda a primeira metade do século XX até os anos sessenta, e foi peça essencial na mobilização de forças políticas que viabilizassem o desenvolvimento urbano industrial

no estado. A continuidade da política desenvolvimentista é expressão deste arranjo:

"A oligarquia de raízes seculares assimila a parceria do empresariado regional em ascensão, numa postura de conciliação política que dá nova fisionomia ao sistema de dominação, mas reforça-o em suas grandes linhas." (idem:20-1)

Mesmo com a urbanização e industrialização em andamento, mantém-se o arranjo que representa uma divisão clara das tarefas entre os setores da elite: o controle da política estadual e do mundo rural para a oligarquia mais tradicional. O mundo urbano, a indústria e os cuidados com os interesses de Minas no plano federal ficam sob a responsabilidade dos setores urbanos da classe dirigente, nos quais se destacam os engenheiros.

Impulsionados pela defesa dos interesses estaduais os representantes da Minas urbana dirigem-se inicialmente ao Distrito Federal como deputados ou ministros ou ainda em outros cargos elevados. Mas a transformação do padrão de ação estatal no governo Vargas - mais centralizador e menos liberal - dá outra ênfase à representação mineira no governo federal. Retirando poder das instâncias tradicionais de decisão, Vargas reforça as diversas comissões de assessoramento técnico como local em que realmente se decidiam as grandes questões, numa tentativa de superar conflitos entre os estados, concentrando poderes na União. E nessas comissões dominavam os engenheiros, principalmente os mineiros. (Ver MARTINS, L., op.cit.).

Tendo já participação ativa nos serviços de controle e incentivo da produção mineral, os engenheiros viram-se com forças suficientes para estender seus domínios. Baseados numa formação técnica abrangente, estes agentes

tentaram assumir o debate das questões de natureza econômica e política: a participação do setor público na construção de uma infra-estrutura para o desenvolvimento econômico, transporte, energia e comunicações. O projeto desenvolvimentista de Vargas tem a marca registrada do "espírito Gorceix": no Conselho Nacional de Petróleo, na criação das grandes empresas siderúrgicas (mesmo da CSN, que não veio para Minas) e do BNDS, na organização de um sistema nacional de transportes (que veio a tomar forma definitiva no governo JK e, desde então, esteve sob o controle dos engenheiros mineiros: Minas Gerais possui a maior rede de estradas mantidas pelo governo federal.). O "discurso prospectivo" da fase anterior vai se tornando realidade e a representação voluntarista da ordem social monitora a ação dos engenheiros no plano da burocracia federal.

O TRABALHO DE ENGENHARIA INSTITUCIONAL

O sentido amplo do trabalho desses profissionais só aparece quando se recorda o papel "sui generis" desempenhado pelo Estado e pela burocracia na gestão da economia das sociedades de industrialização recente. Citando novamente Luciano MARTINS, pode-se dizer que, pelas suas características específicas

"...o Estado não apenas tende a desempenhar uma função "estruturante" nessas sociedades em permanente e tumultuada transformação, como passa a desempenhar papel proeminente e decisivo nessas economias." (MARTINS, L., 1985:24)

Mas, além disto, "diversos estudos de caso da formação de políticas públicas no Brasil confirmam o argumento de W.G. SANTOS de que a burocracia estatal sempre deteve o monopólio das iniciativas políticas" (MELO, 1991:268)

Nossos agentes conseguem então, valendo-se das suas relações políticas e apoiando-se na sua formação profissional, aproximar-se e obter espaço privilegiado no interior da instância mais forte no processo de direcionamento das transformações estruturais da sociedade no período getulista. E imprimem a marca da sua racionalidade técnica nas relações de poder que aí se configuram. A longo prazo, esta marca tomou a forma de uma racionalidade empresarial dentro do estado, que torna inconfundível o padrão de atuação de algumas de suas empresas, exatamente aquelas em que os engenheiros eram predominantes.

Este período da história brasileira é muito criativo e a ação estruturante do Estado mostrou-se também como engenharia institucional, cuja obra mais importante foi a produção de uma "cidadania regulada". (SANTOS, Wanderley G., 1979). Se o conceito de cidadania expresso por SANTOS é discutível (conforma REIS, Fábio W., 1990), interessa-nos a idéia de regulação das relações sociais, via controle dos títulos ocupacionais.

Este projeto regulador é desenvolvido num contexto de "equilíbrio na fraqueza", para usar a expressão de Ligia PEREIRA (1986), em que nenhuma das frações da classe dominante conseguiu ainda impor definitivamente a sua hegemonia, ressaltando assim o papel de certos setores das camadas médias e, mais especificamente, de certos grupos profissionais, no conflito entre capital e trabalho no Brasil. A intervenção estatal bem como as novas formas de controle do trabalho ganham pleno sentido quando referidas ao contexto político-ideológico do país nos anos 40 e 50, quando a questão social foi reelaborada e se produziu uma nova moldura institucional para as relações de trabalho e para o desenvolvimento econômico. Como mostra Marcus André MELO, "a emergência histórica da política social está associada à constituição e fortalecimento

de uma burocracia que administra os mecanismos de engenharia social que permitem a incorporação da massa de trabalhadores urbanos no processo de nation-building" (1991:266). Neste quadro, os instrumentos de planejamento estatal ou racionalização da administração do trabalho foram armas importantes pelos efeitos estruturais que produziram.

O Estado brasileiro pós-30 encontrou na regulamentação do exercício profissional uma forma eficaz de controle do trabalho, da mão-de-obra, criando condições para o desenvolvimento de um sistema classificatório que tinha no reconhecimento oficial das ocupações o modelo que poderia tornar-se o equivalente geral, o parâmetro para todas as hierarquias (THÉVENOT, L.:1984)

"A permanente pressão por parte dos mais variados setores da sociedade brasileira, tendo em vista a regulamentação de suas ocupações, testemunha até onde o conceito subliminar de "cidadania regulada" disseminou-se na cultura cívica do país." (SANTOS, W.G., 1979:68).

Mas a criação de espaços oficiais para a representação dos grupos ocupacionais em várias instâncias - dos sindicatos às nomenclaturas - é uma parte constitutiva fundamental do Estado, juntamente com outros processos unificadores educacionais, legais, simbólicos. O novo modo de representação política "substitui o cidadão não-qualificado por um homem qualificado, definido não só pelo seu emprego, mas pela sua posição numa escala de qualificações e, crescentemente, pelo seu lugar na distribuição de qualificações educacionais." (BOLTANSKI, L. e THÉVENOT, L., 1983:673). Introduz-se assim uma política de caráter corporativo, traço essencial na sociedade brasileira a partir dos anos 30 e 40.

Se os nossos engenheiros não são os autores desta política institucional, para a lógica do seu projeto de gestão empresarial é imprescindível um sistema classificatório do trabalho, num contexto em que as técnicas organizativas vão assumindo importância crescente para o capitalismo e para os empreendimentos estatais em grande escala. Esse projeto casa-se perfeitamente com a regulação oficial dos trabalhos, diferenciados por questões técnicas e hierarquizados segundo uma racionalidade óbvia: concepção e gestão são trabalhos intelectuais que ocupam o alto da pirâmide. Os engenheiros usaram ou, pelo menos, tentaram usar este sistema na gestão da mão-de-obra nas empresas estatais mineiras, como vimos anteriormente. A criação de centros formadores de trabalhadores, dos quais o SENAI e o SENAC são os exemplos mais importantes, teve grande participação dos engenheiros - Fidélis Reis foi fundador da Escola de Engenharia de Belo Horizonte e autor do projeto de criação do Senai - que poderiam estender, através dessas práticas educativas, a lógica do seu sistema classificatório. Pelo fato de ser uma classificação concorrente com outras, eles nunca conseguiram torná-la dominante no setor público, a não ser nas áreas em que tinham controle mais amplo: foram as empresas, órgãos e comissões dirigidas por engenheiros que se tornaram o espaço institucional para esta lógica. Na Petrobrás ou nas outras estatais do mesmo tipo foi possível estabelecer uma racionalização dos procedimentos de recrutamento, seleção e administração, criando padrões de cargos, salários e carreiras fundados em critérios de mérito e competência. Mas a política da conciliação paga seu preço e, mesmo nestes setores, a vitória não foi completa, como se pode constatar pela existência de apadrinhamentos e nomeações fora dos quadros de carreira. Outras concessões também se verificam nas negociações necessárias ao estabelecimento das empresas siderúrgicas ou da CEMIG, onde o peso dos arranjos políticos se fez sentir em várias ocasiões. Mais que tudo, o setor público aparece para os engenheiros como fonte de poder: o Estado

torna-se uma base fixa, ponto de partida para a atuação em outros campos. Confirma-se, de um lado, a relação de reforço entre profissão e burocracia, tal como vê LARSON. Mas fica também evidente o processo de instituição da autoridade cultural, num projeto que mistura a necessidade de regular as crenças na sociedade, dominar os princípios de visão e de divisão do mundo social, com aspirações de mobilidade social. O Estado é a principal esfera de atuação, mas o trabalho de instituição percorre também as instâncias do mercado (organizando e hierarquizando os agentes do processo produtivo) e da cultura (pela valorização de uma visão cientificista do mundo).

No entanto, este projeto e sua materialização nas diversas instâncias só pode ser entendido a partir de uma perspectiva relacional/estratégica que o analise no interior de uma determinada configuração, no enfrentamento de outros projetos e atores.

A CONCORRÊNCIA AO PROJETO

Este período, que começa com a criação da Sociedade Mineira de Engenheiros em 1931, tem o seu fim anunciado em 1962 com a fundação de duas instituições que retratam a situação a que chegaram os engenheiros na época, suas realizações e seus limites: a USIMINAS e o BDMG. A USIMINAS é uma vitória do projeto da profissão: uma empresa moderna em tecnologia e administração, base possível para o desenvolvimento econômico do estado. A CEMIG, em 1951, traduz também a força dos engenheiros, que ocupavam então os postos-chaves do comando na área estadual e alguns cargos decisivos no plano federal. Lucas Lopes, por exemplo, foi o primeiro presidente da CEMIG e Ministro da Viação de Juscelino.

Esse projeto organiza a ação dos agentes num momento de transformação estrutural em que a esfera econômica vai se tornando dominante, deslocando atividades e enfraquecendo a política tradicional. Nesta configuração de forças sociais, as competências dos engenheiros no campo técnico e científico, mas especialmente nas técnicas organizatórias, arduamente conquistadas e corretamente utilizadas, conferiram a estes profissionais uma posição privilegiada: dos seus postos no Estado e nas empresas privadas, os engenheiros instituíram sistemas burocráticos racionalizadores, princípios reguladores das relações sociais e do desenvolvimento econômico.

Mas tanto o papel criador autônomo do Estado quanto a capacidade de instituição dos engenheiros têm limites. Sem entrar na longa discussão teórica sobre o Estado nas sociedades modernas, pode-se afirmar que a luta entre os diversos grupos sociais, inclusive pelo controle da função estatal, demarca o raio e a profundidade da sua ação. Esta luta é o limite dos engenheiros, que o BDME exprime com perfeição.

Desde o governo João Pinheiro, "os engenheiros mandavam em tudo", segundo um engenheiro-economista. Era uma tecnocracia embrionária que veio da Secretaria da Agricultura e transferiu-se para a DEMIG, onde se instalou para planejar a economia mineira. Mas em 1940 um grupo de contadores e advogados, com alguns engenheiros, criou a Faculdade de Ciências Econômicas. Os advogados e contadores tiveram atuação limitada, mas os engenheiros, pelo tipo de análise instrumental que faziam, pelo uso de matemática e estatística, ocuparam uma área que começava a ganhar importância: projetos e organização industrial. Neste momento, eles estavam "armando" os economistas, que passam a afirmar mais decididamente a sua posição a partir dos anos 50. Seus primeiros trabalhos, na assessoria da Federação das Indústrias do Estado de Minas

Gerais, deram origem ao núcleo de estudos que criou o projeto do Banco de Desenvolvimento. Já nos primeiros anos da sua existência, a equipe de economistas do BDMG enfrentou os engenheiros da CEMIG e suas divergências foram se acentuando, especialmente nos assuntos relativos à definição de regras para o desenvolvimento econômico e ao peso a ser atribuído ao capital estrangeiro.

A concorrência entre os grupos por uma posição hegemônica no espaço social elege o Estado como instrumento privilegiado, especialmente no Brasil, onde existe uma tradição forte de domínio das burocracias estatais. Toda a ação dos engenheiros foi norteadada por esta idéia. Nos Estados Unidos, os engenheiros enfrentaram os assistentes sociais e psicólogos no desenvolvimento dos seus projetos gestionários. A proeminência do Estado na sociedade brasileira inflaciona as possibilidades de domínio da racionalidade dos engenheiros, que sai do campo das fábricas (onde se concentrou a ação dos americanos) para a sociedade, atingida globalmente através do Estado. Os seus concorrentes também tinham que estar no plano macro-econômico.

Um outro limite aos engenheiros é dado pela própria natureza do seu instrumento de regulação: a racionalidade técnico-empresarial que eles advogam cabe perfeitamente num mundo urbano em processo de industrialização mas encontra sérias dificuldades para englobar o mundo rural ou uma economia mais informal. A posição dominada dos agrônomos no campo da engenharia é testemunha dessas dificuldades. O desafio da economia informal será retomado adiante.

O fato de que o desafio aos engenheiros tenha partido dos economistas põe em relevo a mudança das relações entre as escolas de engenharia - a UFMG assume posição dominante num campo que se vai expandindo com a criação de novas escolas no estado, com o surgimento de escolas

particulares, especialmente a PUC - e também o aparecimento de outros cursos superiores com influência decisiva para os rumos de uma profissão.

Todas estas mudanças, que criam um campo profissional diversificado e cercado por concorrentes, são o assunto do próximo capítulo.

CAPITULO III

MUDANÇAS DE RUMO E A NOVA CONFIGURAÇÃO DO MERCADO

Até aqui vimos analisando uma bem sucedida tentativa de regular a sociedade através da fixação de uma certa racionalidade organizacional, vinculada a um arbitrário cultural definido. Os autores da tentativa, os engenheiros, estabeleceram alguns dos padrões operacionais de instituições importantes na vida econômica em Minas Gerais e no Brasil. Eles definiram formas de sociabilidade e princípios de visão e divisão do mundo social que prevaleceram sobre outros por algum tempo, fixaram hierarquias cuja legitimidade se sobrepôs a outras. Em termos de retorno econômico, prestígio social e acesso ao poder, os engenheiros tiveram seu momento áureo nas décadas de 50 e 60, quando vêem se tornar realidade os projetos acalentados ao longo de mais de meio século. Apesar de que já nos anos 60 se possam encontrar os primeiros sinais dos problemas que a profissão enfrentaria nas décadas seguintes, estes só aparecem nitidamente com a crise do modelo econômico brasileiro. Até meados dos anos 70, os índices não poderiam ser mais otimistas, com o crescimento do número de formandos, de especialidades, o emprego em expansão e o crescimento industrial das áreas onde predominava a racionalidade científico-administrativa tão cara aos engenheiros.

Mas os interesses divergentes que se acomodavam bem nos períodos de crescimento econômico passam a competir nas épocas de maior escassez e diferenças pouco significativas emergem com a força de antagonismos insuperáveis, ou quase. E, com a "crise do milagre", os problemas dos engenheiros tornam-

se evidentes, ganhando destaque nas falas oficiais das entidades de classe desses profissionais que passam a associar o tradicional discurso desenvolvimentista a uma insistente preocupação com empregos.

A eloquência do discurso e sua continuidade por quase duas décadas atestam uma situação de perda de posição no espaço social que deve ser analisada, especialmente pelo nível de poder social obtido anteriormente pelos engenheiros. As explicações são as mais diversas e algumas delas talvez estejam mais próximas do protesto indignado. Para alguns, o problema é a crise económica que transforma engenheiros em vendedores de sucos de frutas e que foi provocada pela inépcia dos dirigentes do país, incapazes de gerir o seu desenvolvimento. Para outros, deve-se fazer uma análise de carácter mais estrutural que encontra no assalariamento dos profissionais a causa de suas agruras. Existem ainda aquelas alternativas que simplesmente apontam o aumento do número de formandos como responsável pela deterioração das condições de trabalho e remuneração dos engenheiros. A primeira é a favorita entre os profissionais, a segunda domina a sociologia marxista e a terceira explicação já foi moda entre os economistas e educadores oficiais, encontrando ainda hoje alguns adeptos.

Minha hipótese é de que há um deslocamento nos princípios de categorização e hierarquização social - produto da concorrência entre os diversos grupos sociais - que acaba criando novas instrumentalidades, formas diferenciadas de organização do trabalho, tecnologias e conhecimentos, novas formas de interação simbólica que, no campo das profissões, institui critérios distintos de pertinência e diferenciação.

Esse deslocamento induz ao surgimento de novas profissões e a extinção de antigas, altera os graus de prestígio, renda e poder de cada uma delas, faz variar as tarefas exercidas por um mesmo grupo e, principalmente, obriga as profissões a estabelecerem estratégias que lhes permitam reconverter o seu capital simbólico para colocá-las ou aproximá-las do polo dominante do espaço social. Em função disto, escola, mercado e associação devem ser analisadas dentro de um contexto que permita entender a redefinição dos papéis que classicamente lhes foram atribuídos.

Os engenheiros, que em Minas Gerais foram os principais responsáveis pelo estabelecimento e difusão de princípios pelos quais o saber certificado pelo título universitário torna-se, pelo menos idealmente, a medida suprema de todas as hierarquias e coloca a engenharia no ponto culminante das escalas de valor social, devem agora confrontar-se com a concorrência dos princípios colocados pelos demais grupos. Para enfrentar esta situação desenvolvem estratégias de reconversão que vão da introdução de disciplinas gerenciais nos currículos escolares e criação dos cursos de engenharia de produção à ocupação dos departamentos de recursos humanos nas empresas, passando pelo crescimento da engenharia consultiva. Estas estratégias percorrem de forma diferenciada o corpo profissional, recriando hierarquias internas e definindo um eixo de diferenciação com um polo que dá maior peso para os componentes gerenciais-consultivos e outro para os componentes técnico-acadêmicos, valorizando desigualmente especializações, títulos e carreiras.

Neste capítulo serão caracterizadas as mudanças que configuram o novo período na trajetória dos engenheiros. Dois planos serão privilegiados: o das transformações na estrutura

ocupacional, da diversificação das profissões e da reorganização do campo empresarial em Minas; e o das alterações nas formas organizacionais das empresas. A partir daí serão analisadas as condições de trabalho oferecidas aos engenheiros, a distribuição geográfica e setorial dos empregos, o tipo de relação de trabalho. Finalmente, no último item serão tratados os mecanismos de demarcação do terreno profissional: nas novas condições refazem-se os conflitos em torno de fronteiras e os modos de se definir o que seja efetivamente atividade de engenheiro. Com isso, completa-se a análise da dimensão macro de instituição e formatação do campo profissional.

A DIVERSIFICAÇÃO DA ESTRUTURA OCUPACIONAL E OS CONCORRENTES DOS ENGENHEIROS

Entre as transformações importantes pelas quais vem passando a sociedade brasileira, a diversificação da estrutura ocupacional é um dos mais fundamentais para a compreensão dos mecanismos de diferenciação social e distribuição de riqueza e poder. Os aspectos mais gerais desse processo compõem o quadro em que estão inseridos dados com menor grau de agregação que permitem captar mudanças mais finas, de grandes efeitos sobre a textura social. Em primeiro lugar, destacam-se as mudanças na composição setorial do emprego entre 1950 e 1980, conforme a análise de Vilmar FARIA (1986): a diminuição do peso relativo do emprego agrícola e o crescimento absoluto e relativo do número de empregados da indústria de transformação, da construção civil e daqueles ligados às funções estatais não diretamente produtivas. Também crescem muito neste período as "outras atividades", classificação problemática que agrupa tanto os desempregados quanto aquelas pessoas trabalhando em empregos não incluídos nas listagens oficiais de ocupações. Quanto às mudanças na distribuição espacial e na estrutura interna dos setores, destacam-se a crescente integração do mercado nacional de trabalho, expansão de fronteiras com um crescimento mais que proporcional da PEA nas regiões Norte e Centro-Oeste, urbanização acelerada da força de trabalho, crescente participação feminina no mercado. Todas estas transformações têm consequências relevantes para a organização profissional mas aquela que tem maior impacto sobre os engenheiros é a "crescente diferenciação e complexidade da estrutura ocupacional (que) resultou em mudanças significativas na natureza das ocupações e na qualificação da mão--de--obra." (FARIA, V., 1986:93). Esse processo de diferenciação atingiu especialmente as ocupações não-manuais mais qualificadas que

passam de 10,8% da PEA em 1950 para 21,1% em 1980. A ele corresponde o delineamento de novos grupos, a formação de interesses diversificados, o surgimento de novos eixos de conflito e a variação da posição das diferentes ocupações.

Para dar conta do movimento de formação e desaparecimento dos grupos ocupacionais incluídos na categoria ampla de ocupações técnico-científicas e afins basta acompanhar as mudanças na nomenclatura utilizada nos Censos Demográficos entre 1950 e 1980:

1950: OCUPAÇÕES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS, ARTÍSTICAS E SEMELHANTES

Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos, Agrimensores e Topógrafos, Artistas Plásticos, Desenhistas e Cartógrafos, Médicos, Veterinários, Parteiras, Enfermeiros e Massagistas, Dentistas, Proteicos, Químicos, Farmacêuticos e Práticos de Farmácia, Laboratoristas, Professores, Advogados, Escritores e Jornalistas, Naturalistas, Astrônomos, Meteorologistas, Músicos, Artistas de Cinema, Teatro e Circo, Locutores e Artistas de Rádio, Cinegrafistas, Fotógrafos.

1960: OCUPAÇÕES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS E AFINS

Engenheiros *, Químicos e Farmacêuticos *, Agrônomos, Veterinários e Naturalistas, Médicos e Dentistas, * Cientistas e Professores *, Magistrados e Advogados *, Religiosos, Escritores e Jornalistas, Artistas Plásticos, outras funções técnicas.

* = outras funções afins ou auxiliares.

1970: OCUPAÇÕES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS E AFINS

Engenheiros *, Químicos, Farmacêuticos, Físicos e Especialistas em Ciências Afins, Agrônomos, Veterinários e Naturalistas, Médicos, Dentistas e *, Matemáticos, Sociólogos e Outros Especialistas em Ciências Afins, Professores e *, Magistrados, Advogados e *, Religiosos, Assistentes Sociais e *, Escritores e Jornalistas, Artistas e *.

1980: OCUPAÇÕES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS, ARTÍSTICAS E ASSEMBELHADAS

Engenheiros, Arquitetos e **, *, Químicos, Farmacêuticos, Físicos e **, *, Agrônomos, Biologistas, Veterinários e **, Médicos, Dentistas e **, *, Matemáticos, Estatísticos e Analistas de Sistemas, Cientistas Sociais, Professores, *, Magistrados, Advogados e **, *, Religiosos, Escritores e Jornalistas, Artistas e **, *, outros.

* = ocupações auxiliares da anterior

** = especialistas assemelhados

Para além da variação nos critérios de nomeação e agrupamento utilizados pelos Censos, há, refletindo fenômenos reais, uma evidente mudança na listagem das ocupações, que poderia ficar mais acentuada numa perspectiva que trabalhasse com dados menos agregados, como por exemplo, ao nível de emprego setorial.

AS TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA MINEIRA

Outros movimentos estruturais acompanham as mudanças no perfil das ocupações: a transformação do mercado de trabalho vincula-se à evolução das formas de acumulação do capital, cujos ciclos reorganizam o campo empresarial e as relações de trabalho. Nos anos 60, apesar da crise geral da economia brasileira, Minas apresentou um quadro diferente com um crescimento forte da indústria básica. No início dos anos 70 a sua posição ainda era privilegiada. Dispondo de recursos naturais abundantes e uma indústria de base bem instalada, desfrutando de uma posição geográfica estratégica num país que pretendia desgarrar-se do litoral e interiorizar as atividades econômicas, e contando ainda com um aparato institucional-estatal e um esquema extremamente organizado de distribuição de incentivos fiscais, o estado de Minas Gerais tornou-se polo de atração para diversos projetos industriais que aliavam especialmente os capitais estrangeiro e estatal. Isto significou uma diversificação considerável dos investimentos, com ênfase particular no setor metal-mecânico.

O aprofundamento deste tipo de desenvolvimento econômico, que reforça as alianças entre as grandes empresas estrangeiras e alguns setores do aparelho estatal, tem conseqüências relevantes para nossa análise. A instalação acelerada de processos produtivos mais modernos, obrigou mesmo

os setores mais tradicionais da economia (textéis e alimentos) a introduzir também alguns elementos de modernização tecnológica ou administrativa.

Berço dos primeiros planejadores, Minas não podia deixar de lado esta tradição e o Estado desenvolve o seu aparato institucional, fortalecendo-o para gerir a ação política governamental voltada para o desenvolvimento industrial. Os Planos Mineiros de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES, 1972/76 e II PMDES, 1976/79) definem o campo de atuação das instituições estatais:

"identificação e promoção de oportunidades industriais, a cargo do INDI; oferta subsidiária de infraestrutura industrial consubstanciada nos distritos industriais e na execução de obras básicas para implantação de projetos julgados prioritários pela CDI-MG; participação financeira em projetos estratégicos através do BDMG ou do próprio Estado; atendimento de crédito subsidiado, através de repasses de fundos federais e financiamentos com recursos orçamentários, pelo BDMG; e concessão de incentivos fiscais através da Lei 5.261, cuja ação foi extinta em 1975. E finalmente, dentro do campo político-administrativo, realizou-se nas negociações, a nível federal, destinadas a aprovar e acompanhar projetos estratégicos para a concessão de financiamentos e incentivos." (DUARTE, F., CHAVES, M. & SILVA, R., 1979:925-6)

A força do aparato institucional mostra-se não só como capacidade de decisão na aplicação dos recursos econômicos - as escolhas das equipes de planejamento definiram um padrão que fez com que a industrialização recente de Minas Gerais favorecesse a implantação de projetos de grande porte, recolocando as áreas possíveis de participação, as formas de concorrência e os mecanismos de sobrevivência das pequenas empresas - mas também como possibilidade de formação de um certo perfil do conjunto da mão-de-obra. A industrialização

mineira dos anos 70 criou uma estrutura de recursos humanos que se diferenciava daquela existente em São Paulo e mesmo no conjunto dos estados brasileiros, pelo emprego mais intensivo de técnicos de nível médio e superior. Em 1970, a indústria paulista usava, a cada 100 técnicos, 12,3 de nível superior enquanto que em Minas Gerais, nas empresas organizadas conforme os projetos dos planejadores esse número chegava a 25,9 (para empresas em processo de implantação) e 26,2 (para empreendimentos em fase de expansão). Esta tendência, que já fora mencionada pelos engenheiros da USIMINAS, aparece concretamente nos dados de QUIRINO & MEDEIROS (1979): do total dos novos empregos criados por projetos incentivados na década de 70 (85.178), 92% eram para operários e 8% para técnicos, assim distribuídos: 5,9% de nível médio e 2,1% de nível superior e/ou diretores. O quadro a seguir explicita melhor estas oportunidades de empregos criadas, distinguindo-as segundo os ramos industriais.

 Nível ocupacional da Mão-de-obra

RAMO	TOTAL	TÉCNICOS			OPERÁRIOS	
		Super. %	Médio %	Qualif. %	Semi-qual. %	Nãoqua. %
(N=423)						
Total	85.178	2,1	5,9	7,8	35,6	48,6
Minerais ã/met. l.	5.135	2,4	5,5	5,9	46,1	40,1
Metalurgia	12.557	1,8	4,7	16,6	26,7	50,2
Mecânica	30.350	2,8	7,7	4,7	37,3	47,5
Mat. elét. comun.	4.801	2,5	10,2	2,7	26,4	58,2
Celulose, papel	3.779	1,0	2,8	26,6	23,0	46,6
Química	4.470	1,1	3,7	8,3	32,5	54,4
Prod. Mat. Plástica	1.258	1,4	4,2	15,6	19,4	59,4
Têxtil	4.654	1,6	4,4	2,7	45,4	45,9
Vest. Calçad. artefa- tos de tecido	6.398	0,8	2,6	9,5	52,3	34,8
Alimentos	6.685	1,1	3,5	4,9	23,4	67,1
Outros	5.091	2,9	8,5	1,8	47,6	39,2

Fonte: QUIRINO e MEDEIROS, 1978:29.

A LUTA PELO CONTROLE SOBRE O APARATO ESTATAL

A luta pelo controle sobre a burocracia estatal em Minas Gerais foi contada nos capítulos anteriores e até o final dos anos 60 era inseparável da história dos engenheiros ou, pelo menos, do grupo mais representativo desses profissionais. A identidade e a representação da categoria foram construídas em torno deste núcleo, que se institucionalizou na Sociedade Mineira de Engenheiros. Conforme se pode ver no item anterior, esta burocracia foi extremamente importante na definição dos rumos tomados pela economia mineira e, num sentido bem preciso, pelo padrão organizacional dominante nas empresas do estado de Minas Gerais.

O processo de crescimento econômico e a própria dinâmica da expansão da profissão criaram as bases para o surgimento de novos atores que passaram a disputar com os engenheiros o privilégio da direção. As disputas apareceram inicialmente no interior das instituições estatais e, a partir daí, expandem-se pelas demais instâncias da vida social. Segundo Paul WILDING (1989:capítulo 2), a natureza e a extensão dos poderes profissionais dentro da sociedade e, em especial, no Estado, podem ser examinados a partir de cinco pontos de vista: 1º) poder sobre a elaboração de políticas e administração; 2º) poder para definir necessidades e problemas; 3º) poder na alocação de recursos; 4º) poder sobre gente; 5º) poder de controle sobre sua área de trabalho. Evidentemente todos eles estão estreitamente relacionados e a luta mais geral pelo controle do aparato estatal pode ser traduzida na luta pelo controle das políticas estatais que é, ao mesmo tempo, busca de poder sobre seu trabalho e dos demais. A partir do Estado, este conflito percorre toda a sociedade porque "a profissionalização como expertise requer controle apenas sobre o conteúdo do trabalho, [mas] profissionalização como expressão de prestígio [e poder, MLOB] pressiona por controle sobre a organização do trabalho." (WILDING, P.:1989:53)

As instituições de ponta, que se propuseram a definir rumos para a sociedade mineira, foram os órgãos de planejamento estatal e algumas empresas públicas situadas em pontos estratégicos. Foi exatamente aí que se deu o enfrentamento mais sério entre os engenheiros portadores de um projeto de desenvolvimento e os economistas com suas novas propostas. Este conflito já começa a se desenhar nos anos 60, com a criação do BDMG, em 1962, e do INDI, em 1968, mas a articulação dos economistas é anterior:

"...até o governo do Juscelino, eram os engenheiros que mandavam. No meu entendimento, no final dos anos 50 é que a profissão dos economistas emerge com alguma

importância maior. Os próprios assessores do governo federal na área técnica eram fundamentalmente os engenheiros. Ai, começa a surgir a figura do economista." (C. Campolina DINIZ, entrevista.)

O primeiro local de articulação pública dos economistas foi a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, onde um grupo grande de engenheiros vinha defendendo há anos a industrialização do estado, principalmente pelo desenvolvimento da siderurgia. Desse embrião surgido na FIEMG nasceu o projeto do Banco de Desenvolvimento, onde os economistas passaram a ter maior importância, mesmo com a presença ainda marcante dos engenheiros. O primeiro presidente do Banco foi Obregon de Carvalho, professor da Faculdade de Ciências Econômicas (UFMG). Vários outros diretores na época eram advogados.

Os profissionais lotados no BDMG preocuparam-se inicialmente em promover uma reflexão sistemática sobre as causas do atraso da economia mineira. O grupo que participou dessas discussões foi organizado por Domicio Figueiredo Murta. Quintanista de engenharia em Ouro Preto, o professor Murta abandonou o curso para estudar Economia Regional na Alemanha. Ao retornar, integrou a equipe dirigida por Américo Giannetti, encarregada do plano de recuperação econômica e fomento da produção, em 1947. Neste grupo, que contava ainda com a presença de Fernando Roquete Reis, começam a ser discutidos problemas econômicos da desigualdade regional. O debate foi amplo, teórico e politicamente, englobando as escolas francesa e alemã e o pensamento cepalino.

"Então começa a discussão sobre a posição de Minas dentro da economia brasileira e cria-se no BDMG o Departamento de Estudos e Planejamento para estudar a economia mineira. Os economistas se aglutinam aí, origem maior da sua força." (C. C. DINIZ, entrevista).

Novamente, como se viu antes no caso dos engenheiros, a articulação com os políticos é necessária e a presença de Paulo Camilo de Oliveira Pena (advogado e sociólogo, professor da Faculdade de Ciências Econômicas) na presidência do Banco (gestão Magalhães Pinto) foi essencial para reforçar o papel dos economistas, afastando os engenheiros.

No momento em que os economistas começaram a elaborar o plano de desenvolvimento para o estado, os engenheiros da CEMIG retomaram o seu plano de eletrificação de Minas Gerais que era, na realidade, um projeto de industrialização do estado. O mais interessante é perceber aí a diferença de orientações entre os dois grupos. As divergências teóricas (escola francesa, histórica, no BDMG e as empresas de consultoria americana, com sua visão mais pragmática, na CEMIG) tomaram a forma de separação institucional quando se criou o INDI (Instituto de Desenvolvimento Industrial, 75% CEMIG, 25% BDMG), órgão encarregado do planejamento econômico da CEMIG.

Mais que ilustrar, esta história pretende chamar a atenção para mudanças substantivas na forma de dirigir a economia no estado. Com o golpe de 64, os profissionais do BDMG puderam aliar-se, graças aos trabalhos conjuntos realizados anteriormente, com o grupo de Delfim Neto e assim fortalecer sua posição institucional e o papel do Banco enquanto agente sinalizador e financiador de certas políticas de desenvolvimento. Os vários Secretários estaduais da Fazenda ou Planejamento foram, nos governos militares e mesmo depois, profissionais vinculados ao grupo forte do Banco ou funcionários desta instituição.

Do ponto de vista que nos interessa, os economistas conseguem imprimir uma nova dinâmica aos setores modernos da administração pública, fazendo prevalecer aos poucos, um estilo

de gestão cujo princípio essencial é o controle financeiro, a lucratividade econômica. E não apenas isto: o caráter da chamada nova industrialização mineira traduz um novo tipo de prioridade na gestão da sociedade, que se explicita também no setor privado.

NOVAS FORMAS DE GESTÃO DA VIDA ECONÔMICA

No interior do aparato estatal o caso do BDMG é apenas um exemplo que pode ser generalizado para outras instâncias, especialmente os órgãos ligados ao planejamento. Neste nível de gestão macro-econômica, o deslocamento dos engenheiros pelos economistas é evidente. Cabe discutir em que medida as duas perspectivas se aproximam ou se afastam em termos da definição de um projeto de sociedade. Se é possível fazer uma leitura dessas diferenças pela posição ocupada pelas dimensões técnica e financeira nas empresas modernas, pode-se dizer que há uma certa complementariedade entre as duas, com momentos claros de predomínio da última. A evolução do campo empresarial em Minas Gerais, no período recente, transformou as funções desempenhadas por diversos profissionais, circunscrevendo o trabalho dos engenheiros a uma outra órbita.

As tendências de transformação que levam ao desenvolvimento do capitalismo das grandes corporações modernas têm criado alguns desafios para os profissionais da área de engenharia. Segundo LASSERE, os mais importantes seriam:

- a evolução do regime de propriedade distanciaria os engenheiros dos sistemas decisórios;
- as mudanças que alongaram as hierarquias empresariais, com aprofundamento da divisão social do trabalho interna, transformaram o engenheiro numa espécie de elo impessoal,

representante da diretoria, da qual está cada vez mais distante;

- o aumento do peso relativo das diretrizes financeiras;

- a importância crescente da comercialização relativamente à produção;

- a reorganização interna das empresas que produz maior instabilidade e a transformação do engenheiro de oficial superior em funcionário assalariado;

- a criação de um mercado de trabalho de quadros e profissionais que, aliada ao surgimento de políticas globais de negociação nas empresas, elimina as possibilidades de negociação individual;

- o aumento do tamanho das empresas que recoloca (a partir das modificações apontadas anteriormente) as necessidades quanto ao trabalho do generalista e do expert.

A modernização da economia mineira formaria um quadro semelhante? Como se modifica a organização empresarial e, a partir daí, o perfil de seus profissionais?

Desde vários ângulos, é possível verificar a modernização da economia mineira, levada a cabo nos anos 70: sem discutir o conceito mesmo de modernização, podemos apontar alguns itens reveladores desses processos de mudança. Através de uma política de intervenção ativa do Estado na economia incentivou-se o surgimento e desenvolvimento de um parque industrial significativo, com um certo grau de diversificação e portador da marca do capital estrangeiro como sócio mais forte do empreendimento. Operando em escala bastante mais ampliada que os investimentos tradicionais na região, as empresas da "nova industrialização mineira" trouxeram mudanças qualitativas

tanto nas formas de gestão empresarial quanto no padrão de indústria.

Os estudos de Tarcísio QUIRINO citados anteriormente já mostram o predomínio das grandes companhias entre os novos empreendimentos industriais, instalados em Minas nos anos 70. Outros trabalhos sobre setores específicos apontam diversos tipos de mudanças, sintomas do novo padrão que se instala e que refaz a correlação de forças sociais. No caso da indústria metalúrgica, PEREIRA e DULCI (1984) mostram a transformação nas relações de trabalho, especialmente no final da década de 70, quando o empresariado foi compelido a estabelecer regras de negociação (salários e condições de trabalho em geral) devido à pressão dos trabalhadores organizados. Um levantamento recente na indústria de construção civil informa que 42,6% das empresas nesta área introduziram novos procedimentos técnicos, 44,4% criaram novos padrões ou normas administrativas e 50% delas passaram a utilizar processos informatizados. (BARBOSA, M.L.O., 1988).

Uma das modificações mais importantes - e que talvez por isso mesmo venha sendo usada como índice de modernização dos processos administrativos - é a profissionalização da administração das empresas, que deixam de ser geridas diretamente pela família proprietária e passam a ser dirigidas por administradores profissionais. A contratação de consultorias técnicas para resolver problemas antes entregues à soluções rotineiras, por tentativa e erro, é outra marca desse processo. Predominando claramente nos setores de instalação mais recente e vigorando desde muito cedo nos bancos, este padrão vai aos poucos estendendo-se aos ramos mais tradicionais da indústria mineira e ao comércio e às indústrias de maior porte, principalmente tecelagem.

Um dado da maior relevância ajuda a compor este quadro: com o estilo de desenvolvimento que se adotou no Brasil pós-64, e que não poderia deixar de atingir Minas, cresceu a importância relativa das decisões econômico-financeiras no conjunto das políticas empresariais. Para reforçar esta tendência, que recompõe a posição dos diversos agentes dentro das empresas, os bancos e instituições de financiamento, especialmente estatais, tiveram papel crucial.

EMPRESA E OCUPAÇÃO

Depois de definir as tendências mais amplas de transformação da economia mineira, passo agora à dimensão organizacional, procurando estabelecer os vínculos entre os dois planos e enfatizar a construção de certos tipos de identidades ocupacionais no processo de luta pela configuração das formas empresariais e da hierarquia dos trabalhos. Partindo da idéia de que a empresa, ou mais amplamente, as organizações, são campos de ação a serem estruturados pelos diversos atores, Michel CROZIER e Erhard FRIEDBERG (1977) reconhecem o caráter construído dos modos de organização e de seus processos de mudança. Nos dois casos, o conceito central é o de estratégias dentro de jogos estruturados -isto é, atores com certa margem de autonomia, limitada pela situação anterior do campo, por outros atores, pelas tradições técnicas e sociais de seu próprio métier, lutam incessantemente para criar/transformar uma certa forma de estruturação do campo, reconstituindo e redefinindo problemas, conteúdos e relações. É em torno das estratégias voltadas para a própria instituição do campo que se organizam os grupos, definidos não por critérios "ecológicos ou demográficos", e portanto exteriores à organização, mas pela posse de recursos/trunfos que lhes abram perspectivas de uma interação ou cooperação para o desenvolvimento de ações comuns.

(Pag. 50 e 51)

Numa concepção deste tipo, conhecimentos aparecem como elementos essenciais para a definição das estratégias: certamente não se trata dos conhecimentos técnicos mas daqueles que permitem avaliar e analisar "os construtos, as práticas e os comportamentos reais que recobrem a ação coletiva a fim de compreender o seu significado e o seu papel no todo social e medir a força de resistência e a capacidade de evolução." (idem:36-7)

Dentro dos quadros organizacionais modernos são os diversos profissionais que se qualificam para esta aventura criadora. Ampliando um pouco a perspectiva discutida acima, autores como David STARK (1980 e 1990), James BARON, Frank DOBBIN e P.D. JENNINGS (1986) têm demonstrado - a partir de um intenso trabalho empírico, aliado a uma reflexão teórica que combina o novo institucionalismo da análise sociológica das organizações com a sociologia relacional-reflexiva de Bourdieu - o papel instituidor dos diversos grupos profissionais de classe média. BARON e colaboradores analisam o trabalho de administradores de recursos humanos na formulação ou redefinição das relações de emprego na indústria norte-americana no período entre guerras e pós-45. Ao lado deles, sociólogos e economistas incentivaram o processo de generalização das regras formalizadas de definição de postos de trabalho e classificação de empregos através da sua atuação nas comissões estatais de controle do trabalho, na mesma época.

"Se as crises, como a guerra e a depressão constituem o contexto de remodelação das instituições econômicas capitalistas, a racionalização foi empreendida por um grupo de novos profissionais de classe média que defendiam seus interesses, tal como os percebiam e buscavam estabelecer e expandir sua autonomia nas organizações em processo de burocratização. Longe de constituírem um conjunto de "lugares vazios", à espera de serem preenchidos por integrantes de uma

classe contraditória (WRIGHT, 1978), os profissionais de classe média tiveram papel ativo na criação e formulação de suas posições, através da elaboração de um projeto profissional que lhes abriu um novo espaço de classe - como mediadores das relações entre as classes e como árbitros das relações entre os competidores no mercado." (STARK, D., 1990:11)

Segundo estes autores, a possibilidade de classificar as funções, atribuindo tarefas, direitos e deveres, níveis de autoridade e autonomia é um elemento constitutivo do campo organizacional, fonte de poder e objeto de disputa entre os agentes. Este tipo de abordagem fornece algumas pistas para o entendimento da posição dos engenheiros mineiros. Ainda desta perspectiva, fica claro também o papel destacado atribuído ao Estado que, como já vimos, é muito relevante na história econômica de Minas.

O LUGAR DOS ENGENHEIROS NAS EMPRESAS

Neste plano da organização empresarial, existem bons trabalhos sobre a ocupação dos engenheiros. Em 1979, Tania FANTINI fez um levantamento preliminar onde aparecem dados sobre a distribuição geográfica, setorial e por tamanho de empresa, dos profissionais de engenharia em Minas Gerais. Como no resto do país, a indústria é o principal setor de atividade do engenheiro e isto se reflete na sua concentração acentuada na região central do estado, justamente a mais industrializada: em 1974, 90,26% dos engenheiros empregados trabalhavam em empresas das zonas Metalúrgica e Campos das Vertentes. Em segundo e terceiro lugares, com 3,92% e 3,10% dos profissionais, respectivamente, aparecem o Sul de Minas e o Triângulo Mineiro, regiões com um parque industrial em crescimento.

A distribuição por ramos industriais reflete a estrutura estadual, que concentra a produção em cinco setores principais: Metalurgia, Produtos Alimentícios, Têxtil, Minerais Não-metálicos e Mecânica. A diferença fundamental aparece na construção civil.

Concentrando-se de forma semelhante na região metropolitana de Belo Horizonte e áreas próximas, a indústria mineira oferecia aí o seguinte quadro de emprego para engenheiros:

OCUPAÇÃO DO ENGENHEIRO NAS INDÚSTRIAS DE BELO HORIZONTE E CONTAGEM, EM 1974, POR RAMO INDUSTRIAL: Empresas que empregam engenheiros(*)

RAMO INDUSTRIAL	Empresas		Empresas c/eng.* Nº	Empregados total*	Engenhei.	
	Nº	%			Nº	%
Extrativa mineral	79	2,63	5	273	10	0,64
Produtos Aliment.	364	12,09	4	743	5	0,32
Fumo	1	0,03	1	794	2	0,13
Têxtil, fiação, tec.	82	2,72	2	1.027	7	0,45
Calçados e vest.	217	7,21	1	60	1	0,06
Mobiliário	255	8,47	1	7	1	0,06
Papel e papelão	16	0,53	1	7	2	0,13
Couros e peles	18	0,60	1	299	1	0,06
Química e farmac.	101	3,36	3	218	10	0,64
Artefatos de plást.	30	1,00	1	9	1	0,06
Minerais Não-metal.	120	3,99	2	387	13	0,83
Metalúrgica	191	6,35	22	16.099	205	13,12
Mec., Eletro-eletrôn.	518	17,21	26	6.405	103	6,59
Construção civil	941	31,26	150	25.500	773	49,46
Produção energia ele.	1	0,03	1	4.387	411	26,30
Diversas	76	2,52	5	457	18	1,15
TOTAL	3.010	100,00	266	55.672	1.563	100,00

Fonte: Dados dos formulários da lei dos 2/3 -1974 in FANTINI, 1979, pag. 17.

No interior, a distribuição é semelhante, exceto pela inversão entre os ramos de Metalurgia (que, aqui, aparece em primeiro lugar) e construção civil.

A OCUPAÇÃO DO ENGENHEIRO NO INTERIOR DO ESTADO POR RAMOS
INDUSTRIAIS EM 1974

RAMO INDUSTRIAL	Empresas		Empregados total	Engen. Nº	%E
	Nº	%			
Extrat.Vegetal	4	3,15	942	4	0,75
Extrat.Mineral	11	8,66	2.762	30	6,65
Produtos Aliment.	4	3,15	825	4	0,75
Bebidas	2	1,57	943	4	0,75
Textil, fiação, tec.	8	6,30	4.127	9	1,70
Papel e papelão	1	0,79	8	1	0,19
Minerais Não-metal.	8	6,30	2.576	20	3,78
Metalúrgica	20	15,75	26.037	214	40,30
Mec. Elet.eletrônica	5	3,94	2.291	23	4,33
Constr. Reparo Veicul.	2	1,57	214	4	0,75
Construção civil	49	38,58	13.012	113	21,28
Energia Elétrica	5	3,94	2.599	94	17,70
Diversas	8	6,30	274	11	2,07
TOTAL	127	100,00	56.610	531	100,00

Fonte: formulários da Lei dos 2/3 1974.
in FANTINI, op.cit.:19.

Procurando analisar as diferenças entre as empresas, FANTINI confirma a predominância de empresas de grande porte nos setores mais dinâmicos da economia. Depois da construção civil e da produção de energia elétrica, são as grandes indústrias os maiores empregadores de engenheiros, restando aos ramos de atividade mais tradicionais apenas 2,88% dos empregos para esses profissionais. Segundo os dados da autora, o setor de produção de energia elétrica empregava 26,30% e o de construção civil 49,46% dos engenheiros no estado, fazendo com que estes dois segmentos da economia tornem-se prioritários para análise da profissão. As modificações posteriores, que já aparecem nos dados sobre a região metropolitana de Belo Horizonte, fazem crescer a importância dos ramos da indústria mecânica e eletro-eletrônica e também metalúrgica.

Um outro dado do trabalho de FANTINI reveste-se da maior importância quando se trata de discutir os cargos e as funções dos engenheiros: a pesquisa apontou enorme diversidade quanto à denominação desses cargos, tendo sido encontrados em torno de 80 títulos diferentes. Apesar de predominar o título simples de engenheiro, surgem outros nomes (como engenheiro de projetos, de vendas, auxiliar, de produção, de manutenção, de obra) aos quais ainda poderíamos acrescentar aqueles ligados à administração, como gerente ou supervisor, diretor etc. A importância do nome profissional já se mostra aqui, evidenciando, pela disparidade, a luta em torno das classificações ocupacionais.

Quanto às funções específicas atribuídas aos cargos existe uma constante: para todas as especialidades as ofertas de empregos exigem experiência em trabalho de gestão, supervisão, administração - com menos ênfase no caso dos engenheiros mecânico e eletricitista (que apresentam exigências eminentemente técnicas) mas como requisito principal no caso dos engenheiros civis. (FANTINI, T. 1980). Mas, em pesquisa posterior, de 1984, a mesma autora encontrou a seguinte distribuição de atividades dos engenheiros mecânicos em grandes empresas em Minas Gerais:

TEMPO %	ATIVIDADE
26,5%	funções técnicas
41,2%	funções administrativas
2,97%	funções de pesquisa
8,80%	funções de venda
20,60%	outras funções ligadas à programação e análise de sistemas.

O SIGNIFICADO DO TRABALHO PROFISSIONAL

Todos estes dados permitem-nos captar, na essência, os processos apontados por LASSERE como responsáveis pela mudança na posição dos engenheiros nas empresas. É importante notar que a criação de um mercado de quadros dirigentes (item menos evidente nos dados sobre o campo empresarial em Minas Gerais) pode ser inferida do crescimento do número de formandos nas áreas que os preparam (Engenharia, Economia, Administração). Tal mercado constitui-se nesta forma a partir do trabalho de instituição realizado pelos primeiros grupos profissionais, especialmente os engenheiros, no caso mineiro, o qual transforma o saber certificado em valor, em fundamento de posição, como vimos nos capítulos anteriores.

O distanciamento em relação aos centros decisórios produziu-se não tanto pela mudança do regime de propriedade mas pela introdução de sistemas profissionais de gestão, que não só alongam a hierarquia nas empresas como também as tornam mais burocratizadas e impessoais. A mudança no padrão de indústrias a partir dos anos 70 tornou dominante o modelo de grande empresa, que reforça essas tendências.

O censo de 82, do CONFEA mostra como os engenheiros mineiros são, em sua maioria, empregados assalariados, contando as empresas do Estado com o maior número de profissionais, em relação às empresas privadas. Os dados de FANTINI sobre o emprego em grandes empresas do setor dinâmico tendem a se afirmar nos últimos anos, segundo pesquisas do sindicato dos engenheiros em MG, mais ainda se incluirmos neste setor as firmas de consultoria que se multiplicaram nos anos 80.

Pesquisa recente, produzida pela Vox Populi, sob encomenda do CONFEA vem confirmar esta tendência.

PRINCIPAL ATIVIDADE PROFISSIONAL
POR ANO DE FORMATURA

	1941 a 1950	1951 a 1960	1961 a 1970	1971 a 1980	1981 a 1991
PROFISSIONAL LIBERAL	38,3%	24,7%	19,7%	18,8%	20,0%
EMPREGADOR.....	10,3%	27,5%	10,6%	12,5%	6,8%
EMPREGADO SETOR PUBLICO...	35,6%	22,3%	40,7%	37,0%	26,4%
EMPREGADO SETOR PRIVADO...	15,3%	24,3%	27,8%	31,5%	44,0%
OUTROS (menos que 1%).....	,5%	1,1%	1,3%	,3%	2,8%
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
% da amostra	2,0%	4,8%	12,5%	42,0%	38,6%

FDNTE: Pesquisa de opinião junto aos profissionais ligados ao sistema CONFEA-CREAs-MÚTUA. Março 1992. Vox Populi.

De qualquer forma, cada vez mais o trabalho do engenheiro é assalariado e suas funções são definidas pela política global da empresa cuja organização se estrutura a partir dos conflitos a que nos referimos anteriormente. Estes se mostram de forma mais nítida no predomínio crescente das diretrizes econômico-financeiras sobre todas as demais. A expansão dos departamentos de comercialização e vendas (e mesmo a utilização de engenheiros e outros profissionais qualificados nestes setores) são sintomas dessa mudança que configura as relações de poder na empresa a partir de uma nova ótica. Paul STARR fala de mudanças na cultura organizacional que antes era dominada pelo profissionalismo e voluntarismo e, após a entrada das grandes corporações no setor, passa a ser marcada por um agudo senso aquisitivo: o "centro de saúde" transforma-se no "centro de lucro" (1982:448). Os profissionais mineiros sofrem outro tipo de transformação, causada pelas diferentes concepções acerca de como o lucro deve ser obtido. Assim, de oficial superior, mestre diretor das obras, criador de soluções, ou mesmo gênio inventivo (os heróis de Julio Verne),

o engenheiro vê-se transformado em simples trabalhador assalariado, cumpridor de determinações cuja lógica muitas vezes lhe escapa por não pertencer ao domínio da técnica, tal como era estritamente definido. Surge aí a primeira fonte de crises de identidade e de tensões entre os profissionais: o trabalho do engenheiro limita-se ou não ao campo estrito da técnica.

Crise e tensão que são dois modos de explicitar um mesmo problema de definição de atribuições: do ponto de vista de uma organização gerida pela lógica que poderíamos chamar de "economicista", cabe ao engenheiro apenas o trabalho estritamente técnico, subordinado ao cálculo racional economicamente definido. É interessante notar que um dos engenheiros entrevistados, cuja crise de identidade foi mais aguda, a ponto de inflexionar sua carreira, tomou os rumos do que ele mesmo chama de engenharia econômica, área onde o determinante principal na organização dos projetos é o critério financeiro, a preocupação com a redução de custos. Nesta discussão, a menção a racionalidades profissionais seguiu o modelo weberiano clássico de ênfase num dos princípios explicativos considerado essencial, deixando de lado os matizes que compõem a prática profissional real. A partir das entrevistas é possível fazer essa diferenciação entre as duas perspectivas, do ponto de vista dos engenheiros, para quem a questão se coloca mais agudamente. Para a direção das empresas neste momento é natural que a lógica só possa ser esta pois os economistas, no novo modo de dominação ou de regulação que veio se formando neste último período, fizeram triunfar sua visão do mundo econômico e social que dá mais ênfase à gestão financeira das empresas.

Racionalidade profissional e organização do mundo social segundo certos parâmetros: a proximidade destes dois elementos evidencia o caráter do conceito de racionalidade aqui

utilizado que se define como conjunto de racionalizações teóricas e práticas sociais, estruturas estruturantes da ação profissional, o vínculo entre conhecimento, projeto e atuação. Sua existência supõe uma "rede de produção intelectual unificada" e uma certa uniformidade de práticas que fundamentam a unidade do grupo profissional. Ressaltando o caráter instituinte dos projetos profissionais, Madel LUZ aproxima da mesma maneira os dois elementos mencionados acima. Tratando os projetos médicos, esta autora afirma que

"a racionalização moral da sociedade se fez, desta forma, também por um processo ordenatório, objetivante, como nas ciências físicas, embora não matematizante. ...Os sujeitos sociais ordenados pela classificação da racionalidade social são objetos de um projeto de construção moral, para o exercício de uma conduta "razoável", isto é, de uma vontade orientada por princípios racionais."
(LUZ, M.T., 1988:62)

É claro que as diferenças entre as perspectivas dos engenheiros e dos médicos são significativas mas importa destacar o uso da noção de racionalidade vinculado às práticas profissionais de instituição de certo padrão de relações sociais.

TRABALHO DE INSTITUIÇÃO E DEMARCAÇÃO

Este processo de mudança, que estou analisando como produto de estratégias reconhecíveis de certos agentes, luta entre engenheiros e economistas pela definição de formas organizacionais específicas, é também um trabalho explícito de instituição de fronteiras entre grupos profissionais, cada um deles tentando estender ao máximo a sua "jurisdição", no espaço limitado da empresa. Este é um conceito da maior importância, definido como a ligação entre uma profissão e o seu trabalho, sendo considerado por ABBOTT o fenômeno central da vida profissional:

"Analisar o desenvolvimento profissional é analisar como esta ligação é criada no trabalho, como está ancorada na estrutura social formal e informal e como a interação de ligações jurisdicionais entre profissões determina a própria história das profissões individuais." (ABBOTT, A., 1988:20)

As profissões não seriam analisadas caso a caso nem numa perspectiva de evolução linear, mas como parte de um sistema complexo e competitivo de interrelações jurisdicionais, através do qual as forças sociais poderiam chegar a atingir cada profissão. A competitividade pelo controle sobre as tarefas é o ponto relevante que pode ser analisado sob dois ângulos: a vulnerabilidade das tarefas profissionais à interferência do competidor e os distúrbios sistêmicos que alteram as relações jurisdicionais.

Para ABBOTT, as profissões "são grupos ocupacionais exclusivos, que aplicam conhecimento, em algum grau abstrato, a casos particulares". (pag. 8) A questão do conhecimento é central pois as interrelações entre os grupos são determinadas pelo modo como eles conseguem controlar o saber e a qualificação. Distinguindo entre técnica, em torno da qual se organizariam os ofícios, e conhecimento abstrato, base da organização profissional, o autor elege este último como fundamento da existência de um sistema de profissões distinto de outros grupos de ocupações.

" Abstração permite a sobrevivência no sistema profissional competitivo. ...é esta a moeda de competição entre profissões." (pag. 9)

Admitindo que os graus de abstração são variáveis no tempo e no espaço, ABBOTT afirma que "o que importa é abstração efetiva o suficiente para competir num contexto social e histórico particular." (pag. 9). O grau de

vulnerabilidade de uma jurisdição é diretamente proporcional ao nível de abstração do conhecimento correspondente.

Os distúrbios internos do sistema jurisdicional estão vinculados, em parte a alterações no saber profissional: "o desenvolvimento de novos conhecimentos pode consolidar um vínculo jurisdicional ou facilitar a sua expansão às expensas de outros." (pag. 96) Outra fonte interna de mudanças vem das diferenças entre os membros de uma mesma profissão, as quais podem induzir um grupo a elevar os padrões ou o tipo de eficiência organizacional, vindo a criar problemas para os seus concorrentes.

Forças externas ao sistema são capazes de instituir novas áreas de jurisdição ou destruir antigas e podem ser provenientes de quatro fontes "objetivas": tecnologias, organizações, fatos naturais e fatos culturais. Mas qualquer efeito só pode existir através do sistema, a um só tempo, espaço social fechado e base das relações de causalidade dos fenômenos da vida profissional.

Definidas as condições de criação e mudança do sistema jurisdicional, deve-se esclarecer como cada profissão estabelece seus direitos sobre determinadas tarefas. Existem, conforme ABBOTT, três arenas principais de reivindicação: a primeira é o sistema legal, que pode conferir controle formal sobre o trabalho. Outra arena é a opinião pública, local onde se constroem imagens, onde se busca legitimidade para realização das tarefas tal como os profissionais as definem. Finalmente, o local de trabalho, que se apresenta como arena mais problemática pois a divisão interprofissional do trabalho é substituída pela divisão intraorganizacional:

"A divisão organizacional do trabalho pode ser formalizada em descrições de cargos que reconhecem as fronteiras profissionais. Mas elas têm pouco a ver com a realidade. Na



maioria dos lugares, as divisões reais do trabalho são estabelecidas por negociações e costumes." (pag. 65)

CONFLITOS DEMARCATÓRIOS

Começando pelo local de trabalho, aqui considerado como arena de negociação, alguns depoimentos de agentes situados em diferentes posições do campo profissional atestam a dinâmica conflitual em torno das tarefas:

"O engenheiro tem mais chance que um administrador: se minha chefia tiver que optar, vai o engenheiro. Eu não concordo porque falta ao engenheiro a concepção administrativa, de gerenciar. Falta esta habilidade.

"A administração está sempre colocando conflito. Eu vejo a dificuldade quando a gente entra nestes cursos de gerência. É como se a nossa cabeça fosse fechada.

"É muito difícil uma carreira técnica pura numa empresa burocratizada, porque as questões técnicas vão pros assessores.

"Na minha área, eu sou o único engenheiro que não é chefe. Trabalho com administradores mas sempre sou favorecido: convites para assistir ou trabalhar em certas coisas, chances de participar em reuniões e fazer cursos. Há mais investimentos em mim.

A competitividade tem um sentido claro de busca de expansão das atividades dos engenheiros:

"Na região da SUDENE eu dava assistência técnica e pegava um projeto pra fazer, implantava e executava.

"O agrônomo é um engenheiro: ele projeta uma indústria, ele projeta prédios, ele projeta silos e armazéns. É uma engenharia. A tecnologia de irrigação é engenharia hidráulica pura. E tem a engenharia química também que é a química e física dos solos.

Numa escala por grau de abrangência dos trabalhos realizados podemos ver o crescimento da jurisdição da engenharia, primeiro apropriando-se do controle dos recursos humanos:

"Um engenheiro que trabalhou e se formou na CEMIG durante vinte anos na área de obras (instalação de grandes usinas) passou para a área de RH (recursos humanos) e hoje é assistente da diretoria nesta área.

O ponto seguinte é a tomada de espaço dos administradores:

"Quando entrei na CEMIG pensei em trabalhar na área de construção civil. Como a situação foge ao controle da gente, quando eu cheguei lá o que eles tinham prá mim era na área de compras de material e eles queriam um engenheiro com determinado tipo de qualificação que era análise de concorrência. De certa forma, minha experiência anterior, embora não tivesse nada a ver com material

diretamente, era bem próxima. Quando eu vim para esta área, compra de material elétrico, deveria ter vindo um engenheiro eletricitista mas no momento eu era a pessoa disponível. Eles precisavam de alguém que conhecesse inglês e eu conheço, leio e escrevo. Foram várias circunstâncias que me levaram para lá. Não foi escolha minha.

"Houve casos anteriores de promoção em que o administrador era a pessoa que tinha que ocupar o cargo mas foram buscar um engenheiro.

"Depois de ter completado o mestrado numa área técnica e com vários anos de experiência nesse setor, a empresa começou a se preocupar com a parte administrativa minha. A partir de 84 eu vim pra área administrativa, dentro de um setor técnico.

"Numa viagem de estudos aos Estados Unidos, visitei empresas proque eu tinha algumas questões básicas pra desenvolver lá: como é uma estrutura de uma empresa lá, que tipo de estudos eles desenvolvem, que tipo de preocupação eles têm. São questões bem específicas para que, de certa forma, a gente tente implantar aqui na volta.

Os economistas também sofrem este tipo de concorrência:

"...arrumei outro estágio numa construtora pequena: eles tinham uma parte de orçamento de obras e ninguém conseguia parar naquela

posição. Eles arrumavam um estagiário com experiência enorme, ele ficava lá um tempo mas quando aparecia uma obra, preferia ir para obra. Fiquei lá e passei a coordenar os orçamentos para obra. Formei e continuei lá, como engenheira.

"Eu gerenciava 3000 pessoas no setor de parcerias agrícolas. Dai comecei a ser também negociador sindical da BELGO. Eu era o homem que enfrentava a CUT e os sindicatos do Vale do Aço. Tudo isto pela competência administrativa e econômica. Eu fiz várias matérias de Economia na própria universidade e, trabalhando com empresários de alto nível você acaba sendo economista porque tem que administrar os recursos escassos, principalmente num país de economia instável e no setor agropecuário, que tem rentabilidade muito baixa.

"Nós usamos os engenheiros nos cursos de planejamento porque eles nos dão maiores opções, justamente pela sua formação técnica.

Mas os cargos de direção em geral são fortemente apreciados pelos engenheiros:

"A minha função aqui é no setor de agroindústria: a gente está estudando, trabalha, busca identificar não só as potencialidades mas também empresários. A gente tem que identificar empresários dentro da sociedade, juntar os dois lados, porque a gente está sempre formando novos empresários.

"Aqui não tem conflitos: com exceção do Presidente e duas superintendências, todos os diretores e superintendentes são engenheiros. O INDI tem uma área de apoio que tem economistas e administradores. Quando o assunto é bastante específico, é esse pessoal que encaminha os estudos e dá um apoio total nas áreas industriais.

"Numa empresa, em qualquer área, pressupõe-se que o engenheiro tenha o domínio do conhecimento técnico. Pela sua formação ele detém o maior conhecimento da tecnologia, da técnica, de tal forma que ao exercitar esses elementos da sua formação, ele condiciona a atividade de outros profissionais dentro da empresa. A engenharia é por excelência a atividade de tomar decisão. Decisão que envolve uma série de recursos, ou seja, aciona veículos, pessoas, recursos.

Os depoimentos podem repetir-se ad infinitum, todos eles ressaltando a preocupação em ocupar espaços que fiquem sob a tutela dos engenheiros. O que se pode deduzir da análise dessas falas é que a instituição de demarcações de jurisdição através do conhecimento abstrato é, no mínimo, problemática. Conceber o processo de apropriação de áreas da divisão social do trabalho, deste ponto de vista, é utilizar acriticamente o discurso da profissão que, em nome da sua competência técnica justifica os seus projetos imperiais. É preciso ir além do discurso para perceber o sentido das práticas profissionais em todas as arenas da vida social.

Existe um jogo de classificação e reclassificação permanente dos diferentes trabalhos em que seu conteúdo ou seu grau de abstração importa apenas enquanto recurso de posicionamento. É por colocar nas arenas públicas, legal e de opinião, a questão social e na arena empresarial a questão técnica que ABBOTT vê inconsistência entre elas. A partir do momento em que se concebe a organização, a empresa, como uma instância que retraduz para dentro de si mesmo a estrutura social, ganha-se outra perspectiva de análise da ação dos atores neste nível.

O ponto de partida seria mostrar a flexibilidade do trabalho na empresa, sua capacidade de se dobrar às regras cambiantes do jogo, isto é, demonstrar que entre as exigências técnicas e a formação dos grupos ocupacionais existe um espaço de negociação, de arranjos, de criação e efetivação de estratégias que manipulam as relações entre palavras e coisas, grupos e nomes, tarefas, atribuições e os agentes responsáveis (BOLTANSKI, L. 1984) A literatura é rica em estudos nesta área e não faltam exemplos de companhias, especialmente multinacionais, que evitam recrutar seus empregados entre os trabalhadores que possuam qualificações reconhecidas nacionalmente: a escolha tende a recair sobre pessoas que possam ser treinadas "na casa". Cria-se uma hierarquia própria, com definições particulares de cargos, títulos e carreiras. Um bom indicio da adoção dessa política é a existência de empregados com longo tempo de permanência na empresa ou das expressões de identificação dos trabalhadores que falam de si mesmos como "agente Michelin" e não torneiro mecânico, por exemplo. (THÉVENOT, L., 1983 e 1984). Na mesma direção, no sentido de formalizar/taylorizar tarefas e defini-las de acordo com critérios da empresa, tem-se o caso analisado por Alvin GOULDNER (1954): a mudança dos dirigentes (no lugar do antigo gerente foi indicado outro, com nível de educação formal mais elevado) produziu uma reorganização sem precedentes do trabalho

na empresa. Outro estudo mais recente, sobre a informatização dos processos produtivos em vários ramos da economia, aponta para fenômenos semelhantes: Francis PAVÉ (1989) mostra que informatizar é não só organizar os circuitos de informação mas também significa regular as atividades dos homens. Cada ator vê-se obrigado a refazer suas estratégias para que possa reconstituir, no novo jogo, as suas margens de manobra, inclusive quanto às tarefas que realiza.

A empresa, como se vê, é uma arena na qual ingressam os agentes, seus interesses e conflitos, reproduzindo, de forma mediatizada, partes da estrutura social. A instabilidade das regras formais de definição de tarefas, longe de ser um problema, como quer ABBOTT, é um indício forte da luta cotidiana de cada grupo pela apropriação de áreas. O alto grau de formalização contido no conceito de jurisdição é o seu principal limite pois impede a visão da dinâmica dos processos que se criam em torno da apropriação de tarefas e atribuições. Impede que se veja

"as classificações objetivas, quer dizer, incorporadas ou objetivadas, por vezes em forma de instituição (como as fronteiras jurídicas) e a relação prática, "atuada" ou representada, com essas classificações e, em particular, as estratégias individuais coletivas (como as reivindicações regionalistas) pelas quais os agentes procuram pô-las ao serviço dos seus interesses, materiais ou simbólicos, ou conservá-las e transformá-las; as relações de forças objetivas, materiais e simbólicas, e os esquemas práticos (quer dizer, implícitos, confusos e mais ou menos contraditórios) graças aos quais os agentes classificam os outros agentes e apreciam a sua posição nestas relações objetivas e, simultaneamente, as estratégias simbólicas de apresentação e de representação de si que lhes opõem às classificações e às representações (deles próprios) que os outros lhes impõem." (BOURDIEU, P.:1989D:122-3)

A CONCEPÇÃO DO TRABALHO DO ENGENHEIRO

Os depoimentos reproduzidos acima trazem evidências que reforçam esta perspectiva, seja por mostrarem as exigências paralelas ao conhecimento técnico estrito da Engenharia (línguas, economia, administração, psicologia), seja por identificarem os critérios utilizados em algumas empresas para escolherem ocupantes de cargos ou funcionários aptos a receberem treinamento específico: os engenheiros formam um grupo positivamente privilegiado, recaindo as escolhas sobre eles mesmo quando o cargo ou o treinamento estão fora de sua área.

O envolvimento de todas as entidades representativas das diversas categorias profissionais nos processos de definição de atribuições é significativo. O depoimento de um dirigente sindical dos engenheiros, reproduzido a seguir, pode ser comparado às definições usadas pelo CREA para que se perceba o grau de aproximação entre as duas perspectivas.

"A nossa proposta para o perfil do engenheiro supõe que ele possua, além do conteúdo técnico da sua área específica, espírito crítico, criatividade, capacidade de trabalho em grupo, capacidade de comunicação, hábito de experimentação, capacidade de elaborar modelos, sentido de relevância, liderança, espírito analítico, senso de relatividade, curiosidade intelectual e interesse comunitário."

A definição oficial, da qual se vale o Conselho para realizar suas atividades fiscalizatórias não se diferencia substancialmente:

"As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro agrônomo consistem em: a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, para estatais, autárquicas, de economia mista e privada; b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agro-pecuária; c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica; d) ensino, pesquisas, experimentação, ensaios; e) fiscalização de obras e serviços técnicos; f) direção de obras e serviços técnicos; g) execução de obras e serviços técnicos; h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária; Parágrafo único - Os engenheiros, arquitetos e engenheiro agrônomo poderão executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões." (Lei nº 5.194, de 24/12/1966)

O principal traço comum é a abrangência: não há como não ser uma profissão divina com tantas atribuições! A fala sindical simplesmente explicita o fato de que, para realizar tudo isto, não basta ao engenheiro conhecer bem o cálculo ou as estruturas.

Estas definições, como os depoimentos anteriores são códigos, referentes a instâncias diferentes, através dos quais se produzem representações de uma profissão. THÉVENOT (1984) distingue os níveis de existência dos códigos de formalização: legal, administrativo, lingüístico, ocupacional, cognitivo e técnico. Os dois últimos interessam particularmente às atividades de categorização estatística. O nível administrativo, relativo à organização empresarial, foi discutido anteriormente. O nível legal tem a maior relevância no Brasil, especialmente para profissões fortes como a Engenharia, que se valem das codificações nesta instância para assegurar uma extensa gama de direitos corporativos,

destacando-se a exclusividade e a obrigatoriedade do uso dos serviços profissionais. Os níveis lingüístico e ocupacional seriam fortemente correlacionados: o último diz respeito aos rótulos usados para definir certas atividades e a lingüística trataria das formas de referência a essas atividades. Exceto pela instância administrativa, as demais cuidam da representação social dos grupos ocupacionais. Resta mostrar como a produção de formas organizacionais específicas relaciona-se com este nível mais abrangente da criação de identidades ocupacionais. É THÉVENOT, novamente, quem aponta alguns caminhos::

"A história do Taylorismo demonstra as vantagens de se formular uma estrutura teórica na qual a análise econômica tem espaço e que permite relacionar uma forma técnica com um método e com um grupo social. Pode-se ver que os investimentos tayloristas em formas, embora sustentados por companhias, estabeleceram formas altamente "equipadas" com uma extensa área de validade, como a definição de uma tarefa padronizada, a codificação do tempo, a formulação de relações racionalizadas por especialistas, etc. Pode-se facilmente entender que estas formas articulavam-se muito bem com formas gerais estabelecidas ou validadas nacionalmente, como o racionalismo científico, o formalismo legal, as regulamentações burocráticas e a representação nacional de grupos sociais em arenas de negociação coletiva. O mesmo pode-se dizer da articulação entre a expansão dos métodos tayloristas e as ondas de ordens padronizantes vindas do Estado no tempo da guerra." (1984:20).

A GENERALIZAÇÃO DESTA CONCEPÇÃO

Neste ponto deve-se explicar como se generalizam pela sociedade os procedimentos, as concepções e as atribuições profissionais, uma vez que o ponto de partida para a introdução

de mudanças foram as empresas estatais. Trata-se de saber como um certo modelo de organização passa a ser adotado no mercado, nas várias empresas, tornando-se então comum um determinado perfil ocupacional e determinadas formas de processos produtivos.

Fundamentalmente, teríamos dois tipos de explicação. Uma delas, válida exclusivamente para os engenheiros, foi desenvolvida por David NOBLE em seu "America by design" e ressalta o papel chave desses profissionais na conformação de um certo tipo de desenvolvimento tecnológico, necessário ao funcionamento do modo de produção capitalista. Apesar da ênfase neste último aspecto, o trabalho de NOBLE é importante no sentido de apontar as conexões entre um certo tipo de empresa - a grande corporação industrial - e a atividade dos engenheiros como figuras centrais na criação e utilização da técnica. Numa leitura muito particular deste trabalho, pode-se dizer que a tentativa dos engenheiros de regular a sociedade foi feita através da técnica, que se estende inclusive aos processos administrativos. A preocupação com a racionalização total da produção a partir de parâmetros científicos fez com que os engenheiros desenvolvessem suas teorias de gestão de recursos humanos, psicologia e assistência social, com algumas tentativas de aproximação da sociologia.

Mas se a explicação é bastante razoável quanto aos conteúdos específicos dos procedimentos generalizáveis para a Engenharia, ela peca pela pouca abrangência: como usá-la para entender a atividade dos médicos sanitaristas brasileiros, no início do século, quando estes pretenderam regular a vida social, especialmente no Rio de Janeiro, via políticas sanitaristas? NOBLE aponta o papel das escolas e dos convênios com as grandes companhias - destacando-se entre elas a General Electric, até hoje agente importante na divulgação de procedimentos gerenciais modernos, inclusive para empresas

brasileiras (em Contagem/MG existe pelo menos uma no setor eletro-eletrônico que mantém estreitos contatos com a firma americana) - mas não consegue abandonar totalmente a sua concepção objetivante em favor de uma análise mais relacional. O trabalho de BARON e colaboradores, citado anteriormente, oferece-nos uma explicação mais abrangente e menos voltada para o conteúdo. Segundo este autor, seriam três os principais responsáveis pela difusão de sistemas de controle de mão-de-obra nos Estados Unidos do período entre-guerras: os órgãos estatais de planejamento e execução de políticas nesta área, os profissionais de RH e os sindicatos. Numa conjuntura de escassez de mão-de-obra, o Estado procura garantir o funcionamento dos setores prioritários através do controle da movimentação e da utilização dos trabalhadores disponíveis. Isto se fez através da criação de toda uma série de procedimentos classificatórios dos diversos trabalhos, que propiciaram a generalização de definições de tarefas, cargos e funções. Entre estas definições, criavam-se diversos mecanismos de incorporação de algumas reivindicações dos trabalhadores (seniority, principalmente) o que acabou garantindo a adesão de sindicatos e de outras organizações de trabalhadores, até mesmo para algumas experiências de implantação dos métodos tayloristas. Os profissionais de RH, cujo aparecimento foi incentivado pela política estatal de controle da mobilidade do trabalho, conseguem inicialmente estruturar sua identidade profissional, em torno deste núcleo e mais tarde mostrando-se como necessários nos processos de reacomodação/readaptação ou até mesmo seleção de pessoal numa conjuntura de excedente de mão-de-obra e de retorno da guerra. Os encontros, publicações e toda gama de atividades desenvolvidas pelas associações da categoria conseguem divulgar técnicas e métodos ao mesmo tempo em que unificam a linguagem profissional.

Em Minas Gerais, as formas de difusão de padrões organizacionais são pouco estudadas mas, se não se pode falar

dos sindicatos de trabalhadores para o caso específico, a posição do Estado é diferente: foi imenso o seu papel na difusão de práticas empresariais modernas, tanto por sua atuação como planejador quanto pelo trabalho cotidiano de algumas instituições, destacando-se entre elas o Banco de Desenvolvimento. Ao condicionar financiamentos ao cumprimento de regras explícitas, o Banco criou obrigações de dois tipos para as empresas: possuir uma estrutura adequada às suas exigências e ter funcionários que pudessem mostrar ou mesmo criar esta adequação.

Não se pode deixar de considerar as políticas nacionais desenvolvidas no Ministério do Trabalho, responsáveis pela criação de um "equivalente geral", nos termos de THÉVENOT, que classificava todos os trabalhos numa escala única, oficial: a Classificação Brasileira de Ocupações. Esta escala foi formulada tendo como pontos de partida a orientação teórico-metodológica da Organização Internacional do Trabalho (OIT) quanto às divisões, hierarquias e modos de categorização, e uma pesquisa empírica sobre os conteúdos dos diversos trabalhos. Elaboraram-se assim "critérios científicos" que seriam utilizados para analisar a força de trabalho de forma neutra. (Ver a respeito MAIA, M.L.S., 1986) Mas além de informar políticas públicas, esta classificação é também um referencial prático para as disputas e questões as mais variadas, que nascem nas empresas e podem chegar ao nível judicial, transformando-se num poderoso instrumento de generalização das práticas classificatórias e de definição de funções e perfis ocupacionais.

Pelo lado dos profissionais, não há dúvidas quanto ao peso do trabalho social de representação realizado pelas diferentes categorias no sentido da generalização das definições ocupacionais. A luta permanente pela estruturação de uma determinada hierarquia no campo profissional faz com que

cada grupo procure defender para si mesmo as tarefas mais nobres, livrando-se do "trabalho sujo", relegado a segmentos subordinados. Além de refazer continuamente a divisão entre os trabalhos, esta luta visa definir o que é corretamente atribuído a cada grupo, ou seja, a representação dominante da divisão social do trabalho. As entidades de classe e mesmo alguns agentes estrategicamente colocados são essenciais na produção das imagens adequadas, do posicionamento correto e da valorização justa do trabalho de cada profissão. Seria interessante analisar o investimento das ocupações que querem profissionalizar-se: sua atividade é intensa junto a órgãos governamentais, associações empresariais e mesmo centrais sindicais, sempre buscando formas de reconhecimento mais ou menos legítimas da especificidade e necessidade do trabalho realizado pelo grupo. As profissões clássicas são o modelo para esta ação representativa que procura transformar em normas legais os vínculos que unem uma tarefa específica a um determinado grupo social.

Torna-se evidente o caráter social e não técnico das diversas formas de divisão do trabalho. A delimitação das áreas de competência dos grupos profissionais é objeto de intensos investimentos, de uma atividade cotidiana de demarcação cujo resultado mais importante é a constituição de uma identidade social. Os engenheiros estiveram sempre atentos para este fato, especialmente em Minas onde, desde os primórdios de sua existência a categoria bateu-se por seu espaço, por seu papel de dirigente da sociedade. Na segunda etapa da minha periodização a história da criação das empresas estatais põe em relevo uma forma específica de desempenho deste papel.

A ironia nesta história é que foram os próprios engenheiros que trouxeram para Minas os modernos métodos de gestão empresarial: tanto os professores da Escola de

Engenharia quanto os funcionários da CEMIG vêm, desde os anos 50, realizando viagens de aprendizado aos Estados Unidos, com a finalidade explícita de aprender (para depois utilizar e difundir) as formas organizativas das empresas americanas. Mais recentemente, a Fundação Christiano Ottoni, da EEUFMG, tem sido o principal responsável pela divulgação das técnicas japonesas de gestão (especialmente TQC - Total Quality Control) através de um sistema de consultoria que abrange todas as grandes empresas do estado e boa parcela das pequenas e médias com pretensões modernizantes. Por outro lado, através de programas de treinamento para fornecedores (em geral, pequenas e médias empresas), a CEMIG tem tido um papel relevante na difusão dos chamados padrões de modernidade organizacional. Além disto, foram os engenheiros que criaram as escolas de economia e administração e também algumas das instituições onde puderam se empregar os profissionais que corporificaram o processo de transformação das empresas e da estrutura econômica que viria a alterar sua posição social.

A racionalidade dos economistas encaminha o funcionamento das empresas numa outra direção e isso faz com que se institua conflitos entre o que os engenheiros consideram necessidades técnicas e as definições da política geral da empresa. Estas mudanças muitas vezes são incluídas num rótulo bastante problemático: a burocratização, responsável pela dissolução das profissões, pela sua perda de identidade. Na verdade, como vimos, a constituição das grandes organizações é um recurso da maior importância para os engenheiros na realização do seu projeto de sociedade e na configuração da sua identidade profissional. A contradição que existe no caso é entre um modelo idealizado de profissão, criado pela sociologia funcionalista a partir do próprio discurso dos grupos, e a prática efetiva dos agentes, cada vez mais realizada nos moldes do que seria a "profissão degradada" do ponto de vista desse modelo. Mas no caso em pauta a oposição é entre dois modelos do

trabalho profissional em organizações. São exatamente esses conflitos que dão as características fundamentais das profissões, definindo a identidade de cada uma delas. E é a partir desta ótica que se pode captar, em plénitude, o sentido dos processo de assalariamento e burocratização que costumam ser as principais fontes de problemas nas teorias sobre as profissões. Estas tensões podem traduzir-se em conflitos de racionalidades (financeiro X técnico) e em diferentes valorizações de cada especialidade e/ou escola e/ou empresa. O que está em jogo são as diferentes "funções" atribuídas ao engenheiro e mesmo diferentes concepções de engenharia, parâmetros a partir dos quais se pode avaliar a posição social da categoria e as suas atividades em cada momento.

CAPITULO IV

TRAJETÓRIAS E DIFERENÇAS: AS CARREIRAS

Nos capítulos anteriores foi esboçado o panorama das condições de trabalho dos engenheiros mineiros no período recente, uma visão mais geral do mercado profissional e seus determinantes estruturais. Neste ponto, a análise deve voltar-se para o interior da própria profissão para caracterizar as diferentes situações de mercado. Como se verá há uma enorme diversidade de formas de trabalho e de inserção nas relações profissionais e sua descrição nos coloca diante de alguns problemas: que diferenças aparecem entre os engenheiros? Em que medida elas dificultam a percepção de que o grupo exista como comunidade? Quais são as mais relevantes, que permitiriam constituir uma tipologia coerente das carreiras profissionais? Ou ainda, quais são as diferentes condições de exercício da atividade profissional? Como as diferentes situações de mercado podem produzir tipos diversos de agentes e estratégias que definem modelos de carreiras específicos, regras de conduta no exercício da atividade, formas organizativas e mesmo outras características sociais mais gerais?

Todas estas questões giram em torno da dialética entre diversidade e coesão do grupo que se mostrará como temática mais relevante para a explicação da existência social da profissão, objeto dessa segunda parte do meu trabalho. A diversidade se expressa nas possibilidades diferentes de carreiras que são vistas por boa parte dos autores como mecanismos de adesão e identificação com o grupo: elas seriam mudanças nas formas de participação institucional, seqüências típicas de movimento que dependeriam da avaliação do grupo

(BECKER & CARPER, 1956). Desta perspectiva, o engajamento numa trajetória profissional implicaria legitimação das hierarquias profissionais existentes, vistas como uma organização adequada das diferenças entre momentos da vida profissional (LARSON). As histórias relatadas a seguir permitem que se discuta o papel das carreiras na constituição deste tipo especial de grupo social que é a profissão.

HISTÓRIAS

Há mais ou menos 45 anos, um pequeno comerciante sonhou que seu filho seria o engenheiro que ele próprio não conseguiu ser. Hoje, Bóris se transformou no proprietário de duas empresas, de projeto e consultoria, casou-se com uma psicóloga e tem dois filhos, além de uma boa casa num bairro de classe média alta em Belo Horizonte. Profissionalmente, pode-se dizer que ele é um sujeito respeitado: seus artigos são publicados em jornais e revistas de circulação nacional, mesmo pela imprensa não-especializada.

Para tornar realidade o antigo sonho paterno, nosso engenheiro percorreu uma trajetória semelhante a de alguns amigos. Em 1975, recém-formado no curso de Engenharia Metalúrgica, da UFMG, ele partiu para um estágio de 6 meses na Alemanha, de onde voltou diretamente para uma grande empresa estatal. Neste emprego ele permaneceu 4 anos, trabalhando com pesquisa de recursos minerais e quando deixou a empresa ocupava o cargo de gerente de projetos. Pelo tipo de função que desempenhava, resolveu fazer um segundo curso de pós-graduação, agora em engenharia econômica. No retorno, ele passa a trabalhar para outra estatal, num estado do nordeste, como engenheiro de projetos, recebendo um salário mensal em torno de US\$5,000. Sua carreira nesta empresa foi muito rápida, chegando a alcançar em poucos anos o posto de superintendente adjunto, que lhe trouxe, além da possibilidade de trabalhar com firmas

americanas, uma profunda crise de identidade: as atividades de caráter administrativo faziam Bóris duvidar da sua profissão: "Não era mais engenheiro..."

O tempo foi passando e a crise se resolveu quando Bóris criou uma firma de consultoria que girava em torno de suas duas habilidades: engenharia e gestão empresarial. A firma existiu por 2 anos e mostrou a necessidade de novos conhecimentos: mais um mestrado, em Metalurgia. Novo retorno ao primeiro emprego, por mais 2 anos, durante os quais recebeu um convite, recusado, para ser professor. Outro convite foi aceito e nosso engenheiro passa a ser diretor de uma grande empresa brasileira de consultoria, trabalhando em tempo parcial: estava começando a lançar a semente do seu maior empreendimento, sua própria empresa. A listagem das associações profissionais às quais Bóris é filiado dá uma idéia do grau de resolução da sua crise pessoal: Sociedade Mineira de Engenheiros, Sindicato dos Engenheiros, Associação dos Profissionais de Mineração, Sociedade Brasileira de Geologia, Sociedade Brasileira de Matemática.

Como vários de seus colegas, Bóris avalia a situação dos engenheiros a partir da idéia de que a engenharia é uma ciência mas sua principal qualidade, especialmente no caso das consultorias, é de ter um padrão de excelência.

II

A história de Amadeu, neto de italianos, começa no curso de Engenharia de Operação da PUC. Atualmente, aos 45 anos, este engenheiro já fez um curso de pós-graduação em Itajubá e várias viagens de estudo aos Estados Unidos. Com estas novas habilitações, Amadeu pôde passar de técnico a engenheiro especializado na estatal onde trabalha desde a

formatura. A passagem dos anos trouxe também uma inflexão no tipo de tarefas que faz e cada vez mais os problemas administrativos ocupam seu tempo. Sem qualquer crise pessoal.

III

Vanderley, 40 anos, é filho de uma família de engenheiros e fez seu curso na Escola de Engenharia Kennedy. Tendo feito seus primeiros trabalhos na empresa da família, ainda como estagiário, ele conseguiu seu primeiro emprego num órgão do governo estadual onde permaneceu 2 anos. Em seguida, alguns meses de emprego numa empresa privada, cujas condições críticas de trabalho levam-no à demissão. Hoje ele divide seu tempo entre sua própria empresa de construção civil (pequena) e o emprego numa instituição privada de grande porte, onde tem cargo de gerência numa área totalmente fora da sua formação.

IV

Pedro Paulo é um jovem (45 anos) empresário progressista, segundo sua própria classificação, atuando no setor eletro-eletrônico. Formado pela UFMG, mantém com as diversas escolas da área uma relação constante de trabalho, tendo sido professor e mesmo diretor ou coordenador em algumas delas. Sua participação político-social é intensa: Federação das Indústrias, Sindicato patronal do seu setor, Universidade, além do bom relacionamento com decisores em matérias políticas municipais e estaduais. Na sua própria empresa tem realizado experiências inovadoras especialmente no que diz respeito à gestão de pessoal.

V

O doutor Pedro tem aproximadamente 55 anos e seu título, na UFMG, é de engenheiro arquiteto. Seu primeiro emprego foi num órgão estatal de planejamento habitacional. A partir daí criou sua própria empresa, onde trabalha com projetos de urbanização e saneamento tendo como principais clientes o governo e as cooperativas. Divide seu tempo ocupando cargo de gerente de obras numa empresa do setor de serviços e participa regularmente de atividades no CREA e no Instituto dos Arquitetos. É espírita praticante.

VI

Doutor Armando também está na faixa dos 55 anos e é oriundo de uma família de empresários e profissionais liberais. Tem intensa militância no sindicato patronal da construção civil, na Sociedade Mineira de Engenheiros, na Federação das Indústrias, na Câmara Brasileira de Construção Civil. Foi fundador de uma escola de engenharia e já ocupou cargos executivos nos governos municipal, estadual e federal, tendo sido inclusive secretário de estado ("por amor à causa"). Seus primeiros trabalhos foram feitos numa passagem rápida pelas empresas públicas de petróleo e mineração mas hoje dedica-se integralmente à direção do seu próprio empreendimento.

VII

O doutor João, com aproximadamente 60 anos, começou sua trajetória profissional na Escola de Minas de Ouro Preto, vindo do nordeste. Formando-se em engenharia metalúrgica, logo em seguida fez curso de pós-graduação na Alemanha, já como empregado de uma empresa estatal, onde permaneceu até a aposentadoria. A partir daí passou a trabalhar como gerente superior numa das maiores siderúrgicas privadas do estado.

Completamente afastado da política partidária, ele participa pouco intensamente da Sociedade Mineira de Engenheiros e é leitor interessado de temas sociológicos e administrativo-gerenciais.

VIII

Doutor Gilberto tem 58 nos, 30 dos quais trabalhando numa empresa estatal. Pouco se pode saber dele, pela sua relutância em conversar. Estudou engenharia na PUC e considera esta a única profissão divina, por ser a única capaz de criar. Não tem qualquer tipo de participação sindical ou associativa e não emite opiniões político-partidárias.

IX

Ao lado do Dr. Gilberto, no mesmo escritório, trabalha José Luiz, engenheiro eletricitista formado na UFMG há 24 anos, todos eles dedicados à mesma empresa. Mas, ao contrário do seu companheiro, ele tem intensa participação nas entidades da categoria - todas elas, do sindicato ao CREA, passando pela Sociedade Mineira de Engenheiros. Ocupou cargos importantes nas diretorias dessas instituições, sendo considerado um "sujeito confiável" tanto pelos sindicalistas quanto pelos engenheiros da direção do CREA e SME. Tanto o Dr. Gilberto quanto José Luiz chegaram aos cargos técnico-administrativos mais elevados da sua empresa, onde começaram em funções eminentemente técnicas.

X

Outro colega, mais novo (40 anos), Antônio é também engenheiro eletricitista, formado pela UFMG. Teve trajetória acidentada, com intensa participação no movimento estudantil e na política partidária. Mas seu maior envolvimento é com a luta sindical, participando da direção do SENGE há mais de 10 anos, em vários cargos. Suas maiores preocupações são com a articulação do Movimento dos Engenheiros Mineiros em defesa da engenharia nacional e das liberdades democráticas. Filho de família de classe média abastada e tradicional, este engenheiro evita discutir sua carreira propriamente profissional.

XI

Doutor Ricardo Mancini é bem jovem mas exige o título e um tratamento bastante formal. Filho de diplomata italiano, estudou muito, passando por diversos cursos antes de se decidir pela engenharia (UFMG). Passou por várias mudanças, inclusive no próprio campo da engenharia: foi professor (e ainda dá aulas esporadicamente na PUC) e atualmente é chefe da divisão de comércio exterior de uma companhia estatal. Frequenta o "Círculo Militar" - clube de oficiais do exército em Belo Horizonte - e participa da Associação dos Ex-alunos da EEUFG. Sua maior preocupação é com a ciência mas já fez vários cursos sobre técnicas gerenciais e, principalmente, análise transacional.

XII

Claudio tem 33 anos, formou-se em Engenharia Mecânica pela PUC. Filho de um pequeno comerciante, começou a trabalhar antes de se formar, entrando, por concurso, num banco federal. Depois da conclusão do curso passou 1 ano e 3 meses

numa grande construtora, lotado no setor de controle de qualidade. Por indicação de colegas desta firma, foi para São Paulo para uma empresa que trabalhava exclusivamente com controle de qualidade, onde permaneceu 2 anos. A seguir, em 1 ano, passou por 2 empresas, no cargo de engenheiro, decidindo-se por retornar ao primeiro emprego, no mesmo setor, onde permanece até hoje.

XIII

Célia é formada em Engenharia Civil pela PUC, há 12 anos. Filha de um administrador, ela é casada com um engenheiro e seus irmãos também são engenheiros. Seu primeiro emprego foi numa empresa privada, em atividades subalternas, porque "mulher não podia ficar na obra". Trabalhou no setor de custos até que as dificuldades financeiras obrigaram a empresa a demitir os homens e deram-lhe lugar "na obra". Com o fechamento desta firma, meses mais tarde, ela conseguiu, por indicação de amigos e familiares, um cargo no setor de orçamento e custo de uma empresa estatal. Mesmo achando que, para ela, "a engenharia é tudo", Célia diz que "falta ao engenheiro uma visão mais humana". Célia é chefiada por homens que, segundo ela, têm preferência nas indicações para promoção ou para cursos de qualificação.

XIV

José Afonso tem 38 anos, é filho de fazendeiros, católico, solteiro e formou-se em Agronomia em Lavras. Seus primeiros trabalhos foram na área de projetos agrícolas, na SUDENE. Em seguida, empregou-se numa grande empresa siderúrgica, num cargo de direção de onde controlava o setor de análise de parcerias e projetos agrícolas. Finalmente,

transferiu-se para um órgão estatal de planejamento, realizando atividades de consultoria para empresas privadas. Seus principais interesses são o estudo das religiões e leituras de romances de ficção científica.

PÚBLICO E PRIVADO: EMPREGOS DIFERENTES

Os relatos biográficos reproduzidos acima apontam, numa leitura preliminar, algumas diferenças quanto a gênero, idade, especialidade, setor da economia e forma de organização das atividades. A situação de mercado que evidencia a maior diferença entre trajetórias profissionais dos engenheiros é aquela que opõe público e privado. O presidente do CREA-MG compara a situação dos profissionais nos dois setores: segundo ele, as empresas estatais pagam menos que as privadas mas, em compensação, exigem bem menos e dão maior estabilidade.

Existem mesmo dois perfis de carreira diferenciando claramente o setor público do privado, não apenas quanto à remuneração. Os jovens engenheiros que se dirigem às empresas públicas - normalmente por indicação de parente e/ou amigo - têm uma carreira pré-estabelecida e que só em casos raros é interrompida pelo patrão. Como podemos ver pelas narrativas, não se exige necessariamente uma especialização na área de atuação da empresa, embora isto possa facilitar o ingresso nas estatais. Poucos cargos são exclusivamente técnicos e aí predominam engenheiros eletricitas, mecânicos e metalurgistas. As outras funções desempenhadas pelos engenheiros exigem um mínimo de conhecimento da sua área, combinado com economia, psicologia, administração, finanças, línguas, às vezes até sociologia. As carreiras nas empresas são estruturadas de tal forma que é possível a ascensão funcional para pequenos cargos de chefia a quase todos, em geral após passarem por um trabalho mais técnico e, em seguida, realizarem cursos de aperfeiçoamento. No setor estatal temos também o mais alto

índice de sindicalização, especialmente na CEMIG, de onde saíram dois presidentes do Senge nos últimos quinze anos e boa parte dos diretores desta entidade. Mas também são originários do setor público os atuais presidentes do CREA e da SME. Nestas entidades, no entanto, predominam dirigentes vinculados ao setor privado, principalmente empresários.

Os engenheiros assalariados do setor privado percorrem trajetórias bem mais acidentadas: são constantes as mudanças de emprego ou os deslocamentos geográficos por exigência do empregador. A permanência nos cargos técnicos subordinados é mais longa - talvez justamente pelos acidentes de percurso mencionados acima - e passam a funções de chefia em idade mais avançada. O sonho profissional é criar a sua própria empresa - mais presente ainda entre empregados dos setores de construção civil e consultoria. Há um desprezo generalizado pelo pessoal das estatais, considerado muito acomodado. Quanto à participação em qualquer das entidades representativas da categoria, esta é quase nula, com leve exceção das empresas de consultoria, onde o sindicato desenvolve um trabalho muito forte, especialmente depois da entrada de grandes firmas estrangeiras no setor.

A predominância dos empregos em estatais foi durante muito tempo uma característica distintiva dos engenheiros mineiros. Segundo os dados da pesquisa Vox Populi há um equilíbrio entre o emprego nos setores público e privado na região sudeste e pode-se dizer que há uma tendência a aumentar o emprego nas empresas privadas à medida em que os estados se desenvolvem:

ATIVIDADE PROFISSIONAL X REGIÃO EM QUE SE FORMOU					
%	NORTE	NE	CENT-O.	SUDES.	SUL
PROFISSIONAL LIBERAL	11,6	22,2	26,0	20,8	18,6
EMPREGADOR	13,8	8,7	15,1	7,6	12,6
EMPR. SETOR PUBLICO	59,5	39,6	38,9	36,4	27,2
EMPR. SETOR PRIVADO	11,6	26,8	17,5	33,4	40,9
EMPR. ECONOMIA MISTA	0,4	-	-	-	-
OUTROS COM MENOS QUE 1%	3,1	2,8	2,5	1,9	0,6
Porcentagem da amostra	2,2	12,9	3,3	33,1	48,5

FONTE: Vox Populi: Pesquisa de opinião junto aos profissionais ligados ao sistema CONFEA-CREAs-MUTUA, março 1992.

Em oposição às carreiras assalariadas, existe a possibilidade de tornar-se empresário. Os setores que permitem a pequena empresa de engenharia são a construção civil e a consultoria, onde o capital econômico exigido é significativamente menor. Mas a concorrência é intensa. Extremamente dependente das oscilações da economia e das definições da política econômica dos diferentes governos, o setor de construção civil encontrou a fórmula de convivência razoavelmente pacífica na sublocação: as grandes empreiteiras ganham concorrências para as obras, em geral encomendas do Estado - e repartem pedaços delas entre as pequenas firmas. A concorrência entre estas últimas tende a aumentar em momentos de crise e os problemas de financiamento do Estado na última década têm obrigado as grandes empresas a realizar uma política de diversificação de empreendimentos que prejudica os arranjos tradicionais.

As empresas mineiras de engenharia consultiva surgiram na década de 70 a partir de duas origens principais:

"A primeira, a partir de empresas estrangeiras antigas prestadoras de serviços no Brasil, e cujas filiais foram

posteriormente assumidas por grupos brasileiros. A segunda origem é o "escritório de engenharia" que cresceu o suficiente para se tornar uma empresa. Nesse caso se incluem as empresas criadas a partir de grupos de engenheiros que se desligaram de empresas de montagem e construção e iniciaram empresas de consultoria." (SENGE, 1990, pag.2)

Nos dois casos, os acionistas ou sócios-proprietários têm a característica comum de serem profissionais: o principal elemento definidor das possibilidades de sucesso dessas empresas é a competência reconhecida do seu pessoal. Enfrentando a concorrência de empresas estrangeiras ou de outras empresas nacionais atuando em Minas, as firmas de consultoria mineiras receberam grande impulso dos órgãos do governo estadual (como outros setores da engenharia no estado), notadamente CEMIG, DER e COPASA. Duas tendências principais marcam a vida profissional nesta área: a crescente oligopolização e o alto nível de rotatividade da mão-de-obra. As maiores empresas no setor recorrem às pequenas para o atendimento de certos serviços mas a principal estratégia para o enfrentamento da oligopolização tem sido a formação de consórcios que permite às firmas médias e pequenas colocarem-se como disputantes efetivas do mercado.

ESPECIALISTA X GENERALISTA

A problemática das especialidades diz respeito à ordem geral dos saberes e sua relação com as diferenças na profissão e evidencia-se na hierarquia entre as especialidades quanto aos salários, como se pode ver nos dados recolhidos pelo sindicato, apresentados a seguir.

-----ESPECIALIDADE X SALARIO-----						
Especialidade//Salários (em nº de salários mínimos)						
TOTAL	Até 10	10 a 20	20 a 30	30 a 40	+40	
Civil	10088	414	364	99	57	74
	100%	41,7	36,1	9,8	5,6	7,3
Eletricista	218	76	79	36	17	10
	100%	34,8	36,2	16,5	7,8	4,5
Metalurgista	34	05	13	11	03	02
	100%	14,7	38,2	32,3	8,8	5,8
Mecânico	317	66	128	68	33	22
	100%	20,8	40,3	21,4	10,4	6,9
Agrônomo	33	08	17	05	02	01
	100%	24,2	51,5	15,1	6,0	3,0
Químico	26	09	10	04	03	-
	100%	34,6	38,4	15,3	11,5	
Minas	25	03	08	06	02	06
	100%	12,0	32,0	24,0	8,0	24,0

Fonte: Cópias das homologações de demissões, 1988/1990, Sindicato dos Engenheiros de Minas Gerais.

Outra diferença entre as especialidades diz respeito às atividades para as quais se exige experiência do profissional. Uma pesquisa sobre ofertas de empregos em Belo Horizonte mostrava que os engenheiros civis eram preferencialmente encaminhados para tarefas administrativo-gerenciais enquanto que dos engenheiros eletricitas, metalurgistas e mecânicos se exigia uma experiência de caráter mais técnico:

ESPECIALIDADE X AREA DE EXPERIENCIA

	TECNICA	GERENCIAL
CIVIL		55,8%
ELETRICISTA	68,0%	
MECANICO	58,0%	
METALURGISTA	81,5%	

% das tarefas especificadas na oferta de empregos

FONTE: FANTINI, T., 1980.

TRABALHO FEMININO, PROFISSÃO MASCULINA

Ser mulher numa profissão tradicionalmente masculina tem conseqüências importantes. A evolução do número de formandos atesta a pequena presença feminina nos cursos, com exceção da engenharia civil. De acordo com os dados do CREA-MG apresentados no quadro I, da Introdução, em 1950 registraram-se apenas 2 engenheiras contra 118 profissionais do sexo masculino. Na década de 80 elas chegam a ser um terço dos engenheiros civis registrados. Mas isto não ocorreu apenas entre os engenheiros: a participação feminina na PEA cresceu a uma taxa média anual de 5,2% entre 1950 e 1980, passando de 14,6 para 27,2%. Em todos os setores de atividade aumentou o número de mulheres, resultando numa diferenciação do emprego feminino. Se em 1950 83% do emprego feminino concentrava-se em cinco categorias ocupacionais (ocupações domésticas remuneradas, professores e auxiliares do ensino, indústria do vestuário, indústria têxtil e agropecuária e extração), em 1980 nestas cinco categorias tínhamos apenas 49% das mulheres empregadas. (FARIA, V., 1986). Entre as ocupações técnicas, científicas e afins (grupo que inclui a engenharia) a participação feminina também teve crescimento significativo:

OCUPAÇÕES NÃO-MANUAIS QUALIFICADAS		
Porcentagens da PEA total		
	1950	1980
Homens	1,0	2,8
Mulheres	1,1	3,8
TOTAIS	2,1	6,7

Fonte: FARIA, 1986, pag. 97

A maior presença feminina na força de trabalho pode explicar-se pelas mudanças na demanda que cria novas oportunidades e novos perfis ocupacionais a partir da

industrialização crescente e pelas mudanças na cultura, com a constituição de novas estruturas simbólicas onde o trabalho feminino é valorizado. Com isso, recria-se o lugar da mulher na sociedade e estabelecem-se novas relações entre o mundo feminino e a produção. Mas este incremento não foi homogêneo e alguns estudos americanos já mostravam, nos anos 60, que "tinha havido uma aparente seletividade no tipo de posições que as mulheres ocupavam na força de trabalho". Esta seletividade pode traduzir-se em duas tendências: de um lado, "as ocupações que exigiam educação mais elevada (college undergraduate level) tinham representação feminina desproporcionalmente pequena"; de outro lado, "existia uma seleção não-randômica de mulheres entre ocupações que requeriam nível universitário ou profissional de educação - 1,2% entre os médicos, 6,1% entre os advogados e 3,5% do clero." (ROBIN, S., 1969, pags. 205-206). No Brasil, as tendências à desproporcionalidade são semelhantes: entre as profissões tradicionais, o magistério ocupa o primeiro lugar das preferências femininas mas a situação inverte-se na engenharia, advocacia e medicina, onde as mulheres distribuem-se desigualmente por ocupação e por faixa salarial.

POPULAÇÃO PROFISSIONAL SEGUNDO GÊNERO

	1950		1960		1970		1980	
	H	M	H	M	H	M	H	M
ENG.	1050	5	4388	161	7902	197	11723	750
%	99,53	0,47	96,46	3,54	97,57	2,43	99,40	0,60
MED.	2304	39	7913	310	14902	11495	13448	4158
%	98,34	1,66	96,09	3,91	56,45	43,55	76,38	23,62
ADV.	1682	23	5813	397	7419	1106	7448	1378
%	98,65	1,35	93,60	6,40	87,03	12,97	84,39	15,61

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1950, 60, 70 e 80.

Na engenharia, a desproporção entre os dois sexos chega a ser espantosa diante das tendências globais de aumento da participação feminina. Confirma-se assim o caráter masculino desta profissão que também se evidencia na distribuição por faixa de renda: as mulheres concentram-se nos segmentos de menor renda, exatamente o inverso do que ocorre entre os homens. Conforme pesquisa do Dieese, no estado do Rio de Janeiro, em 1984, 73% das engenheiras ganhava menos que 10 salários mínimos enquanto 76% dos engenheiros ganhava mais que 10 salários mínimos. Em Minas Gerais, a diferença também é gritante.

--DISTRIBUIÇÃO DOS ENGENHEIROS POR FAIXA DE RENDA SEGUNDO SEXO--

		1960 (Em Cr\$)				
		Até 6000	6001/10000	10001/20000	20001/50000	50001 e +
TOTAL						
H	4381	322	621	956	1572	910
	100%	7,3	14,17	21,82	35,88	20,77
M	157	39	51	43	16	8
	100%	24,84	32,48	27,38	10,19	5,10

		1970 (Em Cr\$)						
		Até 300	301/400	401/500	501/1000	1001/1500	1501/2000	2001 e +
TOTAL								
H	7837	1465	504	486	1473	1024	1118	1787
	100%	18,69	6,43	6,20	18,79	13,07	14,27	22,55
M	181	54	24	34	34	12	15	8
	100%	29,83	12,26	18,78	18,79	6,63	8,29	4,42

		1980 (Em nº de salários mínimos)					
		Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	10 a 20	mais de 20
TOTAL							
H	11697	33	218	397	1854	4623	4572
	100%	0,28	1,86	3,40	15,85	39,52	39,09
M	737	11	59	102	300	204	61
	100%	1,49	8,00	13,84	40,71	27,68	8,28

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de Minas Gerais de 1960, 70 e 80.

A trajetória de CELIA e os depoimentos de outras engenheiras não deixam dúvidas quanto à posição subordinada das mulheres na profissão, e o fato de que jamais tenha havido UMA presidente na Sociedade Mineira de Engenheiros, no CREA ou no SENGE-MG é outro sintoma de subordinação. As carreiras femininas são marcadas por salários mais baixos, aceitação de

cargos enfeitados por possíveis pretendentes masculinos e baixas possibilidades de ascensão a cargos de direção.

A distribuição dos engenheiros por tipo de atividade dá um outro retrato desta subordinação:

SEXO POR CLASSE

	EMPREGADORES	AUTONOMOS	GERENTES	SUPERVISORES	TECNICOS	
HOMENS	125	8,8%	4,8%	20,8%	42,4%	23,2%
MULHERES	19	5,2%	10,5%	5,2%	42,1%	36,8%

FONTE: SIMÕES, S., 1989:341

É sintomática a inversão de proporções quando comparamos os profissionais em cargos de gerência e os autônomos. E se as mulheres se igualam na proporção em que podem atingir cargos de supervisão (trajetória comum aos engenheiros assalariados) deve-se considerar as dificuldades encontradas para chegar lá: vários estudos realizados pelas entidades da classe demonstram que "quando empregadas as engenheiras devem empenhar-se mais e provarem-se mais eficientes e capazes que seus colegas homens, para conseguir as mesmas posições." (SIMÕES, S., 1989:337)

Poder-se-ia perguntar se existe alguma diferença significativa quanto ao desempenho escolar ou profissional entre homens e mulheres que justificasse esta distinção acentuada. Os estudos citados por ROBIN (1969) mostram que, quando se descobre algum desnível, ele é favorável às mulheres engenheiras, que são, tendencialmente, as pessoas com melhores notas nos cursos anteriores ou as que dedicam mais tempo ao estudo. Mas, em geral, existe uma igualdade de capacidades intelectuais dos dois sexos. Os dados a seguir referem-se a estudantes belo-horizontinos de terceiro grau em diversas disciplinas e escolas e confirmam a inexistência de diferenças

relevantes entre homens e mulheres quanto a notas ou quanto a critérios de bom desempenho:

MEDIAS DAS NOTAS OBTIDAS NO SEMESTRE ANTERIOR						
	Até 30 pts.	31/60	61/70	71/80	81/90	91/100
HOMENS % N = 298	1.3	28.9	44.0	20.1	5.4	
MULHERES % N = 113	0.9	12.4	41.6	38.9	6.2	

Como nas pesquisas americanas, a diferença, ainda que muito ligeira, é favorável às mulheres. A proporção de homens e mulheres entre os candidatos ao vestibular da UFMG tem sido de 50%/50% nos últimos anos mas, em cada curso, os dois sexos distribuem-se diferencialmente, permitindo-nos classificar alguns deles como masculinos, outros como femininos. Minha amostra inclui alunos de outras faculdades fora da UFMG, mas quanto ao sexo, as proporções são semelhantes em todas elas. O curso de psicologia pode ser considerado feminino (na amostra: 72,5% mulheres) e os de engenharia masculinos (civil 29,3% dos estudantes são mulheres; elétrica 7,4%; mecânica 1,7%; minas 7,1%; química 26,3% e nenhuma mulher na engenharia metalúrgica.). Uma pequena diferença se estabelece entre cursos masculinos e femininos quanto aos critérios para bom desempenho escolar: para os dois casos a resposta mais constante é o conhecimento dos conteúdos das disciplinas. Mas nos cursos mais femininos um dos critérios que também aparece como relevante é a "cultura geral", que no caso extremo de curso masculino (engenharia metalúrgica) não é citado por nenhum aluno como critério de bom desempenho.

Imputar à herança cultural patriarcalista, presente tanto na esfera pública quanto privada a causa principal das diferenças de gênero no interior da engenharia toca a questão principal mas deixa de lado o problema de como se constrói

especificamente o estereótipo do engenheiro, a sua representação, que informa as práticas machistas e excludentes neste campo. Como a mais "racionalista" e "objetiva" de todas as profissões, a engenharia se habilita a dirigir o mundo, ocupar as posições de poder, construindo uma imagem de si perfeitamente combinada com a visão tradicional dos papéis do homem e da mulher ¹.

Todas estas pequenas diferenças não chegam a configurar distinções insuperáveis entre os profissionais mas apontam para diferentes representações das profissões, vinculadas aos papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres na sociedade, fazendo com que, para alguns homens, a engenharia possa parecer uma profissão "divina", justamente porque criativa, e para algumas mulheres ela seja apenas um emprego que paga razoavelmente. Tudo isso nos remete à própria definição do que seja a engenharia e ao modo como se constroem as representações legítimas da mesma.

É interessante notar quanto a isto que no sindicato as mulheres participam muito mais intensamente, ocupando inclusive alguns cargos nas diretorias mais recentes enquanto que nas duas outras entidades isto não ocorre. Pode-se interpretar estes dados como uma evidência das tentativas do sindicato de tornar-se uma instituição progressista e cada vez mais representativa da profissão. Com isto, tendencialmente, deveria construir representações do grupo coerentes com esta prática. No entanto, tanto quanto em outros campos, este processo é muito incipiente e a atuação sindical ainda é bem marcada pelos estereótipos tradicionais de uma profissão masculina, dirigente, científica, superior.

¹ Diga-se de passagem que, na amostra de SIMÕES, mais da metade das esposas de engenheiros não trabalha fora de casa e, das que o fazem, boa parte permanece apenas meio horário no trabalho.

IDADE E EXPERIÊNCIA: A OBSOLESCÊNCIA DO SABER

A idade é outro fator de diferenciação que nos remete às diversas concepções do trabalho do engenheiro e à relação entre o momento de entrada no mercado e as possibilidades de carreira. Os engenheiros que se formaram na década de 50 tipicamente passam por empregos no setor público, onde cumprem carreiras que se iniciam nas áreas técnicas e, com poucos anos, passam a cargos de direção. A aposentadoria significa, quase que inevitavelmente, uma passagem para direção de empresas privadas. Um fator que diferencia estes profissionais de seus predecessores é a possibilidade de cursos de pós-graduação no exterior.

Como nas décadas anteriores, continuou aberto nos anos 50 o caminho da instalação da própria empresa. Mas, diferentemente dos pioneiros, estes engenheiros são originários de famílias mineiras, cujos pais são empresários ou profissionais liberais no estilo clássico. A gestão dos negócios privados é acompanhada de intensa atividade associativa, em entidades profissionais e empresariais. A ocupação de cargos executivos nos três níveis da administração pública não é incomum - em geral "por amor à causa" - e alguns dos engenheiros-empresários tiveram rápidas passagens como empregados no setor público, principalmente nas empresas ligadas à exploração do petróleo e à mineração. (Os dados referentes às trajetórias de engenheiros-empresários foram obtidos em entrevistas realizadas para pesquisa de Lígia PEREIRA sobre o empresariado mineiro).

Em tempos mais recentes, permanece uma certa diferenciação entre engenheiros assalariados de faixas etárias distintas. É o que se pode constatar a partir destes dados:

LUGARES DE CLASSE POR IDADE

	21-34	35-44	45 e +
GERENTES	10,4%	27,9%	31,2%
SUPERVISORES	56,2%	39,5%	50,0%
"TECNICOS"*	33,4%	32,6%	18,8%
	n=48	n=43	n=32

FORTE: SIMÕES, S., 1989:222

*"non-managers" no original.

O traço comum às duas carreiras, empresário ou empregado, é a concepção do trabalho do engenheiro como gestor, seja dos bens públicos seja das empresas privadas. O componente técnico das atividades profissionais vai sendo largamente suplantado pelo componente gerencial ou sócio-administrativo ao longo da carreira. Esta concepção do trabalho do engenheiro, que torna estes profissionais o modelo ideal do dirigente nas diversas instâncias da vida social, evidencia um tipo de estratégia mais pessoal e individualizada, de romper com os impedimentos e dificuldades causados pela obsolescência - cada vez mais rápida - dos conhecimentos técnicos. Segundo avaliação dos profissionais entrevistados, em dez anos são superados os modelos e as técnicas aprendidas. A tendência a passar das atividades de direção surge como algo natural para o aproveitamento da experiência. O mesmo tipo de explicação vale para o aproveitamento, no setor privado, de quadros formados nas empresas públicas, muito comum entre os engenheiros. O fato de que, no Brasil, os casos de "pantouflage" sejam especialmente numerosos entre os militares, com finalidades explícitas de apadrinhamentos político-burocráticos junto ao Estado, torna esta estratégia profissional mais conhecida publicamente mas muito pouco estudada como estruturante das trajetórias dos diversos grupos profissionais.

AS CARREIRAS E AS REPRESENTAÇÕES DO CORPO PROFISSIONAL

Repete-se no interior da categoria a luta mais ampla pela definição de habilitações e qualificações necessárias ao desempenho de tarefas específicas. Esta é uma luta classificatória em que os vários segmentos do corpo profissional procuram organizá-lo de alguma forma, atribuindo lugares a si mesmos e aos demais. Assim, a profissão Engenharia pode ser vista, a partir do seu interior, de várias maneiras. Uma delas expressa-se na "curva de Ivan Machado":

QI	100					
U	90					
N	C.	80				
I	P	C	50			
V	E	D	Fab.	30		
E	S	N	Equi-	T	15	
R	Q	S	Pa-	E	Const.	10
S	U	U	Men-	C	Civil	ENG.
I	I	L	Tos	N		Ope-
D.	S	T		I		Rações
A	A	D		C		
D		R		O		
E						

-----DOLARES---->

Os engenheiros estariam aqui separados levando-se em consideração mais o setor da economia do que a especialidade mas esta é uma visão predominante entre empresários do setor de consultoria, que buscam no caráter científico, de ponta, de excelência do seu trabalho, a legitimidade da sua posição, atribuindo, por isto, uma importância maior ao capital cultural na construção de sua escala classificatória.

Ao contrário dos engenheiros consultores, outros profissionais lamentam o grau de especialização a que chegou a Engenharia e isto se explicita nas queixas e nas propostas

relativas à formação profissional. Convicto de que os engenheiros formariam uma minoria de idealistas que poderia enfrentar o mercado segmentado, de concorrência muito acirrada, atuando politicamente, um dos profissionais entrevistados (que já passou pelas diretorias da SME e do CREA, além de atuar em sindicatos patronais e na Federação das Indústrias-MG) afirma que o grande problema hoje é que "o engenheiro se tornou um técnico que despreza o social". Com a criação irresponsável de escolas de engenharia, passou-se a produzir um "profissional de prateleira", candidato ao sub-emprego pela formação mais técnica e de péssima qualidade.

Nas falas de um diretor do sindicato, reproduzidas anteriormente, percebe-se a mesma nostalgia de uma formação ampliada que permitisse ao engenheiro exercer funções de gestor. Esta fala se repete no caso de outros líderes sindicais. Um professor da UFMG lamenta a qualidade dos alunos atuais, afirmando que "os mais antigos tinham formação cultural mais ampla." Nota-se, em todos os segmentos da categoria um sentimento de falta: os engenheiros de formação recente carecem de conhecimentos de psicologia, administração, sociologia, economia ou qualquer outra disciplina da área de ciências humanas. Todos eles percebem claramente que cada vez mais o conhecimento das relações sociais é fundamental para o exercício das funções de mando as quais julgam fazer parte da essência da sua profissão.

Diante disto tudo, a oposição entre generalista e especialista mostra-se como oposição entre gestor e técnico, sendo o primeiro modelado à imagem e semelhança da representação hegemônica da classe dirigente. É importante ressaltar a especificidade dos engenheiros que fazem incorporar a esta representação a idéia de racionalidade técnica como principal oposição à concepção de gestor dos bacharéis.

O técnico, profissional com atribuições de direção menores ou inexistentes, seria classificado em lugares inferiores na hierarquia dos engenheiros, responsabilizando-se sempre por funções subalternas.

A curva de Ivan Machado coloca-nos, no entanto, o problema da não-correspondência a esta ordenação. Mas é justamente do ramo mais moderno da profissão que surgem as perspectivas de reordenação do campo profissional. Retomando parte da visão de que o fundamento do trabalho do engenheiro é seu conhecimento técnico, procura-se desqualificar o setor de construção civil, justamente aquele cuja organização tem semelhanças marcantes com o setor de consultoria: são estes dois ramos que oferecem as maiores possibilidades de criação de pequenas empresas e nos quais existe a concorrência intraprofissional mais acirrada. Entre eles há uma diferença social relevante: tendencialmente, os profissionais que partem para formar as suas próprias empresas de consultoria são oriundos das melhores escolas e com maior grau de qualificação que os da construção civil.

Este modo de classificar os profissionais de engenharia é um novo eixo de divisão da categoria que tende a estruturar-se em torno de dois polos: um em que se fundem (não sem conflitos, é claro) os componentes administrativo-gerenciais e consultivos e outro em que estão colocados os componentes técnicos do conhecimento profissional. São essas diferentes propriedades distribuídas entre os engenheiros e através das quais eles tendem a ser classificados, sendo que no primeiro pólo encontram-se os profissionais de sucesso, patrões de si mesmos, realizadores dos ideais da profissão. No outro, encontram-se técnicos jovens (independente da idade), assalariados do setor privado ou estatal, sempre esperançosos de passar para o outro lado. Nos dois casos, os engenheiros enxergam na escola o principal responsável pela distribuição

dos atributos que os qualificam a situar-se num ou noutra ponto do campo profissional.

Mais uma vez aparecem as diversas formas possíveis de ordenamento dos saberes e dos profissionais, ressaltando o seu carácter socialmente construído e não tecnicamente delimitado e hierarquizado, como querem alguns. Esse e os demais elementos analisados compõem um quadro de possibilidades no qual os agentes devem organizar suas trajetórias segundo limites aí definidos. Mas, ao contrário do que propõe Larson, as diversas posições no interior da profissão não podem ser conjugadas para compor uma trajetória modal unificada, na qual essas diferenças apareceriam como momentos. São várias trajetórias modais, bastante diferenciadas quanto aos seus aspectos mais essenciais, especialmente o da autonomia do trabalho. Esses dados permitem questionar a visão durkheimiana ou parsoniana de uma comunidade profissional unificada, transformando a coesão do grupo num problema a ser explicado.

CAPÍTULO V

A PRODUÇÃO DOS PROFISSIONAIS: ESCOLA, CONHECIMENTO E HIERARQUIAS SOCIAIS

Neste capítulo se examinará a hipótese de que a escola funcione como fundamento da unidade profissional. Para isso percorreremos a história do campo escolar em Minas Gerais, analisando o modo como se distinguem as instituições formadoras de engenheiros no estado. As diferenças entre elas tornam-se mais evidentes quando se comparam os públicos que se dirigem a cada uma. As distinções que aí aparecem exigem que se explique porque e como os agentes escolhem caminhos diferentes segundo a sua extração social. Isto é, deve-se explicar a distribuição das vocações e as razões pelas quais certos cursos atraem filhos de camadas dirigentes mais que outros. Aqui estamos tratando das diferenças entre cursos e não entre escolas, analisando uma outra escala classificatória que ordena as especialidades da engenharia e as profissões em geral. O pano de fundo destas questões é a hierarquização ou valorização diferenciada dos saberes, muitas vezes apontada como razão da distinção entre profissões. A reflexão sobre o papel do conhecimento e da ciência como fontes de legitimação de autoridade e poder na sociedade moderna encerra este capítulo.

A idéia de que as profissões sejam grupos homogêneos é pressuposto essencial da sociologia durkheimiana. Cabe ao grupo profissional a tarefa de socializar os seus membros, inculcando neles os valores da consciência coletiva, de caráter essencialmente moral. E se a sociedade foi fragmentada pela divisão social do trabalho, as profissões passam a existir como comunidades morais. Tomando como modelo as corporações medievais, DURKHEIM inclui num mesmo grupo profissional os patrões e empregados de um mesmo ramo, destacando que este

constituiu, historicamente, um meio ambiente moral para os seus membros:

"...regras precisas fixavam, para cada ofício, os deveres respectivos de patrões e operários, assim como os deveres dos patrões uns para com os outros. ...todos eles são inspirados pela preocupação, não de uns ou outros interesses individuais, mas do interesse corporativo. Ora, a subordinação da utilidade privada à utilidade comum, qualquer que ela seja, tem sempre um caráter moral, pois que implica necessariamente algum espírito de sacrifício e abnegação. Aliás, muitas dessas prescrições derivavam de sentimentos morais, que são ainda os nossos." (DURKHEIM, E., 1984:20-1)

A subordinação ao interesse comum do grupo fundamentava sua unidade bem como o seu papel socializador.

As análises funcionalistas enfatizam o caráter comunitário dos grupos profissionais, começando pelo próprio PARSONS que os compreendia como sistemas de solidariedade fundados na partilha de elementos educacionais comuns. Para GOODE, o que caracteriza toda profissão é o fato de que ela seja uma comunidade e é esta a aspiração de toda ocupação que pretenda se profissionalizar. Esta comunidade se caracterizaria pelos seguintes traços principais:

"1) Seus membros estão ligados por um sentido de identidade. 2) Uma vez nela, poucos a deixam, de modo que é um status terminal para a maioria. 3) Seus membros partilham valores comuns. 4) As definições de papéis de membros e não-membros são objeto de acordo e são as mesmas para todos os membros. 5) Nas áreas de ação comum há uma linguagem comum, que é compreendida apenas parcialmente pelos de fora. 6) A comunidade tem poder sobre seus membros. 7) Seus limites são razoavelmente claros, apesar de serem sociais e não físicos ou geográficos. 8) Apesar de não produzir a próxima geração biologicamente, ela o faz socialmente pelo controle sobre a seleção de professores e pelos processos de treinamento ela socializa seus recrutas." (GOODE, W.J., 1967:194.)

Diversas abordagens, e não apenas o funcionalismo, tratam o grupo profissional como uma comunidade homogênea e a base principal dessa homogeneidade é o longo período de treinamento ao qual os seus membros são submetidos. O que varia é o significado atribuído ao processo de homogeneização: a aquisição de conhecimentos profissionais fundamenta uma prestação adequada de serviços, um desempenho correto das tarefas (essenciais à vida, segurança e bem-estar dos membros da sociedade) atribuídas ao grupo. (Ver GYARMATI, G., 1975). Mas pode também assegurar a própria subsistência das profissões no mundo moderno: para serem autônomos em relação aos critérios particularistas de atribuição de status e tornarem-se parte integrante da sociedade mercantilizada, os grupos profissionais deveriam produzir uma mercadoria específica e, para isto, deveriam unificar "as áreas correspondentes da divisão social do trabalho em torno de garantias homogêneas de competência." (LARSON, 1977:13) Para esta autora, a formação de centros de treinamento profissional, vinculados a padrões de conhecimento unificados, dota os membros da profissão de um certo sentido de superioridade cognitiva bem como provê o grupo com membros médios socializados. Isto significaria prover a profissão com indivíduos que aceitariam os modelos de carreira existentes uma vez que seu sucesso depende da sua adesão aos mesmos.

OS DIFERENTES PAPÉIS DO SABER

O ponto de partida da análise de FREIDSON (1986) é a relação entre criação, transmissão e aplicação do conhecimento formal e o poder. Para superar a dualidade entre democracia e tecnocracia a que esta relação acaba conduzindo (quando analisada de uma perspectiva que vincula a aplicação e criação do conhecimento ao desenvolvimento dos processos de burocratização e racionalização), FREIDSON procura entender o

papel do saber institucionalizado no mundo a partir dos seus agentes e portadores:

"Como pode o conhecimento estabelecer uma relação conseqüente com o mundo cotidiano? Para ter algum impacto sobre o mundo natural ou social o conhecimento precisa dispor de agentes ou portadores humanos e o impacto que ele tem é influenciado, em parte, pelas características desses agentes. Assim, não se pode entender o papel do conhecimento formal no nosso mundo sem entender as características daqueles que o criam e aplicam." (FREIDSON, 1986:9)

Para identificar esses agentes - chamados intelectuais, técnicos, profissionais, experts ou intelligentsia - FREIDSON analisa os meios de obter recursos materiais que permitam a algumas pessoas tornarem-se agentes do conhecimento. Nas sociedades modernas, este procedimento faz com que esses agentes sejam identificados com os membros das profissões. Sendo assim,

"permanece o problema de delinear a posição das profissões que lhes dá acesso ao poder, o complexo institucional que cria e sustenta esta posição e as atividades pelas quais se pode dizer que os profissionais exercem o poder. (idem:16)

Segundo FREIDSON, as profissões podem ser definidas pelo fato de que seus membros são submetidos, em graus variados, à educação superior e ao conhecimento formal que ela transmite. Considerando a relação das profissões com o exercício do poder, deve-se acrescentar que elas são ocupações para as quais a educação é pré-requisito para o emprego em determinadas posições. Estamos aqui diante de um sistema de credenciamento que funciona como mecanismo de exclusão, criando um nicho do mercado de trabalho exclusivo dos membros da profissão. Sendo assim, o sistema de produção de credenciais é o elemento central para a análise das condições institucionais que permitem às profissões exercerem o poder.

é bom notar aqui uma mudança sutil no enfoque pois o saber profissional é não apenas um fundamento de unidade, mas, principalmente, base de poder social: é assim que ganha sentido a idéia de ensino universitário como um grande sistema de credenciamento.

A análise do sistema de ensino superior como produtor de credenciais é feita a partir da obra de COLLINS (1979). Mas FREIDSON adianta que as credenciais, por si só, não são suficientes e que é necessário controlar o mercado também pelo lado da demanda: os profissionais são vistos como gatekeepers. De alguma forma, mas principalmente através da ação do Estado, cria-se a obrigatoriedade de se utilizar o trabalho de um profissional para que se tenha acesso a um bem ou serviço no mercado. O autor assinala ainda que a imagem do profissional liberal clássico, atuando independentemente no mercado não é mais representativa da realidade. A imensa maioria dos profissionais precisa de empregos e passa a depender, portanto, de um mercado interno de organizações que possam atrair clientes. Diante disto, para controlar o seu mercado esses profissionais necessitam intervir ou influenciar as políticas da organização e isto pode ser feito através do sistema de credenciamento institucional. É este sistema que vincula o mercado e a educação. Sua principal função é estabelecer um conjunto sistemático de sinalização de mercado que é a base para credenciar instituições de ensino superior e seus alunos. Este processo de sinalização produz também uma estrutura de empregos que, além de reservar aos profissionais as diversas formas de trabalho cotidiano que lhes são tecnicamente atribuídas, destina também a eles as posições gerenciais e de supervisão.

Torna-se então necessário entender o modo como se organiza o sistema de ensino para examinar os dois elementos que estão em jogo: a produção de uma certa unidade, uma "rede

de produção intelectual unificada", e também a criação de uma sinalização sistemática de posições para o mercado.

ESCOLA E HIERARQUIA SOCIAL

Concebido como espaço estruturado, o campo das profissões tem na escola - e no caso do Brasil, especialmente as universidades e outras instituições de ensino superior - um dos elementos fundamentais na sua delimitação, organização interna e na definição das suas relações com a sociedade. Como sistema de credenciamento, a escola é responsável pela emissão dos títulos, que é um dos mecanismos mais eficientes de delimitação do campo profissional e, por isso mesmo, torna-se objeto da atuação organizada das profissões em sua luta pela monopólio. Como locus de produção do capital cultural certificado, a escola tem a missão de produzir um habitus profissional, uma determinada estrutura cognitiva, sistema de disposições duráveis, princípio que gera e estrutura práticas e representações. Missão esta que poderia ser traduzida também como função de construção/acumulação de um determinado capital cultural e de um determinado capital de relações sociais. Mas, além disto, a escola é também instituição classificatória, ela mesma classificada numa hierarquia, que torna desiguais, no espaço social e no campo profissional, os certificados que ela produz. Neste momento será discutida essa função classificatória do sistema de credenciamento e, mais adiante, a questão dos saberes.

Para compreender a lógica de funcionamento da escola deve-se localizá-la na hierarquia do campo escolar, estabelecendo distâncias entre cada uma delas e aquela que ocupa o polo dominante neste campo. Esta localização exige também que se mostre claramente quais são os princípios pelos quais as escolas são colocadas nos diversos pontos da escala

social de avaliação, uma vez que nem sempre qualidade tem uma definição consensual. A posição neste espaço está estreitamente relacionada com as definições do que seja o saber profissional específico e, sendo assim, com os conflitos inter e intraprofissionais pela delimitação de suas tarefas, pela definição de suas identidades, o que torna relevantes as mudanças curriculares, as subdivisões dos cursos, as mudanças nos títulos bem como os agentes e mecanismos responsáveis por estas evoluções.

A forma específica assumida pelo saber profissional como capital cultural a ser incorporado nas práticas e representações dos agentes como *habitus secundário* é o que torna a socialização profissional um dos elementos essenciais de institucionalização do grupo. É neste momento que se aprende os modos de ser, a postura, os comportamentos que distinguem e permitem identificar um determinado grupo profissional e mesmo a se localizar dentro dele. Mais que um saber certificado, obtem-se na escola uma certa forma de agir e de ser, um discurso, uma postura que se constitui numa rede invisível de produção intelectual e comportamentos sociais razoavelmente homogêneos.

Ao lado desta, uma outra rede - ou a mesma, por um outro ângulo - forma-se pelas relações que se estabelecem ou se reforçam na escola, interligando agentes e constituindo um núcleo de ação cujos efeitos mais visíveis são a ocupação de espaços sociais e a definição, ou pelo menos as tentativas de definição, de padrões de racionalidade específicos para estes espaços.

A missão socializadora da escola é ao mesmo tempo um trabalho classificador dos futuros profissionais, geneticamente um único processo que deve, no entanto, ser analisado sob dois ângulos: o da diferenciação do campo

escolar, da criação de instituições valorizadas desigualmente e o da diferenciação entre os profissionais a partir da escola. A compreensão dos mecanismos de funcionamento do campo escolar nos permitirá analisar a organização das diversas trajetórias profissionais e os fundamentos de sua unidade.

A ESCOLA COMO CLASSIFICADOR CLASSIFICADO:
A HISTÓRIA DO CAMPO ESCOLAR EM MINAS GERAIS

Uma primeira etapa da definição das características do campo escolar passa pela compreensão das diferenças entre as escolas e os princípios responsáveis por esta diferenciação, isto é, os critérios de etiquetagem social dos estabelecimentos de ensino de engenharia, das oposições pertinentes entre eles. Como principais índices de posição (elaborados a partir de BOURDIEU, P. & SAINT-MARTIN, M. (1987) e MEYER, G. (1990) .) podemos apontar:

19) Prestígio social e raridade escolar: definido pela localização, antiguidade, tamanho, reputação do corpo docente:

20) Importância do capital escolar ou grau de autonomia propriamente escolar dos critérios e mecanismos de funcionamento da instituição. Pode-se medir pela visibilidade da formação dispensada, pela sua comparabilidade com os canons da formação universitária, ela mesma definida como polo de grande autonomia.

A posição dos diversos estabelecimentos na área de Engenharia pode ser conhecida pela conjugação desses dois índices, considerando-se, no entanto, que este é um subcampo do campo escolar e que os princípios que definem a sua estruturação estão presentes também entre as escolas de engenharia. Além disto, a própria trajetória da profissão no espaço social tem peso relevante na lógica de funcionamento do campo escolar.

Sendo assim, passemos à história propriamente dita das escolas mineiras de engenharia.

Como se viu anteriormente, a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto é o marco inicial da formação do campo profissional dos engenheiros mineiros. Ela foi a primeira instituição de ensino superior no estado e pudemos perceber as dificuldades encontradas para chegar à posição de destaque que adquiriu com o passar dos anos: era necessário superar a visão que aproximava o engenheiro dos trabalhadores manuais, de forma que o curso de engenharia pudesse concorrer com os cursos de direito pelas vocações. A engenharia, como profissão, deveria percorrer uma trajetória que a tornasse mais próxima do direito, disciplina absolutamente dominante na hierarquia dos saberes profissionais. Mas, dentro do próprio campo, deveria enfrentar também a concorrência da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que preparava engenheiros principalmente para o Exército.

Com a importância que a Escola teve para a reorganização da atividade mineradora e pelo padrão de excelência que ela conseguiu estabelecer, tudo isto num quadro de mudanças na economia e na sociedade, os dois obstáculos foram superados. Se a posição do bacharel permaneceu prestigiada no período, os engenheiros conseguiram também alcançar alto grau de prestígio, de poder e acabaram por assumir a posição de portadores dos conhecimentos modernos, especialmente importantes num estado que queria retomar seu lugar na federação e via na industrialização da exploração mineral o caminho mais viável.

No caso da concorrência com outras escolas de engenharia. (inicialmente, a Politécnica do Rio, mas depois também a de São Paulo e até a Escola de Engenharia do Mackenzie College) a situação da EMOP era privilegiada pela sua

especialização. A implantação do ensino de engenharia no Brasil relacionava-se com as mudanças no sistema de transportes - principalmente a expansão de ferrovias e portos - e no desenvolvimento do sistema hidrelétrico (KAWAMURA, L., 1981:52). Apesar de seus ex-alunos trabalharem nestas áreas, a vocação para especialização no setor de siderurgia tornava ímpar a posição da Escola de Minas, tornando seus profissionais cada vez mais necessários no mercado.

Dentro do estado, a EMOP permaneceu numa posição superior até o momento em que a Escola de Engenharia da UFMG assume o seu posto, na virada dos anos cinquenta. Mesmo assim, permanece o seu papel de matriz porque a EEUFMG pôde atingir esta posição principalmente através de um processo que podemos apelidar de transferência de prestígio uma vez que são ex-docentes e ex-alunos de Ouro Preto os responsáveis pela criação e pelo prestígio da nova escola. Dos treze fundadores da EEUFMG, nove eram ex-alunos de Ouro Preto e um deles, ex-professor). O mesmo pode ser dito da Escola de Engenharia de Itajubá, que coloca seus alunos em pé de igualdade e, às vezes, em nível melhor que os estudantes da UFMG no mercado de engenheiros eletricitas.

A Escola de Engenharia da UFMG, além de núcleo aglutinador de ex-professores da EMOP foi passagem quase obrigatória para aspirantes a cargos prestigiados das empresas públicas, praticamente colonizados (a expressão é de A. D'Iribarne) pelos engenheiros. Mas boa parte dos empresários mais significativos nos setores de siderurgia e construção civil passou pela escola entre os anos trinta e sessenta.

Se no período anterior, a escola era transmissora dos chamados "conhecimentos modernos", desenhados pela luta inter-elites e, por isso mesmo, formadores do "homem culto" daquela época, nas décadas de trinta a sessenta, a

escolarização de nível superior já se impôs, pelo menos parcialmente, como princípio de hierarquização. Nesta fase, a escola passa a transmitir os conhecimentos práticos necessários ao domínio da técnica e do mundo social. A evolução dos currículos mostra isto, tornando evidente a busca dos engenheiros por estender sua jurisdição nos novos campos abertos pelo desenvolvimento das técnicas produtivas e dos métodos de gestão dos recursos humanos.

O fato de que o diploma passe a ser generalizadamente aceito e reconhecido como fundamento de posição social e de legitimidade para a ocupação de cargos transforma o saber certificado numa mercadoria cuja comercialização tornou-se atraente para o setor privado. Somese a isto a reforma do ensino superior, levada a cabo nos anos sessenta, mais o incentivo dado aos investimentos privados na área de educação. Constituem-se todos estes fatores de expansão do ensino de engenharia, ainda que não seja esta a área preferencial de todos os investidores (que, em sua maioria, optaram pelos cursos "cuspe e giz" da área de ciências humanas). Deve-se observar que, em geral, os empreendedores que se responsabilizaram pelas escolas de engenharia em Minas eram empresários ou profissionais bem sucedidos na sua área, buscando realizar-se em outras formas de atuação, ao contrário do padrão vigente em outros setores do ensino privado. A FUMEC é exemplar neste sentido.

A CLASSIFICAÇÃO DE CADA ESCOLA SEGUNDO SEU PÚBLICO

A diferença entre estas escolas aparece já na distribuição das possibilidades de carreira dos egressos de cada uma delas mas torna-se clara na comparação entre os perfis sociais dos seus estudantes.

RENDA FAMILIAR POR CURSO POR ESCOLA

FUMEC KENED PUC					UFMG						
CIV	CIV	CIV	ELE	MECA	CIV	ELE	MET	MED	MINAS	QUIM	
1	9,6	30,8	4,2	3,4	4,4	9,1	5,3		7,1	5,0	
2	15,4	30,8	8,3	27,1	17,8	14,3	15,8	9,1	7,1	50,0	40,0
3	23,1	23,1	33,3	40,7	28,9	35,7	47,4	36,4	21,4	14,3	20,0
4	15,4	11,5	25,0	5,1	24,4	14,3	10,5	36,4	21,4	7,1	15,0
5	11,5	3,8	20,8	8,5	8,9	17,9	5,3	18,2	14,3	21,4	15,0
6	25,0		8,3	15,3	15,6	14,3	15,8		35,7		5,0
N°	52	26	25	59	45	28	19	11	14	14	20
%	100	100	19,4	45,7	34,9	12,0	8,1	4,7	6,0	6,0	8,5

- 1 = até 05 salários mínimos
- 2 = de 05 a 10 salários mínimos
- 3 = de 10 a 20 salários mínimos
- 4 = de 20 a 30 salários mínimos
- 5 = de 30 a 40 salários mínimos
- 6 = mais de 40 salários mínimos

A distribuição dos alunos dos diversos cursos por extrato de renda nos mostra uma certa igualdade com ligeiro privilégio para os alunos da federal, especialmente aqueles do curso de engenharia mecânica. O que aparece mais nitidamente é a concentração de estudantes mais pobres (61,6% com renda familiar inferior a 10 salários mínimos) na Escola de Engenharia Kennedy. O perfil da renda na Fumec mostra que apenas 25% dos seus alunos pertencem a esta faixa. A maioria dos estudantes da Fumec (38,5%) enquadra-se na faixa dos 10 a 30 sm. O mesmo ocorre na PUC (civil=58,3%, mecânica=53,3%, elétrica=45,8%) e nos cursos da Federal (civil=50,0%, metalurgia=72,8, elétrica=57,9%, mecânica=42,8) com exceção de minas (57,1 até 20 sm) e química (45,0 até 20 sm). É bom chamar a atenção para o fato de que o curso de Engenharia Química é tido como curso feminino ("As mulheres só dão conta de cursos com muitas panelinhas" segundo alguns alunos da engenharia civil). Outro detalhe importante: 35,7% dos alunos da Engenharia Mecânica na UFMG têm renda familiar superior a 40 sm. Esta superioridade econômica da Engenharia Mecânica repete-se nos estágios: nesta área encontramos aqueles que são melhor remunerados. Mas além da renda familiar, outros elementos são importantes para compreender as sutis diferenças que compõem o perfil dos alunos em cada escola e que posteriormente constituir-se-ão em distinção no interior da profissão. O tipo de inserção nas relações de trabalho que têm os pais é outro indicio para definição de origem social dos estudantes.

RELAÇÃO DE TRABALHO DO PAI POR CURSO E POR ESCOLA

	FUMEC KENNEDY PUC				UFMG				MINAS	QUIM
	CIV	CIV	CIV	ELE	MEC	CIV	ELE	MET		
1	3,8		3,8		4,5				7,1	
2	9,4	4,3	15,4	1,9	4,5	8,6	4,3	30,0	7,1	
3	5,7		15,4	16,7	6,8	20,0	13,0	20,0	7,1	11,1
4	24,5	13,0	3,8	7,4	15,9	11,4	13,0	20,0	14,3	14,3 27,8
5	3,8	4,3	11,5	18,5	11,4	8,6	21,7		7,1	7,1 11,1
6	7,5	4,3	3,8	3,7	11,4	8,6	13,0	10,0	21,4	11,1
7	9,4	39,1	19,2	5,6	6,8	20,0	17,4		7,1	21,4 11,1
8	32,1	34,8	19,2	46,3	34,1	17,1	8,7	20,0	28,6	57,1 16,7
9	3,8		7,7		4,5	5,7	8,7			11,1
N	53	23	27	54	44	35	23	10	14	14 18
%	100	100	21,6	43,2	35,2	14,9	9,8	4,3	6,0	6,0 7,7

- 1 = Proprietário de grande empresa
 2 = Empresário (Pequeno e médio porte, até 50 empregados)
 3 = Micro-empresário
 4 = Funcionário de empresa privada
 5 = Funcionário de empresa estatal
 6 = Funcionário de administração pública
 7 = Autônomo
 8 = Aposentado
 9 = Outros

Neste quadro pode-se notar que a diferença entre PUC-UFMG e FUMEC-KENNEDY firma-se mais: nas duas últimas encontramos, predominantemente, filhos de empregados em empresas privadas enquanto que nas duas outras instituições são mais frequentes os casos de alunos cujos pais são funcionários de empresas estatais ou da administração pública.

ESCOLARIDADE DO PAI POR CURSO E POR ESCOLA

	FUMEC			KENNEDY			PUC			UFMG	
	CIV	CIV	CIV	ELE	MEC	CIV	ELE	MET	MEC	MINAS	QUIM
1	14,3	40,7	15,4	27,1	15,6	5,9	13,6			21,4	10,5
2	32,1	33,3	15,4	20,3	17,8	11,8	22,7	36,4	35,7	21,4	21,1
3	23,2	22,2	38,5	23,7	31,1	20,6	13,6	18,2	14,3	28,6	15,8
4	1,8			1,7	4,4	2,9					5,3
5	25,0	3,7	30,8	22,0	28,9	47,1	31,8	36,4	28,6	28,6	42,1
6	3,6			5,1	2,2	11,8	18,2	9,1	21,4		5,3
N	66	27	26	59	45	34	22	11	14	14	19

- 1 = Nenhuma ou 1º grau incompleto
- 2 = Primeiro grau
- 3 = Segundo grau
- 4 = Superior incompleto
- 5 = Superior completo
- 6 = Pós-graduação

Na Kennedy apenas 3,7% dos pais têm curso superior, taxa que passa a 25% na FUMEC, 26,0% na PUC e é sempre superior

a 28,0% nas engenharias da UFMG. A frequência depois com pós-graduação é insignificante na PUC e FUMEC, mas chega a 21,4% na engenharia mecânica da federal. Por essas e outras características que serão discutidas adiante vem se configurando uma outra diferença importante, além da distinção PUC-UFMG// KENNEDY-FUMEC: o curso de mecânica, especialmente o da UFMG, é o mais privilegiado por todos os critérios que se possa utilizar para medir posição social.

Outra diferença notável entre as escolas diz respeito ao tipo de trabalho dos alunos: na Kennedy e em dois cursos da PUC a maioria dos estudantes têm emprego. Na FUMEC também a porcentagem é significativa (37,7%). Na UFMG, nos seis cursos de engenharia a imensa maioria dos alunos têm atividades como estagiários e pouquíssimos têm empregos conforme se pode ver no quadro a seguir.

ATIVIDADE POR CURSO POR ESCOLA

	FUMEC			KENNEDY			PUC			UFMG		
	CIV	CIV	CIV	ELE	MEC	CIV	ELE	MET	MEC	MINAS	QUIM	
1	37,7	50,0	26,3	63,2	62,2	6,1	14,3	11,1	20,0	16,7	6,7	
2	49,1	45,5	63,2	24,6	29,7	78,8	64,3	77,8	70,0	75,0	66,7	
3	7,5	4,5	5,3	3,5		6,1	7,1				20,0	
4	5,7		5,3	8,8	8,1	9,1	14,3	11,1	10,0	8,3	6,7	
N	53	22	20	57	37	33	14	9	10	12	15	

1 = Emprego

3 = Serviços esporádicos

2 = Estágio ou bolsa

4 = Outros

Outras diferenças importantes surgem entre os públicos das diversas escolas. As profissões dos pais são apresentadas a seguir. Na Kennedy os pais dos alunos trabalham como motoristas, mestres de obras, corretores de imóveis ou tipógrafos, havendo também casos de pedreiros e sitiante. Só há um caso de profissional de nível superior (1 farmacêutico) e outro empresário.

Na FUMEC e na PUC ainda surgem alguns casos esporádicos de pais com ocupações manuais qualificadas, mas em torno de 25% são profissionais de nível superior e 20% são empresários. Na UFMG, 40% dos pais têm curso superior (no caso das três escolas predominam pais engenheiros) e o número de empresários baixa para 16%, sendo mais da metade formada de comerciantes.

O quadro a seguir mostra a distribuição dos estudantes por local de nascimento. Há um certo equilíbrio entre Belo Horizonte e interior do estado, mas novamente podemos notar que na engenharia mecânica da Federal há um predomínio significativo de belo horizontinos.

LOCAL DE NASCIMENTO POR CURSO POR ESCOLA

	FUMEC	KENNEDY	PUC	UFMG							
	CIV	CIV	CIV	ELE	MEC	CIV	ELE	MET	MEC	MINAS	QUIM
1	46,3	44,0	48,0	64,4	62,2	61,1	40,9	54,5	78,6	35,7	65,0
2	40,7	48,0	32,0	27,1	31,1	27,8	40,9	45,5	14,3	50,0	25,0
3	11,1	8,0	16,0	5,1	6,7	8,3	9,1		7,1	14,3	10,0
4	1,9		4,0	3,4		2,3	2,8	9,1			
N	54	25	25	59	45	36	22	11	14	14	20

- 1 = Belo Horizonte
- 2 = Interior
- 3 = Outros estados
- 4 = Outros países

A preferência partidária ou, melhor dizendo, a ausência de preferências, aparece no quadro a seguir. A opção pelos dois últimos itens (preferência depende dos candidatos ou não tem preferência) indica uma ausência forte de posicionamentos entre os engenheiros. Os que fizeram algum tipo de escolha dão elementos para algumas considerações: a menor variação nas opções está na Kennedy: os respondentes concentraram-se no PT. Nas demais escolas há maior variação, sendo a UFMG mais PSDB e a PUC e FUMEC mais PT. Deve-se destacar a presença significativa do PL entre os alunos de engenharia mecânica na UFMG.

PARTIDOS POR CURSO POR ESCOLA

FUMEC KENNEDY PUC				UFMG							
CIV	CIV	CIV	ELE	MEC	CIV	ELE	MET	MEC	MINAS	QUIM	
PC											
3,6	3,7	4,0	6,9	4,9	12,9						
PCdoB											
			4,0								
PDS											
3,6		4,0	1,7				9,1				
PDT											
10,9			1,7	2,4		13,0	7,1			15,0	
PFL											
1,8					2,9						
PL											
			1,7	2,4				21,4		5,0	
PMDB											
3,6	7,4			2,4							
PRN											
1,8						4,3				5,0	
PRS											
					2,9			7,1			
PSDB											
		16,0		12,2	23,5	8,7	45,5	14,3	7,1	10,0	
PT											
14,5	22,2	8,0	41,4	17,1	5,9	13,0		7,1	28,6	25,0	
12											
41,8	33,3	40,0	34,5	31,7	17,6	43,5	27,3	27,3	35,7	25,0	
13											
16,4	25,9	24,0	12,1	24,4	38,2	17,4	18,2	21,4	28,6	15,0	
N											
55	27	26	58	41	34	23	11	14	14	20	

12 = Depende dos candidatos

13 = Não tem preferência

A religião católica é maciçamente professada pelos engenheiros, tendo apenas como concorrente próximo a ausência de qualquer religião, como se pode ver no quadro abaixo.

RELIGIÃO POR CURSO POR ESCOLA

	FLUMEC KENNEDY PUC			UFMG							
	CIV	CIV	CIV	ELE	MEC	CIV	ELE	MET	MEC	MINAS	QUIM
1	78,4	92,3	87,0	71,4	80,0	83,3	60,0	66,7	84,6	78,6	77,8
2	2,0					2,8					5,6
3	7,8		8,7	10,2	5,0		20,0	11,1		14,3	
4	2,0	3,8		4,1			5,0			7,1	5,6
5	9,8	3,8	4,3	14,3	15,0	13,9	15,0	22,2	15,4		11,1
N	51	26	24	49	40	36	20	9	13	14	18

1 = Católica 2 = Protestante 3 = Espirita
 4 = Outras 5 = Nenhuma

Cada série de dados diz muito separadamente, mas acaba mostrando-se como parte de um conjunto de dimensões que se reforçam na constituição de um perfil distinto para cada escola. Assim temos a civil da Kennedy como ponto mais fraco de um campo cujo polo dominante é a engenharia mecânica da UFMG.

Mais ainda, estes dados foram levantados na busca de questionar a legitimidade do argumento que atribui apenas a diferença de rendimentos a escolha entre as instituições de ensino superior. Com se pode ver, o eixo de diferenciação não

passa pela público-privado e as distinções entre os vários perfis não são tanto de rendimentos, mas de características sociais mais gerais, como educação, profissão, que poderíamos associar a certas possibilidades de visão do mundo social. Evidentemente não se pode descartar o peso dos determinismos econômicos ligados à educação (em geral e não apenas superior), mas queremos chamar a atenção para os aspectos propriamente sociais que intervêm na escolha da profissão e da instituição onde se prepara para a vida profissional.

VOCACÃO E APTIDÃO

Vocação e aptidão são duas palavras de uso corrente, freqüentemente incorporadas pela sociologia das profissões sem uma reflexão mais detida. Desta forma, toma-se o seu significado de *PENDOR*, *ESCOLHA*, *DISPOSIÇÃO INATA*, *HABILIDADE ADQUIRIDA* e até mesmo *PREDESTINAÇÃO* como exato, não-problemático, como fundamento natural das inclinações que levam o indivíduo a escolher esta ou aquela carreira.

Problematizar estas noções requer uma revisão das mudanças no seu significado e as relações com transformações da estrutura social e do sistema escolar. Esta revisão é importante porque as idéias de vocação e, principalmente, de aptidão são essenciais como justificativas das desigualdades sociais e componente não-desprezível da ideologia das profissões. Num estudo sobre "A Ideologia das aptidões naturais", Noelle Bissseret (1979) mostra que se, inicialmente, a palavra *aptidão* designava uma realidade contingente, a partir das revoluções burguesas ela passa a substituir, junto com as noções de igualdade, mérito, competência e responsabilidade individual, a idéia de nascimento por direito divino. Ao longo do século XIX, a aptidão vai tornando-se uma característica

hereditária, com fundamentos estritamente biológicos, e dá origem a uma nova ideologia capaz de justificar as desigualdades sociais que teimavam em permanecer nas sociedades pós-revolucionárias. O uso da palavra torna-se mais extenso e o desenvolvimento de uma psicologia das diferenças, que começa com Binet, no início do século XX, cria uma área de conhecimento, uma ciência das aptidões, que constrói escalas métricas de inteligência e toda uma série de testes para medir a capacidade do aluno diante do sistema escolar, explicar seu fracasso ou seu sucesso. A expansão de sua utilização em países da Europa e nos Estados Unidos tornou esta "ciência" um potente legitimador das desigualdades sociais no Ocidente.

O trabalho de pesquisa e reflexão sobre os postulados que orientam esta psicologia diferencial, os testes de seleção e orientação profissional, evidenciou que

"...a própria construção do objeto de estudo e a escolha das provas supõem, necessariamente, uma referência às normas e aos valores dominantes num sistema social específico no tempo e no espaço (nesse sentido, os refinamentos metodológicos e a sofisticação das análises apresentam interesse por revelar a hierarquia das "dimensões" psicológicas prevaletentes na sua sociedade.)" (BISSERET, N., 1979:57)

Mas a questão fundamental, negligenciada pelos psicólogos, talvez por não ser este o seu objeto específico, é a das condições de emergência das condutas diferenciadoras dos indivíduos ou dos grupos. Ou seja, eles não puderam ver a aptidão ou a vocação como conjunto de disposições socialmente definidas onde dois eixos estarão envolvidos: o primeiro diz respeito às condições sociais de cada grupo e à definição de suas possibilidades de escolha e de acesso a carreiras específicas. O segundo relaciona-se ao leque de possibilidades que possa orientar esta escolha, ou seja, as trajetórias das diversas profissões e suas posições no momento da escolha.

Deste modo, pode-se deixar de lado a definição puramente pessoal das profissões e procurar a explicação das vocações no jogo de forças sociais que classifica constantemente os grupos profissionais e os demais grupos sociais.

A principal razão pela qual se introduz a questão das vocações aqui é que, vinculando os conceitos de vocação e trajetória modal, compreende-se adequadamente o papel da escola na constituição do espaço profissional, explicitando-se então o porquê de diferenças de posição aparecerem como diferenças de qualificação:

"...a posição e a trajetória individuais não são independentes estatisticamente, sendo que nem todas as posições de chegada são igualmente prováveis para todos os pontos de partida. Isto implica que existe uma correlação muito forte entre as posições sociais e as disposições dos agentes que as ocupam, ou, o que é o mesmo, as trajetórias que conduziram a ocupá-las, e que, conseqüentemente, a trajetória modal integra o sistema de fatores constitutivos dessa classe.

"...A homogeneidade das disposições associadas a uma posição e seu ajustamento aparentemente miraculoso às exigências inscritas na posição são o produto, de um lado, dos mecanismos que orientam para as posições os indivíduos previamente ajustados - é a "vocação" como adesão antecipada ao destino objetivo, imposta pela referência prática à trajetória modal da classe de origem - e, de outro lado, da dialética que se estabelece ao longo da existência, entre disposição e posição, entre aspiração e realização." (BOURDIEU, P., 1979:123)

Deste ponto de vista, deveríamos encontrar uma forte correlação entre origem social e vocação, isto é, a vontade de fazer um determinado curso e, depois, de imaginar certas possibilidades de trabalho dentro da profissão escolhida são "sentimentos" socialmente determinados, no sentido de que as posições sociais fundamentam a capacidade de perceber o

espaço social e avaliar suas possibilidades dentro dele. Esta avaliação tende a ser mais correta e eficaz quanto mais próximo do polo dominante estiver o agente.

Os dados sobre a origem social dos alunos dos diversos cursos da UFMG - entrada 1988- confirmam a hipótese da vocação socialmente vinculada e repetem, com as diferenças previsíveis, alguns dos achados de BOURDIEU e PASSERON (1969). Fica evidente que a escola em geral recebe de forma diferente os alunos, segundo sua origem social, relegando para os cursos menos valorizados os alunos das classes inferiores.

OCUPAÇÃO DO PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELO SUSTENTO DA FAMÍLIA

	1980	1988
1	3,8	4,1
2	36,4	39,9
3	37,7	36,4
4	17,9	15,6
5	3,9	4,0

- 1 = Empresários e altos postos administrativos
2 = Profissionais liberais
3 = Auxiliares administrativos, bancários e professores
4 = Comerciantes e trabalhadores manuais mais qualificados
5 = Trabalhadores manuais não qualificados

FONTE: SCHWARTZMAN, J: Relatório preliminar sobre a situação sócio-econômica dos alunos que ingressaram na UFMG em 1988.

Os grupos principais que se dirigem a universidade estão nos agrupamentos 2 e 3 e são pertencentes às chamadas classes médias, sendo o primeiro mais qualificado que o último.

A renda repete esta distribuição, com maior concentração nos estratos mais altos, como se vê no quadro a seguir.

RENDA FAMILIAR (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)

	1980(%)	1988(%)
Até 02	0,9	5,8
02 a 04	7,0	11,8
04 a 06	9,6	10,7
06 a 08	11,8	9,5
08 a 10	11,4	7,9
10 a 12	7,3	6,6
12 a 14	9,8	5,3
14 a 16	4,1	4,9
16 a 18	6,6	4,5
18 a 20	12,4	5,6
Acima de 20	18,7	27,5
20 a 25		7,1
Acima de 25		20,4

FONTE: SCHWARTZMAN, J., *idem*

PÚBLICOS DE CADA CURSO

Quando analisamos a situação dos alunos de cada curso da UFMG podemos encontrar algumas diferenças para reforçar o perfil dos estudantes de engenharia que vimos construindo. Aqui aparecem mais claramente as distinções em relação a outras profissões.

Quanto à distribuição dos alunos por gênero, confirmam-se as representações clássicas de cursos masculinos e femininos, exceto para aquelas profissões em que se concentram estudantes provenientes de famílias mais educadas e padrões de renda mais elevados.

CURSOS MASCULINOS	% homens	CURSOS FEMININOS	% mulheres
ENGENHARIAS	77,0	PEDAGOGIA	91,4
FILOSOFIA	71,9	FISIOTERAPIA	88,9
FÍSICA	70,5	PSICOLOGIA	81,9
CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	70,3	BIBLIOTECONOMIA	76,3
ADMINISTRAÇÃO	66,7	ENFERMAGEM	75,8
		LETRAS	74,4
		ARQUITETURA	71,8

 FONTE: SCHWARTZMAN, J., *idem*

Na curso de economia há um equilíbrio maior entre os gêneros, com uma taxa de 51,8% de homens. É interessante notar que parece ser tipicamente os cursos que exigem pensamento sistemático organizado os mais masculinos. Mas são exatamente estes os cursos mais fortes e na sua área e nada nos permite utilizar este tipo de argumento para explicar a situação mais "feminina" do curso de estatística: 54,2% de mulheres. O que acontece é que, conjugando-se o machismo tradicional na sociedade brasileira com o trabalho instituído realizado pelos diversos grupos ocupacionais, produz-se uma diferença entre os gêneros quanto às suas possibilidades diante de cada curso, sendo os menos valorizados "deixados" às mulheres.

A precocidade da entrada para a universidade pode ser também um indicador das vantagens sócio-econômicas desfrutadas por estudantes de cada curso. O contraste entre os cursos mais tradicionais (Medicina, Direito e Ciências Econômicas) e a Pedagogia mostra isto mais claramente:

CURSO	IDADE DE INGRESSO	17 - 19
CIÊNCIAS ECONÔMICAS		83,9%
DIREITO		43,5%
ENGENHARIA		79,1%
MEDICINA		81,1%
PEDAGOGIA		25,7%
CIÊNCIAS SOCIAIS		20,7%

FONTE: SCHWARTZMAN, J., *idem*

As tentativas reiteradas em vestibulares consecutivos diluem os estudantes por diversas faixas de idade e configuram de forma clara o caráter residual das "vocações" (Pierre BOURDIEU e Jean-Claude PASSERON, 1969) para certos cursos. A situação dos estudantes quanto a outros vestibulares, mostra dois tipos principais de tentativas: aquelas que foram feitas sem completar 2º grau (em geral, como forma de preparação para o vestibular, este é um procedimento comum entre alunos dos colégios particulares de Belo Horizonte) e aquelas que não permitiram ao vestibulando obter classificação. No primeiro caso estão os alunos dos cursos fortes, destacando-se o de Ciências Econômicas onde 36% dos alunos aprovados já haviam tentado vestibular antes de concluir o segundo grau. Deve-se acrescentar os estudantes que não se matricularam mesmo tendo sido classificados nas tentativas anteriores (18%) e teremos um percentual ainda mais significativo. No segundo caso, os campeões de "vocações residuais" encontram-se nas áreas próximas à medicina (entre os estudantes de Enfermagem, 57,6% tentaram outros vestibulares sem obter classificação) e às engenharias (no curso de Estatística, este percentual atinge 45,8 pontos), mas os números da Biblioteconomia e da Pedagogia são expressivos, falam por si: no primeiro caso, 50,8%, e no segundo, 38,8% dos alunos tentaram outros vestibulares sem aprovação. (Todos estes dados estão em SCHWARTZMAN, J., *op.cit.*)

Os dados mais claros para mostrar a situação atual dos cursos de Economia na UFMG são aqueles referentes à renda familiar e qualificação dos pais, apresentados a seguir. Como se pode ver, a Engenharia perdeu seu lugar de formação da elite, ocupando agora uma posição intermediária. Os alunos melhor localizados socialmente, pelos dois critérios referidos acima, são os do curso de Economia. Com isto, reitera-se no plano escolar a tendência mais ampla pela qual o controle ou as tentativas de organizar a sociedade, de acordo com racionalidades conflitantes no interior das camadas dominantes, vai passando da engenharia para a economia. As vocações dominantes dirigem-se ao núcleo a partir do qual se pode gerir a sociedade: o controle das relações econômicas.

NIVEL DE INSTRUÇÃO DOS PAIS

CURSO	%	1	2	3	4	5	6
Administração	5,1	19,2	9,0	17,9	34,6	14,1	
Ciências Econ.	-	10,7	3,6	23,2	48,2	14,3	
Ciências Sociais	19,6	37,5	7,1	17,9	16,1	1,8	
Comunicação	2,1	23,4	10,6	12,8	38,3	12,8	
Direito	10,3	25,5	7,8	14,2	35,8	6,4	
Engenharias	7,9	15,5	8,3	20,4	37,2	10,4	
Medicina	7,9	16,5	7,6	12,9	41,7	13,3	
Pedagogia	27,2	34,0	9,7	11,7	14,6	2,9	

FDNTE: SCHWARTZMAN, J., op. cit.

1= Nenhum ou primário completo

2= Primário completo ou ginásio incompleto

3= Ginásio completo ou segundo grau incompleto

4= Segundo grau completo ou superior incompleto

5= Superior completo

6= Pós-Graduação.

REDA FAMILIAR EM SALÁRIOS MÍNIMOS

CURSO	%	Até 4 SM	4 - 8	8-12	12-16	16-20	+ 20
Administração	7,7	10,2	14,1	12,8	12,8	42,3	
Ciências Econ.	1,9	5,6	1,9	5,6	22,3	62,9	
Ciências Sociais	27,6	24,1	20,7	8,6	10,4	8,6	
Comunicação	2,2	23,9	13,0	8,6	15,2	37,0	
Direito	10,0	19,0	12,0	10,0	21,0	36,0	
Engenharias	12,3	13,2	13,0	12,5	12,3	36,8	
Medicina	10,1	16,7	15,3	8,2	9,3	41,2	
Pedagogia	38,2	24,5	10,8	8,8	3,9	13,7	

FORTE: SCHWARTZMAN, J., *op. cit.*

EXPECTATIVAS DE TRABALHO

As avaliações correntes no campo das ciências humanas sobre a hierarquia dos seus saberes especializados, que colocam os economistas e filósofos num ponto bastante elevado, em oposição aos pedagogos, provavelmente ocupantes das posições mais desvalorizadas, repetem-se na escala de graus de realismo na análise das expectativas de trabalho profissional. Em consultas repetidas semestralmente entre 1990 e 1991 com alunos do Ciclo Básico de Ciências Sociais da UFMG, encontramos entre os economistas a mais clara percepção sobre as possibilidades de trabalho na sua profissão: quase todos eles conhecem as trajetórias profissionais possíveis e são bastante realistas quanto às condições do seu próprio mercado. Já entre as pedagogas (é sintomática a inexistência de estudantes do sexo masculino nos cursos de Pedagogia) depara-se com esperanças e projetos que estão próximos do delírio: a razão da entrada no curso de Pedagogia é que elas querem possuir sua própria escola. A imagem que predomina entre estas estudantes é que a passagem pela universidade lhes dará acesso a este tipo de empreendimento como o diploma de médico já significou a possibilidade de possuir o próprio consultório. É interessante notar que predominam entre os estudantes de filosofia, sociologia e letras, razões diletantes: a escolha desses cursos, na maioria dos casos, foi definida pela vontade de expandir conhecimentos gerais, de tornar-se mais culto. Como pudemos ver, encontramos nestes cursos muitos filhos de classe média profissional e muitos funcionários aposentados ou bancários.

Pensando nos termos do ajuste entre esperanças e trajetórias, a análise das escolhas dos futuros trabalhos entre os estudantes de engenharia repete as tendências encontradas entre os alunos de ciências humanas: tanto mais próximas dos polos dominados do campo menos realistas são as expectativas de

trabalho dos estudantes. Como se pode ver na análise das condições sociais dos estudantes de engenharia, concentram-se na Kennedy os mais pobres e é justamente aí que se concentra a maior vontade de ter a própria empresa ou um trabalho autônomo. Mas, em geral, as expectativas são semelhantes nas três escolas sendo dominante a idéia da empresa própria. O mais interessante é a recusa do emprego público, seja como técnico ou como gerente: nas décadas passadas esta era a perspectiva mais relevante para o trabalho profissional e este quadro veio mudando devido à diversificação da economia em geral e à decadência do esforço estatal de investimentos que inclui, nestes últimos anos, os salários dos engenheiros.

PROJETOS DE TRABALHO POR CURSO POR ESCOLA

	FUMEC KENNEDY PUC			UFMG							
	CIV	CIV	CIV	ELE	MEC	CIV	ELE	MET	MEC	MINAS	QUIM
1	1,9	3,7	8,0	36,7	4,4	5,6	13,0			7,1	5,0
2	20,4	11,1	8,0	16,7	15,6	11,1	21,7	45,5	7,1	14,3	30,0
3	7,4	7,4		3,3	2,2	11,8	8,7	9,1	7,1	35,7	10,0
4	13,0	14,8	12,0	10,0	28,9	20,9	17,4	18,2	35,7	28,6	30,0
5							4,3				
6											
7			4,0	1,7		2,8					
8	1,9	3,7									
9	44,4	48,1	48,0	25,0	42,2	36,1	34,8	18,2	50,0	14,3	10,0
10	11,1	11,1	16,0	6,7	6,7	11,1		9,1			5,0
11			4,0			2,8					10,0
N	54	27	25	60	45	36	23	11	14	14	20

- 1 = Profissional com atuação mais técnica em empresa estatal
- 2 = Profissional com atuação mais técnica em empresa privada
- 3 = Profissional com atuação mais gerencial em empresa estatal
- 4 = Profissional com atuação mais gerencial em empresa privada
- 5 = Professor em escola pública
- 6 = Professor em escola particular
- 7 = Professor de ensino superior
- 8 = Concursos para cargos públicos
- 9 = Criação da sua própria empresa
- 10 = Trabalho como profissional autônomo
- 11 = Outro

Estes dados remetem-nos às relações entre o significado dos diplomas no mercado, as transformações pelas quais eles passam, e as possibilidades de sua apreciação correta ou mais adequada, que varia segundo a posição social. O fato de que filhos de pais engenheiros ou de outras profissões tradicionalmente portadoras de capital cultural mais elevado estejam procurando outras carreiras - como as de economista ou de engenheiro mecânico - é forte indicativo da capacidade de percepção e de atual estratégica entre membros dos grupos próximos ao polo dominante da sociedade. As trajetórias dos economistas e dos engenheiros, respectivamente, ascensional e descendente, puderam ser vistas, cada uma a seu tempo, como vocações possíveis e desejáveis pela elite. No entanto, à medida que se transforma a posição relativa das diversas profissões, os grupos dominados que passam a ter acesso à titulação escolar promovida pela expansão do sistema de ensino só podem fazê-lo através de certificados cada vez menos valorizados. Mais do que um problema econômico, temos aqui formas objetivas de representação do mundo social que criam condições subjetivas desfavoráveis para estes grupos.

A posição dominada se revela num certo atraso, um aprisionamento às representações superadas do valor dos diversos títulos, numa incapacidade de reconhecer as reais potencialidades de cada posição e as mudanças nas classificações dos diversos trabalhos.

"Entre as informações constitutivas do capital cultural herdado, uma das mais preciosas é o conhecimento prático ou cultivado ("savante") das flutuações do mercado de títulos escolares, o senso de localização que permite obter o melhor rendimento do capital cultural herdado no mercado escolar ou do capital escolar no mercado de trabalho, sabendo por exemplo deixar a tempo as carreiras desvalorizadas

para se orientar em direção "às carreiras de futuro em vez de se prender aos valores escolares que procuram os maiores ganhos num estado anterior do mercado" (Pierre BOURDIEU, 1979:158)

Sob este ângulo específico, os vínculos entre posição social de origem, passagem pela escola e lugar no mercado constituem os elementos de agência individual (dentro de certos limites) que em seu conjunto formam as trajetórias modais.

ESCOLA E ELITE

Confrontando estes dados que mostram algumas diferenças importantes entre as escolas com as análises desenvolvidas nos capítulos anteriores, pode-se perguntar, como Ellie COHEN (1988:589), se é possível "inferir de um tipo de formação intelectual e de seleção escolar (eventualmente redundante em relação à estratificação social), um processo de seleção da elite dirigente e, portanto, um tipo de orientação estratégica, um tipo de estrutura organizacional??"

A primeira constatação é que, antes que diferenças propriamente escolares, estamos diante de diferenças sociais: os públicos de cada instituição são diversos e mesmo as sutis distinções entre eles tornam-se significativos quando falamos de alunos-tipo ou quando se pensa na estreiteza do espectro de possíveis frequentadores das escolas.

"As diferenças entre as disciplinas recobrem, em sentido duplo, as diferenças sociais: as disciplinas canônicas, como o francês ou letras clássicas e as matemáticas ou a física, socialmente designadas como as mais importantes e as mais nobres, consagram os alunos mais frequentemente originários de

famílias favorecidas tanto por sua posição social quanto por seu capital cultural, e também aqueles que proporcionalmente seguiram em maior número a via real dos liceus e as seções clássicas e que eram melhor informados das orientações e carreiras possíveis" (Pierre BOURDIEU, 1989:33)

Evidentemente, a hierarquia das diversas disciplinas no Brasil é diferente daquela existente na França, mas as desigualdades sociais entre estudantes de cursos diferentes repetem-se no caso da percepção das possibilidades de carreiras, como já vimos, e os dados apresentados a seguir tornam evidente as diferentes trajetórias escolares.

TIPO DE ESCOLA DE II GRAU
X CURSO SUPERIOR

TIPO DE ESCOLA:	COLEGIAL	TECNICO	SUPLETIVO	OUTROS
CURSO SUPERIOR:	% de alunos.			
FUMEC	66,1		30,4	1,8
1,8				
KENNEDY	70,4		29,6	-
PUC				
eng.civil	70,8		29,2	-
eng.eletrica	45,0		55,0	-
eng.mecanica	55,6		44,4	-
UFMG				
administração	75,0	-	25,0	-
comunicação	82,1		14,3	-
3,6				
direito	93,5		3,2	3,2
economia	81,8	18,2	-	-
eng.civil	86,1		13,9	-
eng.metalurgica	54,5		45,5	-
eng.mecânica	78,6		21,4	-
eng.minas	57,1		42,9	-
eng.química	60,0		40,0	-
medicina	87,5	6,3	-	6,3
psicologia	73,8		23,8	2,4

A primeira observação é o peso dos cursos técnicos de 2º grau entre os engenheiros, muito mais relevante que entre os estudantes de outros cursos, como se pode ver pela média geral da UFMG ¹. A especialidade elétrica na PUC destaca-se pela inversão em que o 2º grau técnico é mais comum que o curso colegial e é acompanhada bem de perto pela sua congênere da UFMG e mais pela metalurgia. A tendência elitista da engenharia mecânica reaparece no predomínio do colegial como modalidade de 2º grau.

Nesse sentido, a segunda constatação é que a pergunta de COHEN deve ser invertida para que se possa dimensionar adequadamente as relações entre elites ou grupos dominantes e a escola. As transformações nos vínculos entre título e posto vividas ao longo da trajetória da Engenharia enquanto profissão contém em si o princípio explicativo que permite a cada momento entender as variações no valor de cada diploma específico e o seu significado geral. Este princípio permite explicar também o papel da escola no campo profissional, ao deixar claro que as chances de pré-determinação escolar das possibilidades de trajetórias dos agentes variam de acordo com a estrutura dos diversos capitais. Isto quer dizer que, como determinante potencial de carreiras profissionais, o grau de autonomia da instituição escolar é muito reduzido aparecendo mais como filtro legitimador cuja função é transformar vocações socialmente diferenciadas em trajetórias meritocraticamente estruturadas.

¹ É bom lembrar que Minas Gerais conta com uma das melhores escolas técnicas do país, mantida pelo governo federal. Nos últimos anos ela tem atraído boa parcela dos filhos da classe média educada além do seu público tradicional, tornando-se uma das mais concorridas instituições de ensino secundário em Belo Horizonte.

Neste quadro, a questão que deve ser colocada é porque as vocações dos membros das camadas dominantes são, pelo menos tendencialmente, dirigidas aos cursos com maiores probabilidades de prepararem para o exercício de funções de domínio. A partir dos dados que pudemos ver, os grupos privilegiados na sociedade foram viveiro de vocações para dois cursos principais nos últimos anos: engenharia mecânica e ciências econômicas.

A engenharia civil há muito deixou de ser o lugar de concentração dos filhos das elites: os baixos investimentos necessários para se estabelecer de forma independente no mercado de construção civil (grande sonho dos engenheiros) associados à proliferação de escolas com cursos nesta área, tornando-o acessível às camadas menos privilegiadas (como pudemos ver no caso dos estudantes da engenharia da Kennedy) afastaram a possibilidade de que este diploma se mantivesse como emblema de distinção. A engenharia civil tornou-se tipicamente o lugar da busca de legitimação escolar para trajetórias familiares ascendentes ou com pretensão a tal, como indicam as ocupações paternas nesta área - fazendeiros, comerciantes e outras profissões menos valorizadas como trabalhadores manuais qualificados e pequenos funcionários.

A engenharia mecânica oferece um diploma mais raro e, ao mesmo tempo, com maior nível de exigência escolar. Além disto, o mercado para esta especialidade é bem mais restrito e nele não funciona amplamente a concorrência entre pequenos produtores, como no caso anterior. O trabalho nesta área é oferecido principalmente pelas grandes empresas privadas que utilizam de forma explícita os mecanismos de seleção via indicações. Trabalhar por conta própria na especialidade só é possível na condição de consultor - o que novamente nos remete ao problema do capital de relações sociais necessário para entrada no mercado.

Quanto à economia, pode-se dizer que este curso assume claramente as funções de preparar dirigentes, oferecendo uma visão globalizante e generalizante da sociedade, capacitando os profissionais da área a reivindicar competência legítima para planejar e gerir as novas formas de organização da produção com peso diferencial para os componentes financeiros. Mas também, como mostra LOUREIRO (1991), estabelecendo-se normas curriculares, grades de horário e outros procedimentos que reforçam o caráter elitista da formação dos economistas. Esta torna-se assim não apenas um emblema distintivo, mas o núcleo dominante no campo profissional, vocação real dos dirigentes modernos.

Inflação ou raridade de títulos conjugam-se a estratégias de agentes particulares e atores coletivos (como as entidades representativas dos diversos corpos profissionais) para produzir uma certa ordem hierárquica entre as profissões. Nenhum desses fatores pode ser responsabilizado individualmente pelo efeito final, como querem alguns engenheiros e outros tantos sociólogos. Nem ao excesso de formandos, nem à má qualidade dos cursos pode-se atribuir a causalidade exclusiva do rebaixamento da posição dos engenheiros no último período.

Nesse sentido, uma questão da maior importância para a sociologia das profissões é em que medida esta instituição é capaz de selecionar e preparar os profissionais e para quê? Ela só pode ser respondida se se distinguir o campo escolar do campo profissional, analisando suas correlações no espaço social e as mediações que se estabelecem entre eles, mas preservando sempre a autonomia de cada um. Na lógica da produção de certificados encontra-se a explicação do papel desempenhado pelo diploma na institucionalização do grupo profissional. Nesse papel instituidor de diferenças, primeiro fundamento do lugar social das profissões, BOURDIEU vê um caráter quase que mágico:

"...com o título escolar, brevê de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido pela cultura, a alquimia social produz uma forma de capital cultural que tem uma autonomia relativamente ao seu portador e mesmo ao capital cultural que este possui efetivamente num certo momento: ela institue o capital pela magia coletiva, do mesmo modo que, segundo Merleau-Ponty, os vivos instituem os mortos pelos ritos de luto." (BOURDIEU, P., 1979, pag. 5.)

A magia do diploma consiste justamente em estabelecer diferenças de essência entre competência estatutariamente reconhecida e o simples saber, capital cultural sem rótulos reconhecidos. É uma magia "performativa do poder de instituição, poder de fazer ver e de fazer crer ou, numa palavra, de fazer reconhecer. Ela não passa de uma fronteira mágica, isto é, imposta e sustentada pela crença coletiva." (idem, ibidem)

Mas o diploma, que faz a mágica de transformar doutores em cidadãos, diferentes dos demais, precisa ser analisado mais atentamente, considerando-se as diferenciações internas. A generalização das hierarquias fundadas na posse de certificados obriga os grupos sociais a criarem novas estratégias de distinção que, como vimos anteriormente, modificam o perfil dos cargos e das funções criando novas exigências. Neste quadro, o diploma pode ser, para algumas profissões, condição necessária mas não suficiente para obter plena cidadania no grupo. A proliferação de cursos de especialização, de pós-graduação, a percepção clara de que o seu trabalho exige outros conhecimentos além daqueles obtidos na universidade mostram a transformação nos critérios de legitimidade da autoridade profissional, cada vez menos dependente exclusivamente do título superior. Este se tornou a única propriedade entre os profissionais dos segmentos

"proletarizados". É por esta razão que, sob a permanência do nome da ocupação - os engenheiros têm este nome desde a Idade Média - ocultam-se mudanças na sua estrutura, nas suas tarefas, nos grupos sociais de recrutamento (BOURDIEU, P., 1979:155 e ss.). As estratégias constantemente renovadas, através das quais os agentes procuram manter e/ou melhorar sua posição social, exigem permanente reavaliação do papel do título escolar bem como dos próprios conteúdos.

ESCOLA E EMPREGO: UMA RELAÇÃO PROBLEMÁTICA

Por díspares que sejam as teorias sociológicas sobre as profissões, em todas elas a formação aparece como espaço das definições sociais por excelência, lugar onde é possível pensar as profissões não como frutos do determinismo técnico ou econômico mas como resultado do enfrentamento de diversas forças na tentativa de conformar o mundo social. Este enfrentamento se traduz na luta pela definição dos perfis ocupacionais nas empresas e na valorização diferenciada dos certificados e é compreendendo a correlação entre posto de trabalho e título escolar que se pode analisar a situação das diversas profissões. No mercado, através da definição das características dos postos, está-se, indiretamente, definindo o perfil de formação que se pretende, o valor do título e dos diversos títulos.

Na vinculação entre o mundo do trabalho e da escola se entende a lógica que define a trajetória dos engenheiros. Ao propor uma ordem social que tinha no diploma a legitimação da autoridade e da posição social, os engenheiros incentivaram a generalização do uso, da exigência do certificado para ocupar um determinado cargo. Na medida em que se dá a implantação gradativa desse novo modo de dominação via capital escolar, estende-se a obrigatoriedade do título para o maior número de

funções, tornando-se esse título menos seletivo. Quanto mais assalariados são portadores de credenciais escolares de nível superior, menos esta credencial é o critério decisivo para o posicionamento dos agentes. E mais ainda, por essa mesma lógica, a escolarização crescente faz com que as ocupações que têm componentes mais fortes de capital escolar sejam as que mais perdem, sendo portanto obrigadas a definir estratégias mais efetivas de conversão do seu capital. As profissões sofrem agudamente este problema e uma das estratégias usadas para reverter a situação é a de desqualificar os cursos universitários. Eles se tornam condição necessária mas não suficiente para o bom desempenho profissional. No "saudosismo" de alguns depoimentos pode-se perceber quanto os engenheiros consideram incompleta e falha a formação que recebem atualmente.

"Hoje há um ensino de péssima qualidade pois não havia critérios para abertura de escolas: elas são muitas e acabam formando profissionais de prateleira e chegamos ao subemprego."

"O curso (engenharia mecânica) hoje é melhor mas os alunos do antigo eram ainda melhores porque tinham formação cultural ampla."

"O primeiro problema da profissão hoje é a escola: em termos gerais, a qualidade caiu e aumentou o número de pessoas: engenharia vai perdendo a característica de intelectualidade e começa a se massificar. Engenharia é um trabalho de direção, tem que ser pra dirigir."

"O CREA vem pensando em instituir exames de qualificação do tipo do que é realizado pela

DAB como uma tentativa de combater a baixa qualidade da formação profissional."

A medida mais clara desta tendência é a diversificação das exigências para os quadros superiores em geral e para os engenheiros pode-se até construir uma escala em que a abrangência dos conhecimentos exigidos é diretamente proporcional à posição hierárquica. Cada vez menos o título acadêmico é condição suficiente para a ocupação dos cargos de engenheiro: é preciso saber inglês ², ter bons conhecimentos de psicologia e relações humanas ³ e boa experiência, preferencialmente certificada por diplomas em cursos de especialização, em assuntos de análises financeiras e planejamento econômico.

"Um engenheiro que trabalhou e se formou na CEMIG durante vinte anos na área de obras (instalação de grandes usinas) passou para a área de RH (recursos humanos) e hoje é assistente da diretoria nesta área.

"Eu fiz várias matérias de Economia na própria universidade e, trabalhando com empresários de alto nível você acaba sendo economista porque tem que administrar os recursos escassos, principalmente num país de economia instável e no setor agropecuário, que tem rentabilidade bem baixa.

² Mais recentemente, alguns anúncios oferecendo empregos a engenheiros em Belo Horizonte tem exigido fluência em japonês.

³ Não é sem razão que um tema recorrente nas entrevistas é o da necessidade que o engenheiro teria de estudar mais psicologia e sociologia.

"Nós usamos os engenheiros nos cursos de planejamento porque eles nos dão maiores opções justamente pela sua formação técnica.

Estes depoimentos mais algumas trajetórias - engenheiros que associam o curso de engenharia aos de administração e economia ou que realizam cursos de especialização nestas áreas e em outras como psicologia, gestão de RH, línguas, ciências sociais, e outros ainda de aprofundamento e requalificação na sua própria área de trabalho - permitem ver que a expansão geral da taxa de escolarização, especialmente de nível superior, aumenta a necessidade de capital para manter a mesma posição. As exigências de cursos de aperfeiçoamento, ou de conhecimentos em outras áreas, para cargos para os quais bastava ser engenheiro explicitam burocraticamente este fenômeno. Lado a lado com este crescimento do número de titulados, às vezes desproporcional ao crescimento das vagas disponíveis, uma outra perda simbólica concorre para desvalorizar algumas formas de saber certificado: a reorganização das hierarquias dos saberes.

A HIERARQUIA DOS SABERES

É no nível dos conteúdos cognitivos que se torna necessária a questão sobre a sua especificidade: se ela existe, como parece ser o caso, seria fundamento das diferenças entre especialidades e mesmo entre profissões?

A partir do sistema de credenciamento institucional, cuja base é a criação e a transmissão do conhecimento formal, FREIDSON discute toda uma série de questões que formam a pauta principal da sociologia das profissões: o declínio do profissionalismo, pelo assalariamento

dos profissionais; a autonomia técnica e o controle sobre o trabalho; gestão e controle burocráticos; as formas de organização dos grupos profissionais, representatividade e diferenciação interna. Tudo isto está referido à relação da profissão com o conhecimento que ela monopoliza e os efeitos que a transformação nesse conhecimento formal têm sobre o seu modo de existir. O saber institucionalizado, fonte de poder nas sociedades modernas, é o eixo em torno do qual giram as explicações para a posição dos grupos profissionais na estrutura social, os mecanismos de monopolização do mercado, as formas de organização interna e a atuação do grupo.

A análise de FREDISON constrói-se em torno da importância do conhecimento formal e do papel legitimador que a ciência assume nas sociedades modernas. O elemento essencial de mediação entre a divisão das tarefas e a existência de um grupo profissional é o sistema de credenciamento. Deste ponto de vista, o autor estabelece diferenças e explica as relações de conflito no interior da profissão: as diferentes formas de acesso/controle do saber produzem três categorias, pesquisadores/professores, técnicos (rank and file) e administradores. Esclarece também a posição de poder do profissional em relação ao leigo. Mas não é possível estender esta análise para compreender as diferenças entre as diversas profissões, para explicar um padrão de desigualdade estrutural que identifique as especificidades de cada profissão: temos apenas a explicação para o posicionamento, na estrutura social, do sistema profissional como todo.

O foco no mercado profissional conduz, no estudo de LARSON, à explicação das possibilidades diferenciadas de cada tipo de conhecimento, de sua "marketability", enfatizando o papel do sistema de ensino na produção de um saber unificado, condição essencial para a fundação do mercado. Se para FREIDSON o saber é fundamento para a diferenciação no interior da

profissão, para LARSON, os diversos tipos de saber produzem diferenças entre as profissões, pois o tipo de conhecimento que cada profissão detem determina possibilidades diferenciais no processo de unificação do campo profissional e no uso de recursos organizacionais. Como já se disse anteriormente, esta autora analisa a monopolização do mercado como projeto coletivo de mobilidade social. Neste processo, a base cognitiva - o seu conteúdo mesmo - é essencial porque cada tipo de conhecimento específico oferece chances desiguais aos seus portadores.

Este outro lado do mercado, a definição de padrões para as necessidades que as profissões atendem, implica numa dupla tarefa para os grupos profissionais: de um lado, o "convencimento ideológico" ⁴ e, de outro lado, a eliminação de concorrentes fora deste padrão estabelecido, o que é feito em bases legais, com o auxílio do Estado. Finalmente, a criação do mercado e padronização da mercadoria estão vinculados a uma outra questão que é a da busca de garantias para o investimento e o sacrifício implicados na educação do produtor. O mercado se produz também pela instituição de padrões de recompensas adequados aos diversos grupos.

Em todas as fases da criação e monopolização do mercado, a dimensão cognitiva teve um papel crucial:

"...criar mercados profissionais exigiu, como em qualquer outro caso, estabelecer credibilidade social ou, parafraseando Durkheim, criar as bases não-contratuais do contrato. Em razão da competição pré-existente, esta tarefa demandou a criação de dispositivos protetores fortes e semi-monopolistas. Devido à natureza única dos produtos e ao fato de que o seu valor de uso para o público era incerto pois era um

⁴ LARSON não aprofunda esta questão apenas indicando que "...a persuasão ideológica depende em última instância de um deslocamento mais geral da sociedade em direção a um novo universo simbólico." (1977:14)

produto novo; o controle tinha que ser estabelecido, inicialmente "no ponto de produção": os provedores de serviços tinham que ser controlados de modo que se pudesse padronizar e, assim, identificar a "mercadoria" que eles ofereciam. Para isso, a base cognitiva foi crucial. O TIPO de conhecimento que cada profissão poderia reivindicar como distintivamente seu foi, portanto, um fator estratégico de variação no seu esforço organizacional." (LARSON, 1977:15)

O monopólio, ou exclusividade cognitiva, sobre determinada área foi negociado, primeiro pelas associações profissionais e, mais tarde, pelas instituições de ensino, através de instrumentos como o licenciamento, o exame de qualificação, o diploma e, finalmente, o treinamento determinado por um currículo formal unificado.

O processo de unificação do campo cognitivo ocorre paralelamente e o conhecimento passa pelas mesmas etapas percorridas pelas disciplinas científicas, no modelo de KUHN (1978): a formalização do paradigma permite que se definam os contornos do grupo pela exclusão dos que não praticam o modelo puro desse saber. A unificação da medicina americana é exemplar, segundo a autora. No período pré-paradigmático, antes que se estabelecesse um modelo oficial de saber profissional, a dialética entre indeterminação e codificação do conhecimento expressa os conflitos internos pelo controle do projeto organizacional e do mercado profissional. Ao se produzirem critérios comuns de validação e credibilidade, expressos neste modelo, há um avanço substantivo na direção de um mercado unificado. Além disto, a produção de uma base científica comum cria um princípio de legitimidade duplamente eficaz: qualifica a profissão a reivindicar filiação ao principal sistema de validação e legitimação no mundo moderno, que é a ciência, e permite criar um critério de exclusão dos concorrentes que se mostra objetivo e imparcial pois científico.

Todas as dimensões envolvidas na criação e organização do mercado são dependentes do tipo de conhecimento com que lida a profissão: é o conteúdo desse conhecimento que define a "marketability", a necessidade que o mercado tem da profissão. É este o critério fundamental para definir a posição de mercado de cada grupo e, portanto, a sua posição nas relações de poder

Esta capacidade reguladora atribuída ao saber e à racionalidade científica, que percorreria toda a sociedade a partir da Escola Superior, merece uma discussão mais aprofundada. Tanto funcionalistas quanto weberianos transformam o título universitário em medida suprema de todas as hierarquias sociais. Este é o sonho de toda profissão com seus ideais meritocráticos e de competência, mas tanto o lugar central da ciência no mundo moderno quanto a possibilidade dos grupos profissionais estruturarem as relações sociais tem sido objeto de controvérsia entre cientistas sociais.

O SABER COMO AUTORIDADE CULTURAL

Entre os autores weberianos existe um outro núcleo de análise que procura entender o fenômeno profissional pelo ângulo das formas organizacionais. Dentre eles, pode-se destacar Paul STARR que, no seu estudo sobre a história da medicina americana, coloca em evidência o processo conflitual de construção da autoridade cultural dos médicos. Esta última é definida como uma forma de autoridade que se refere

"...à probabilidade de que definições particulares de realidades e julgamentos de significado e valor devam prevalecer como válidas e verdadeiras." (STARR, P., 1982:13)

O autor diferencia autoridade cultural de autoridade social e mostra o processo histórico através do qual os médicos se organizaram para constituir-se como portadores de um certo tipo

de legitimidade. Nesta abordagem relega-se a dimensão cognitiva a um plano subordinado à dimensão social, desnaturalizando as relações profissionais. Para analisar como um determinado grupo profissional conseguiu estabelecer elevados níveis de poder econômico e influência política, STARR formula seu argumento a partir de três premissas fundamentais:

- 1) A construção da soberania profissional dos médicos é um processo histórico-estrutural;
- 2) A organização dos serviços médicos, como de qualquer instituição, dá-se num contexto em que se cruzam determinações das instâncias política, econômica e social;
- 3) O problema da soberania profissional exige uma abordagem que inclua tanto as questões organizacionais quanto culturais. Por isto, o estudo procura entender o desenvolvimento da autoridade cultural da profissão médica e a conversão desta autoridade em controle de mercados, organizações profissionais e políticas governamentais.

Nesta abordagem, como nas de LARSON ou FREIDSON, a existência da comunidade profissional baseia-se na possibilidade de compartilhar um certo saber. Mas, diferentemente do funcionalismo, as análises weberianas ressaltam o caráter de luta pela monopolização deste saber como fator estruturante da profissão, estabelecendo o poder como mediação fundamental entre lugares na divisão do trabalho e a existência de grupos sociais.

Ao centrar sua atenção nos processos de monopolização e unificação de áreas distintas da divisão do trabalho pelas profissões alguns autores deixam de lado o papel criativo ou limitativo que os grupos organizados exercem sobre o conhecimento, sobre estas mesmas áreas. Neste ponto, o estudo

de Paul STARR é fundamental pois mostra como, ao criar seu monopólio, os profissionais podem direcionar a produção do saber nesta área, tanto no seu conteúdo quanto nas metodologias, definindo inclusive outras clientela para os seus serviços. Neste caso, inverte-se o argumento pois procuram-se conhecer os efeitos da institucionalização do grupo sobre o conhecimento monopolizado por ele. Do ponto de vista de STARR, as diferentes "marketabilities" das profissões (LARSON) seriam produzidas pelo fato de que certos grupos seriam mais capazes que outros de estabelecer ou impor suas posições no quadro das necessidades sociais, ou, nos termos do autor, de impor sua autoridade cultural.

A filiação dos diversos saberes ao chamado pensamento científico seria o grande trunfo que permitiria a uma ocupação tornar-se profissão e garantir sua cota de prestígio e autoridade. Se isto é verdade, resta saber como o pensamento científico conseguiu ser colocado nesta posição. Neste sentido, o problema sociológico relevante é aquele de como se constitui uma hierarquia de saberes que coloca em seu ponto mais alto a ciência moderna? (o que quer que seja que se inclua sob este rótulo).

"As mudanças que se operam nas relações entre formação e categorias profissionais devem ser abordadas com relação às representações sociais das competências profissionais. Dito de outro modo, trata-se de examinar o modo pelo qual as legitimidades de poder e, mais amplamente, as hierarquias profissionais se fundam sobre as hierarquias de saber."
(D'IRIBARNE, A., 1989:24).

D'IRIBARNE mostra como, a partir de uma matriz que explicita a hierarquia entre tipos de saber tal como é representada na França, constrói-se todo um jogo de valorização diferencial das ocupações. Uma questão interessante a se investigar seria a das semelhanças e diferenças entre tais escalas no Brasil e na França. Mas se este autor chama a

atenção para o caráter social da produção das hierarquias de saber, deixa de analisar os agentes responsáveis por esta produção. Estamos diante de representações socialmente construídas, que classificam os diversos saberes, atribuindo-lhes uma ordem. Sendo assim, a formação e o conhecimento têm sentido dentro deste jogo pela instituição da posição dominante desde que considerados como recursos ou capitais de que se valem os diversos agentes. Não é o saber em si que define as possibilidades de uma profissão mas a capacidade dos seus agentes de produzir representações adequadas dessa hierarquia de saberes. Tanto a ESCOLA quanto o perfil "técnico" dos profissionais são objeto de luta entre empresas, profissionais, entidades representativas.

Se é inegável a importância da técnica no mundo moderno, não se pode ignorar a maneira pela qual os saberes são ordenados nestas sociedades. O mundo tecnológico e as formas de instrumentalidade nele vigentes formam o lado mais importante do projeto de regulação da vida social feito pelos engenheiros: é a instrumentalidade técnica, dita racionalismo científico, que eles pretendem instalar em todas as esferas da sociedade. No desenvolvimento dos modelos de administração científica ou das relações humanas na empresa, pretendia-se explicitamente transferir para os agentes humanos do processo produtivo a lógica inerente aos seus componentes técnicos. Assim, é na técnica que se explicita de forma acabada a racionalidade que a profissão pretende científica.

O fato de que a ciência tenha sido eleita, por oposição às outras formas de pensamento religioso ou místico e algumas manifestações do senso comum, como forma privilegiada de conceber o mundo, torna o pensamento científico muito atraente. E este é um ponto revelador da personalidade dos engenheiros: todos eles fazem referências à engenharia como ciência e ao seu trabalho sempre comparam o do cientista - com

alguma ponta de inveja. Para eles é muito importante separar CIÊNCIA de TÉCNICA numa clivagem que grosseiramente poderíamos associar a PENSAMENTO e EXECUÇÃO MANUAL. As origens da profissão, que teve que lutar contra o preconceito que estigmatizava o trabalho manual e todos que lhe eram próximos, reavivam-se nesta busca de mostrar o caráter científico, mental, conceptivo, da atividade do engenheiro.

O que faz com que certos saberes pareçam mais relevantes que outros - mesmo que todos se filiem à grande matriz legitimadora que é o conhecimento científico, instância na qual todos os saberes profissionais modernos obtêm os traços que lhes são comuns - é exatamente a luta pela definição de uma certa representação do mundo social e de suas divisões, luta que inclui não apenas a produção de escalas hierárquicas para as profissões mas também a ordem de importância dos conhecimentos. E esta lógica do conflito repete-se no interior do campo profissional, estratificando as especialidades, transformando saberes específicos em estigmas ou emblemas. Assim, entre os médicos valorizam-se, preferencialmente, as especialidades do coração, do cérebro, das glândulas endócrinas, colocando-se os dermatologistas, por exemplo, como categoria inferior. Entre os engenheiros, o sucesso profissional corporifica-se nos consultores e construtores, obtendo também os pesquisadores uma certa parcela de prestígio. Retorna-se ao problema da unidade visto que escola e conhecimento reforçam ou até mesmo fundam, pelo menos aparentemente, certas diferenças. É necessário entender se e de que forma esses saberes podem contribuir na direção de criar uma unidade profissional, podem tornar-se base de identificação dos membros do grupo.

CAPITULO VI

OS FUNDAMENTOS DA UNIDADE E A REPRESENTAÇÃO DO GRUPO

O propósito deste capítulo é analisar os fundamentos da coesão profissional ou, em outras palavras, examinar as possibilidades de que a profissão possa ser efetivamente considerada como um grupo social. Do ponto de vista da literatura marxista sobre as profissões as determinações de classe se sobreporiam a outras e o grupo profissional ver-se-ia dividido em camadas irreconciliáveis. Mais recentemente, uma série de outras determinações vem sendo incorporadas ao conceito de classe mas o ponto fundamental permanece. A sociologia de Pierre BOURDIEU fornece elementos que possibilitam a superação destas dificuldades, reelaborando o conceito de classe como fenômeno relacional, produzido pela ação dos sujeitos, orientada segundo a posse de diversos tipos de capital. Desta perspectiva, a unidade da profissão é construída a partir dos conflitos que um grupo de agentes, portadores de um determinado capital cultural, enfrenta na luta cotidiana pela imposição dos princípios de visão e divisão do mundo. Neste enfrentamento, as diferenças internas não deixam de existir mas são subsumidas no projeto comum de organização das relações sociais. Assim, se o saber funda a coesão, isto só acontece pela mediação do processo social de construção das representações - do grupo e da sociedade.

O CARATER DAS DIFERENÇAS INTERNAS

Ao contrario de DURKHEIM e dos outros autores que foram analisados até aqui, os marxistas, partindo do conceito de divisão do trabalho criado por MARX, dão pouca ou nenhuma importância à dimensão cognitiva ou técnica para a definição dos grupos sociais. Com isto, entre esses autores, as profissões aparecem como objeto subordinado às classes sociais, que seriam o elemento fundamental na mediação entre a divisão do trabalho e a formação dos grupos profissionais. O grau de autonomia ou de poder de determinação concedido aos critérios de posicionamento social que não sejam o de propriedade ou não dos meios de produção define dois pólos na vertente marxista: as análises de NOBLE, WRIGHT ou POULANTZAS concedem-lhes pouquíssima autonomia enquanto que JOHNSON (este, com maior ênfase), BRAVERMAN e CARCHEDI diminuem a subordinação aos critérios mencionados.

Normalmente, a temática das profissões é colocada pelos marxistas como parte do estudo das classe médias, dando margem a algumas indagações interessantes. A primeira delas diz respeito à instância de determinação da existência das classes médias e está diretamente relacionada aos fundamentos da existência das profissões. Nos escritos do próprio MARX há vários níveis de tratamento das classes: se as diferenças sociológicas aparecem mais nitidamente no Dezeto Brumário, no Capital a determinação é fundamentalmente econômica. Em tempos mais recentes, estas diferenças produziram o debate, principalmente em torno do trabalho de POULANTZAS (1975), sobre as camadas médias, sua identificação, seu caráter de classe, suas posições políticas. Distinguindo níveis econômico, político e ideológico de determinação estrutural das classes sociais, este autor define uma separação entre pequena burguesia tradicional e a nova pequena burguesia, constituída

de assalariados. Como a primeira tende a extinguir-se, é a nova pequena burguesia que se constitui como problema.

No nível das relações econômicas, a distinção fundamental a se realizar é entre classe operária e a nova pequena burguesia: sendo os dois grupos constituídos por assalariados e não-proprietários dos meios de produção, o critério distintivo utilizado é o de trabalho produtivo. Entretanto, o próprio POULANTZAS afirma que a determinação estrutural dessa classe não se resume à sua posição nas relações econômicas, mas estende-se também às relações políticas e ideológicas, sendo o critério do trabalho produtivo insuficiente para demarcar, precisamente as fronteiras de classe entre os assalariados.

As relações políticas estão diretamente ligadas à dominação: o trabalho de direção e supervisão capitalista é a reprodução direta, no processo produtivo, das relações políticas entre a classe capitalista e a classe operária. Sendo assim, a determinação de classe dos agentes que realizam o trabalho de direção e supervisão é marcada pela dominância das relações políticas. Supervisores, contramestres e "outros suboficiais da produção" não pertencem à classe operária na medida em que sua função é principalmente extrair mais-valia. Seriam, no entanto, dominados pelo capital, executantes subalternos e igualmente explorados.

No plano ideológico, a separação fundamental é entre trabalho intelectual e manual. O lugar de classe dos portadores do trabalho intelectual gera uma contradição no próprio seio do trabalho produtivo: ao mesmo tempo em que fazem parte do trabalhador coletivo produtivo, tendem, pela sua posição na divisão social do trabalho, a realizar as operações políticas, ideológicas e técnicas da subordinação da classe operária ao capital. Dessa forma, engenheiros, técnicos, etc.,

também não fazem parte da classe operária, ainda que sejam representantes de instâncias subalternas.

Neste quadro, a existência das profissões é totalmente subordinada às relações de classe. O trabalho de NOBLE (1979) é exemplar no uso de um esquema teórico marxista para analisar uma profissão. É interessante observar aqui que, se os médicos são o alvo preferencial dos funcionalistas, os engenheiros são o objeto predileto dos marxistas, talvez porque, do ponto de vista dos autores desta corrente, a posição dos engenheiros seja essencial para o desenvolvimento do capitalismo e a tecnologia seja um dos seus grandes fetiches.

NOBLE procura estudar o desenvolvimento da profissão Engenharia nos Estados Unidos como parte do processo de desenvolvimento do capitalismo americano. Os engenheiros têm um papel crucial neste processo por constituírem o elo mediador entre a instância técnico-científica e o mundo social: a tecnologia é vista como produto social, não apenas técnico, e o engenheiro é o expert em ciência aplicada e no gerenciamento/direção das relações sociais. Em cada etapa do capitalismo, a posição dos engenheiros no sistema produtivo assume um significado específico, mas o sentido maior da sua atuação é sempre o de desempenhar as funções de dominação para o capital: no período de 1890 a 1920, com a formação das grandes corporações e a criação de uma indústria baseada na ciência, cria-se o mercado principal para os engenheiros, que passam a ver o progresso da ciência como fruto da ação das grandes empresas industriais. Esta inclinação tem peso decisivo nos conflitos internos à categoria pois, tanto nos debates sobre educação quanto nas formas de hierarquização interna, prevalece a influência das corporações. Com o passar do tempo, afirmam-se as tendências gerenciais e anti-sindicais e o apelo à cientificidade da engenharia como mecanismo principais de distinção dos engenheiros. Na construção do aparato

institucional que reforça a posição da profissão, novamente é a grande indústria que desempenha o papel mais importante, criando um espaço de relações (com associações, escolas, governo, fundações e até escritórios particulares de consultoria) em que seus agentes assumem posições dominantes.

O texto de NOBLE tem o mérito de mostrar o papel que desempenharam os engenheiros em dois campos importantes: o da técnica e o da administração, ambos constituindo-se em fundamentos da dominação do capital. Além disto, boa parte da sua análise é perpassada pela questão da representação: os engenheiros vão construindo, ao longo da sua história, uma imagem da profissão e do profissional que tem a dupla função de dizer socialmente e fazer ver internamente quem é engenheiro. Mas NOBLE apenas descreve este movimento, incluído na lógica de desenvolvimento do capital que vai englobando a profissão. Da leitura do seu texto ficam outras questões relevantes para o argumento aqui desenvolvido: em que medida esta análise pode ser estendida a outras profissões? Num nível mais abstrato, cabe perguntar pelas relações entre profissão e classe: em que medida profissão poderia constituir uma classe? Em que medida os conflitos amplos de classe poderiam dividir uma profissão impedindo de caracterizá-la como grupo social com uma identidade reconhecível? Poderia uma profissão vir a ser um ator coletivo, um agente responsável por definições nas formas de organização social? Se a resposta a esta última questão pode ser dada de forma positiva pela trajetória dos engenheiros mineiros, as demais exigem maior elaboração teórica, especialmente do conceito de classe.

Nas diversas correntes que formam o marxismo, o principal impedimento a se considerar as profissões como um grupo social específico seria a existência de cortes de classe, de diferentes posições de classe dentro de uma mesma profissão. O trabalho de Solange SIMÕES, mencionado anteriormente,

organiza-se exatamente em torno desta problemática. Deste ponto de vista, inexistente qualquer coisa parecida com uma comunidade e, seguindo, pelo menos em parte, a orientação definida nos trabalhos de Nicos POULANTZAS, os estudos marxistas sobre profissões destacam a transformação do profissional liberal clássico em trabalhador assalariado. Este processo é abordado a partir das relações de classe e da organização do trabalho e sua análise toca em temas comuns a outras vertentes como a queda de status dos profissionais, a submissão à lógica da empresa, a mudança dos códigos de ética, o estabelecimento de novas relações entre conhecimento, profissão e poder. O tema mais importante neste caso é o processo de organização sindical, evidência mais forte da diferenciação classista. Apesar da ênfase dos marxistas no caráter social da produção e utilização do conhecimento, estes autores, devido à focalização exclusiva em relações de classe, perdem a especificidade da existência e atuação dos grupos profissionais e do papel desempenhado por eles na estruturação das relações de produção. A luta pelo conhecimento é deixada de lado como fonte possível de especificidade e isso tem consequências importantes para as próprias relações de classe no sentido tradicional.

Com as diversas críticas, surgidas dentro do próprio marxismo, como as da historiografia inglesa, ou vindas de concepções weberianas, como é o caso de Claus OFFE, John URRY ou Frank PARKIN, coloca-se em questão uma série de pressupostos e definições, destacando-se entre eles os princípios de determinação da existência dos grupos sociais. Surge então uma perspectiva que procura definir outras categorias de análise, de forma a captar melhor as diferenças que possam dar origem às profissões. De um ponto de vista ainda bastante economicista, o trabalho de JOHNSON (1977) procura mostrar que o processo de diferenciação da propriedade e do trabalho que ocorre na esfera da produção estende-se à esfera da reprodução. Com isto, o autor pretende chamar a atenção para

O fato de que se alargaram as bases sobre as quais o capital cria seus mecanismos de reprodução, surgindo daí todo um conjunto de trabalhadores que nada produz além de formas de controle associadas à reprodução ampliada do capital. JOHNSON refere-se principalmente ao Estado e ao setor de serviços e adota, como grupos ocupacionais exemplares de cada uma dessas esferas, os assistentes sociais e os contadores, respectivamente.

O essencial a reter na posição de JOHNSON é que

"...a nova pequena burguesia é caracterizada por posições na divisão social do trabalho (tal como é estruturada pelo processo de realização) que operacionalizam a função do capital mas o fazem como parte de um processo de trabalho crescentemente fragmentado e rotinizado. é então na própria ambigüidade da sua posição econômica no processo de realização que as relações ideológicas tornam-se condição emergente e potente de sua determinação de classe." (1977:218-219)

Reconhecendo as possibilidades de autonomia e de ação de associações profissionais, JOHNSON questiona os determinismos de classe no nível político e ideológico e abre espaço para análise (nos limites do marxismo) de problemas relativos às origens dos grupos profissionais, à relação entre conteúdo técnico das ocupações e seu papel na sociedade dominada pelo capital, ao papel do Estado capitalista como elemento essencial na delimitação da autonomia e independência das profissões, como mediador das relações cliente-profissional. Recebe tratamento especial a questão da integração entre poder estatal e privilégio profissional, de grandes conseqüências para os destinos sociais das profissões:

"Em suma, aquelas ocupações que chamamos "profissões" são heterogêneas do ponto de vista das classes, não só como resultado das suas funções distintas no processo de apropriação direta, realização e reprodução do trabalho, mas também porque elas exibem

diferenças de função, poder e privilégio como resultado das conseqüências diferenciadoras de cada um desses processos. Não podemos identificar esses processos por referências ao processo totalizador de reprodução em geral nem em termos de supervisão e controle no nível das relações de produção." (1977:231-232)

Mesmo mantendo-se nos limites da determinação de classe, JOHNSON mostra possibilidades de diferenciação estrutural que dão origem aos diversos grupos profissionais, apontadas nas intâncias política, ideológica e econômica, e nas formas de organização que se vão criando nas sociedades capitalistas. Como foi dito antes, nesta vertente destaca-se a análise das formas de organização e representação do grupo. A pergunta que estudos como os de SIMÕES ou KAWAMURA fazem é sobre o caráter de classe das associações profissionais e, dentro desta perspectiva, interpretam o significado das ações por elas empreendidas. Esta pergunta supõe uma determinação econômica, ainda que matizada, que procurarei problematizar a seguir.

PARA UMA TEORIA DA FORMAÇÃO DOS GRUPOS SOCIAIS

A crítica à teoria marxista das classes sociais elaborada por Pierre BOURDIEU em "Espaço social e gênese das classes" sistematiza e aprofunda elementos que já vinham aparecendo nos trabalhos de JOHNSON e permite incorporar as contribuições dos autores weberianos que foram discutidos anteriormente. Em primeiro lugar, aparece o problema da definição dos princípios de divisão dos grupos sociais que possam dar conta da delimitação entre os diversos trabalhos sem esquecer o caráter social das fronteiras que se estabelecem e considerando a natureza virtualmente hierarquizante dessas divisões. As insuficiências da análise marxista são produto,

segundo o autor francês, da redução do mundo social ao campo das relações econômicas, o que acaba levando à utilização de critérios puramente econômicos para definir posição social. Na sua crítica aos estudos tradicionais sobre estratificação social, BOURDIEU mantém a idéia de posse de capital como elemento definidor de posição social mas diferencia este capital segundo espécie, volume e estrutura, instituindo assim campos sociais com lógicas específicas e evidenciando as múltiplas determinações do real. "Na realidade, o espaço social é um espaço multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autônomos, quer dizer, subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme e mais ou menos direto ao campo de produção econômica." (1989:153) Esta multiplicidade de dimensões acaba definindo o que poderíamos chamar de mediações entre a determinação puramente econômica e a existência social dos grupos.

"Pelo fato de que os diferentes fatores que entram no sistema de determinações constitutivas da condição de classe e que podem funcionar como princípios de divisão real entre grupos objetivamente separados ou atualmente mobilizados, possuem pesos funcionais diferentes e detêm, por isso, uma eficácia estrutural muito desigual, os princípios de divisão são, eles mesmos, hierarquizados." (BOURDIEU, P.:1979:118)

Produto da diferenciação progressiva do espaço social, a existência de diferentes espécies de capital (social, econômico, cultural) define campos estruturados em torno de certos princípios de causalidade cuja eficácia é diferenciada e hierarquizada de acordo com a correlação de forças vigente num determinado momento numa sociedade, sendo, portanto, objeto de lutas. Os diversos campos passam por um contínuo processo de autonomização, pelo qual os elementos mais universais - capital, investimento, ganho - assumem formas específicas, definindo relações objetivas, tornando obrigatória a análise

histórica dos processos de constituição e transformação de cada campo.

"sendo o capital uma relação social, isto é, uma energia social que só existe e produz seus efeitos no campo onde ela se produz e reproduz, cada uma das propriedades atribuídas à classe recebe seu valor e sua eficácia das leis específicas de cada campo."
(idem:127)

Possuindo sua lógica própria de funcionamento, cada campo coexiste com outros no espaço social em que os agentes lutam por valorizar e melhorar sua posição (no próprio campo e no espaço social em geral), levando sempre a configurações de equilíbrio instável em que uma das espécies de capital é dominante mas interage com as demais na mobilização diferencial de recursos que os agentes introduzem nesta luta. Com isto, quer-se dizer que o processo de aprofundamento da divisão do trabalho, característico das sociedades ocidentais modernas, produz ao mesmo tempo uma diferenciação entre os campos no espaço social, inclusive a criação de novos campos, e uma autonomização dos princípios de divisão do mundo social. As consequências no plano histórico podem ser vistas, entre outras coisas, na extensão do processo de profissionalização e na instalação concomitante de outros critérios, além da propriedade e da origem familiar. No plano teórico, coloca-se a necessidade de compreender as múltiplas determinações da existência dos grupos sociais.

Existindo como princípio de hierarquização concorrente, as diversas formas de capital cultural têm sua eficácia classificatória definida pela sua relação com a espécie de capital dominante, no caso das sociedades modernas, fundamentalmente o econômico. Pode-se dizer assim que a classe, na acepção marxista, concorre com profissão, como princípio de organização das hierarquias sociais. Isto significa que estamos diante de uma luta pelo estabelecimento de princípios

hegemônicos de divisão e hierarquização do espaço social, uma luta entre princípios de regulação. O título universitário, fundado no saber científico, é um desses princípios, e dos mais caros às classes médias e aos profissionais em geral. Mas ele concorre com outros, como o título nobiliárquico ou títulos de propriedade. Nesse sentido, as profissões não configuram o padrão de desigualdade, como quer LARSON, mas um padrão de desigualdade, em confronto com outros, e talvez, hegemônico em certas épocas e alguns lugares do mundo social.

"O nome da profissão de que os agentes estão dotados, o título que se lhes dá, é uma das retribuições positivas ou negativas (do mesmo título que salário) enquanto marca distintiva (emblema ou estigma) que recebe seu valor da posição que ocupa num sistema de títulos organizado hierarquicamente e que contribui por este modo para a determinação das posições relativas entre os agentes e os grupos." (BOURDIEU, P., 1989a:148)

É esta luta entre princípios classificatórios que dá o significado dos conflitos pela Escola, especialmente pela Universidade, e pela definição de políticas globais de ensino. Nestes conflitos, o que está em jogo é a distribuição do capital cultural certificado, o valor do diploma em confronto com outras fontes de legitimação de posições no mercado e na sociedade.

Do mesmo modo, a utilização da ciência como fundamento legitimador constitui uma vitória do pensamento científico sobre as sabedorias populares e outros saberes também desclassificados, colocados na vala comum do esotérico, estranho, por funcionar em outros parâmetros que não o método científico, qualquer que seja o conteúdo que se esconda atrás desse rótulo. Como dizia Weber, "a crença no valor da verdade científica é produto de determinadas culturas e não um dado da natureza" e a questão aqui é de entender como este pensamento torna-se o parâmetro de todos os saberes e se as profissões

tiveram ou têm algum papel neste processo e qual seria este papel.

Considerando-se que há inúmeras formas de recursos ou capitais desigualmente distribuídos, a partir dos quais e pelos quais os agentes lutam para estruturar o mundo e que portanto o mundo social pode ser dito e construído de diferentes modos, segundo diferentes princípios de visão e de divisão, os agrupamentos, os cortes construídos a partir da distribuição de capital são aqueles que têm maiores probabilidades de serem estáveis, permanentemente significativos. Sendo assim, conhecendo-se o modo de funcionamento do espaço de posições

"...podemos recortar classes no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo práticas e tomadas de posição semelhantes." (BOURDIEU, P., 1987:136)

As profissões seriam então grupos ou classes sociais que se caracterizam pela forma diferenciada de apropriação e mobilização de um tipo de capital, o cultural, considerado aqui como princípio de hierarquização oposto mas dialeticamente integrado ao capital econômico e ao capital social. Conceituada classe dessa maneira, pode-se entender a especificidade da existência do grupo profissional, mais evidente na análise do trabalho realizado pelas associações representativas dos engenheiros.

Entendidas as condições gerais de existência dos profissionais de engenharia, deve-se explicar as razões da coesão do grupo, que fazem da profissão uma classe, no sentido bourdieusiano do termo, ou seja, classe como representação e vontade. A compreensão da história da profissão, sua gênese e

trajetória, a estruturação de suas relações internas permite que se afastem as noções mais difundidas de que não existiria aí um problema a ser explicado. A clara definição de critérios de pertencimento à profissão, através do diploma universitário, encobre a questão da construção da identidade e coesão do grupo, levando o sociólogo ao trabalho puramente classificatório do entomólogo. As diversas situações de trabalho, os conteúdos cognitivos variados, as diferenças de posição social e outras tantas distinções entre os profissionais exigem que se explicitem as bases sobre as quais se produz a unidade da profissão e, no caso específico, o que faz um engenheiro ser reconhecido como tal pelos seus pares e pela sociedade. Está em jogo a articulação das diferenças para produzir um todo coerente, visível socialmente e os vários segmentos da profissão procuram realizar essa unificação, cada um deles tentando mostrar-se como o mais engenheiro dos engenheiros, o verdadeiro representante da categoria, a síntese e o tipo ideal do profissional. A criação da identidade é um processo ambíguo que envolve diretamente a formação de um ator coletivo que, a partir das diversas posições dos agentes, forja a unidade contraditória e flúida característica dos grupos sociais modernos. Não se trata pois de atribuir posições delimitadas "técnica e objetivamente" mas de explicar os princípios de divisão e elaboração de formas excludentes de identificação. No caso das profissões tradicionais, o diploma é cada vez menos eficiente como fronteira demarcatória ou princípio demarcador distintivo, justamente pela sua proliferação. Diante disto, sobressai o trabalho social de representação do grupo.

"É a objetivação dentro de um "movimento", uma "organização" que, por uma fictio juris típica da magia social, permite a uma simples collectio personarum plurium existir como uma pessoa moral, como um agente social."
(BOURDIEU, P., 1987:189)

A SOCIEDADE MINEIRA DE ENGENHEIROS

Criada no início da década de 30, a Sociedade Mineira de Engenheiros (SME) foi o primeiro "ator" organizado a empreender algum tipo de trabalho de representação da categoria no estado de Minas. As outras formas de atuação dos engenheiros passaram por caminhos menos institucionalizados do ponto de vista profissional mas de alta eficácia política - as várias modalidades de articulação da política tradicional que se valem de canais familiares ou de apadrinhamento para formar redes de controle sobre o Estado. A partir da criação desta entidade foi possível aos engenheiros mineiros constituir um campo específico de atuação baseado em princípios profissionais - e não patrimoniais - de identificação. Mesmo sem estabelecer demarcações muito nítidas em relação aos demais segmentos da classe dirigente, a SME firma-se como um núcleo de formulação de políticas e como ator a ser considerado em decisões estratégicas no estado.

Mas, se isto é sabido e demonstrado (ver CAMPOLINA DINIZ, op. cit.), falta analisar o tipo de identidade forjada para o engenheiro a partir desta instituição que mantém até hoje a mesma linha de pensamento, explicitada agora de forma mais sintética. A SME tem quatro planos principais para os quais direciona o seu trabalho: técnico, político, assistencial e social. Existem atualmente 20 comissões técnicas nas quais incluem-se mais de 300 pessoas que realizam trabalho voluntário. Segundo o presidente da Sociedade, estas comissões fazem avaliações e perícias, procurando garantir sempre a "neutralidade técnica dos pareceres" que são "muito estudados para não serem radicais". Os assuntos são os mais variados, da utilização dos recursos hídricos no estado à política de desenvolvimento tecnológico. Funcionando desde os anos 30, o Conselho Técnico da entidade já foi o responsável pelo trato de temas extremamente importantes como a definição da política

siderúrgica (em 1956) ou a criação da Companhia Vale do Rio Doce (em 1955).

A realização periódica de cursos de aperfeiçoamento, de conferências e seminários sobre temas relevantes, que possam complementar a formação profissional, é outra atividade incluída no plano técnico e das mais concorridas da entidade. O trabalho assistencial, à semelhança da divisão de tarefas no poder executivo brasileiro, cabe às esposas dos diretores e membros mais ativos da associação.

O plano de atuação social é relativamente complexo, se puder ser agregado ao plano político. Ao lado do lazer para as famílias dos engenheiros, proporcionado pelo clube da entidade, deve-se colocar a escolha do "Engenheiro do ano" (em 11 de dezembro, dia do engenheiro), evento de importância capital pois nesta eleição explicita-se a concepção de profissional que representa esta instituição. Os escolhidos apresentam a característica comum de terem alta visibilidade não só no plano técnico - às vezes - mas principalmente do ponto de vista político. Amaro Lanari Júnior e Aureliano Chaves foram os "engenheiros do ano citados com maior insistência pelo presidente.

Privilegiando em seu discurso a dimensão técnica, a SME não consegue deixar de lado uma prática necessariamente política que transparece também no jogo de pressões e contrapressões nos momentos decisivos das mudanças de governos estaduais, da definição de rumos para o estado. Fazendo do seu órgão de divulgação um canal de expressão de suas posturas políticas - numa revista recheada de assuntos estritamente técnicos - a direção da SME percebe claramente a sua força.

Todas as associações de especialidades da engenharia e de arquitetos estão representadas na SME que

também demonstra sua penetração pelo fato de congregar profissionais de todas as tendências (as críticas dos dirigentes sindicais não impedem-nos de frequentar a sociedade) e de ser bastante conhecida, mesmo entre os estudantes.

As personalidades escolhidas para serem os engenheiros do ano compõem com a diretoria da entidade uma imagem do engenheiro que, se já foi mais unânime ou representativa da categoria, até os anos 70, hoje enfrenta a concorrência do sindicato e da concepção que ele representa. A trajetória de um dos diretores pode ser resumida da seguinte forma: iniciou seus estudos no interior mas diplomou-se pela UFMG, tendo sido imediatamente empregado pelo DNER. Do emprego estatal passou a uma empreiteira, em seguida a uma firma de consultoria, de onde partiu para tornar-se consultor independente. É uma carreira exemplar, de vencedor, comparável a dos engenheiros premiados. Com pequenas variações, é o projeto de vida de cada profissional e a possibilidade no horizonte de todos eles, como puderam explicitar nas entrevistas ou mesmo nos questionários dos estudantes.

Resta agora conhecer a representação concorrente para saber em que medida o sindicato contrapõe modelos.

O SINDICATO DOS ENGENHEIROS

Desde o final dos anos 70 tem sido amplamente discutida a inflexão nos padrões de atuação dos sindicatos e outras associações representativas dos chamados profissionais de classe média. O caso dos engenheiros foi tratado exhaustivamente na tese de Solange SIMÕES (1989) e em outros estudos como o de KAWAMURA (1986). Existindo há décadas no completo esquecimento das práticas burocráticas homologatórias que os caracterizavam, os sindicatos profissionais passam, a

partir da década de 70, a crescer em número de associados e a transformar radicalmente a sua atuação, aproximando-se do movimento operário, fazendo greves, apoiando greves de trabalhadores manuais e juntando-se a organizações da classe trabalhadora em nível estadual e nacional. (SIMÕES, 1989:3)

Inegavelmente, assiste-se, entre 75 e 85, a uma movimentação crescente de profissionais que se manifestam sobre temáticas as mais variadas. A amplitude da mobilização foi crescente e atingiu seu ponto máximo no movimento pelas Eleições Diretas para a Presidência da República, em 1984. Para além das generalidades, no entanto, algumas questões ficam por responder. A primeira delas diz respeito às definições dos sujeitos desses processos de mobilização. Análises como a de KAWAMURA (1986) sobre as relações dos engenheiros com a tecnologia e a política, por não fazerem a caracterização sociológica adequada dos profissionais progressistas que constituem o seu objeto, imputam à categoria como todo as posições e propostas destes últimos. O principal problema deste tipo de perspectiva é seu ponto de partida equivocado: ao utilizar um instrumental teórico inadequado para tratar o tema dos grupos profissionais (o marxismo ortodoxo não concebe a especificidade social destes grupos), os autores marxistas brasileiros procuram, através da diluição das identidades profissionais em esquemas bipolares de relações de classe, afastar o fantasma do corporativismo que assombra as profissões e torna-as objeto pouco legítimo em alguns meios acadêmicos. Isto se faz em inúmeros estudos que procuram mostrar as proximidades, semelhanças, identidades, entre os novos profissionais assalariados e a classe operária.

PROFISSÃO E IDENTIDADE

Além da questão de quem são os profissionais progressistas ou radicais - que SIMÕES caracteriza, numa linha bastante próxima a de GRÜN (1990), como ex-militantes do movimento estudantil e com vínculos estreitos com os partidos de esquerda, que transferem para as associações profissionais as técnicas organizacionais e as "ideologias" e práticas do Movimento Estudantil - fica faltando explicar o problema da extensão desse radicalismo entre o conjunto dos profissionais. Esta seria a medida mais aproximada da eficácia do trabalho social de representação desses novos agentes que surgem no campo profissional e instalam-se principalmente nos sindicatos. Como no caso da SME, as trajetórias dos militantes são sintomáticas do engenheiro representado por eles. Profissionais formados nas melhores escolas, com passagens significativas nos movimentos de oposição ao regime militar, eles agora trabalham principalmente nas empresas públicas, alguns deles em postos de gerenciamento e supervisão.

A tese de SIMÕES analisa justamente as bases de identificação dos engenheiros assalariados com seus representantes sindicais. Dos 151 que responderam ao questionário, 102 (=67,5%) consideram-se trabalhadores assalariados, 21 (=13,9%) consideram-se administradores, 7 (=4,6%) classificam-se como empresários e apenas 12 (=7,9%) como profissionais (pag. 245). Neste ponto, deve-se fazer um reparo: o questionário apresenta quatro opções de resposta: trabalhador assalariado, empresário, administrador e profissional liberal. O fato de que vários conceitos sociológicos tenham tido larga difusão entre a classe média educada (e mesmo entre a população em geral, através dos meios de comunicação) torna esta classificação complicada uma vez que a noção de profissional liberal, mesmo entre leigos, é diferenciada da de profissional exatamente pelo ângulo que está

em foco: sua relação de trabalho. O primeiro é, em geral, visto como trabalhador autônomo, não-assalariado. Sendo assim, é pouco provável que engenheiros assalariados se identificassem com profissionais liberais. Mas, independente disto, identificar-se com o trabalho assalariado não impede ou contradiz uma identificação com o grupo ocupacional e 66% dos profissionais ouvidos nesta mesma pesquisa classificam-se na categoria engenheiro (pag. 248). Mesmo que percebam, realisticamente, a sua profissão como grupo bastante heterogêneo (pag. 249).

A base corrente para identificação com a categoria profissional (e inclusive para os 30% que julgam ser esta categoria um grupo social particular) é a posse de qualificações técnicas e uma visão de mundo marcada pela objetividade e pelo pensamento racional.

Nenhuma dessas formas de identificação com o grupo profissional impede a própria classificação como trabalhador assalariado e vice-versa. Mas nenhuma aproxima o engenheiro do operário. Para ir um pouco além, tomando as propostas radicais ou progressistas, deve-se perguntar pelo seu possível caráter operário ou de negação da identidade profissional: o apoio aos governos democráticos e a proposição de reformas econômicas e sociais para melhorar as condições de vida da população ou de projetos de desenvolvimento com preocupações ecológicas são itens que efetivamente constaram da agenda dos engenheiros mineiros pelo menos desde os anos 50. O que dizer então das preocupações em colocar o seu conhecimento a serviço do desenvolvimento nacional?

A novidade pode ser encontrada no sentimento difuso de querer "levar ao povo" os bons frutos deste conhecimento. Mas novamente surgem problemas: tanto nos projetos de assessoria aos movimentos populares mostrados por KAWAMURA

quanto nas discussões ou alianças propostas pelos engenheiros nas fábricas, discute-se o poder do engenheiro no nível teórico, político e até organizacional - conceitos de "trabalhador coletivo" ou "proletarização" são muito apreciados - mas não há um questionamento efetivo dos fundamentos do poder profissional: a posse e o controle de conhecimentos. Em nenhum momento, as críticas mais radicais ao sistema CONFEA-CREA dizem respeito às suas atividades fiscalizatórias. Os engenheiros progressistas querem participar nestas entidades, eleger suas diretorias. A assessoria aos movimentos populares não significa cessão dos conhecimentos ou mesmo crítica à hierarquia que separa diplomados e "os outros". Aqui fica claro que o problema da identidade do grupo, da sua coesão, é o problema da especificidade da sua existência.

A ESPECIFICIDADE DAS PROFISSÕES COMO GRUPOS SOCIAIS

Inicialmente, a identidade e coesão dos grupos profissionais foi tratada como não problemática. Em sua querela permanente com os utilitaristas e economistas, DURKHEIM encontrou nas corporações profissionais o grande exemplo da predominância de valores outros que não o puro interesse econômico. O elemento distintivo das profissões na estrutura social seria justamente o fundamento moral de sua existência comunitária, criando assim bases possíveis para a recuperação de uma consciência coletiva anômica que se instalara nas modernas sociedades industriais.

Esta abordagem gerou um tipo de estudo que procurava demonstrar as diferenças entre o mundo dos negócios, com sua lógica utilitarista, e o mundo profissional, voltado para o atendimento das necessidades coletivas. PARSONS (1967) procura demonstrar a incorreção desta análise enfatizando que se trata de diferenças de situação e não de motivação. A autoridade profissional constituiu-se como uma estrutura

sociológica peculiar baseada na 'competência técnica superior e se exerce sobre uma esfera particular tecnicamente definida. Como os outros elementos da pauta profissional, caracteriza-se pela especificidade da função que é uma das marcas essenciais dos modernos sistemas sociais, que cada vez mais distinguem-se pela racionalidade institucional presente em suas pautas normativas. Tanto a esfera profissional quanto comercial estariam marcadas pela especificidade funcional e pelo predomínio de padrões e critérios universalistas, em detrimento dos particularistas, e isto fortalece a importância das profissões como estrutura peculiar dentro da sociedade mais ampla.

Mas a racionalidade, a especificidade funcional e o universalismo predominantes nas sociedades modernas carregam consigo também uma certa relação com o desinteresse: a pauta institucional que as governa não sanciona a busca do interesse próprio e, sempre de acordo com PARSONS, o predomínio desse último tenha sido exagerado. Isso significa que as metas, as motivações são as mesmas no mundo dos negócios e nos trabalhos profissionais. "A diferença radica na diversidade do caminho para chegar a metas semelhantes, determinada pelas diferenças entre as respectivas situações ocupacionais." (1967:42) Não estaríamos diante de uma oposição entre egoísmo e altruísmo mas de pautas institucionais definidas por bases funcionais que definem situações distintas.

Independente da explicação (a própria natureza do grupo ou as diferentes situações ocupacionais), o "ideal de serviço" aparece nas análises funcionalistas como o grande traço diferenciador das profissões, ao lado da autonomia na realização do seu trabalho. De acordo com GYARMATI (1974:632), os profissionais não só são treinados para desempenhar adequadamente suas tarefas através de um longo treinamento especializado como também colocam os interesses (econômicos ou

de qualquer outro tipo) dos seus clientes à frente dos seus próprios. Desde que somente os membros da profissão combinam "conhecimento profissional" e "orientação ou ideal de serviço", eles adquirem uma prerrogativa especial: a profissão é livre para definir e satisfazer às necessidades de seus clientes e de sua clientela. Com isto, os grupos profissionais estariam protegidos de intervenção externa de qualquer tipo, tornando-se eles mesmos seus próprios controladores.

Este tipo de análise vai ser questionado por diversas correntes mas antes de passar a elas é preciso tratar da sua mais importante consequência teórica: a problematização dos processos de transformação pelos quais grupos profissionais passam a ser incluídos em grandes burocracias. A visão das profissões como grupos sociais autônomos produz uma espécie de insulamento que faz com que elas sejam sempre tratadas de forma independente, de uma perspectiva interna - traduzida numa temática cujo centro é sempre a relação profissional/cliente. Além disso, faz com que profissionais assalariados (isto é, aqueles que fogem do modelo de trabalho autônomo) sejam sempre incluídos num capítulo a parte onde se põe em dúvida o caráter verdadeiramente profissional de sua existência social. Burocratização e proletarização são fenômenos que contrariam a natureza da corporação profissional e, desse modo, não podem ser incluídas como processos constitutivos da existência das mesmas. Este me parece ser o limite mais sério da análise funcionalista e, por ironia, é justamente o ponto a partir do qual os marxistas interessam-se pelas profissões. Conjugando as dificuldades encontradas pelas duas vertentes, reforça-se a necessidade de adoção de um instrumental teórico que dê conta da especificidade desses grupos mas que também possa compreendê-los na totalidade das suas formas de manifestação.

As análises de cunho fenomenológico insistem em mostrar o caráter problemático do ideal de serviço e da

autonomia das profissões explicitando, através de estudos da suas práticas cotidianas, as diferenças de atendimento segundo o tipo de clientela (contra a idéia parsoniana do universalismo ligado à orientação de serviço) ou a fraqueza dos contrôles éticos e técnicos das atividades profissionais, que, segundo o modelo funcionalista consistiriam na base da autonomia. Mas as abordagens weberianas vão além: conceber a existência das profissões como parte da esfera do poder e integrante dos princípios de hierarquização social significa relativizar e problematizar a autonomia e abrir possibilidades de teorizar sobre o significado do "ideal de serviço".

IDENTIDADE E DESPROFISSIONALIZAÇÃO

Os discursos de desqualificação mútua, cheios de acusações, produzidos por membros mais ativos das diferentes entidades representativas dos engenheiros retomam um tema clássico da sociologia: a desprofissionalização. Uma das linhas de análise do tema pode ser resumida no texto de FREIDSON:

"Historicamente, a organização social da divisão do trabalho foi constituída pela interação de dois modos radicalmente diferentes de organizar o trabalho humano necessário à execução de tarefas interdependentes, e de definir as próprias tarefas. Os termos comuns "burocratização" e "profissionalização" denotam, ainda que cruamente, os dois modos de organização." (FREIDSON, E., 1973:56)

Nesta vertente, a desprofissionalização seria produto da vitória dos modos de organização mais burocráticos. Entretanto, como vimos anteriormente, com LARSON e outros, o trabalho e a própria constituição da identidade profissional estão visceralmente ligados às organizações, não sendo possível considerá-las elementos de desprofissionalização, a não ser que só se considere o modelo clássico de trabalho independente.

Para o próprio Weber, a burocratização é fundamento do poder profissional: a sua análise da evolução dos diversos grupos de especialistas dentro das esferas autônomas evidenciá o papel chave da burocratização racionalizante em cada uma delas. Como em qualquer outro campo, a burocracia mostra-se, também aqui, como o mais eficiente mecanismo de exercício de poder. Por outro lado, tanto quanto a burocratização, a profissionalização da prestação de certos serviços significa também a imposição de uma certa forma organizacional aos mesmos, inclusive limitando a criatividade e autonomia individual tão propaladas no modelo clássico mas pouco conhecidas nas práticas cotidianas dos profissionais que se vêem submetidos ao contróle das normas e padrões estabelecidos pelo próprio grupo.

A outra vertente analisa a questão da desprofissionalização por um ângulo mais adequado. Autores como Brian HERAUD e principalmente Robert PERRUCCI (1973) procuram explicar como o contexto imediato do trabalho profissional tem criado uma insatisfação generalizada com o mesmo e com os modos de realizá-lo, bem como com o acompanhamento feito pelas associações profissionais: o trabalho reivindicativo das ocupações que querem se profissionalizar evidencia o caráter pouco altruísta das atividades profissionais; o questionamento das necessidades atendidas pelas profissões é feito a todo instante nas sociedades modernas; o descompasso entre os problemas não resolvidos e o aumento do poder e da renda de alguns grupos profissionais. Acrescente-se a isto as preocupações como a de Adam YARMOULINSK (1978) sobre o futuro das profissões numa sociedade crescentemente democrática, com leigos cada vez mais informados. Tudo isso compõe um quadro em que os profissionais tendem a ser vistos como mais um grupo de trabalhadores submetidos às condições do capital e, por isso mesmo, proletarizado. Neste contexto, as associações profissionais tenderiam a proletarizar também a sua ação,

dissolvendo-se no conjunto das forças operárias ou no interior dos movimentos radicais de todos os matizes.

"Enquanto os profissionais individualmente reconhecem os problemas causados pela sua incapacidade de servir adequadamente os seus clientes, as sociedades profissionais escolheram permanecer alheias a qualquer questão que estivesse além do círculo definido por um profissionalismo estrito. Miller (1972) indicou como essas sociedades definiram suas posições em questões controversas, como "objetivas" ou "não-envolvidas". (PERRUCCI, R.:1973:183)

O alargamento do campo de representação profissional exige que se coloque outro tipo de posição, adotado pelas entidades "proletarizadas". Ao "profissional", polo ideal-típico de um continuum, que se expressa num trabalho do tipo artesanal, autônomo e com fontes de renda reguladas individualmente, OPPENHEIMER (1973) opte o "proletarizado" que tipicamente se incluiria numa forma de atividade com divisão extensiva do trabalho, sob condições definidas por autoridades superiores e salários definidos em barganhas coletivas. Neste contexto,

"...uma das razões para sindicalização, especialmente nos estratos superiores da vida profissional, é proteger certas características profissionais que os grupos mais antigos foram incapazes de defender por se recusarem a negociar coletivamente e a fazer greve." (OPPENHEIMER, 1973:224)

Estamos assim diante de dois modos de ação e duas formas de organização que competem entre si pela representação do grupo profissional, repetindo pelo menos em parte um tipo de corte existente entre os profissionais. A unidade que existe entre eles, visível nos respectivos discursos, é a tentativa de ser o verdadeiro representante da categoria, o mais engenheiro dos engenheiros.

"As associações mais clássicas de profissionais de classes médias definem seu espectro de clientela normalmente a partir das profissões certificadas por diplomas de grau universitário. Neste quadro temos os sindicatos profissionais e as federações que agrupam os diversos sindicatos regionais como os canais institucionais por excelência das reivindicações "classistas". Os Conselhos Regionais e Nacionais se encarregam do credenciamento e fiscalização das atividades dos profissionais definidos da mesma maneira. (Nota: a OAB é diferente...) Tanto a dupla "sindicato/federação" quanto a "Conselho regional/nacional" têm suas atribuições e funcionamento definidos por lei. Por outro lado, servindo principalmente "os grandes" das profissões, os seus agentes mais bem sucedidos profissionalmente, aparecem os Institutos ou Associações no papel de divulgadores da "excelência" da profissão, como ventríloquos da "mídia" da opinião científica da especialidade, sendo esta opinião a mais considerada em geral pelos diversos níveis do governo, receptáculo último de demandas e sugestões." (GRÜN, R.:1988:1)

O tipo de trabalho desenvolvido por cada entidade específica reproduz diferenciações no campo profissional e reforça-as no plano simbólico. O estudo de GRÜN explicita a lógica da representação das entidades de classe média que buscam apoio generalizado para suas reivindicações, opondo as imagens da "profissão clássica", modelo almejado e reconhecido, e da "profissão degradada", situação vivida pelos profissionais numa clara discrepância entre o que deveriam ter modeladamente e o que têm nas condições reais.

NOVOS DISCURSOS

Se o discurso confirma esta oposição simbólica, presente em todas as entidades, a história recente do movimento sindical de classe média leva a essas organizações lideranças e técnicas de mobilização originárias do movimento estudantil.

"Dada a mudança brusca do tipo de função dos órgãos sindicais, bem como do balanceamento de importância entre eles e as organizações do tipo "conselho", eles se tornaram alvos por excelência das estratégias dos antigos militantes do movimento estudantil." (GRÜN, R. 1988:3)

Nos sindicatos, estes agentes repetem o "padrão filo-proletário" dos estudantes, procurando integrar suas organizações no trabalho reivindicativo desenvolvido por alguns setores da classe operária. Não faltam apelos e práticas sindicais que caminhem na direção de igualar o trabalho do engenheiro ao do operário e, evidentemente, os segmentos mais mobilizáveis por este tipo de trabalho são os menos privilegiados da profissão. Os dados da pesquisa de S. SIMÕES confirmam isto e mostram que a "taxa de sindicalização é variável entre os engenheiros assalariados segundo sua posição no processo produtivo:

gerentes.....	29,6%
supervisores.....	55,9%
não-gerentes.....	44,4%

Discutindo as diferenças entre formas associativas, SIMÕES mostra que "os gerentes, que têm a menor taxa de sindicalização, apresentam a maior porcentagem de filiação ao Clube de Engenharia (equivalente carioca da SME, MLOB) - 55,5%. Os mais proletarizados são menos inclinados a filiar-se ao Clube - a taxa cai para 38,5% entre supervisores e 28,5% entre não-gerentes." (1989:287-8)

Isto significa que a imagem da profissão degradada, aproximada do trabalho operário, adquire um altíssimo grau de

legitimidade e representatividade entre alguns profissionais. As condições materiais do trabalho profissional reforçam a dimensão simbólica da ação sindical.

Estamos diante do que BOURDIEU chamaria de homologia de posição, pela qual, dentro do campo profissional, repetem-se as diferenças entre burguesia e operariado, refazendo as oposições entre proprietários e despossuídos. Mas o grande e fundamental detalhe é que essas repetições acontecem dentro de um campo - profissional - situado nas hierarquias sociais, detalhe que imprime sua marca nas oposições e na organização interna do campo. Desta forma, evita-se reduzir profissão à classe, tal como concebida pelos marxistas: tal redução implicaria uma equalização entre profissão e cumprimento de um conjunto de tarefas especializadas, deixando de lado a idéia de que a primeira é, na realidade, objeto de organização social.

Sendo assim, fica explicado o porquê da unidade das ações tão diferenciadas sob outros aspectos: todas as entidades constroem e lutam pela especificidade do trabalho do profissional, pelo reconhecimento do valor diferenciado deste trabalho.

"O conhecimento da hierarquia dos princípios de divisão permite definir os limites em que operam os princípios subordinados e, a par disto, os limites das similitudes ligadas à homologia as relações dos outros campos com o campo de produção econômica são ao mesmo tempo relações de homologia estrutural e relações de dependência causal; a forma das determinações causais é definida pelas relações estruturais e a força da dominação é tanto maior quanto mais aproximadas das relações de produção econômica estiverem as relações em que ela se exerce." (BOURDIEU, P., 1989a:154)

O lugar do campo profissional da engenharia no espaço social determina limites à autonomia do mesmo e é o papel essencial desempenhado pelos conhecimentos técnicos e gerenciais dos engenheiros na organização da economia moderna que faz com que eles possam reproduzir tão fielmente as dicotomias do capital econômico. Se se pode comparar com o que acontece no campo jurídico - que também desempenha papel determinante na reprodução social - podemos dizer que os engenheiros sofrem processo semelhante:

"Assim, a hierarquia na divisão do trabalho jurídico, tal como se apresenta mediante a hierarquia dos especialistas, varia no decurso do tempo, ainda que em medida muito limitada (como é disso testemunha o estatuto de excelência que é sempre dado ao direito civil), em função sobretudo das variações das relações de força no seio do campo social, como se a posição dos diferentes especialistas nas relações de força internas do campo dependesse do lugar ocupado no campo político pelos grupos cujos interesses estão mais diretamente ligados às formas de direito correspondentes." (BOURDIEU, P., 1989b:251)

A proximidade dos engenheiros ao campo do poder econômico é justamente o que garantiu o largo sucesso da sua tentativa de regulação das relações sociais e, ao mesmo tempo, explica algumas das dificuldades encontradas pelas políticas sanitárias implementadas pelos médicos brasileiros no início do século. Já nos Estados Unidos, o livro de Paul STARR mostra como os médicos americanos tiveram um grau de eficiência maior na aproximação com as corporações e com a fundação de uma medicina empresarial.

Mas se isto nos permite explicar as posições proletarizantes assumidas por sindicatos profissionais - inclusive entendendo porque é possível à diretoria do SENGE-MG afirmar-se como o menos corporativista dos sindicatos de classe média - devemos considerar a advertência mencionada acima

quanto ao alcance e limites dessas homologias de posição. BOURDIEU concebe o espaço social como sendo um conjunto de campos relativamente autônomos mas subordinados em diferentes graus ao campo da produção econômica:

"...no interior de cada um dos sub-espços, os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas (sem por isso se constituírem necessariamente em grupos antagonistas)." (BOURDIEU, P., 1989a:153)

Do ponto de vista da reprodução ou ruptura das relações sociais, importa mostrar que as homologias de posição entre os diversos campos são bases possíveis de alianças tal como ocorre com os sindicatos de classe média que se integram em lutas das organizações operárias. Mas trataM-se de alianças ambíguas, como aquelas em que intelectuais "proletarizados" oferecem a operários industriais meios de constituírem sua visão de mundo, suas formas e instituições de representação. A base da ambiguidade é a confusão que se faz ao tratar "homologia de posição, semelhança na diferença, como identidade de condição". (idem:154)

A partir desta confusão, a sociologia muitas vezes assumiu, sem as análises necessárias, a dicotomia que marca o discurso das profissões, entre o modelo clássico e o degradado, partindo para explicações que giram em torno à proletarização ou desprofissionalização. Neste momento, renuncia-se à compreensão da estrutura da sociedade em todos os seus matizes e diferenciações, pois deixa-se de lado a especificidade das práticas sociais de um vasto contingente de trabalhadores.

"Não há dúvida de que a mesma estrutura - entendida como invariante das formas das diferentes distribuições - se encontra, ela própria, nos diferentes campos, o que explica a fecundidade do pensamento analógico em sociologia. Mas não deixa de ser verdade que o princípio da diferenciação é, de cada vez,

diferente com a natureza do interesse e do que neste está em jogo, logo, a economia das práticas. Importa, com efeito, restabelecer uma justa hierarquização das espécies de capital." (idem:154)

Os princípios de diferenciação, a autonomia dos campos é que definem a especificidade dos diversos campos profissionais, a lógica da sua organização e coesão e das suas diferenças internas, a economia das práticas sociais de cada grupo profissional. As tendências ao reforço do neo-corporativismo na sociedade brasileira, detectadas por Maria Hermínia Tavares de ALMEIDA (1989), entre outros, produzidas pela cristalização de um sistema de representação de interesses oposto ao modelo partidário, mais pluralista e competitivo, trazem para a arena política mais explícita esta autonomia concorrencial dos diversos campos do espaço social. Não apenas como forma de encaminhamento de reivindicações junto ao Estado mas como mecanismo mais amplo de definição da estrutura da sociedade.

CORPORATIVISMO E COESÃO

Fica claro até aqui que as duas entidades lutam pela representação da categoria, interna e externamente. Não se pode entretanto esquecer o peso do diploma, do saber certificado, capital estruturante do campo profissional: ele significa partilhar uma certa racionalidade, uma certa concepção do mundo que inclusive transforma-se num projeto de mundo e tem uma eficácia identificatória fortalecida pelas características elitistas e excludentes da sociedade brasileira, com sua valorização exacerbada do capital cultural certificado como forma de distinção.

Por isto mesmo, tornam-se mais relevantes diferenças entre formações profissionais, que, atualizando-se através dos agentes estrategicamente colocados, podem gerar mudanças cruciais nas formas de organização social vigentes. A racionalidade "economicista" implantada nas empresas e no Estado brasileiro, principalmente a partir de meados da década de 60, mostra seus efeitos mais patéticos nos momentos de crise mas também explicita as suas diferenças mais profundas com a perspectiva desenvolvimentista-estatista-industrialista dos engenheiros.

Uma última questão diz respeito à força possível deste modo de agregação. Do ponto de vista de alguns analistas, as diferenças internas tenderiam a produzir cortes que inviabilizariam a coesão do grupo profissional e sua transformação em ator coletivo. Quanto ao último ponto, a trajetória dos engenheiros vem mostrar que, apesar das lutas internas pela definição do engenheiro mais engenheiro, os representantes da concepção hegemônica se organizam e agem coletivamente a partir de sua posição profissional.

Considerando apenas a literatura que adverte para o caráter problemático da coesão dos grupos profissionais, podemos encontrar uma primeira explicação no trabalho de LASSERE. Para este autor, o principal fundamento da unidade da categoria estaria no papel desempenhado pelos engenheiros dentro das novas formas de organização empresarial. No seu texto, citado anteriormente, LASSERE não está preocupado com a coesão mas procura uma explicação para o que ele chama de dualidades de referência na constituição da identidade. Problema clássico da sociologia das profissões, desenha-se um torno da lealdade, por vezes conflitiva, à empresa ou à comunidade profissional. Através desta dualidade, LASSERE procura compreender a razão pela qual as diferenças entre profissionalismo e sindicalização, entre os vários setores e

relações econômicas e entre profissionais de origens sociais diversas dissolvem-se para constituir uma estrutura de identidade reconhecível.

"O recurso a uma abordagem mais qualitativa nos permite compreender melhor que, sob a noção de indústria "tecnológica", esconde-se de fato um tipo de organização inseparável da existência de novas relações entre ciência e produção. Esta organização cria um novo modo de inserção do engenheiro no processo de trabalho e nas relações de autoridade. As duas atitudes dominantes, "generalista" e "profissionalista", aparecem-nos como expressão dos dois principais tipos de estratégias possíveis para o engenheiro, em função da sua trajetória social e, sobretudo, do tipo de poder detido por ele na organização e, portanto, do tipo de meios de se fazer reconhecer como/ou de aceder ao status de/ ator. Em suma, a construção da identidade aparece, no caso dos engenheiros, como inseparável do tipo de poder exercido socialmente. É isto que permite compreender melhor o paradoxo observado entre um discurso mais "tecnocrático" e as atividades claramente salariais." (LASSERE, H., 1989:174-5; grifo meu, MLOB)

Independentemente de algumas críticas que se possam dirigir a esta análise - destacando-se a que coloca a construção da identidade apenas em condições mais recentes da organização da empresa capitalista - ela tem o mérito de evocar o fundamento da identidade profissional, não nos conhecimentos ou qualquer outro tipo de divisão técnica das tarefas, mas nas relações que estruturam o mundo social. O que constituiria a personalidade coletiva aludida anteriormente seria o engajamento das personalidades individuais nos processos cotidianos de produção das relações sociais. Evidentemente, isto acontece num jogo complexo entre estratégias possíveis num cenário estruturado e o habitus gerador das práticas e percepções que fundamentam estas mesmas estratégias.

Colocado nestes termos, o problema se transforma numa questão de definição de fronteiras, de quem pertence ou não ao grupo. Não se trata aqui de delimitar que tarefas podem ser atribuídas ao grupo mas de quem pode, legitimamente, se dizer membro do grupo. No caso dos engenheiros no Brasil, seria difícil considerar a fluidez das fronteiras (como quer BOLTANSKI (1982) para os seus "Cadres") como elemento reforçador da unidade: o diploma delimita claramente as parcelas da população que têm o direito de se ocupar de tais tarefas. A fluidez existe quanto às posições no interior do campo profissional, o que dá às estratégias de carreiras um papel ainda mais relevante na produção da coesão interna. A concorrência na qual estão engajados cotidianamente os nossos agentes é encarada por eles (prática e teóricamente) sob um ângulo específico quanto às suas possibilidades, quanto a tipos de carreiras, mecanismos de promoção e critérios e armas legítimos que os diferenciam de outros agentes e unificam cada grupo específico diante dos outros. A lógica comum do trabalho dos agentes unifica o espaço social criando vantagens materiais e simbólicas para o pertencimento ao grupo. Estas se traduzem em cargos e funções, direitos e atributos. É dessa perspectiva, exclusivamente, que se pode entender o papel unificador atribuído às carreiras profissionais: LARSON, STARR e outros mostram como a possibilidade de ocupar os pontos mais elevados da trajetória profissional impede os jovens iniciantes de se rebelarem contra as hierarquias ou trabalhos possivelmente desagradáveis. Esta estratégia dos praticantes mais novos não pode ser entendida so como vontade de "chegar lá" mas deve ser vista como constitutiva do próprio campo profissional, como aquilo que os torna iguais aos membros mais experientes da comunidade. Não é apenas uma estratégia individual mas a estruturação de um campo social e o efeito conjunto do trabalho dos agentes é o posicionamento mutante deste campo no espaço social. Passamos aqui ao significado estrutural do trabalho instituidor realizado pelos grupos profissionais.

COESÃO E ESTRUTURA SOCIAL

Num dos textos mais importantes sobre as profissões no campo marxista, David NOBLE atribui a unidade da categoria dos engenheiros ao papel essencial desempenhado pela tecnologia e seus agentes no desenvolvimento do capitalismo corporativo. Como no caso de LASSERE, a dubiedade de referências - organização ou profissão - não impede, mas até reforça, a produção de uma identidade profissional.

"Enquanto lutava para criar sua própria identidade profissional, o engenheiro tentava, normalmente, apresentar-se ao público como a "tecnologia personificada", a grande força motriz da civilização moderna. Ao fazer isto, no entanto, ele foi forçado a identificar-se com a corporação, que era também tecnologia, parte constitutiva do engenheiro tanto quanto este constitui a corporação. Os esforços dos engenheiros para controlar o processo histórico que os criou, de modo a tornar segura sua posição nele, complementa e reforça os investimentos das corporações baseadas na ciência para controlar o mesmo processo que também as criou.

...à medida em que eles [os engenheiros] tentavam crescentemente identificar o seu status profissional com seu status corporativo, sua luta pelo profissionalismo tornou-se, ao mesmo tempo, um aspecto crucial do gerenciamento corporativo do conhecimento técnico e dos agentes técnicos: o controle corporativo da tecnologia." (LASSERE, H., 1977:44)

O raciocínio de NOBLE é bastante semelhante ao de LASSERE, com a vantagem de estender os efeitos da explicação para a estrutura da sociedade: o controle corporativo sobre o conhecimento técnico tem efeitos sobre toda a vida social e este é um elemento importante na análise. A unidade da categoria funda-se no papel de agente portador de um recurso

essencial, a técnica, para a configuração de uma determinada sociedade.

Os engenheiros mineiros cabem apenas em parte neste modelo, justamente pela diferença dos contextos históricos. Se no capitalismo americano a tecnologia foi elemento essencial para o desenvolvimento das corporações, ela não teve o mesmo papel no Brasil. Portanto, a explicação da unidade tem que ser buscada em outros recursos, ou numa ampliação de perspectiva. Esta ampliação pode inclusive ser cobrada de NOBLE, que nunca explica a formação de um certo padrão de sociabilidade que prestigia engenheiros, refaz hierarquias do saber, enfim, mostra o lado mais social do processo econômico de criação das grandes corporações.

Os engenheiros monopolizaram certos recursos - não apenas tecnológicos, mas especialmente políticos - vinculados a um determinado projeto de sociedade que eles tentaram implementar. A posição social dos grupos profissionais tem que ser pensada, portanto, como vinculada ao processo de formação de uma autoridade cultural - nos termos de STARR - isto é, como tentativas de tornar válidas e verdadeiras algumas definições particulares de realidades e julgamentos de significado e valor. (STARR, 1982:13). Por isto, é necessário qualificar o argumento de NOBLE pois a tecnologia (material e organizacional) é um recurso classificado numa hierarquia de valores (que diferencia saberes, técnicas, capacidades) que cada grupo profissional tenta ordenar ao seu modo. É evidente que a sociedade moderna tem na tecnologia um dos seus principais eixos de estruturação, mas ela só pode ser adequadamente analisada do ponto de vista da sociologia se considerarmos as lutas pela imposição dos padrões básicos. É neste sentido que se pode comparar religião e ciência e é dentro deste quadro que podemos entender o significado dos processos de profissionalização. Ou seja, dos modos de

constituição das profissões como forma específica de organização das hierarquias sociais.

O PROFISSIONALISMO COMO PROJETO DE MOBILIDADE

As profissões modernas, ao contrário de suas antecessoras, abandonaram o apoio das elites e procuraram um critério de legitimação mais amplo, mais homogêneo e mais democratizante, que é dado pela universalização do mercado. O trabalho de Magali LARSON, mencionado anteriormente, mostra que, definidas certas condições de mercado, é necessário compreender outra dimensão das relações de poder, a luta por status. No caso das profissões, ela se traduziria na constituição de um projeto coletivo de mobilidade social. Pelo seu caráter coletivo, o projeto profissional está vinculado aos processos mais amplos de estratificação social, produzidos a partir da "grande transformação". Os meios utilizados para a consecução deste projeto são os mesmos já usados para a formação dos mercados profissionais. Sob esta ótica, no entanto, eles assumem um caráter diferente e as fontes de prestígio que são incorporadas como meio de mobilidade social são analisadas segundo três dimensões principais: o grau de independência em relação à estrutura do mercado; o grau de modernidade ou de distância das fontes tradicionais; o grau de autonomia ou o peso maior ou menor da própria profissão na definição dessas fontes.

Analisando rigorosamente o processo de transformação da sociedade americana que, na virada do século XX, deu origem a uma nova forma de estratificação social, novas formas de organização política e econômica, a autora mostra como as profissões estabelecidas e emergentes souberam aproveitar os recursos organizacionais disponíveis e construir o seu lugar social. Neste momento da análise, LARSON deixa num

segundo plano a dimensão cognitiva para realçar os processos sociais que determinam a posição e a trajetória das profissões. A comparação com a sociedade britânica vai mais longe ao ressaltar o caráter de usurpação que tem toda luta por status. No caso dos Estados Unidos, a construção de critérios de prestígio e de valor a partir da dimensão cognitiva parece mais evidente pois não estavam sendo destruídos critérios validados anteriormente pela sociedade. Simplesmente estavam sendo estabelecidos alguns princípios de posicionamento numa sociedade livre.

O estudo das profissões americanas volta-se especialmente para a compreensão do modo pelo qual foram utilizados os recursos organizacionais e sociais para a realização do projeto de mobilidade coletiva, isto é, para a instalação de princípios de hierarquização social que permitissem aos grupos profissionais conseguir posições privilegiadas na nova estrutura ocupacional/social que se formou nos Estados Unidos a partir do século passado. O processo de centralização política e econômica, acompanhado da necessária burocratização, é a base que fornece os recursos para a constituição do novo tipo dominante de profissional: as profissões organizacionais. No Estado, atuando em nível nacional, na grande corporação e nas universidades desenvolve-se este novo tipo profissional que, na realidade não se opõe ao modelo clássico mas apenas reforça algumas tendências que já estavam presentes nele. Ao vincular a criação deste tipo profissional aos princípios fundamentais de localização social nas sociedades modernas - grande corporação, estado e universidade - LARSON ressalta a proximidade entre o trabalho profissional e as grandes burocracias.

"O mais importante princípio de legitimação da burocracia é, para Weber, sua eficiência superior para lidar com problemas de larga escala. Burocracia parece ser a forma estrutural sob a qual a reorganização da

produção de mercadorias pelo capital monopolista é "transmitida" ideologicamente por todo o corpo social. No desenvolvimento histórico particular dos Estados Unidos, instituições centrais de abrangência nacional foram estabelecidas quase que contemporaneamente nas esferas econômica e política e, se incluirmos as universidades nacionais, na esfera da educação superior também. Esta reorganização paralela refletiu-se, no nível da ideologia, nos temas uniformes da eficiência, regulação e "expertise". Foi durante esta fase de transição para o capitalismo corporativo que as profissões americanas consolidaram sua posição nas hierarquias social e ocupacional. " (LARSON, 1977:143-144)

O vínculo que se estabelece entre profissões e a organização das hierarquias sociais explica porque não há incompatibilidade entre burocratização e profissionalização, muito pelo contrário: os dois processos reforçam-se mutuamente. Tanto as organizações burocráticas quanto o trabalho profissional guiam-se pelos princípios de racionalidade funcional e pela aplicação da ciência, "transformando poder em autoridade ao invocar a legitimidade da expertise". A especificidade dos grupos profissionais é vista aqui não como uma diferenciação ou algum tipo de isolamento em relação ao resto da sociedade mas como utilização de recursos específicos (saber e racionalidade) na constituição mesmo dos vínculos com os outros grupos sociais.

Para analisar a questão da autonomia profissional, que neste caso não pode mais ser vista como fruto do isolamento das profissões, LARSON critica as definições sociológicas que incorporam elementos ideológicos (o ideal de serviço, o estabelecimento de diferenças radicais entre trabalho assalariado ao capital e trabalho profissional) e procura mostrar as circunstâncias históricas do aparecimento dos grupos profissionais para estabelecer as condições do

desenvolvimento da autonomia e do ideal de serviço, vistos então como elementos constitutivos de uma ideologia.. Segundo esta autora, as primeiras associações profissionais organizaram-se não para lutar contra o mercado mas antes, para constituir e controlar um mercado. Desta forma, constroem uma estrutura corporativa que lhes permite um certo isolamento da sociedade mais ampla (razão da sua autonomia) podendo inclusive manter certos traços da sua representação de mundo, especialmente os princípios anti-mercado. Explica-se assim a ilusão de autonomia e de uma existência radicalmente diferente, em termos da sua organização, das profissões. Mais ainda, "do ponto de vista do mercado, o surgimento das profissões aparece como mais uma fase da racionalização capitalista" (1977:56), incluindo-se definitivamente na esfera das relações de classe nestas sociedades. A ideologia de um setor da classe emergente - os grupos profissionais em ascensão - subsume-se à ideologia dominante. Isto porque o vínculo com a estrutura de classes passa pela ideologia:

"Pelo fato de que a ascensão das profissões dependia tão amplamente do estabelecimento de credibilidade social, elas tiveram que apelar para estruturas ideológicas gerais. Um deles foi o próprio princípio de racionalização, incorporado no ethos científico e na autoridade racional da expertise técnica."(LARSON, M.,1977:56).

Na época do seu desenvolvimento, no entanto, este tipo de apelo ideológico ainda não poderia fornecer uma base geral de legitimação para as profissões, que buscam no passado, na ordem social anterior ao século XIX, os fundamentos, mais éticos que científicos, da autoridade profissional: orientação para a comunidade, função civilizadora, satisfação com o trabalho e mesmo alguns princípios anti-mercado ou anti-capitalismo "foram incorporados na tarefa de organizar os mercados profissionais porque estes eram elementos que davam suporte à credibilidade social e à crença do público no caráter ético das profissões".(63) Esta é a história original do profissionalismo

o qual acaba se transformando numa ideologia que reúne elementos antitéticos ("função civilizadora" X "orientação para o mercado" ou "proteção à sociedade" X "proteção do mercado" ou, ainda, valores extrínsecos X valores intrínsecos do trabalho) que acabaram por confundir alguns sociólogos.

No caso das profissões modernas, permanecem ainda alguns destes traços mas surgem novas formas de legitimação do poder com a emergência de uma concepção de autoridade que apela à racionalidade da ciência. Os profissionais promovem a racionalização no modelo corporativo transformando a expertise científica em princípio transcendente e base da sua autonomia. Além disto, o momento de consolidação das profissões na estrutura social americana corresponde à transformação da universidade, da corporação e do estado nas principais instituições definidoras de status. Novamente, o vínculo se faz através da ideologia pois os temas da eficiência, da regulação burocrática e da expertise espalham-se, a partir destas instituições, para toda a sociedade. As relações entre profissão e classe estabelecem-se pela via da ideologia dominante, sendo a primeira responsável pela difusão de valores e práticas da classe dominante (individualismo e preocupação com status, além das características já citadas do profissionalismo). Neste processo, a Escola desempenha papel justificador, atuando como instituição que certifica um novo tipo de propriedade - o saber - e que fundamenta hierarquias meritocráticas que recompensam o esforço individual. No sentido inverso, a ideologia burguesa é fonte de coesão interna no campo profissional (através da idéia de vocação, das expectativas de carreira e da socialização profissional) e da legitimação do lugar das profissões na estrutura social.

Se para LARSON a ideologia do profissionalismo define a especificidade da existência social das profissões, podemos dizer que Paul STARR propõe uma perspectiva mais

abrangente ao identificar na produção da autoridade cultural o fundamento desta especificidade. Estudando a medicina americana, este autor estabelece os princípios a partir dos quais os médicos configuram-se como portadores de autoridade legítima. Cada um desses princípios corresponde aos atributos definidores de uma profissão: o princípio da colegialidade, o princípio cognitivo e o princípio moral. Em outros termos, credenciais, conhecimento e código de ética. Se estes são os traços característicos normalmente reivindicados pelos profissionais e, em geral, atribuídos pelos sociólogos às profissões, STARR tenta mostrar que eles estão referenciados à questão do controle ocupacional e que é essencial que se perceba o profissionalismo como algo mais, como um tipo de solidariedade, uma fonte de significado, um sistema de regulação de crenças na sociedade moderna.

Tanto LARSON quanto STARR apontam para o problema central da especificidade dos grupos profissionais, seja como elementos constitutivos das hierarquias seja como criadores dos sistemas de regulação de crenças nas nossas sociedades. O que nos trabalhos citados fica implícito poderia ser explicitado num esquema analítico que partisse de uma teoria geral da formação e hierarquização dos grupos sociais, que permitisse incluir as profissões no processo geral de formação das estruturas sociais sem perder os fundamentos da sua especificidade.

PROFISSIONALIZAÇÃO COMO FUNDAMENTO DE UNIDADE

No texto citado sobre o surgimento do profissionalismo, LARSON mostra exatamente a luta das diversas profissões pela imposição de um outro tipo de legitimidade, não mais particularista e estamental mas agora baseada no

certificado, que atendia aos princípios universalizantes do mercado, característica fundamental do capitalismo.

"...o trabalho profissional vinha se tornando meio de vida exclusivo, sujeito aos ditames da competição capitalista por renda e lucro. Para assegurar sua subsistência, as profissões emergentes tiveram que unificar as áreas correspondentes da divisão social do trabalho em torno de garantias homogêneas de competência. Os princípios unificadores só poderiam ser homogêneos na medida em que fossem universalistas - isto é, autonomamente definidos pelos profissionais e independente, pelo menos na aparência, das garantias externas e tradicionais da estratificação social. Assim, a moderna reorganização do trabalho profissional e dos mercados profissionais tende a encontrar credibilidade numa base monopolística diferente e mais abrangente: a reivindicação de controle exclusivo sobre uma expertise superior."
(LARSON, M., 1977:13)

O conhecimento e a socialização dos profissionais na teoria e prática do "métier" são essenciais para a unidade do grupo na medida em que a padronização do saber se torna o principal suporte de uma subcultura profissional: os centros de treinamento proveriam a profissão com membros médios socializados, que aceitam as hierarquias internas pois seu sucesso depende delas e que são portadores de um senso de superioridade cognitiva que seria importante fator de institucionalização da separação entre leigo e profissional. Além disso, esta socialização cria um mínimo de solidariedade profissional, capaz de legitimar a divisão social do trabalho mesmo quando não justifica hierarquias internas. (pag. 46)

Mas mesmo esta unidade dada pelo processo de socialização que encaminha para a formação de uma comunidade é problemática. Como vimos, a escola tende a reforçar ou criar diferenças mesmo quando unifica linguagens e procedimentos. É a própria Magali LARSON que define o problema central: a

dialética entre indeterminação e codificação do conhecimento como expressão dos conflitos internos pelo controle do projeto organizacional e do mercado profissional (pag.42). O grau de unificação e racionalização que um grupo profissional consegue dar aos conhecimentos do qual é portador está estreitamente vinculado às condições estruturais que viabilizam mais ou menos eficazmente a implementação do que LARSON chama de projeto coletivo de mobilidade social.

Mais uma vez está em jogo a evolução não do pensamento científico e das diversas disciplinas mas das relações sociais que se estabelecem em torno deles: conhecimento específicos, transmitidos através de treinamento sistemático e sujeito a testes, certificados por meio de diplomas e confirmados em registros e licenças tornam-se os recursos modernos de mobilidade social, incorporados pelo projeto profissional. Este poderia ser traduzido como "ganhar status via trabalho" e seu caráter coletivo vincula-se, segundo LARSON, aos processos amplos de mobilidade social.

A variação e até a possibilidade de extensão das tarefas realizadas por um mesmo grupo ou por grupos com o mesmo nome evidenciam que mais que a formação ou socialização num saber específico, a unidade e permanência de um grupo ocupacional vincula-se à constituição de representações da sociedade e das relações entre seus membros. Estas representações, pelas quais os diversos agentes se enfrentam, estabelecem as fronteiras e o seu valor, ordenando as diferentes categorias sociais num processo constante de reconstrução da vida social. E é por isto que se pode formular hipóteses que relacionam fenômenos da desigualdade social com as hierarquias dos saberes.

Com isto fica claro que não é o simples crescimento do número de profissionais que produz o que os americanos

chamam de profissionalização da sociedade, mas é a transformação da estrutura de desigualdade. Desta perspectiva, os nossos engenheiros foram agentes essenciais na produção dessa nova ordem, que os profissionais do Direito não foram capazes de projetar.

Sendo a unidade profissional criada em torno das representações da sociedade e do grupo cabe perguntar pela evolução das concepções do engenheiro ao longo da história. Inicialmente um trabalho pouco conhecido ou requisitado e, de certa forma desvalorizado, a engenharia transforma-se, na virada do século, numa atividade de maior importância. Minas Gerais passa no século XIX por uma mudança econômica que reforça o papel da indústria e das atividades não-agrícolas, criando as condições estruturais para o processo de modernização fomentado pelos engenheiros formuladores de políticas econômicas. A tarefa do engenheiro passa de feitor do trabalho escravo nas minas a gestor da sociedade moderna e racional. Esta tarefa pode ser desempenhada na empresa ou no nível do Estado mas sempre com o caráter de atividade de direção. Mais que portador da tecnologia, o engenheiro mineiro mostra-se como a encarnação da modernidade e do desenvolvimento. Este papel combina com a posição de patrão ou dirigente.

Os tempos mudam e surgem novas imagens ou concepções do trabalho do engenheiro. Se hoje ainda existe um pouco da visão anterior, ela convive com duas outras representações: o técnico assalariado subordinado, ainda que comandando parte da mão-de-obra, e o engenheiro cientista, imagem que confunde o patrão de si mesmo com o trabalho técnico altamente qualificado e que poderia ser traduzido na figura do consultor. Em todos esses casos, o engenheiro é portador de conhecimentos científicos e racionais a serviço do progresso da humanidade.

A essas imagens e concepções correspondem representações, no sentido mais político do termo, bastante diferentes, organizadas em entidades variadas. Do campo profissional total, de acordo com as condições mais amplas do espaço social, ou seja, com a trajetória do grupo e de suas representações, constituem-se núcleos organizados representativos da profissão, atores em posições mais visíveis do campo. É esta a falta mais grave no texto de LARSON: a autora não mostra como um conjunto de profissionais organiza-se e assume a liderança, institucionaliza-se como representante - concorrendo com outros agentes pela representação mais adequada do grupo - e lança-se como ator no que ela chama de projeto coletivo de mobilidade social. O capítulo que trata da formação das empresas estatais em Minas Gerais explicita este papel desempenhado pela "nata" dos engenheiros mineiros e o significado de sua ação para o conjunto dos profissionais.

A variação das posições sociais corresponde também uma variação nos mecanismos e entidades representativas da categoria e é deste ponto de vista que se deve compreender a atuação tanto dos sindicatos quanto das associações.

Alguns vislumbres da produção da unidade profissional foram sugeridos nas análises anteriores: a essência do argumento é que apesar de todas as diferenças internas, dos conteúdos cognitivos e das tarefas diversificadas, uma profissão pode ser considerada como grupo social pela existência de representações coerentes do mundo social e do grupo profissional que são partilhadas pelos seus membros e validadas pela sociedade em geral. A coerência das representações não é dada pela sua homogeneidade mas pela sua capacidade de integrar a heterogeneidade das posições e visões num conjunto compreensível e racional que permite a cada agente localizar-se e estabelecer estratégias.

A unidade do grupo é, portanto, construída diferencialmente em cada configuração social, segundo o ponto da trajetória histórica da profissão e da estrutura das suas relações internas. Sendo a unidade produto do trabalho de instituição das formas sociais, realizado por agentes produtores de estratégias, o modo de socialização ou produção desses agentes é essencial para a definição de sua ação. E é isto que torna socialmente específica a existência das profissões: o caráter único das intervenções de seus membros dado o tipo de sua entrada na vida social e o lugar a que levaram o saber científico na sociedade moderna.

CONCLUSÕES

O argumento principal em torno do qual se desenvolveu este texto é o de que a profissão é um caso particular da luta social pelas classificações. Deste ponto de vista é possível incluí-la nos processos mais gerais de formação dos grupos sociais sem perder a especificidade da sua existência que é dada pelo tipo de capital mobilizado. O acompanhamento da trajetória dos engenheiros mineiros tornou evidente o papel do agente social, ator coletivo que se organiza em torno de um tipo de saber e constrói um projeto de sociedade segundo uma racionalidade que, de certa forma, define o tipo de modernidade que tivemos. A história veio mostrar também o caráter permanente da luta social que a cada instante reconstitui as condições para a estruturação dos agentes sociais e para a concorrência entre eles.

Enfrentando os bacharéis, os engenheiros formados em Ouro Preto diferenciaram-se, pela sua formação escolar, como um setor da classe dominante que estabelece novas regras de convivência social pelas quais ganha autonomia o espaço profissional. Esse processo de profissionalização significa a constituição de uma representação distinta da divisão social do trabalho bem como a instituição de um novo modo de regulação das relações sociais, das crenças, das hierarquias, dos trabalhos.

A mudança na estrutura dos capitais dominantes tem o poder de alterar a posição relativa das profissões como se pode ver, acima ou pelas transformações no interior das empresas que atribuíram nova força aos agentes vinculados às questões de cunho organizativo mais que técnico. Mas longe de

se atribuir a estes processos um caráter determinístico, pretendeu-se aqui ressaltar as estratégias dos agentes nestas situações diversas, seja na reconversão dos engenheiros, seja na organização dos economistas ou ainda na retomada de posição dos advogados no Brasil pós-constituente. Dessa forma, as mudanças nas hierarquias profissionais ou na própria delimitação das tarefas não são produto da evolução técnica mas aparecem como resultado da ação humana. A formação da CEMIG e da USIMINAS e, posteriormente, do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, ilustram a ação dos engenheiros e o seu significado enquanto processo criativo de novas formas institucionais e organizacionais. As estratégias individuais se articulam num todo orquestrado por uma rede invisível de produção intelectual unificada, um habitus secundário que informa e diferencia as atuações de cada tipo de agente, definindo o modo de concorrência entre eles. Os economistas aparecem como o concorrente mais forte dos engenheiros na luta dentro do campo profissional pela definição dos princípios de hierarquização. Mas a generalização dos diplomas como requisito para cargos e empregos traz para a pauta da profissão um outro tipo de problema.

O malogro ou pelo menos as dificuldades da regulação dos mercados e das relações sociais via diplomas tem-se evidenciado no crescimento de um certo tipo de mercado informal, no desemprego aberto de profissionais, nas campanhas contra as "máfias" de diversos tipos (dos médicos, principalmente) e numa desvalorização geral do ensino superior. Alguns movimentos sociais têm se encarregado de mostrar a incompatibilidade flagrante entre democracia e regulação corporativa da vida social. Mas é preciso atentar para o fato de que são imensamente diversificadas as formas possíveis de regulação e que o diploma é apenas uma delas, mais usada pelos diversos grupos profissionais. Como emblema do saber autorizado, cada vez menos o diploma é forma única de exclusão

ou mesmo fundamento da organização. As lutas em torno do diploma têm produzido um efeito duplo de desqualificação - pela multiplicação de saberes esotéricos e ocupações que não exigem certificados - e de superqualificação - especializações de diversos tipos que não passam necessariamente pela escola formal. Aqui, a dificuldade das profissões, quanto ao caráter do ensino que deve ser ministrado a cada uma delas, mostra-se como um problema de definição de estratégias de posicionamento social e o âmbito dos saberes será mais ou menos abrangente segundo a relação entre as pretensões do grupo e as forças sociais em jogo. O processo de profissionalização é a fase clássica de definição dos nichos de mercado baseada num critério "racional-científico", na divisão tradicional do mundo entre os vários ramos do saber científico. Mas a sua extensão e a intensificação das lutas no interior do campo profissional refaz os próprios critérios de delimitação e atribuição de tarefas. O participar nesta disputa faz a especificidade da vida profissional e funda a unidade de cada profissão como grupo social. Apesar das diferenças quanto à situação de mercado, às trajetórias escolares e à autonomia na realização das tarefas, produz-se a coesão pelo partilhar uma representação do trabalho profissional e do seu lugar no mundo social. Além da escola, outras práticas de exclusão e de posicionamento privilegiado a partir da posse de um saber permanecem nas formas mais sutis de distinção, da linguagem à organização do trabalho, tudo isto trazendo as profissões para a condição de "semi-governos" da vida social, base real do corporativismo moderno.

O elitismo evidente na vida profissional, explicável inicialmente pela proximidade entre profissões e aristocracia, torna-se mais importante na constatação de que toda profissão não é apenas "uma conspiração contra os leigos" mas também um projeto de organização do mundo e, portanto, uma vontade de dominação. Como tal, é limitado e controlado por

outros projetos concorrentes, mais ou menos semelhantes - de outros profissionais, de proprietários de formas diferentes de capital, de outros tipos de agentes de alguma forma qualificados a reivindicar a direção da sociedade.

Se parece equivocado falar de elitismo diante dos problemas enfrentados cotidianamente por cada profissão deve-se acrescentar que, no plano material, as retribuições a grupos profissionais ainda são das mais elevadas, comparativamente à maioria da população e que, no plano simbólico, permanece a luta pela ordenação do mundo e este é o objeto dos conhecimentos de cada profissão, conhecimentos traduzidos como práticas sociais. E é esta razão pela qual apesar do declínio da remuneração e do prestígio, as profissões mantêm seu compromisso com o núcleo "intelectual" de suas atividades.

Para analisar desta forma a trajetória dos engenheiros foi necessário fazer um certo exercício de montagem teórica. A sociologia das profissões e, em especial, os trabalhos de Magali Sarfati Larson e Paul Starr, ofereciam as primeiras indicações mais substantivas para tratar o problema. Com Larson, pude aprender a importância e a especificidade das profissões enquanto base de uma nova estrutura de desigualdade nas sociedades modernas. Dela também vem a idéia de que os saberes profissionais são uma mercadoria e um tipo de propriedade que insere seus portadores nas formas típicas das organizações contemporâneas. O conceito de profissionalização como projeto coletivo de mobilidade social é de suma importância. O estudo de Starr mostra, de modo contundente, o caráter socialmente determinado da evolução do conhecimento, de sua direção, do formato tomado por ele. E enfatiza o processo de monopolização de certas áreas de competência, aquilo que Abbott chama de estabelecimento de uma jurisdição, como imposição de autoridade cultural e, portanto, de um tipo de dominação. Outro autor importante na composição das minhas

explicações foi Eliot Freidson com sua análise do conhecimento como base sobre a qual se funda o poder dos grupos de intelectuais mas também como fundamento de algumas diferenças internas à profissão. David Noble fez ver que os engenheiros americanos tentaram regular a vida social no seu país, a partir do controle da tecnologia, no início, e das relações e recursos humanos, mais adiante. Dos trabalhos de Michel Crozier e Erhard Friedberg retirei a noção de que os atores agem em contextos organizacionais a partir da formulação de estratégias coerentes.

Para juntar isso tudo num esquema analítico articulado recorri à sociologia de Pierre Bourdieu e sua teoria da constituição das classes sociais no interior de campos autônomos. Assim, pude integrar a idéia da propriedade do saber (como capital cultural) fundando um modo de ação específico que leva os agentes a buscar, na realização do seu projeto (de mobilidade e de imposição de autoridade), a regulação do mundo social segundo seus princípios de visão e divisão, estabelecendo formas de dominação distintas dentro da sociedade capitalista.

O fato de que as profissões devam ser vistas como espaço de produção da dominação cria uma dificuldade extra para a sociologia brasileira que é a de confundir profissão e classe e se o ponto de partida deste trabalho mostrou a necessidade de romper com o senso comum - que atribuía às profissões uma hierarquia "natural", fundada nas necessidades sociais - o estudo mais aprofundado do problema tornou clara a ruptura com o "senso comum douto", expresso numa sociologia das profissões com a mesma vocação naturalizante. A reflexão sobre o modo como são construídos os conceitos permite ligar as profissões dominantes no campo e os modelos elaborados por sociólogos, como os médicos nos Estados Unidos e a teoria funcionalista. Mas há o outro lado: aquele que especifica melhor os vínculos

entre as maneiras pelas quais as ciências sociais são também constitutivas das visões de mundo e das práticas sociais ou, mais especificamente, como as profissões liberais tornaram-se um estereótipo que estrutura princípios de ação de outros grupos que pretendem se profissionalizar segundo este modelo. As discussões sociológicas em torno da "natureza" dos grupos e das classes fazem parte, importante, do jogo que busca impor uma representação dominante do espaço social, ou um princípio organizador da divisão do trabalho, regulador do processo de constituição das identidades sociais. A crítica do conhecer dos engenheiros é uma crítica às suas práticas sociais e o mesmo ocorre com todas as profissões. Conceber a vida social como luta e os agentes como tendo poder instituidor de certas relações sociais implica considerar o papel dos sociólogos-agentes na configuração do campo profissional e, a partir daí, de toda a sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- ABBOTT, A., (1988), *The system of Professions: an essay on the division of expert labour*, The University of Chicago Press.
- ADORNO, S., (1988) *Os Aprendizes do Poder. O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*, Paz e Terra, SP.
- ALMEIDA, M.H.T., (1989), "Direitos sociais e corporativismo no Brasil", *Novos Estudos Cebrap*, nº 25, out. 1989.
- BARBOSA, M.L.O., (1990), "Ocupações: os grupos sociais e as categorias estatísticas". *Textos de Sociologia e Antropologia*, 28, jan/fev.
- BARON, J., DOBBIN, F. e JENNINGS, D.P., (1986), "War and peace: The Evolution of Modern Personnel Administration in U.S. Industry". *American Journal of Sociology*, 92 (2), pp.350-383.
- BECKER & CARPER, (1956), "The development of identification with an occupation", *American Journal of Sociology*, vol LXI, 4. Jan, pp. 289-298.
- BISSERET, N., (1979), "A ideologia das aptidões naturais" in DURAND, J.C.G.(Org.): *As funções ideológicas da escola: educação e hegemonia de classe*, Zahar, RJ.
- BOLTANSKI, L., (1982), *Les Cadres*, ed. Minuit, Paris.
- (1984), "How a social group objectified itself: "Cadres" in France 1936-45", *Social Science Information*, 23,3, pp.469-491.
- BOURDIEU, P., (1979), *La Distinction: critique sociale du Jugement*, Ed. Minuit, Paris.
- (1979), "Les trois états du capital culturel", *Actes de la recherche en sciences sociales*, 30, pp.3-6 dec 1979
- (1989a), "Espaço social e gênese das classes" in *O Poder Simbólico*, Difel-Bertran Brasil.
- (1989b), "A força do direito", *idem*.
- (1989c), "A gênese dos conceitos de habitus e de campo", *idem*.

- (1989d), "A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região.", idem.
- (1987), "Condição de classe e posição de classe", in MICELI, S., (org.) *A Economia das trocas simbólicas*, Ed. Perspectiva, SP.
- (1987), *Choses Dites*. Ed. Minuit, Paris.
- BOURDIEU, P. e PASSERON, J.C., (1969), *Los estudiantes y la cultura*, Ed. Labor, Barcelona.
- BOURDIEU, P. e SAINT-MARTIN, M., (1978), "Le patronat", *Actes de la Recherche en sciences sociales*, 20/21, mar/avr 1978
- (1987), "Agregation et ségregation: le champ des grandes écoles et le champ du pouvoir", ARSS, 69, pp.2-50 sep 1987.
- CARVALHO, J.M., (1976), *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*, Finep Cia Editora Nacional, RJ.
- CHAPOULIE, J.M. (1973), "Sur l'analyse sociologique des groupes professionnels", *Revue Française de Sociologie*, XIV, 86-114.
- CROZIER, M. e FRIEDBERG, E., (1977), *L'acteur et le système*, Editions du Seuil, Paris.
- D'IRIBARNE, A., (1989), "Enjeux sociaux autour de l'accès aux professions", *Pour*, 122-123, pp.23-34, jul/sep 1989
- DUARTE, F. et al., (1979), "A industrialização mineira e os incentivos fiscais: avaliação da lei 5.261/69." Fundação João Pinheiro, dez.1979.
- DULCI, O.S., (1983), "As elite mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia." Mimeo, ANPOCS.
- DURKHEIM, E., (1984), *A divisão do trabalho social*, Editorial Presença, Porto.
- ELLIOTT, P., (1975), *Sociologia de las profesiones*, Ed. tecnos, Madrid.
- ESQUITH, S., (1987), "Professional authority and state power", *Theory and Society*, 16, pp.237-262. Amsterdã.
- FANTINI, T., (1979), "Dados preliminares sobre a ocupação do engenheiro em Minas Gerais", mimeo, EEUFMG.

- (1980), "Oferta de empregos na área de engenharia em Belo Horizonte", mimeo, EEUFMG.
- (1982), Burocracia e controle: um estudo sobre a carreira ocupacional do engenheiro em organizações de ciência e tecnologia do Estado de Minas Gerais, dissertação de mestrado, UFMG.
- (1984), "O Perfil do engenheiro mecânico no Estado de Minas Gerais: conclusões preliminares", mimeo, EEUFMG.
- FARIA, V., (1986), "Mudanças na composição do emprego e na estrutura das ocupações" in BACHA, E. e KLEIN, H.(org), *A transição incompleta*, Paz e terra, SP.
- FERREIRA, C.G., (1988) "Formação histórica das Normas de Produção e das relações de trabalho na siderúrgica brasileira", mimeo, ANPOCS.
- FREIDSON, E., (1986), *Professional powers*, University of Chicago Press, Chicago.
- GIANNOTTI, J.A., (1990), "A sociabilidade travada", *Novos Estudos Cebrap* nº 28, out.1990.
- GOODE, W.J., (1967), "Community within a community: the professions". *American Journal of Sociology*, vol.72, nº 4, jan 1967, pp.194-200
- GOULDNER, A., (1985), *El futuro de los intelectuales y el ascenso de la nueva clase*, Alianza Editorial, Madrid.
- GRON, R., (1990), *A revolução dos gerentes brasileiros*, Tese de doutorado, mimeo, Unicamp.
- GYARMATI K.,G., (1975), "The doctrine of the professions: basis of a power structure", *International Social Science Journal*, vol XXVII, 4.
- HORTA, C.R., (1958) "Famílias Governamentais de Minas Gerais", *Segundo Seminário de Estudos Mineiros*, BH, UFMG.
- JOHNSON, T., (1977), "What is to be known? The structural determination of social class", *Economy and Society*, vol 6 nº 2, may 1977.
- KUHN, T., (1978), *A estrutura das Revoluções científicas*, Ed. Perspectiva. SP.
- LARSON, M.S., (1977), *The rise of professionalism*, University of California Press, Berkeley.

- LASSERE, H., (1989), *Le pouvoir de l'ingénieur*, L'Harmattan, Paris.
- LIBBY, D.C., (1988), *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*, Brasiliense, SP.
- LIPIETZ, A., (1984), a mondialization de la crise générale du Fordisme: 1967-1984. CEBREMAP n° 8413, Paris.
- LOUREIRO, M.R., (1991), "Economistas e elites dirigentes no Brasil", mimeo, ANPOCS.
- LUZ, M.T., (1988), *Natural, Racional, Social. Razão médica e racionalidade científica moderna*. Ed. Campus, RJ.
- MAIA, M.L.S., (1986), "O Estado e os instrumentos de controle da força de trabalho". in ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, Brasília.
- MARSHALL, T.H., (1939), "The recent history of professionalism in relation to social structure and policy", *Canadian Journal of Economics and Political Science*, 5.
- MARTINS, L., (1976), *Pouvoir et Developpement Economique*, Ed. Anthropos, Paris.
- (1985), *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós-64*. Ed. Paz e Terra, RJ.
- (1987), "A gênese de uma Intelligentsia - os intelectuais e a política no Brasil 1920-1940", RBCS n°4.
- MELLO, M.A., (1991), "Interesses, atores e a construção histórica da agenda social do Estado no Brasil.", *Ciências Sociais Hoje 1991*, Vértice/ANPOCS, RJ.
- MEYER, G., (1990), "Nouveaux défis pour les universités", *Ciência e Cultura*, 42 (2), fev 1990.
- NOBLE, D., (1979), *America by design*, Oxford University Press.
- OPPENHEIMER, M., (1973), "The proletarianization of the professional, in HALMOS, P. (ed) Professionalisation and social change, *The sociological review monograph*, 20, Keele University, Keele, staffordshire, dec.1973
- PAIXÃO, A.L., (1988), "A Teoria geral da ação e a arte da controvérsia", *Textos de Sociologia e antropologia*, n° 24.
- PARSONS, T., (1967), "Las profesiones y la estructura social" in *Ensayos de Teoria Sociologica*, Paidós, Buenos Aires.

- (1977), "Durkheim e a teoria da integração dos sistemas sociais", in COHN, G.(org) *Sociologia: para ler os clássicos*, LTC, RJ.
- PAVE', F., (1989), *L'illusion informaticienne*, L'Harmattan, Paris.
- PEREIRA, L. e DULCI, O.,(1984), "Relações de trabalho na indústria metalúrgica de Minas Gerais", *Textos de Sociologia e Antropologia*, 2, dez 1984.
- PEREIRA, L., (1986), "Burguesia industrial, classe operária e estado (1889-1915)", *Textos de Sociologia e Antropologia*, nº 11, mar/abr. 1986.
- PERRUCCI, R., (1973) "In the service of man: racial movements in the profesions", in HALMOS, P. op. cit.
- POULANTZAS, N., (1975), *As classes sociais no capitalismo de hoje*, Zahar, RJ.
- QUIRINO, T. e MEDEIROS, (1978), "A nova industrialização mineira: a estrutura dos recursos humanos. Fundação João Pinheiro, maio 1978.
- REIS, F.W., (1988), "Identidade política e a teoria da escolha racional", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 6, vol. 3, fev. 1988.
- READER, W.J., (1966), *Professional Men*, Basic Books, NY.
- RHOADS, J.K., (1991), *Critical issues in social theory*, Pennsylvania State University Press, University Park, Pennsylvania.
- ROBIN, S.S., (1969), "The female in Engineering" in PERUCCI, R. e GERSTL, J. (eds) *The Engineers and the social system*, John Wiley & Sons, Inc., NY.
- SANTOS, W.G., (1978), *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*, Ed. Duas Cidades, RJ.
- (1979), *Cidadania e justiça. A política social na ordem brasileira*, Campus, RJ.
- SCHWARTZMAN, S., (1987), "A Força do novo: por uma sociologia dos conhecimentos modernos no Brasil", *RBCS* nº 5, vol.2, out.1987.
- SINDICATO DOS ENGENHEIROS (MG), (1990), "Engenharia Consultiva:

algumas considerações", mimeo.

STARR, P., (1982), *The social transformation of American medicine*, Basic Books, Inc, Publishers, New York.

STARK, D., (1990), "Forçando as grades da Jaula de ferro: burocratização e informalização no capitalismo e no socialismo", RECS nº 13.

THE VENOT, L., (1982), "L'Economie du codage social", *Critiques de l'economie politique*, 23-24, pp. 188-222.

----- (1984) "Rules and implements: investment in forms", *Social Science Information*, 23,1, pp. 1-45.

WILDING, P., (1989), *Professional Power and social welfare*, Routledge and Kegan Paul, London.

YARMOLINSKY, A., (1978), "What future for the professional in American Society", *Daedalus*, pp. 159-174 winter 1978